

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O AMAPÁ

JOSÉ MAURO PALHARES
UÉDIO ROBDS LEITE DA SILVA
(ORGANIZADORES)



José Mauro Palhares
Uédio Robds Leite da Silva
(organizadores)

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS:
UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O AMAPÁ



Macapá
UNIFAP
2021

Copyright © 2021, Organizadores

Reitor: Prof. Dr. Júlio César Sá de Oliveira
Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Simone de Almeida Delphim Leal
Pró-Reitor de Administração: Msc. Seloniel Barroso dos Reis
Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Isan da Costa Oliveira Junior
Pró-Reitor de Planejamento: Msc. Erick Frank Nogueira Paixão
Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Elda Gomes Araújo
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof.^a Dr.^a Amanda Alves Fecury
Pró-Reitor de Extensão e Ações Comunitárias: Prof. Msc. Steve Wanderson Calheiros

Diretor da Editora da Universidade Federal do Amapá
Madson Ralide Fonseca Gomes

Editor-chefe da Editora da Universidade Federal do Amapá
Fernando Castro Amoras

Conselho Editorial

Madson Ralide Fonseca Gomes (Presidente), Ana Flávia de Albuquerque, Ana Rita Pinheiro Barcessat, Cláudia Maria Arantes de Assis Saar, Daize Fernanda Wagner, Danielle Costa Guimarães, Elizabeth Machado Barbosa, Elza Caroline Alves Muller, Janielle da Silva Melo da Cunha, João Paulo da Conceição Alves, João Wilson Savino de Carvalho, Jose Walter Cárdenas Sotil, Norma Iracema de Barros Ferreira, Pâmela Nunes Sá, Rodrigo Reis Lastra Cid, Romualdo Rodrigues Palhano, Rosivaldo Gomes, Tiago Luedy Silva e Tiago Silva da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P161r

Relações socioespaciais: um olhar geográfico sobre o Amapá /
José Mauro Palhares e Uédio Robds Leite da Silva (organizadores). –
Macapá : UNIFAP , 2021.
158 p. il.

ISBN: 978-65-89517-18-4

1. Meio Ambiente. 2. Planejamento ambiental. 3. Município de
Oiapoque. I. José Mauro Palhares. II. Fundação Universidade Federal
do Amapá. III. Título.

CDD 363.7

Diagramação e Capa: Nilton de Araújo Júnior



Editora da Universidade Federal do Amapá
www2.unifap.br/editora | E-mail: editora@unifap.br
Endereço: Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 2, s/n, Universidade,
Campus Marco Zero do Equador, Macapá-AP, CEP: 68.903-419



Editora afiliada à Associação Brasileira das Editoras Universitárias

É proibida a reprodução deste livro com fins comerciais sem permissão dos organizadores.
É permitida a reprodução parcial dos textos desta obra desde que seja citada a fonte.
As imagens, ilustrações, opiniões, ideias e textos emitidos nesta obra são de inteira e exclusiva
responsabilidade dos autores dos respectivos textos.

SUMÁRIO

Apresentação	4
<i>Uédio Robds Leite da Silva • José Mauro Palhares</i>	
Capítulo 1	
Dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque	6
<i>Carlos Alberto Farias Borges • Eduardo Margarit Alfena do Carmo</i>	
Capítulo 2	
A análise do padrão espacial do desmatamento de corte raso no município de Oiapoque/AP, entre os anos de 2000 e 2017	30
<i>Tatiane Costa da Silva • Alexandre Luiz Rauber</i>	
Capítulo 3	
Considerações sobre o zoneamento socioambiental do cerrado: um estudo do instrumento de ordenamento territorial do Amapá	47
<i>Cassiano Pantoja Gonçalves Neto • Uédio Robds Leite da Silva</i>	
Capítulo 4	
A espacialidade dos fluxos transfronteiriços em Oiapoque	68
<i>Audalice dos Santos Feitosa • Eduardo Margarit Alfena do Carmo</i>	
Capítulo 5	
Os sítios da geodiversidade como subsídio para a prática do geoturismo no município de Oiapoque, Amapá/Brasil	93
<i>Francinete Viana da Silva Corrêa • José Mauro Palhares</i>	
Capítulo 6	
O Lixão Municipal do Oipoque – Amapá e seus impactos ambientais	108
<i>Celia dos Santos Narciso • José Mauro Palhares</i>	
Capítulo 7	
Turismo e exploração sexual em Oiapoque – AP	127
<i>Terezinha de Jesus Ramalho • Adriano Michel Helfenstein</i>	
Sobre os autores	156

APRESENTAÇÃO

O e-book “**Relações Socioespaciais: um olhar geográfico sobre o Amapá**” resulta de um projeto conjunto do primeiro curso de Pós-graduação Lato-Sensu em Geografia do Campus Binacional Oiapoque, lançado no mesmo ano em que se inicia o processo de seleção já para a entrada da segunda turma do curso.

A iniciativa para esta publicação partiu da ideia de reunir os trabalhos de monografia apresentados pelos discentes como requisito para a obtenção do nível de Especialista em Geografia. Os trabalhos produzidos e condensados numa publicação objetivam ampliar a cultura de divulgação da produção acadêmica no Estado do Amapá. Desse modo, além de comemorar o encerramento da primeira turma de Especialização do Curso de Geografia “Relações Socioespaciais na Fronteira Franco-Brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local”, assinala também a síntese dos trabalhos de monografia dos discentes e seus orientadores em uma publicação inédita para a interiorização da pós-graduação sobre a realidade amapaense.

Tal realidade, abordada de forma geral pelos trabalhos presentes nesta publicação, perpassa por temas como: Dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque; A Análise do Padrão Espacial do Desmatamento de Corte Raso no Município de Oiapoque/AP, entre os anos de 2000 e 2017; Considerações sobre o Zoneamento Socioambiental do Cerrado: um estudo do instrumento de ordenamento territorial do Amapá; A Espacialidade dos fluxos transfronteiriços em Oiapoque; Os Sítios da Geodiversidade como subsidio para a prática do Geoturismo no município de Oiapoque, Amapá/Brasil.

A obra se estrutura em sete partes correlacionadas. A primeira, *Dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque*, faz uma caracterização social, econômica e ambiental do município de Oiapoque; em seguida, descreve a maneira como se desenvolve, na prática, a atividade de garimpo de ouro e finaliza realizando uma avaliação das potencialidades e das limitações da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque. A segunda, *A Análise do Padrão Espacial do Desmatamento de Corte Raso no Município de Oiapoque/AP, entre os anos de 2000 e 2017*, analisou o padrão multitemporal e espacial do desmatamento de corte raso sobre os limites dos usos existentes no município de Oiapoque/AP, e identifica o padrão de desmatamento nesse município. Desse modo, foi possível constatar que o desmatamento no município de Oiapoque no período analisado ocorreu principalmente numa faixa que acompanha as margens da rodovia BR156, que constitui a principal via de acesso de Oiapoque à capital Macapá; Já a terceira parte, *Considerações sobre o Zoneamento Socioambiental do Cerrado: um estudo do instrumento de ordenamento territorial do Amapá*, objetivou um estudo da contribuição da proposta de zoneamento do cerrado amapaense para o ordenamento territorial do Estado do Amapá. Para isso, foi realizado um cruzamento das informações documentais e a correspondente transformação espacial advinda das indicações propostas e, em razão destas, a inserção de atividades econômicas que contrastam com a perspectiva que as comunidades têm acerca do seu espaço de vivência. Na quarta parte, *A Espacialidade dos fluxos transfronteiriços em Oiapoque*, o texto estimula o leitor a refletir sobre a espacialidade dos fluxos transfronteiriços, como ocorrem e como esses fluxos influenciam a economia e a própria espacialidade do fenômeno, uma vez que transforma o cenário econômico e a organização urbana do território fronteiriço aqui analisado. Assim, o trabalho contribui para o entendimento sobre como se estabelecem os fluxos transfronteiriços em Oiapoque, relacionando-os com a dinâmica das atividades econômicas no local e o circuito da economia urbana em que se enquadram.

Na quinta parte, *Os Sítios da Geodiversidade como subsídio para a prática do Geoturismo no município de Oiapoque, Amapá/Brasil*, seu objetivo foi realizar indicação para conservar e divulgar o patrimônio geológico e geomorfológico, permitindo oferecer conhecimento do patrimônio visitado, além de promover o desenvolvimento local por meio de produtos regionais, geração de empregos e investimento em infraestrutura, melhorando assim a qualidade de vida da população local. Portanto, caracteriza as potencialidades geoturísticas a partir do contexto geológico e geomorfológico localizados no município de Oiapoque-Amapá, a fim de estimular um turismo sustentável, reforçando sua importância no desenvolvimento local. Na sexta parte, *O lixão municipal do Oiapoque-Amapá e seus impactos ambientais*, é discutida a forma como os resíduos vêm sendo depositados no lixão a céu aberto, em que não existe um estudo prévio de impacto ambiental e nem da saúde da população mais próxima do local. Identifica a composição desses resíduos que estão concentrados em sobras de carcaças de peixes das fileterias, do matadouro, do comércio e de algumas indústrias. Desse modo, descreve e apresenta as diversas formas de impactos ambientais resultantes da disposição inadequada a céu aberto.

Para finalizar esta publicação, em sua sétima parte, *Turismo e exploração sexual em Oiapoque – AP*, o estudo destaca que em razão do planejamento deficitário, o município apresenta número baixo de atividades turísticas; essa situação/condição se dá, sobretudo, pelo baixo investimento do poder público em infraestrutura adequada para atender os anseios da população. Mesmo diante dos desafios existentes, Oiapoque continua recebendo um número significativo de pessoas de diversas partes do Brasil e também do território francês. Desse modo, com esse fluxo de pessoas, tem-se o ambiente favorável para o estabelecimento de atividades como a de rentabilidade sexual, que resulta de uma série de atividades informais articuladas que ajudam a dinamizar alguns setores da economia urbana como é o caso da cidade de Oiapoque. Portanto, o estudo realiza profunda reflexão sobre as implicações do turismo sexual, cujos resultados conduzem à compreensão de todo o processo e seus agentes.

A obra é assim concluída com ampla reflexão sobre a produção e a dinâmica do espaço amapaense. E, por meio desta publicação, pretende-se demonstrar o esforço de novos profissionais sobre o quadro básico de reflexões quanto aos rumos da geografia oiapoquense e incitar o debate em termos da Geografia enquanto ciência.

Uédio Robds Leite da Silva
José Mauro Palhares
(Organizadores)

1

DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL DA ATIVIDADE DE GARIMPO DE OURO EM OIAPOQUE

Carlos Alberto Farias Borges

Eduardo Margarit Alfena do Carmo

INTRODUÇÃO

O município de Oiapoque está situado no extremo norte do Estado do Amapá, com uma área de 22 mil km² e uma população em torno de 25 mil habitantes (IBGE, 2010). Tradicionalmente a cidade de Oiapoque ficou conhecida como o ponto mais ao Norte do Brasil. O rio que dá nome à cidade é o limite da fronteira internacional com o Departamento Ultramarinho da Guiana Francesa, possessão político-administrativa com raízes coloniais do Estado Francês.

Trata o presente trabalho de uma análise da dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque, Estado do Amapá. A atividade de garimpo de ouro tem uma relevância histórica para a formação socioeconômica do Estado do Amapá. Desde o século XIX a região de Oiapoque é marcada pela exploração dos recursos naturais, com destaque para o garimpo de ouro e a essência do pau-rosa, que tornou-se um renomado perfume francês reconhecido internacionalmente, o Chanel nº 5, criado em 1921. O século XX foi marcado pela ascensão do ciclo do ouro e o esgotamento da extração do pau-rosa (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p. 478).

A “economia do garimpo” reúne diversas atividades como hospedagem de trabalhadores, bares e restaurantes, comércio de gêneros alimentícios e de instrumentos de trabalho, transporte de pessoas e mercadorias até as zonas de garimpo, ocorrência da prostituição e compra, venda e transformação do ouro. O fato é que, de um modo geral, a região¹ de Oiapoque não se apresenta como uma economia de base rural e muito menos de base industrial. O início do milênio aponta para uma economia mais voltada para a atividade comercial na região (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p. 483).

Apesar das transformações ocorridas e do claro declínio observado desde o início do milênio, a atividade de garimpo de ouro ainda persiste como geradora de emprego, de renda e de impactos ambientais na região de Oiapoque. Nesse contexto é que foram postas as seguintes questões de pesquisa: Em que condições naturais e sociais ocorre a atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque? Quais os impactos ambientais que esta atividade causa? Existem potencialidades para o desenvolvimento dessa atividade no município de Oiapoque? Quais são as limitações legais e naturais para o desenvolvimento dessa atividade?

Diante da problemática apresentada, constituiu objetivo geral deste trabalho realizar uma análise da dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque. Os objetivos específicos deste trabalho foram: a) caracterizar/contextualizar a dinâmica socioambiental da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque; b) identificar e analisar os impactos que a atividade de garimpo de ouro causa na água, nos solos, na vegetação e na paisagem; c) apontar as potencialidades e as limitações legais da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque.

De acordo com a metodologia científica este trabalho classifica-se como pesquisa aplicada, exploratória e descritiva do tipo documental. A pesquisa documental tem como principal característica o fato de que a fonte dos dados, o campo onde se procederá a coleta dos dados, é um documento (histórico, institucional, associativo, oficial etc). O presente trabalho consistiu em uma pesquisa documental que se realizou por meio da análise de documentos, provenientes de órgãos públicos, documentos oficiais, relatórios e fontes estatísticas (censos).

Os órgãos públicos onde foi feita a coleta de dados foram o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Exército Brasileiro e a Polícia Federal. Como técnica de coleta de dados, foram enviados, via *e-mail*, questionários aos responsáveis por estes órgãos em Oiapoque e realizadas entrevistas semi estruturadas.

O motivo para a escolha destes órgãos públicos é porque trabalham diretamente no enfrentamento ao garimpo ilegal no município de Oiapoque através de operações integradas. Além disso, foram coletados dados nos sítios de internet destes órgãos e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A análise espacial do garimpo – condições naturais e impactos ambientais – foi realizada através de levantamento de campo que consistiu de registro fotográfico, observação de campo, interpretação de imagens de satélite e utilização de mapas temáticos da área de mineração e entorno.

O diagnóstico do garimpo – impactos ambientais, potencialidades, limitações – levou em consideração a identificação e análise de impactos na água, nos solos e na vegetação, o potencial de uso dos sedimentos e do minério de ouro e as limitações legais, com base nos dados coletados nas instituições visitadas

A categoria central de análise deste trabalho é o espaço geográfico a partir de uma visão dialética. O espaço como produto das relações sociais, isto é, a defesa da noção de espaço como algo socialmente construído. Todos os problemas sociais e ambientais apontados neste trabalho são fruto de uma dinâmica particular de organização do espaço sob a lógica do garimpo, que se desenvolve através de uma rede de ilegalidades, que envolve trabalho ilegal, informal, não atendimento à legislação trabalhista e ambiental, entre outras vulnerabilidades.

O recorte espacial deste trabalho de pesquisa foi o município de Oiapoque, mais especificamente os sítios de garimpo de ouro localizados às margens dos rios Cricou, Anotaie e Marupí, todos afluentes da margem direita do rio Oiapoque e também no rio Cassiporé. O recorte temporal considerou os últimos dez anos de atividade de garimpo de ouro em Oiapoque, isto é, de 2010 a 2019. O ano de 2010 marcou o início da Operação Harpia de luta contra o garimpo ilegal por autoridades da Guiana Francesa, que significou a migração de garimpeiros para intensificar a atividade de garimpo de ouro em solo brasileiro.

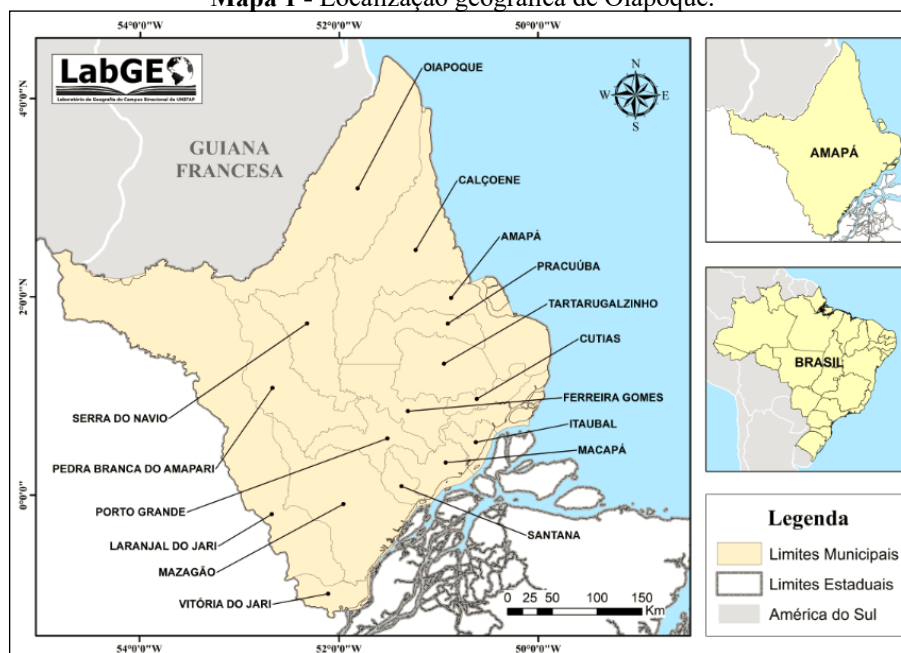
Esta pesquisa se justifica tendo em vista que a atividade de garimpo de ouro tem uma forte relação com a economia do município Oiapoque. Trata-se de uma atividade realizada de forma rudimentar, que causa impactos ambientais e está cercada de ilegalidades. Essa atividade é potencialmente causadora de danos à saúde da população pela possibilidade de contaminação da água e dos solos por mercúrio. Ademais, dados preliminares levantados juntos aos órgãos ambientais de Oiapoque apontam que a atividade de garimpo de ouro está se realizando dentro ou muito próximo de unidades de conservação ambiental e de terras indígenas, causando impactos sociais e ambientais nessas áreas.

Este trabalho pode servir de base para políticas públicas em relação aos trabalhadores do garimpo e suas atividades, bem como na elaboração de políticas públicas referentes às questões ambientais e ao desenvolvimento regional, porque os dados coletados e os resultados da pesquisa oferecem subsídios a órgãos federais e estaduais responsáveis pela elaboração de políticas públicas nas áreas sociais, de meio ambiente e de geração de emprego e renda.

CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

O município de Oiapoque foi criado em 1945, como pertencente ao então Território Federal do Amapá e teve sua ocupação ligada a estratégias geopolíticas de colonização e defesa nacional. Passados mais de 70 da sua criação, Oiapoque ainda tem uma infraestrutura precária. A maior parte das vias não pavimentadas e em péssimas condições de tráfego, falta de planejamento urbano, construções habitacionais irregulares e ausência de saneamento básico. Os serviços públicos de saúde e educação são deficitários e as telecomunicações e o fornecimento de energia elétrica sofrem interrupções.

Mapa 1 - Localização geográfica de Oiapoque.



Fonte: Miranda, 2018.

De acordo com o IBGE (2010) a população de Oiapoque é de 20.509 habitantes e estimada para 27.270 habitantes em 2019. Mesmo com a obrigatoriedade legal, Oiapoque não possui plano diretor. Outra dificuldade para a gestão territorial do município é a diversidade de jurisdição, pois existem áreas sob jurisdição federal, as áreas de proteção ambiental federais e estaduais e as terras indígenas Galibi, Juminã e Uaçá.

Com o objetivo de fazer uma caracterização socioeconômica do município, destaca-se que a economia do município é fortemente determinada pelo movimento migratório na fronteira. A presença de franceses em Oiapoque movimenta hotéis, pousadas, bares, restaurantes, catraieiros, taxistas e mototaxistas.

Este movimento favorece também atividades ilegais como o câmbio ilegal de moeda estrangeira, o tráfico de drogas e a exploração da prostituição. A presença de funcionários públicos, municipais, estaduais e federais ajuda a dinamizar a economia local. A abertura da ponte binacional sobre o rio Oiapoque trouxe novas possibilidades de desenvolvimento regional para a fronteira, aumentando as trocas comerciais entre o Brasil e a Guiana Francesa e fomentando o turismo (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 143).

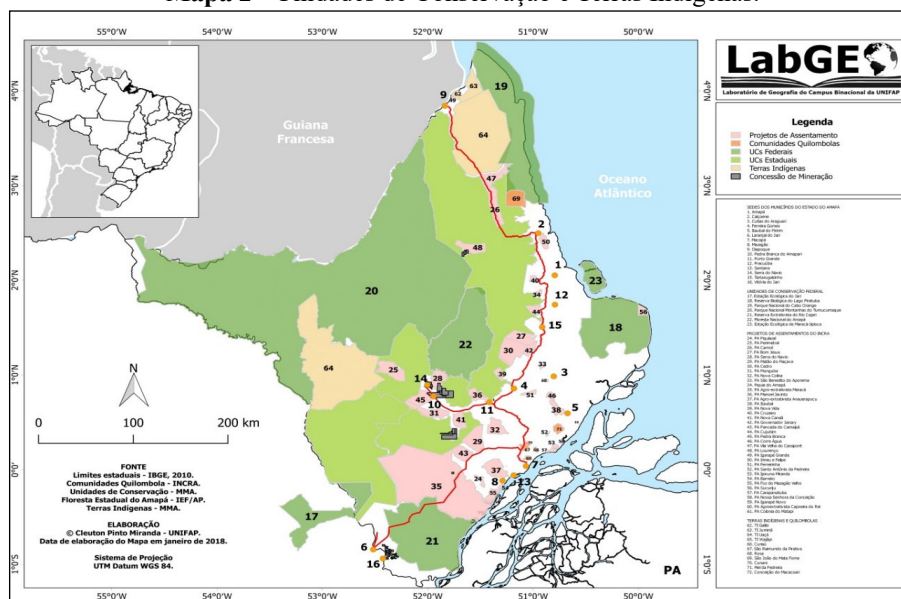
Outra atividade importante para entender a dinâmica socioeconômica de Oiapoque é a atividade de garimpo de ouro. Explorado de forma ilegal por brasileiros nas matas da Guiana Francesa e em menor quantidade no município de Oiapoque, a atividade de garimpo de ouro movimentava as lojas de compra e venda do ouro em estado bruto e pequenos comércios de joias e pedras preciosas (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 143).

Silva (2005, p. 281) aponta as características do comércio que sustenta a economia de Oiapoque e sua relação com o garimpo:

As principais atividades que movimentam os negócios na cidade são o ouro originário dos garimpos e as transações comerciais com os franceses. Na verdade, podemos dizer que estas são atividades matrizes, das quais se derivam grande parte do comércio e outras formas de negócios. São elas: 1 – comércio de ouro e joias; 2 – comércio de máquinas e equipamentos para garimpo; 3 – comércio de produtos alimentícios e bebidas; 4 – comércio de eletrodomésticos e produtos importados; 5 – comércio de combustíveis; 6 – negócios relacionados ao turismo.

Para os objetivos deste trabalho e visando a caracterização ambiental do município, merecem destaque as unidades de conservação Parque Nacional do Cabo Orange², Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, Floresta Estadual do Amapá³ e a Terra Indígena Uaçá⁴. De acordo com os dados coletados pela pesquisa, estas áreas estão sofrendo os impactos da atividade de garimpo de ouro no município de Oiapoque.

Mapa 2 - Unidades de Conservação e Terras Indígenas.



Fonte: Miranda, 2018.

O Parque Nacional do Cabo Orange (item 19 do Mapa 2) é uma Unidade de Conservação brasileira de proteção integral, localizada no Estado do Amapá, ocupando áreas dos municípios de Oiapoque e Calçoene. Possui uma área de 619 mil hectares, dos quais 200 mil são marinhos (BRASIL, 2008, p. 10). O Parque Nacional do Cabo Orange foi criado em 1980 com a finalidade de preservar 619 mil hectares de importantes e frágeis ecossistemas costeiros do norte do país. Esta unidade é, ao mesmo tempo, um parque continental e um parque marinho, pois é formado por uma faixa litorânea de 200 quilômetros de extensão latitudinal, além de uma área que se expande 10 km pela zona marinha. Em seus limites estão protegidos diversos ecossistemas, como os marinhos, manguezais, restingas, estuários, lagoas, lagunas, campos de planícies inundáveis, florestas inundáveis e, em menor proporção, florestas de terra firme e savanas amazônicas (BRASIL, 2008, p. 10).

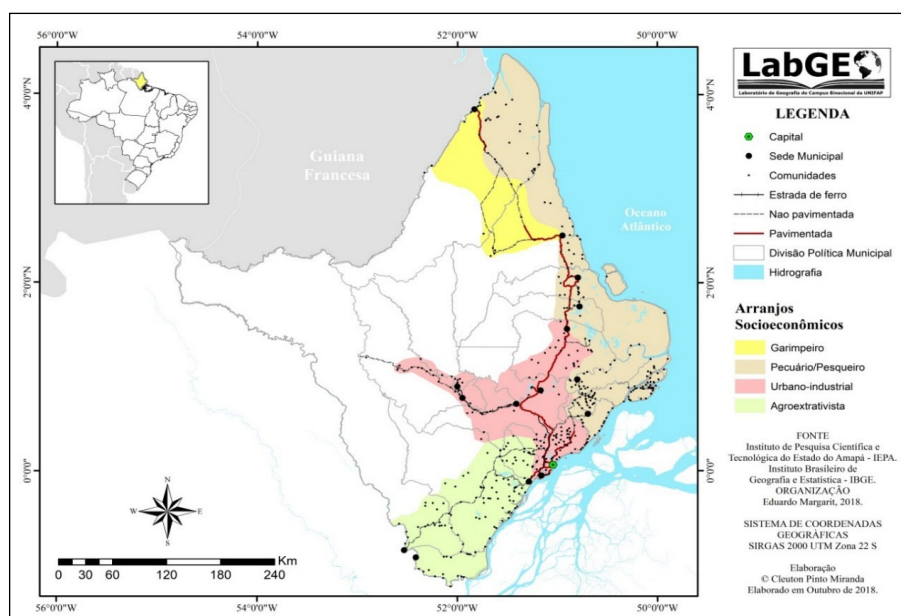
O Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (item 20 do Mapa 3) é uma Unidade de Conservação brasileira de proteção integral da natureza localizada nos estados do Amapá e do Pará, com território distribuído pelos municípios de Almeirim, Amapá, Calçoene, Ferreira Gomes, Laranjal do Jari, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Pracuúba e Serra do Navio. Com uma área de 38.670 km² ou 3.867.000 ha, o Parna Montanhas do Tumucumaque é o maior parque nacional do Brasil e o maior em florestas tropicais do mundo. Foi criado com a finalidade de assegurar a preservação dos recursos naturais e da diversidade biológica, bem como proporcionar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação, de recreação e de turismo ecológico (SOARES; CHELALA, 2009).

A Floresta Estadual do Amapá (Flota/AP) é uma área de floresta nativa, decretada como Unidade de Conservação em 2006, com a finalidade de fomentar o uso sustentável dos recursos florestais no Estado do Amapá, visando à exploração dos produtos madeireiros e não madeireiros de forma racional (sustentável). A área total da Flota, segunda maior Unidade de Conservação do Estado, é de 2.369.400 ha. Limita-se ao norte com a Reserva Indígena Uaçá; ao sul com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru; a oeste com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, a Terra Indígena Waiãpi e a Floresta Nacional do Amapá; e a nordeste com o Parque Nacional do Cabo Orange (IEF/AP, 2019).

As etnias Galibi Marworno, Palikur e Karipuna habitam historicamente a Terra Indígena Uaçá. Mas somente a partir da década de 1970 as três etnias começaram efetivamente a se associar em defesa do seu território. Os indígenas do Uaçá circunscrevem um sentimento de pertencimento a esse espaço, pois se apropriaram dele simbólica, cultural e materialmente. Por isso, é importante destacar que a sobrevivência desses indígenas está intimamente ligada ao direito de permanecer em seus territórios, de forma a garantir condições de uma vida digna e de proteção a sua identidade. Portanto, o território é um elemento preponderante na construção identitária dos grupos do Uaçá, pois é nele que vivenciam suas práticas sociais e se constituem como sujeitos sociais, projetando sua territorialidade e apropriando-se dela, com suas significações e práticas culturais (BASTOS; BRITO; GARCIA; 2015, p. 152).

Considerando a presença de áreas de proteção ambiental federais e estaduais em Oiapoque, a presença de terras indígenas e em atendimento aos objetivos deste trabalho de pesquisa, passou-se a investigar os impactos sociais e ambientais sobre a atividade de garimpo de ouro em Oiapoque e, em especial, como a atividade causa impacto a estas áreas.

Mapa 3 - Arranjos socioeconômicos.



Fonte: Miranda, 2018.

No Mapa 3 é possível visualizar onde se localiza o arranjo socioeconômico da atividade garimpeira no Estado do Amapá. Analisando em conjunto com o Mapa 3 percebe-se a sobreposição das áreas onde ocorre a atividade garimpeira e as áreas de proteção ambiental federal e estadual e terras indígenas.

No Mapa 4, percebe-se que os arranjos socioeconômicos são pensados em função do asfaltamento da BR-156 e da integração do Amapá na dinâmica nacional e internacional de expansão das fronteiras capitalistas. De acordo com Margarit (2019, p. 32), no Estado do Amapá, a construção de usinas hidrelétricas, da Ponte Binacional e a pavimentação de rodovias se tornaram símbolos do “desenvolvimento” e “progresso” para o Estado. São elementos de integração e desenvolvimento econômico, que provocam transformações rápidas e severas no ordenamento territorial do Amapá.

Dados da pesquisa colhidos junto ao Escritório Regional do IBAMA em Oiapoque, sobre a existência de garimpos de ouro em Oiapoque, quantos são e onde se localizam, a Analista Ambiental responsável pelo Escritório respondeu que:

Sim, temos conhecimento. Não sabemos precisar o número de garimpos, mas sim os locais, pois um local pode ter mais de uma exploração, com mais de um “dono”. No Estado do Amapá temos garimpos nas regiões de Serra do Navio na área do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, em Porto Grande na região da Flona do Amapá, em Tartarugalzinho, em Calçoene (Lourenço) e em Oiapoque na Floresta Estadual do Amapá (rio Cricou) e no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (rio Marupi).

Perguntado sobre a existência de atividade de garimpo ilegal dentro das Unidades de Conservação ou que impactam as Unidades de Conservação de Oiapoque, o Analista Ambiental do ICMBio respondeu que:

No Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque (PNMT), existem garimpos no interior de sua área. Temos informações, que estão localizados, principalmente, no rio Uaés. Este mesmo Parque é impactado pelos garimpos existentes nos afluentes da margem direita do rio Oiapoque, em terras da Guiana Francesa. Os impactos ficam por conta da contaminação das águas por mercúrio e ainda o aumento da turbidez. Já no Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) existe o impacto, bastante relevante, da contaminação das águas de seu principal rio, o Cassiporé, pela atividade garimpeira existente no distrito de Lourenço, Calçoene-AP.

Portanto, constata-se que a presença de sítios de garimpo de ouro em Oiapoque no interior ou no entorno de Unidades de Conservação e terras indígenas. Do exposto, faz-se necessária uma melhor caracterização da dinâmica dessa atividade no município.

DINÂMICA DA ATIVIDADE DE GARIMPO DE OURO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE

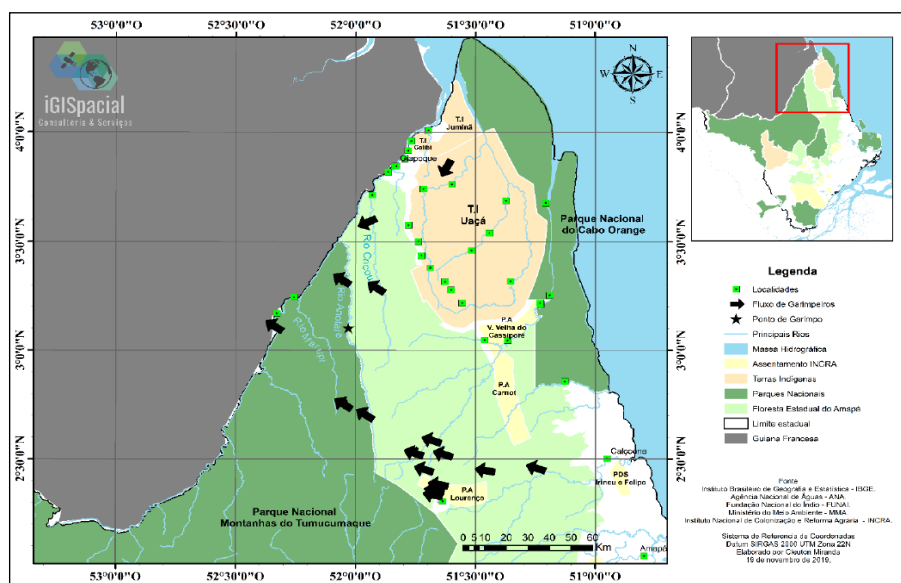
Dinâmica espacial da atividade de garimpo de ouro

A atividade de garimpo de ouro data do final do século XIX, mais precisamente em 1882, quando negros da Guiana Francesa (crioulos) descobriam ouro no rio Flexal, no município de Amapá. Outra grande descoberta de ouro se deu dez anos depois, entre 1890 e 1893, quando um brasileiro de nome Lourenço subiu o rio Calçoene e lá encontrou ouro. Esta descoberta despertou o interesse francês na disputa por parte do território amapaense, o que ficou conhecido com o Contestado Franco-Brasileiro. Resolvida a questão do Contestado, com a assinatura do Laudo Suíço em 1900, e a descoberta de ouro na Guiana Francesa, a garimpagem se tornou uma atividade de subsistência para os garimpeiros que resistiram na área do Lourenço. E a partir de 1930 ocorreu uma nova corrida do ouro, agora na região do rio Cassiporé, mas em menor intensidade que na região do Lourenço (AMAPÁ, 2010, p. 24).

Silva (2005, p. 283), corroborando com as informações contidas no Diagnóstico do Setor Mineral, documento elaborado pelo Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), afirma que os primeiros garimpos do território do Amapá que atraíram imigrantes, a partir da década de 1950, situavam-se nos municípios de Calçoene (região conhecida como Lourenço), Serra do Navio, Mazagão, Porto Grande e Oiapoque.

Investigações realizadas pelo Exército Brasileiro apontam para a existência de um fluxo de garimpeiros que se deslocaram de Calçoene (Garimpo do Lourenço) em direção à borda da fronteira com a Guiana Francesa, daí a ocorrência de garimpo de ouro nos rios Marupi, Anotai e Cricou, todos eles afluentes do rio Oiapoque, e dentro dos limites do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, de acordo com o Mapa 4.

Mapa 4 - Deslocamento de garimpeiros.



Fonte: Miranda, 2018.

De acordo com a Nota de Coordenação Doutrinária 001/2019 do Exército Brasileiro:

A atividade garimpeira necessita de largo emprego de recursos humanos e materiais, e é normalmente exercido em locais ermos e de difícil acesso. A logística do garimpo constitui-se no centro de gravidade de toda célula de garimpo. As necessidades logísticas do garimpo são:

A) Necessidades materiais

a) Gêneros alimentícios: devido à grande distância de centros urbanos, a célula do garimpo necessita de um estoque suficiente para que a atividade garimpeira possa perdurar, sem que os elementos responsáveis pela extração do minério precisem se ausentar da célula.

b) Combustível:

(1) óleo diesel: o maquinário utilizado na extração de minérios necessita de energia elétrica. Esta energia elétrica é, em geral, fornecida por geradores a diesel, assim, o óleo diesel se constitui em recurso fundamental para o garimpo, sendo imprescindível para o funcionamento de todo o maquinário, bem como para o fornecimento de iluminação no período noturno; e

(2) gasolina e óleo 2t: a gasolina e o óleo 2t são empregados no garimpo, considerando a logística fluvial e a necessidade de combustível para os motores das embarcações.

c) Armamento:

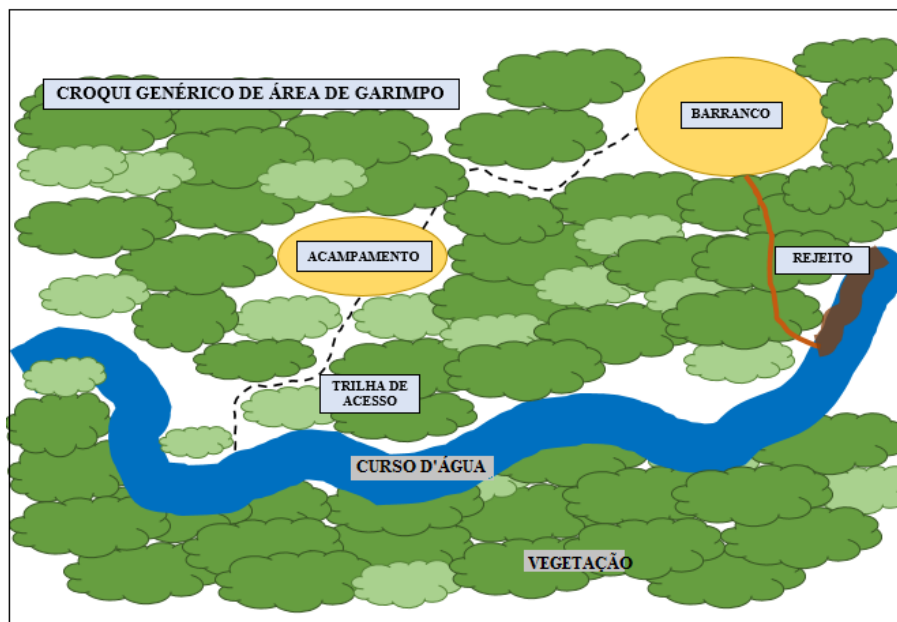
(1) armamento de caça: espingardas de caça são largamente utilizadas no garimpo, pois conseguem cumprir dupla finalidade, sendo utilizadas para a obtenção da caça em uma célula isolada do garimpo, bem como para a própria proteção da célula;

(2) revólveres e pistolas: células de garimpo de médio porte costumam apresentar “pistoleiros” elementos contratados pelos gerentes do garimpo, com a finalidade de proteger sua célula e fiscalizar possíveis desvios de minério extraído pelos próprios garimpeiros; e

(3) rifles e fuzis: apesar de pouco provável, é possível a existência de armamento de grande calibre, principalmente em garimpos mais organizados e estruturados.

As necessidades materiais descritas acima dizem respeito apenas ao acesso e permanência nos sítios de garimpo na floresta. A Figura 1 mostra o croqui de um sítio típico de garimpo e seus elementos: vegetação, curso d'água, trilha de acesso, acampamento, barranco e área de disposição do rejeito.

Figura 1 - Croqui genérico de um sítio de garimpo.



Fonte: Exército Brasileiro (adaptado).

B) Formas de transporte logístico

a) Transporte aéreo: constitui-se na principal forma logística do garimpo, sendo imprescindível para que uma célula possa funcionar por tempo indeterminado, de tal forma que as grandes células crescem ao redor de uma pista de pouso. Seu emprego geralmente é coordenado por financiadores do garimpo, de tal forma que os próprios garimpeiros não possuem total controle desta forma de suprimento. Possivelmente o modal aéreo seja mais empregado para retirar riquezas, realizar pagamentos e envio de suprimentos específicos do garimpo em detrimento de suprimento comum.

b) Transporte fluvial: caracteriza-se por ser uma forma alternativa ao transporte aéreo. Muito empregado pelos próprios garimpeiros, principalmente quando o ressuprimento aéreo não traz os suprimentos necessários (gêneros) e os garimpeiros necessitam de alimentos.

c) Transporte terrestre: caracteriza-se por ser uma forma complementar ao transporte fluvial. Geralmente é empregado no deslocamento entre o ponto de abicagem das embarcações utilizadas no transporte fluvial e o garimpo propriamente dito, ou para desbordenar uma posição de fiscalização estabelecida, de tal forma que o material ilícito passe por meio terrestre e as embarcações vazias ou com material lícito possa ser fiscalizada sem maiores problemas.

A análise da logística do garimpo mostrou que o ouro extraído em Oiapoque segue para outros destinos no país como Macapá, Belém e São Paulo, e esta logística será explicitada nos próximos parágrafos, quando da discussão sobre o conceito de circuitos espaciais da produção.

C) Formas de comunicação

a) Meio rádio: constitui-se no principal meio de comunicação empregado no garimpo. Devido ao grande alcance da rádio AM, permite o contato entre a célula e praticamente todo o estado do Amapá. A principal rádio empregada na transmissão é a Yaesus, pois permite a modulação em amplitude e é a rádio mais barata. É uma das únicas formas de contato no interior do garimpo, juntamente com o telefone satelital.

b) Telefone fixo e celular: apesar de não ser viável seu emprego no interior das células do garimpo, é amplamente empregado pelos elementos que financiam e gerenciam o garimpo, localizados em centros urbanos (nível tático/estratégico).

c) Internet por rede social e aplicativos de mensagem: não é um meio viável a ser utilizado dentro dos garimpos, devido ao custo da internet satelital, mas está disponível para a sua logística em pontos de distribuição conhecidos, como é o caso de Ilha Bela. Possivelmente pedidos de material antes feitos todos por meio rádio podem estar sendo transmitidos por Whatsapp e outros meios a partir destes pontos de distribuição de logística.

d) Telefone satelital: apesar de ser útil no interior da célula de garimpo, o telefone satelital é um recurso de emprego raro, devido ao custo das ligações e de aquisição.

A dinâmica espacial da atividade garimpeira pode ser explicada por meio do conceito de circuitos espaciais da produção. De acordo com Castilho e Frederico (2010, p. 462)

Com a crescente especialização produtiva dos lugares, possibilitada pela combinação entre o desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicações e a política de Estados e empresas, aumentam os fluxos materiais e informacionais, distanciando cada vez mais os locais de produção dos locais de consumo, tornando mais complexas a distribuição espacial das atividades econômicas e a articulação entre as diversas etapas, em diferentes lugares, da produção.

Ainda de acordo com Castilho e Frederico (2010, p. 463)

A noção de circuito espacial produtivo enfatiza, a um só tempo, a centralidade da circulação (*circuito*) no encadeamento das diversas etapas da produção, a condição do espaço (*espacial*) como variável ativa na reprodução social, e o enfoque centrado no ramo, ou seja, na atividade produtiva dominante (produtivo).

(...) o espaço é entendido como uma instância social, ou seja, um conjunto de fatores e funções que condiciona e transforma a reprodução social.

Margarit (2018, p. 109), ao analisar o circuito espacial produtivo da soja no Estado do Amapá, corroborando com Castilho e Frederico e citando Milton Santos (1988, p. 49), afirma que

A articulação do mundo sob a lógica da globalização, permeada por uma grande variedade de fluxos e uma divisão territorial do trabalho em escala global, caracterizam os circuitos espaciais da produção, que se expressam, segundo Santos (1988, p. 49), a partir das “(...) diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até chegar ao consumo final”.

Portanto, o circuito espacial produtivo do ouro envolve a extração do ouro, a venda nas casas de compra e venda de ouro em Oiapoque, em seguida esse ouro é remetido para Macapá, Belém e São Paulo, envolvendo complexas operações logísticas e financeiras, legais e ilegais.

Para um melhor entendimento de como funciona na prática o circuito espacial produtivo do ouro, cita-se como exemplo o inquérito policial nº 33/2015 que foi instaurado na Delegacia de Polícia Federal de Oiapoque para apurar a ocorrência dos crimes de Descaminho (art. 334 do Código Penal), Usurpação de Matéria Prima da União (art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.176/1991), Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998) e Participação em Organização Criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013).

O ouro que é comprado e vendido ilegalmente na cidade de Oiapoque é posteriormente revendido a Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) situadas em todo o Brasil. A maior parte do ouro comercializada em Oiapoque é proveniente da Guiana Francesa, mas o ouro tem origem também no Garimpo do Lourenço e uma menor parte é garimpado em Oiapoque.

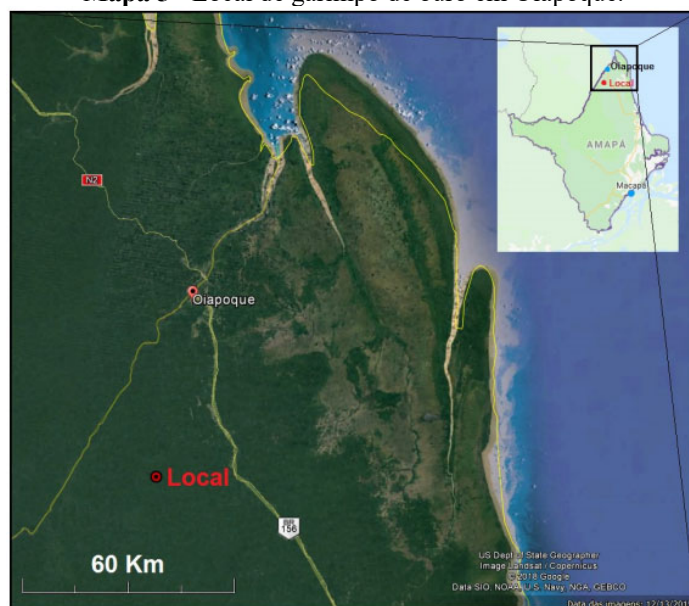
Os envolvidos no circuito espacial produtivo do ouro acabam por “lavar” os capitais obtidos ilegalmente com o proveito do crime, valendo-se de uma organização criminosa. Os resultados da investigação revelaram que a organização criminosa tem “braços” em Oiapoque, Macapá e nos Estados do Pará e São Paulo.

Efeitos econômicos e sociais dos empreendimentos mineiros

No dia 05/12/2018, o Setor Técnico-Científico da Polícia Federal no Amapá elaborou o Laudo Pericial Criminal nº 443/2018 que constatou as seguintes ocorrências em garimpo de ouro que operava no local de coordenadas geográficas (N 03°50'35.3"; W 051°50'06.5"), às margens do rio Cricou, no município de Oiapoque.

O local é uma área de extração mineral e está situado a aproximadamente 51 km em linha reta a sul da sede do município de Oiapoque/AP, na margem direita (leste) do rio Cricou, no entorno do ponto de coordenadas 03°23'26" N; 51°55'18"W.

Mapa 5 - Local de garimpo de ouro em Oiapoque.



Fonte: Polícia Federal.

Do laudo pericial se extraem as seguintes conclusões:

A) Danos ambientais:

- Remoção da camada fértil do solo;
- Supressão e impedimento de regeneração da vegetação;
- Alteração irreversível do relevo natural e da paisagem, com cortes abruptos e profundos no relevo, oportunizando risco de queda de animais e pessoas;
- Escavação de galerias subterrâneas, expondo o lençol freático e oferecendo ao mesmo risco de contaminação;
- Erosão do solo nas superfícies expostas;
- Assoreamento e comprometimento da qualidade físico-química da água do rio Cricou, com efeitos negativos para os ecossistemas aquáticos;
- Elevado risco de contaminação do rio com combustíveis;
- Não foram identificadas medidas mitigadoras dos impactos ambientais;
- Nos locais onde há extração de ouro existe risco de desabamento que representa ameaça à vida dos garimpeiros.

B) Estimativa da quantidade de ouro produzida:

Ainda de acordo com o Laudo Pericial Criminal nº 443/2018, é possível fazer um rápido, embora impreciso, exercício de cálculo a partir do volume de 15.000 m³ de terra extraído da cava. Tomando como valor de referência o teor definido arbitrariamente de 5 g/ton [de terra e rochas processadas], o que permite inferir que foram produzidos 127.500 g de ouro na área. Considerando a cotação de R\$ 151,58/g de ouro, tem-se um total de R\$ 19.326.450,00 (dezenove milhões, trezentos e vinte e seis mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Perguntado se há sinais de utilização de mercúrio, ou alguma outra substância controlada, na lavra garimpeira, o Perito da Polícia Federal respondeu que:

Foi encontrado um equipamento de queima da amálgama para separação de ouro e recuperação de mercúrio, o que é um indicativo do uso da referida substância. Foi encontrado, ainda, armazenamento de combustível em recipientes de produtos químicos não reutilizáveis, sem qualquer tipo de proteção e em Área de Preservação Permanente (APP) referente à margem do rio Cricou.

A atividade de garimpo de ouro, nos moldes em que é praticada em Oiapoque, causa impactos sociais, econômicos e ambientais para a população afetada por esta atividade.

De acordo com Silva (2015, p. 523) na Conferência Rio+10, realizada em Johannesburgo no ano de 2002, a mineração foi considerada como uma atividade fundamental para o desenvolvimento econômico e social de muitos países, uma vez que os minerais são essenciais para a manutenção da qualidade de vida atual.

Ainda de acordo com Silva (2015, p. 523) a mineração e a extração petrolífera, ao lado da agricultura e do turismo, apresentam-se como dois dos principais pilares da economia brasileira, contribuindo de forma decisiva para o bem estar e a melhoria da qualidade de vida das presentes e futuras gerações, sendo fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade equânime, desde que seja operada com responsabilidade social, estando sempre presentes os preceitos do desenvolvimento sustentável.

De longa data há um debate, em escala mundial, sobre os efeitos de longo prazo da mineração (especialmente dos grandes empreendimentos) sobre a economia e a sociedade, principalmente no plano local e no âmbito regional. Questões como: se a mineração contribui para reduzir a pobreza ou se favorece a concentração de renda, se promove a capacitação de recursos humanos e a melhoria da qualidade de vida das regiões mineiras não têm uma resposta inequívoca.

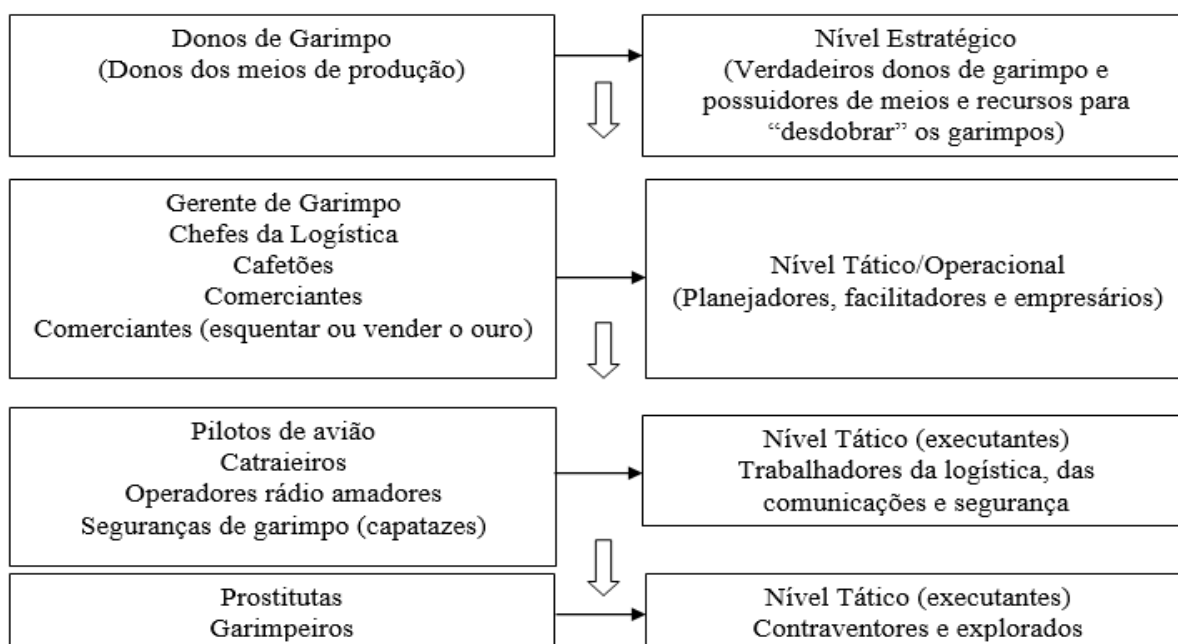
De acordo com o Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá (AMAPÁ, 2010), os principais problemas (ameaças) sociais e econômicas da atividade garimpeira no Estado do Amapá são:

- Condições inadequadas de segurança no trabalho;
- Garimpagem desenvolvida em áreas de grande risco;
- Risco social com a violência, prostituição, uso de drogas e álcool;
- Favorecimento de doenças endêmicas;
- Baixa rentabilidade econômica da atividade garimpeira;
- Necessidade de aporte financeiro para investimento em pesquisa e aquisição de máquinas e equipamentos;
- Baixa arrecadação de CFEM⁵ proveniente da garimpagem.

De acordo com Silva (2005, p. 283) o trabalho no garimpo de ouro em Oiapoque torna-se perigoso porque, por um lado, os locais são de difícil acesso e, por outro, envolve diversos riscos: possibilidades de desabamento, acidentes com equipamentos de trabalho e doenças, principalmente a malária.

A respeito da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque, de acordo com a coleta de dados realizada junto ao representante do Exército Brasileiro sobre quem são as pessoas, quem são os atores, quem manda, quem administra, quem transporta, quem trabalha, se são todos brasileiros, respondeu com o seguinte organograma:

Figura 2. Organograma do garimpo.



Fonte: Exército Brasileiro (adaptado).

Da análise do organograma verifica-se uma organização empresarial na forma piramidal onde se encontram na base da pirâmide uma grande quantidade de trabalhadores sendo explorados em sua força de trabalho e vivendo em condições precárias; no meio da pirâmide, trabalhadores com função gerencial e no topo da pirâmide, no nível estratégico, uma pequena quantidade de proprietários dos meios de produção que ficam com a maior parte do lucro do empreendimento.

Todo garimpo é ativado por um sujeito que comanda a operação, investe recursos, se impõe como proprietário e assume a condição de patrão. Enquanto tal, ele é dono do maquinário, dos objetos e insumos para a viagem – utensílios de cozinha, o rancho (alimentação), remédios, combustível, entre outros. Os trabalhadores que o acompanham na viagem são empregados e ganham de acordo com o resultado do trabalho (SILVA, 2005, p. 283).

Esse modelo favorece a concentração de renda, não contribui para a distribuição de riquezas, não promove a capacitação dos recursos humanos e não melhora a qualidade de vida da população da região.

Consequências da mineração para o meio ambiente

A garimpagem provoca impactos ambientais comuns a todas as áreas submetidas a esse tipo de extração rudimentar e predatória, principalmente a contaminação dos recursos hídricos.

De acordo com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo, os principais impactos ambientais decorrentes dessa atividade são: a) desmatamentos e queimadas; b) alteração nos aspectos qualitativos e no regime hidrológico dos cursos de água; c) queima de mercúrio metálico ao ar livre; d) desencadeamento dos processos erosivos (Fotografia 1); e) turbidez das águas (Fotografia 2); f) mortalidade da ictiofauna; g) fuga de animais silvestres; h) poluição química provocada pelo mercúrio metálico na biosfera e na atmosfera (IPT, 1992).

A fase de pesquisa de campo desta pesquisa consistiu em levantamento fotográfico, observação de campo e interpretação de imagens de satélite. A Fotografia 1 é resultado deste levantamento fotográfico realizado no sítio de garimpo do Mapa 4, às margens do rio Cricou. Mostra uma cava de exploração mineral com 1.700 m², 20 metros de profundidade e aproximadamente 15.000 m³ de volume. Nesta fotografia é possível ver mangueiras e rampas de transporte de polpa de sedimentos e rochas. As faces da cava estão sendo atacadas por desmonte hidráulico para formação da polpa de sedimentos, causando erosão e risco de desabamento.

Fotografia 1 - Impactos ambientais, processos erosivos.



Fonte: Polícia Federal.

A fotografia 2 mostra o ponto em que a lama de rejeitos de mineração encontra-se com o rio Cricou, causando a turbidez das águas e um processo de assoreamento intenso. Por onde a lama de rejeitos passa, ocorre mortandade da vegetação da floresta.

Fotografia 2 - Impactos ambientais, turbidez da água.



Fonte: Polícia Federal.

Segundo o Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá (AMAPÁ, 2010), os principais problemas (ameaças) ambientais da atividade garimpeira no Estado do Amapá são: a) a existência de passivos ambientais gerados pela garimpagem sem qualquer tipo de recuperação; b) o lançamento de agentes tóxicos (mercúrio) no meio ambiente nas bacias dos rios Anotaie, Cricou e Cassiporé; c) atividade ilegal em Unidades de Conservação.

O principal e mais característico impacto causado pela atividade minerária é o que se refere à degradação da floresta. A Fotografia 3 mostra a destruição da cobertura vegetal que foi necessária para a abertura da cava de exploração mineral, próximo ao rio Cricou.

Fotografia 3 - Impactos ambientais, degradação da floresta.



Fonte: Polícia Federal.

Dados para esta pesquisa foram coletados junto ao IBAMA em Oiapoque. Sobre os efeitos da poluição química do mercúrio nas águas e na atmosfera, a Analista Ambiental do IBAMA em Oiapoque recomendou a consulta ao sítio do IBAMA (<https://www.ibama.gov.br/residuos/mercurio-metalico/sobre-o-mercurio-metalico>) que trata do assunto, onde se lê:

O mercúrio é utilizado no garimpo de ouro, pois, por ser um metal líquido que forma uma liga líquida com o ouro – a amálgama – similar à amálgama de mercúrio e prata utilizada em tratamentos odontológicos, permite mais facilmente a separação do ouro. Após a incorporação do ouro na amálgama, o ouro é facilmente separado do mercúrio por aquecimento, uma vez que o mercúrio é eliminado como gás. O processo é extremamente nocivo para o garimpeiro e para o meio ambiente e é uma das principais fontes de contaminação por mercúrio. O mercúrio é um metal pesado muito tóxico que se acumula nos organismos vivos causando danos irreversíveis ao sistema nervoso e, inclusive, podendo levar à morte, além de provocar malformação fetal, entre outros danos à saúde.

A contaminação por mercúrio nas águas dos rios Oiapoque e Cassiporé, no município de Oiapoque, já foram comprovadas por pesquisas científicas no Brasil e na Guiana Francesa. Na Guiana Francesa, a pesquisadora Laurence Maurice, especialista em geoquímica ambiental do Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD), realizou estudo na bacia do rio Oiapoque, onde se localizam, em território francês, sítios de garimpo de ouro ilegais, e concluiu:

Entre mars 2010 et octobre 2013, des scientifiques ont effectué 46 prélèvements dans les sédiments, les sols et les eaux de surface. Ils ont aussi échantillonné 317 poissons et 111 cheveux humains parmi les populations Wayãpis et Teko, des communautés autochtones établies sur différents sites du bassin oyapockois. Les mesures de l'équipe pluri-disciplinaire dirigée par Laurence Maurice, spécialiste en géochimie environnementale à l'IRD, montrent que les populations autochtones sont contaminées du fait de leur régime alimentaire. Grandes consommatrices de poissons pêchés dans ces eaux polluées au mercure, les populations des villages du fleuve présentent des taux de concentration élevés⁶.

No Brasil, de acordo com o Analista Ambiental do ICMBio em Oiapoque, pesquisas científicas já comprovaram a contaminação do rio Cassiporé por mercúrio que acontece da seguinte maneira:

A contaminação ocorre de duas formas: uma primeira pelo desmonte de barrancos com jatos de água, que liberam nas águas do rio, o mercúrio natural ali “aprisionado” e de uma outra forma, a contaminação se dá pelo uso deste metal na captura final do ouro, por aglutinação. Para o Parque Nacional do Cabo Orange, temos contaminação do rio Cassiporé, a partir do Garimpo do Lourenço, que é o mais antigo do Brasil, em atividade ininterrupta (desde 1840). Este garimpo fica nas cabeceiras deste rio, o que causa um impacto bastante grave em toda a sua extensão. Fora este garimpo mais marcante, temos vez por outra, a existência de balsas, em seu médio curso, que exercem esta atividade, até que são detectadas e desmontadas por ações de fiscalização ambiental. Houveram ocorrências também, no rio Primeiro do Cassiporé, onde duas balsas foram destruídas, no ano de 2018.

A contaminação das águas do rio Cassiporé por mercúrio tem consequências para a fauna e para as populações ribeirinhas, segundo o Analista Ambiental do ICMBio:

A contaminação das águas pelo mercúrio, impacta diretamente a ictiofauna dos seus rios. Se a existência de um Parque Nacional ou outra Reserva qualquer, tem como objetivo principal, a manutenção da biodiversidade, temos que a contaminação de suas águas por mercúrio, traz um impacto direto em toda a cadeia alimentar de animais que, a partir dos peixes, vão acumulando este metal pesado, em seu organismo e que a partir de um certo ponto, trará deficiência no organismo, podendo até, levar à morte, em casos extremos. Sabemos que os peixes são a base alimentar das comunidades ribeirinhas. Se temos a contaminação dos peixes pelo mercúrio, certamente numa população que se alimente prioritariamente de peixes, haverá o acúmulo do mercúrio em seu organismo.

O Analista Ambiental do ICMBio sugeriu ainda a consulta aos trabalhos acadêmicos de Daniel Pandilha de Lima, pesquisador do Programa de Pós Graduação em Biodiversidade Tropical (PPGBIO) da Universidade Federal do Amapá. Em sua dissertação de mestrado intitulada *Avaliação da contaminação por metais pesados na água e nos peixes da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Amazônia, Brasil*, Lima (2013) chega, entre outras, às seguintes conclusões:

- A região garimpeira de Lourenço provoca há mais de um século impactos ambientais na Bacia do Rio Cassiporé (BRC), principalmente pela liberação de rejeitos da exploração de ouro, que são fontes de metais pesados para o ambiente aquático, em especial o mercúrio.
- Níveis de cádmio (Cd), cromo (Cr), chumbo (Pb) e mercúrio (Hg) acima da Concentração Máxima Permitida (CMP) em peixes, e de todos os metais acima da CMP na água, mostram que a BRC está fortemente impactada por estes contaminantes provenientes das atividades mineradoras, proporcionando grandes riscos de contaminação da população local devido a contaminação da água e ao consumo das espécies de peixes contaminadas.

Ainda sobre os danos ambientais causados pela atividade de garimpo de ouro em Oiapoque, segundo a Analista Ambiental do IBAMA, ocorre o impacto na fauna (fuga e mortandade de animais silvestres) e na cobertura vegetal:

O impacto sobre a fauna é enorme primeiro quanto ao desmatamento e depois quanto a contaminação do solo e da água, considerando também o assoreamento das áreas. A cobertura vegetal sofre o impacto do desmatamento.

Sobre como é tratada a questão dos passivos ambientais gerados pela garimpagem e como estão sendo responsabilizados pessoas físicas e jurídicas para recuperar a área degradada, a Analista Ambiental do IBAMA respondeu que:

As áreas ficam sem recuperação, abandonadas e quando temos a autoria essas pessoas respondem criminal e administrativamente pelo passivo na área. Através da Lei 9.605/98 são penalizadas pelo crime ambiental no art. 55 e art. 63 do Decreto 6514/2008.

Muitos minérios de ouro são ricos em arsenopirita e provocam contaminação por arsênico. Como os garimpeiros usam uma tecnologia rudimentar, o controle ambiental é difícil e a contaminação é mais grave nos rios menos volumosos da Amazônia e quando a área é povoada.

A disposição final de rejeitos constitui problema dos mais sérios quando se trata dos trabalhos de recuperação das áreas degradadas. Durante a fase da lavra devem ser observados cuidados especiais para que estes não sejam lançados no sistema de drenagem natural.

De acordo com Penna (2019), a céu aberto ou subterrânea, a mineração modifica intensamente a paisagem, tanto na extração como na deposição de seus estéreis e rejeitos. Aliás, estéreis – no sentido de inócuos – é o que esses resíduos não são para o meio ambiente. O quadro seguinte revela o montante de resíduos na exploração de três minerais metálicos.

Quadro 1. Resíduos de mineração & rendimento (2000).

Metal	Resíduo (milhões/t)	Produção (milhões/t)	% que virou metal
Ferro	2.113	845	40
Cobre	1.648	15	0,91
Ouro	745	0,0025	0,00033

Fonte: Worldwatch Institute.

Como se vê no Quadro 1, a produção mundial de ouro, em 2000, foi de 2,5 mil toneladas, mas os resíduos gerados (estéreis e rejeitos) não foi inferior a 745 milhões de toneladas. Uma razão de quase 300 toneladas de resíduos para um quilo de ouro. Isso significa que 99,99967% da mineração de ouro foi puro descarte, obrigatoriamente disposto em algum lugar (PENNA, 2019).

POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES LEGAIS DA ATIVIDADE DE GARIMPO DE OURO

Potencial de uso dos recursos minerais

O potencial de uso dos recursos naturais está associado, pelo menos, a três fatores mitigadores de impactos negativos da atividade de mineração. São eles: a prevenção de riscos e a recuperação da área degradada, a relação com a comunidade do entorno e o legado.

A prevenção dos riscos, a recuperação da área degradada, o reflorestamento e a recuperação de nascentes, está prevista na legislação ambiental (art. 55, da Lei nº 9.605/1998 e art. 63 do Decreto 6.514/2008).

As comunidades que serão afetadas pela atividade de mineração devem ser consultadas desde a fase de planejamento até a fase de execução das atividades. Deve ficar claro para as comunidades quais são os riscos do empreendimento e quais serão os benefícios que podem ser alcançados com a sua implantação.

E, por fim, o empreendimento minerário deve deixar um legado para a comunidade. Todo empreendimento minerário é temporário - tem começo, meio e fim - dado que os recursos minerais são exauríveis. Como vai ficar a comunidade e o entorno após o término das atividades? O legado pode ser econômico ou social, como construção de moradias, sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, rodovias, escolas, bibliotecas, áreas de lazer, posto de saúde, etc.

Limitações legais

As limitações legais têm como fundamento o Código de Mineração e a legislação ambiental. Antes de avançarmos é preciso que fiquem claros os conceitos de jazida, lavra, autorização de pesquisa e concessão para que se atenda à legislação.

Jazida pode ser definida como um depósito natural de minerais concentrados, tanto na superfície quanto no interior da terra. Trata-se de uma concentração local ou massa individualizada de uma ou mais substâncias úteis que tenham valor econômico (SILVA, 2015, p. 525).

De acordo com o Código de Mineração (Decreto-Lei nº 227/1967):

Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fósfil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico (art. 4º).

A partir do momento em que a jazida é explorada economicamente, passa a ter a denominação **mina**. Segundo o Código de Mineração (art. 4º), mina representa a jazida em lavra (SILVA, 2015, p. 525).

Entende-se como **lavra** (art. 36 do Código de Mineração) o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas (SILVA, 2015, p. 525).

Já a **autorização de pesquisa** é concedida mediante alvará de autorização do Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e se configura como título minerário que outorga o direito de realizar a pesquisa mineral (SILVA, 2015, p. 529).

E a **concessão de lavra** depende de portaria de concessão do Ministro de Estado de Minas e Energia, que se configura como título minerário de outorga ao titular do direito de lavra, ou seja, o direito de realizar as operações necessárias objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver, até o beneficiamento das mesmas (SILVA, 2015, p. 529).

A autorização de pesquisa é sempre ofertada por prazo determinado, enquanto a concessão de lavra é outorgada por prazo indeterminado, até o esgotamento da jazida, de acordo com estimativa apresentada no Plano de Aproveitamento Econômico aprovado pelo DNPM (SILVA, 2015, p. 530).

De acordo com a Constituição Federal de 1988, os recursos minerais são bens da União (art. 20, IX), ou seja, a propriedade mineral submete-se ao regime de dominialidade pública federal, significando que qualquer recurso mineral existente no País pertence à União.

A Constituição de 1988 instituiu uma separação jurídica entre a propriedade do solo e a propriedade mineral (que incide sobre as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais existentes no imóvel) e atribuiu, à União Federal, a titularidade da propriedade mineral, para o específico efeito de exploração econômica e/ou de aproveitamento industrial.

Mesmo sendo propriedade da União, os recursos minerais podem ser também explorados por concessionários do direito de lavra, que terão a propriedade do produto da lavra. De acordo com o STF, a propriedade sobre o produto da exploração é plena, desde que exista concessão de lavra regularmente outorgada. A competência administrativa para registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos minerais é comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios (CF/1988, art. 23, inciso XI).

A concessão de lavra depende da obtenção de Licença de Operação (LO) expedida pelo órgão ambiental competente. São deveres do titular da concessão de lavra, dentre outros: a) iniciar os trabalhos de lavra no prazo legal; b) lavrar a jazida de acordo com o plano de lavra; c) proceder aos trabalhos de lavra de forma ininterrupta; d) extrair apenas as substâncias autorizadas e comunicar o DNPM sobre a descoberta de nova substância; e) pagar a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM); f) observar os deveres relativos à manutenção da qualidade e segurança do meio ambiente (SILVA, 2015, p. 529).

Ainda em relação às competências definidas pela Carta Magna sobre as riquezas minerais, o legislador constituinte optou por estabelecer competência exclusiva do Congresso Nacional para autorizar, em terras indígenas, a pesquisa e lavra de riquezas minerais, assegurando-se aos índios participação no resultado da lavra (SILVA, 2015, p. 525).

Sobre o tema já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:

É do Congresso Nacional a competência exclusiva para autorizar a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas (CF, art. 49, XVI, e 231, § 3º)⁷, mediante decreto-legislativo, que não é dado substituir por medida provisória. Não a usurpa, contudo, a medida provisória que - visando resolver o problema criado com a existência, em poder de dada comunidade indígena, do produto de lavra de diamantes já realizada, disciplina-lhe a arrecadação, a venda e a entrega aos indígenas da renda líquida resultante de sua alienação. (ADI 3.352-MC, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, julgamento em 02/12/2004, DJ de 15/04/2005).

O Código de Mineração (Decreto-lei 227/1967) dispõe sobre regras direcionadas à indústria de produção mineral, entendida como aquela que abrange a pesquisa mineral, lavra, beneficiamento de minérios, distribuição e comercialização de bens minerais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que os objetivos propostos para esta pesquisa foram alcançados. Foi feita uma descrição de como se desenvolve a atividade de garimpo de ouro em Oiapoque, com destaque para a dinâmica socioambiental desta atividade. De fato, a atividade de garimpo de ouro, nos moldes em que está se desenvolvendo em Oiapoque, apesar de contribuir para a economia do município, traz consigo impactos sociais e ambientais de difícil ou de impossível reparação. Os principais resultados alcançados na pesquisa referem-se aos aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade de garimpo de ouro em Oiapoque.

A atividade é concentradora de renda e traz poucos benefícios para os trabalhadores em termos de capacitação para o trabalho e distribuição de riquezas. De acordo com o que foi observado, trata-se de uma atividade que traz diversos riscos aos trabalhadores, devido à falta de segurança, riscos de acidentes de trabalho, além de claramente descumprir a legislação trabalhista. Os danos ambientais ficam por conta da degradação da cobertura florestal, do desencadeamento de processos erosivos, contaminação das águas superficiais e do lençol freático por óleo e metais pesados, assoreamento e turbidez dos cursos d'água. A saúde das populações ribeirinhas que dependem das águas dos rios para suas tarefas diárias e para sua alimentação à base de peixes fica comprometida devido à contaminação pelo mercúrio, oriundo da atividade garimpeira.

De todo o exposto, o potencial de desenvolvimento da atividade de garimpo de ouro deve levar em consideração a participação das comunidades atingidas no planejamento e execução da atividade, para que fiquem claros para as populações atingidas os benefícios e os prejuízos que a atividade pode trazer. Além disso, é preciso tomar providências para mitigar os danos sociais e ambientais e seguir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista. E, por fim, dado que a atividade de garimpo é transitória, devido ao exaurimento dos recursos, é necessário que se deixe um legado ao término da atividade, com o objetivo de mitigar os danos sociais e ambientais possivelmente causados.

A maior dificuldade encontrada na coleta de dados para a pesquisa foi o levantamento de campo, tendo em vista que os sítios de garimpo estão em locais de difícil acesso dentro da floresta, e é necessário um grande esforço de logística para chegar até eles. Apesar das dificuldades, este objetivo da

pesquisa foi atingido e o levantamento de campo, fartamente ilustrado com fotografias, foi realizado. O que mais causou surpresa na fase de coleta de dados foi a grande quantidade de processos de pedidos de pesquisa e lavra garimpeira em áreas nitidamente demarcadas como Unidades de Conservação, federais e estaduais, e na proximidade das terras indígenas. Caso esses processos sejam deferidos, haverá grande impacto ambiental e social nas Unidades de Conservação e nas populações indígenas.

Para solucionar ou mitigar ou impactos negativos da atividade garimpeira as sugestões são estimular a participação da comunidade local nas decisões que envolvem a atividade, seguir rigorosamente a legislação ambiental e trabalhista e pensar no legado que será deixado após o término da atividade. Os órgãos fiscalizadores devem se fazer mais presentes no controle da atividade e o uso de mercúrio deve ser definitivamente banido. Este trabalho pode servir de base aos órgãos responsáveis pelo planejamento e execução de políticas públicas referentes ao meio ambiente, geração de emprego e renda e desenvolvimento regional no Estado do Amapá.

NOTAS

1 Ressalta-se que num primeiro momento deste artigo, Oiapoque é compreendida como região, categoria de análise que considera o contexto histórico de sua formação, ressaltando os vínculos transfronteiriço [sic] que delegam ao Oiapoque particularidades, inclusive ao desenvolvimento regional (ALMEIDA; RAUBER, 2017, p. 476).

2 Os Parques Nacionais são Unidades de Conservação de proteção integral cujo objetivo é a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA; 2010, p. 349).

3 As Florestas Estaduais são Unidades de Conservação de uso sustentável cujo objetivo é o múltiplo uso sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas (DRUMMOND; FRANCO; OLIVEIRA; 2010, p. 349).

4 São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições (art. 231, § 1º, CONSTITUIÇÃO FEDERAL/1988).

5 A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico de recursos minerais.

6 Entre março de 2010 e outubro de 2013, cientistas coletaram 46 amostras de sedimentos, de solo e de águas superficiais. Coletaram também 317 peixes e 111 amostras de cabelos humanos entre as populações dos indígenas Wayãpis e Teko, comunidades indígenas fixadas em diferentes pontos da bacia do rio Oiapoque. Os resultados a que chegou a equipe pluridisciplinar chefiada por Laurence Maurice, especialista em geoquímica ambiental do IRD, mostram que as populações indígenas estão contaminadas por conta do seu regime alimentar. Grandes consumidores de peixes, pescados nessas águas poluídas por mercúrio, as populações das comunidades à margem do rio apresentam elevadas taxas de concentração (Fonte: <https://m.lalere.francetvinfo.fr/guyane/recherche>. Acesso em 04/06/2019 (tradução livre)).

7 Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. **Oiapoque, aqui começa o Brasil**: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. *Redes*, Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

AMAPÁ. Governo do Estado do Amapá. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA). **Diagnóstico do Setor Mineral do Estado do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010.

BASTOS, C. M. C. B.; BRITO, D. C.; GARCIA, S. P. Território e questões ambientais na terra indígena Uaçá – Oiapoque/AP. **Planeta Amazônia**: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, n. 7, p. 149-169, 2015.

BRASIL. ICMBio. **Aves do Parque Nacional do Cabo Orange**: guia de campo. Macapá: ICMBio/Cemave, 2008.

BRASIL. Senado Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 2016.

BRASIL. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ. **Laudo Pericial Criminal nº 443/2018**. Macapá: Setor Técnico-Científico da Polícia Federal, 2018.

BRASIL. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NO AMAPÁ. **Relatório Final do Inquérito Policial nº 33/2015**. Macapá: Diretoria Regional Executiva da Polícia Federal, 2017.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Espaço geográfico, produção e movimento**: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, n. 22, p. 461-474, dez. 2010.

DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. A.; OLIVEIRA, D. Uma análise sobre a história e a situação das unidades de conservação no Brasil. In: GANEM, R. S. **Conservação da biodiversidade: legislação e políticas públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2010.

IPT. Instituto de Pesquisas Tecnológicas. Curso de geologia de engenharia aplicada a problemas ambientais. São Paulo: IPT, 1992.

LIMA, D. P. **Avaliação da contaminação por metais pesados na água e nos peixes da bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Amazônia, Brasil**. (Dissertação de Mestrado). Macapá: Universidade Federal do Amapá, 2013.

MARGARIT, E. O planejamento regional e a luta dos povos tradicionais pela terra na fronteira franco-brasileira. **Revista Política e Planejamento Regional**. Rio de Janeiro, vol. 6, nº 1, janeiro a abril de 2019, p. 23-38.

MARGARIT, E. Integração do Amapá ao circuito produtivo da soja. **Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**. Grajaú-MA, v. 4, n. 12, p. 108-119, jan./2018.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Nota de Coordenação Doutrinária 001/2019**. Extração Mineral Irregular. Macapá: 34º BIS, 2019.

PENNA, C. G. **Efeitos da mineração no meio-ambiente**. Jornalismo Ambiental. Disponível em <http://www.oeco.com.br/colunas/carlos-gabaglia-penna/20837-efeitos-da-mineracao-no-meio-ambiente/>. Acesso em 21/01/2019.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVA, J. M. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá – Guiana Francesa. **História Revista**, 10 (2): p. 273-298, jul./dez./2005.

SILVA, R. F. T. **Manual de Direito Ambiental**. 5ª. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

SOARES, C. L.; CHELALA, C. **O caso de Vila Brasil no Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque**. PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, Macapá, nº 2, Dez. 2009.

SUPERTI, E.; SILVA, G. V. **Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica**: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. *Revista Intellector*. Rio de Janeiro, Ano XI, vol. XI, nº 22, Jan./Jun./2015. ISSN: 1807-1260.

2

A ANÁLISE DO PADRÃO ESPACIAL DO DESMATAMENTO DE CORTE RASO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE / AP, ENTRE OS ANOS DE 2000 E 2017

Tatiane Costa da Silva
Alexandre Luiz Rauber

INTRODUÇÃO

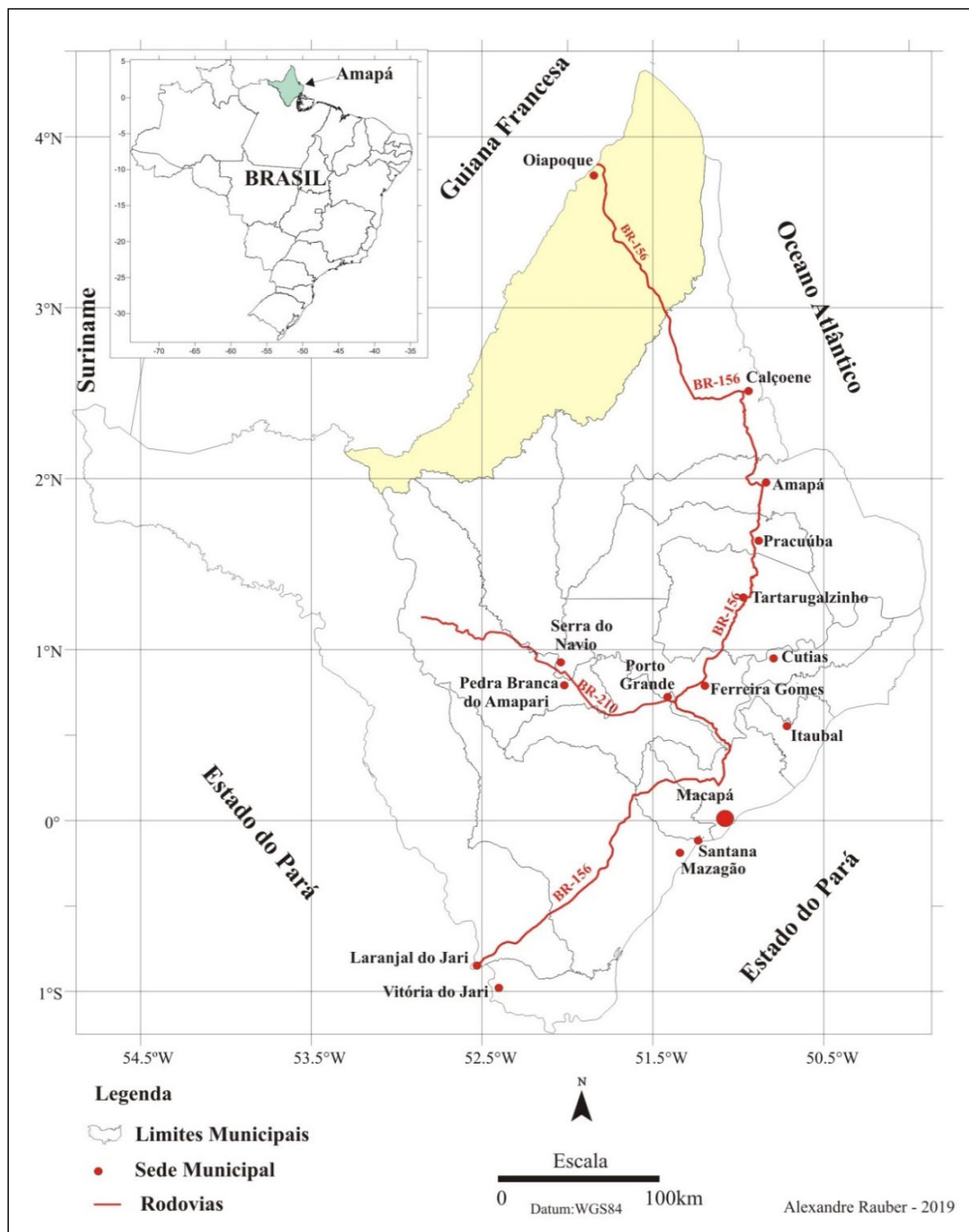
O município de Oiapoque se encontra localizado no extremo norte do Estado do Amapá, cerca de 590 km da capital Macapá, sendo o 4º município mais populoso com aproximadamente 27.270 habitantes segundo o IBGE (estimativa 2019) é o 2º maior em extensão territorial com 22. 625, 286 km², sendo que quase 85% dessa área é composta pela unidade de paisagem floresta. Faz limite com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, além de fazer fronteira com a Guiana Francesa e ser banhado pelo Oceano Atlântico – Figura 1.

O município de Oiapoque apresenta um conglomerado de Áreas Protegidas (de uso integral ou sustentável) em seu território, tais como Unidades de Conservação e Terras Indígenas. Conforme o Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES, em 2018, cerca de 18.000 km² (1.800.000 hectares) dos seus 22.642 km² são remanescentes de floresta, ocupando 79,49% da área municipal sendo a unidade de paisagem dominante no município.

Conforme Rauber (2019), o desmatamento de corte raso no município de Oiapoque ocorre principalmente devido à ação antrópica pelas atividades agropecuárias e de exploração madeireira, realizadas pelos atores intervenientes tanto nas Terras Indígenas, Assentamentos Rurais, Unidades de Conservação Federal e Estadual e áreas de pecuária em trechos junto à rodovia BR-156.

O objetivo geral dessa pesquisa consistiu em analisar o padrão multitemporal e espacial do desmatamento de corte raso sobre os limites de usos existentes no município de Oiapoque. Já os objetivos específicos são: mapear as áreas desmatadas por corte raso entre 2000 e 2017 no município de Oiapoque; analisar o padrão espacial das áreas desmatadas sobre os diferentes limites de usos (Assentamentos Rurais, Terra Indígenas, Parques Nacionais e Floresta Estadual do Amapá) e apontar as tendências em relação à evolução da pressão antrópica a partir do padrão de distribuição temporal e espacial dos desmatamentos de corte raso no município de Oiapoque.

Figura 1 - Localização do Município de Oiapoque/AP.



Fonte: Rauber, 2019.

O intuito desta pesquisa foi fazer uma análise quantitativa e qualitativa da ocorrência de desmatamento de corte raso no Município de Oiapoque, para compreender onde ocorre esse processo e verificar se esta atividade está se intensificando ao longo dos anos. Para que os objetivos da pesquisa fossem alcançados, a metodologia consistiu em: levantamento bibliográfico relacionado à categoria de análise paisagem; coleta de dados do PRODES e sistematização desses dados; e produção de mapas temáticos e tabelas onde apontam a evolução multitemporal do desmatamento do município de Oiapoque ao longo de 18 anos.

Uma das propostas do estudo foi a realização do mapeamento das áreas afetadas para analisar como se comporta a evolução e os padrões do desmatamento de corte raso. Para isso, foram utilizadas técnicas de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto a partir da coleta de dados do PRODES, que consistem em tecnologias que servem como instrumento que auxiliam no levantamento de informações georeferenciadas, que com o uso de sistemas de informações geográficas possibilitam a geração de informações essenciais para o planejamento e análise ambiental para diversas áreas e interesses da ciência geográfica e áreas afins.

MÉTODOS E METODOLOGIA

Para a execução da pesquisa foram realizadas a coleta, a seleção, a quantificação e o levantamento da ocorrência de desmatamento de corte raso no município de Oiapoque no período de 2000 a 2017, disponibilizados pela base de dados com informações pelo Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica por Satélite – PRODES/INPE, que monitora por satélite o desmatamento por corte raso na região amazônica desde o final da década de 1980.

Os dados de desmatamento de corte raso foram organizados e sobrepostos aos limites municipais utilizando como ferramenta o software TerraView, sobretudo para a seleção, sobreposição e análise das manchas de desmatamento nos limites de uso existentes (Assentamentos Rurais, Terra Indígenas, Parques Nacionais e Floresta Estadual do Amapá). Foram produzidos gráficos, tabelas e mapas que exemplifiquem melhor esse padrão de distribuição temporal e espacial. O software TerraView é um visualizador de dados geográficos armazenados em um banco de dados com uma série de ferramentas de análise espacial e de produção de mapas temáticos.

Trata-se de uma pesquisa formulada a partir de dados quantitativos e qualitativos, que consistem na coleta de dados secundários do PRODES, que é um projeto do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE que realiza desde 1988 o monitoramento do desmatamento por corte na Amazônia Legal por imagem de satélite. O PRODES faz uso do LANDSAT (20 a 30 metros de resolução espacial e taxa de revisita de 16 dias) numa busca de amenizar o problema de cobertura das nuvens e garantir critérios de interoperabilidade. A área mínima mapeada pelo PRODES é de 6,25 hectares. As estimativas do PRODES são consideradas confiáveis pelos cientistas nacionais e internacionais. Esse sistema tem demonstrado ser de grande importância para ações e planejamento de políticas públicas da Amazônia. Resultados recentes: a partir de análises realizadas com especialistas independentes, houve indicação do nível de precisão próximo a 95% (Kintisch, 2007). Conforme PRODES/INPE, o projeto PRODES realiza o monitoramento por satélite do desmatamento por corte raso na Amazônia Legal e produz, desde 1988, as taxas anuais de desmatamento na região, que são usadas pelo governo brasileiro para o estabelecimento de políticas públicas. As taxas anuais são estimadas a partir dos incrementos de desmatamento identificados em cada imagem de satélite que cobre a Amazônia Legal.

Foram produzidos gráficos, tabelas e mapas que apresentam o padrão de distribuição temporal e espacial do desmatamento de corte raso nas diferentes áreas utilizadas pelos atores. Foram realizados trabalhos de campo para a verificação de algumas áreas de interesse (pontos de localização com coordenadas, fotografias, etc.) O principal método utilizado na pesquisa foi o descritivo analítico, pois as análises foram construídas a partir das quantificações e padrões observados no comportamento do desmatamento de corte raso de acordo com o recorte espacial e temporal do município de Oiapoque.

O desmatamento de corte raso no município de Oiapoque

Entre os 16 municípios do estado do Amapá, no ano de 2017, o município de Laranjal do Jari apresentou a maior taxa de remanescente de floresta com 30.565,8 km², representando a menor taxa de desmatamento estadual na unidade de paisagem floresta com 0,65% da área municipal, área em grande parte abrangida pelo Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque. O município de Cutias apresenta as maiores taxas de desmatamento estadual com 45,07% dos 413,8 km² de sua cobertura florestal original no período entre os anos de 1998 e 2017 – Tabela 1.

Conforme os dados da série histórica do PRODES/INPE, entre os anos de 1998 e 2017, o desmatamento de corte raso no estado do Amapá suprimiu aproximadamente 3.000 km², que representa 2,8% do total de floresta remanescente existente no ano base de 1998 – Tabela 1.

Tabela 1 - Desmatamento de corte raso nos municípios do estado do Amapá entre os anos de 1998 e 2017.

Município	Área Municipal (km ²)	Remanescente de Floresta em 2017 (km ²)	Desmatamento entre 1998 e 2017 (km ²)	Desmatamento entre 1998 e 2017 (%)	Desmatamento entre 1998 e 2017 na unidade de paisagem Floresta (%)
Amapá	9.186	3.189,8	109,8	3,60	3,44
Calçoene	14.283	11.967,7	192,4	6,31	1,61
Cutias	2.117	413,8	186,5	6,12	45,07
Ferreira Gomes	5.047	3.194,3	143,6	4,71	4,49
Itaubal	1.704	411,9	93,2	3,06	22,62
Laranjal do Jari	30.974	30.565,8	198,6	6,51	0,65
Macapá	6.419	1.936,5	411,5	13,50	21,25
Mazagão	13.140	11.421,1	124,5	4,08	1,09
Oiapoque	22.642	18.400,6	214,3	7,03	1,16
Pedra B. A.	9.495	9.246,3	244,5	8,02	2,64
Porto Grande	4.407	3.383,6	364,2	11,95	10,76
Pracuúba	4.965	3.636,3	83,6	2,74	2,30
Santana	1.578	518,0	75,7	2,48	14,61
Serra do Navio	7.762	7.680,5	72,4	2,37	0,94
Tartarugalzinho	6.718	2.977,5	325,1	10,66	10,92
Vitória do Jari	2.481	1.763,4	208,2	6,83	11,81
Total	142.918	105.707,1	3.048,1	100	2,88

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 1998/2017.

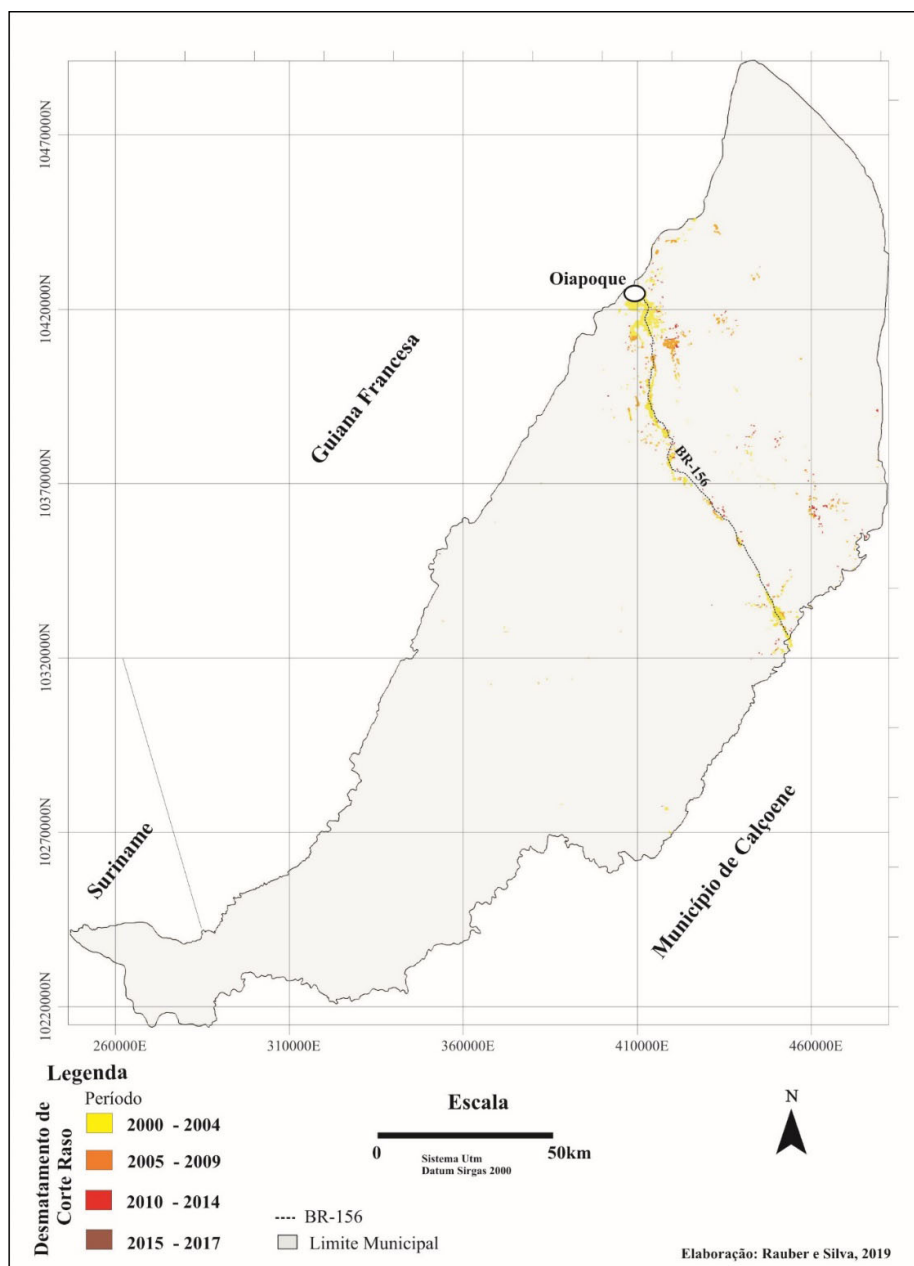
No município de Oiapoque ocorreu acentuada diminuição do desmatamento de corte raso na série histórica. No período 2000/04 apresentou uma área de 10.107,86 hectares com uma média de 2.021,51 hectares/ano. No período 2005/09 foram desmatados 7.188,62 hectares com uma média de 1.437,72 hectares/ano. No período 2010/14 foram desmatados 1.628,17 hectares com uma média de 325,74 hectares/ano. No período entre 2015/17 foram desmatados 347,46 hectares com uma média anual 115,82 hectares de desmatamento - Tabela 2.

Tabela 2 - Desmatamento de corte raso no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.

Período	Total do Município (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	10.107,86	2.021,57
2005 a 2009	7.188,62	1.437,72
2010 a 2014	1.628,71	325,74
2015 a 2017	347,46	115,82
Total	19.272,65	1.070,70

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017.

Figura 2 - Desmatamento de corte raso no Município de Oiapoque, 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Elaborado a partir da Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

O desmatamento no município de Oiapoque ocorre principalmente acompanhando as margens da rodovia BR156 – Figura 2 - que constitui a principal via de acesso da cidade com a capital Macapá. Verifica-se que na porção norte nas proximidades da cidade de Oiapoque ocorreu as maiores áreas de desmatamento entre os anos de 2000 e 2004, ocasionadas principalmente por projetos agropecuários ao longo da rodovia BR-156.

O desmatamento de corte raso em terras indígenas

As Terras Indígenas no município de Oiapoque abrangem 518.454 hectares, representando 22,91% da área municipal. Conforme Rauber (2019) a agricultura de subsistência constitui a maior parte da pressão antrópica nas Terras Indígenas, sobretudo com cultivos em área da unidade de paisagem floresta, “roças” com o tamanho médio entre 2 a 5 hectares localizadas nas proximidades do eixo da BR-156 e nas cercanias das aldeias.

Figura 3 - Áreas de desmatamento de corte raso para agricultura de subsistência no entorno de uma aldeia indígena do município de Oiapoque, em 2017.



Fonte: Rauber, 2017 – Levantamento de campo utilizando Vant.

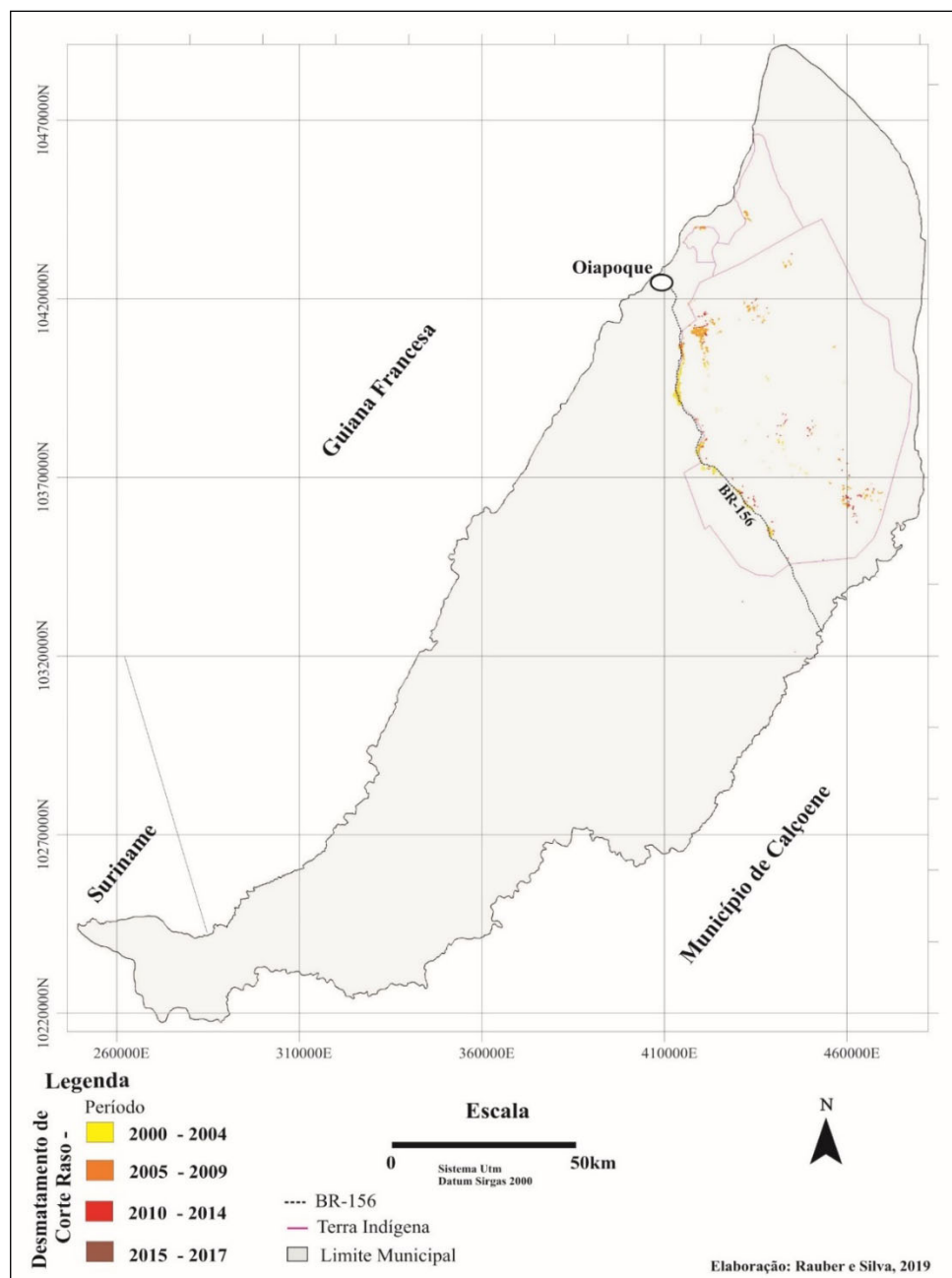
O desmatamento em Terras Indígenas apresentou significativa diminuição dentro do recorte temporal de 18 anos mapeados nesta pesquisa - Tabela 3. Foi detectado entre os anos de 2000 e 2017 o desmatamento de corte raso de 7.051,18 hectares, com uma média anual de 391,73 hectares/ano, representando 1,36% da área abrangida por Terras Indígenas no município de Oiapoque.

Tabela 3 - Desmatamento de corte raso em Terras Indígenas no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.

Período	Desmatamento (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	3.327,85	665,57
2005 a 2009	2.481,34	496,26
2010 a 2014	1.008,03	201,60
2015 a 2017	233,96	77,98
Total	7.051,18	391,73

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017.

Figura 4 - Desmatamento de corte raso em Terras Indígenas no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Elaborado a partir da Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

No período entre 2000/04 ocorreu o desmatamento de 3.357,85 hectares com uma média de 665,57 hectares/ano. No período 2005/09 ocorreu o desmatamento de 2.481,34 hectares com uma média anual de 496,26 hectares/ano. No período 2010/2014 verificou-se o desmatamento de 1.008,03 hectares com uma média anual de 201,60 hectares/ano. No período 2015/17 detectou-se 233,96 hectares com média anual de 77,98 hectares/ano, representando significativa redução em relação aos períodos anteriores na série histórica analisada. As áreas de desmatamento de corte raso em Terras Indígenas, concentram-se principalmente em torno das Aldeias Manga, Kumarumã e Kumenê, bem como nas proximidades das aldeias no eixo da rodovia BR-156 que atravessa a Terra Indígena Uaçá – Figura 4.

O desmatamento de corte raso em assentamentos rurais

No município de Oiapoque existem atualmente dois Assentamentos Rurais, ambos pertencentes à jurisdição do INCRA, o Assentamento Rural Vila Velha do Cassiporé que está localizado na porção sul do município e o Assentamento Rural Igarapé Grande na porção norte do município nas proximidades da cidade de Oiapoque. Conforme Rauber (2019, p.107) o Assentamento Rural Vila Velha do Cassiporé, foi criado no ano de 1999 e abrange uma área de 28.000 hectares inseridos na unidade de paisagem floresta. Já o Assentamento Rural Igarapé Grande, foi criado no ano de 2002 e abrange uma área de 3.662 hectares inseridos na unidade de paisagem floresta. Os dois Assentamentos Rurais no município de Oiapoque correspondem a somente 1,40% da área municipal.

Figura 5 - Área com desmatamento de corte raso no Assentamento Rural do Primeiro do Cassiporé junto ao rio Cassiporé e BR-156 no município de Oiapoque/AP, 2017.



Fonte: Rauber, 2017 – Levantamento de campo utilizando Vant.

Conforme Batista (2009), utilizando-se de técnicas de Sensoriamento Remoto, através da sobreposição dos polígonos gerados pelo Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES/INPE, período 2001-2006, com as delimitações do perímetro dos 25 assentamentos rurais convencionais do INCRA, apontou que os desmatamentos representavam um percentual de 25,5% do total de áreas desmatadas no estado do Amapá. Rauber (2019) aponta que entre os anos de 1988/2017, cerca de 20% do total de desmatamento de corte raso realizado em solo amapaense ocorreu em áreas de floresta em Assentamentos Rurais.

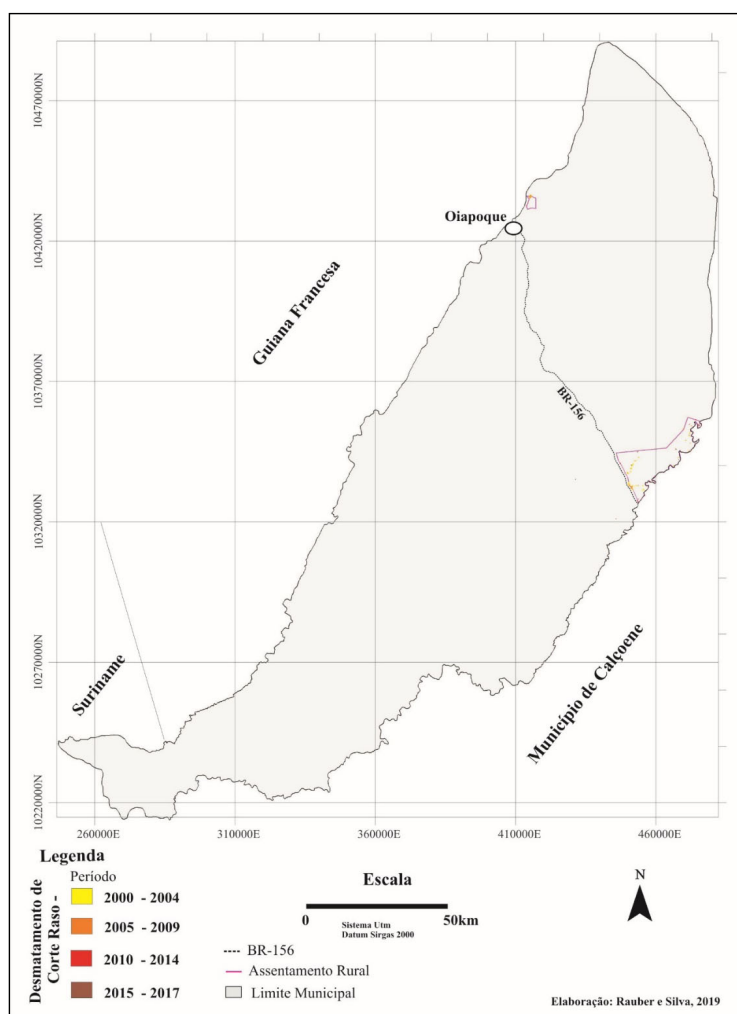
Tabela 4 - Desmatamento de corte raso em Assentamentos Rurais no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017

Período	Desmatamento (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	463,13	92,62
2005 a 2009	415,72	83,14
2010 a 2014	90,45	18,09
2015 a 2017	10,05	3,35
Total	979,35	54,41

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017.

No município de Oiapoque, entre os anos de 2000 e 2017, foram desmatados 979,35 hectares, representando apenas 3,10% do total da área dos dois Assentamentos Rurais. A média anual no período 2000/04 foi de 92,62 hectares/ano e passou para 3,35 hectares/ano no período 2015/17. De acordo com a Tabela 4 é possível afirmar que o desmatamento por hectares sofreu uma leve diminuição entre 2000 até 2009, mas a partir disso houve uma redução drástica entre os anos de 2010 e 2017.

Figura 6 - Desmatamento de corte raso em Assentamentos Rurais no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Elaborado a partir da Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

É possível observar que a maior frequência de desmatamento em assentamentos rurais ocorreu no período de 2000 a 2004 – Figura 6, em especial nas áreas desmatadas no assentamento de Vila Velha do Cassiporé que é o principal responsável, tendo como uma de suas características estar localizado às margens de BR 156, via de escoamento de seus produtos para a capital.

O desmatamento de corte raso nos parques nacionais

No município de Oiapoque existem dois Parques Nacionais que apresentam características de unidades de proteção integral. O Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque (inserido na unidade de paisagem floresta) e o Parque Nacional do Cabo Orange (inserido quase na totalidade na unidade de paisagem campo alagado), juntos ocupam mais da metade do território municipal. Nessas unidades de conservação integral, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, não são autorizadas a permanência de pessoas e de atividades econômicas dentro e no entorno de Parques Nacionais, porém nem sempre a legislação é respeitada.

O desmatamento de corte raso na série histórica foi de 194,45 hectares – Tabela 5 - representando somente 0,01% da área abrangida pelos Parques Nacionais no município de Oiapoque. O desmatamento em Parques Nacionais teve pouca oscilação tanto por hectares quanto pela média anual e representaram somente 1,01% do total de desmatamento ocorrido no município de Oiapoque entre os anos 2000 e 2017.

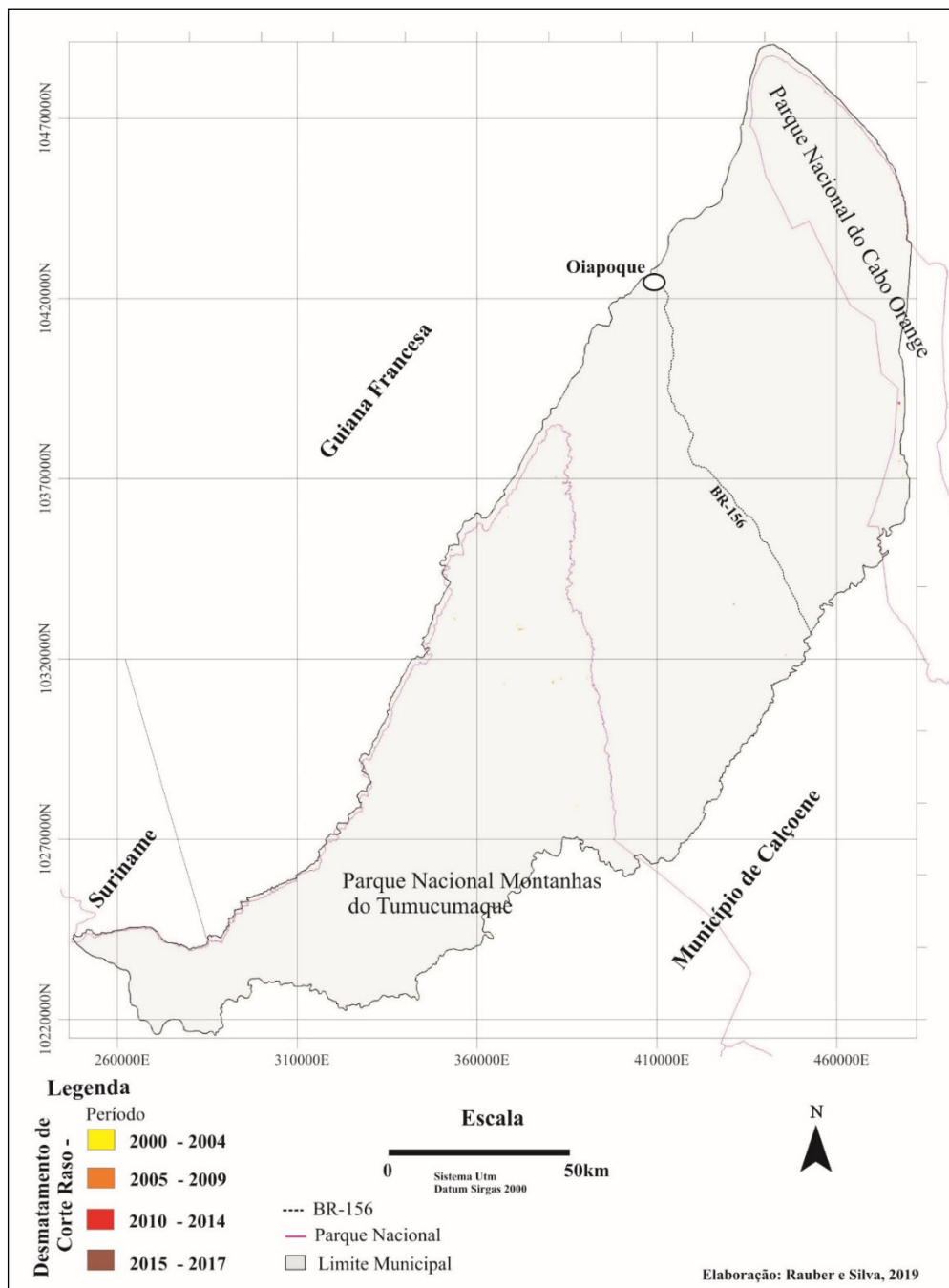
Tabela 5 - Desmatamento de corte raso em Parques Nacionais no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017

Período	Desmatamento (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	28,09	5,62
2005 a 2009	116,19	23,24
2010 a 2014	40,93	8,18
2015 a 2017	9,24	3,08
Total	194,45	10,82

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017

As áreas identificadas com desmatamento de corte raso dentro dos limites do Parque Nacional das Montanhas do Tumucumaque estavam localizadas nas proximidades da FLOTA na parte central do município e duas áreas dentro dos limites no Parque Nacional do Cabo Orange nas proximidades do Assentamento Rural de Vila Velha do Cassiporé e Terra Indígena Uaçá na porção sul municipal – Figura 7.

Figura 7 - Desmatamento de corte raso em Parques Nacionais no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

O desmatamento de corte raso na FLOTA

A Floresta Estadual do Amapá – FLOTA, é uma unidade de conservação de uso sustentável criada no ano de 2007. Segundo Rauber (2019), a FLOTA é destinada principalmente para concessões para a exploração madeireira e está espacializada em quase sua totalidade dentro da unidade de paisagem floresta no estado do Amapá. Ocupa 10,55% da área estadual com uma área de 2,36 milhões de hectares e no município de Oiapoque abrange em torno de 25% do território municipal.

Figura 8 – Área de desmatamento de corte raso na FLOTA/AP no município de Oiapoque/AP, 2017.



Fonte: Rauber, 2017 – Levantamento de campo utilizando Vant.

Entre os anos de 2000 e 2017, foram desmatados 1.951,59 hectares, representando apenas 0,34% do total da área da FLOTA no município de Oiapoque. A média anual no período 2000/04 foi de 166,23 hectares/ano e passou para 13,67 hectares/ano no período 2015/17. Verificou-se que o desmatamento por hectares sofreu um leve aumento entre 2000 e 2009, e uma redução drástica entre os anos 2010 e 2017 – Tabela 6.

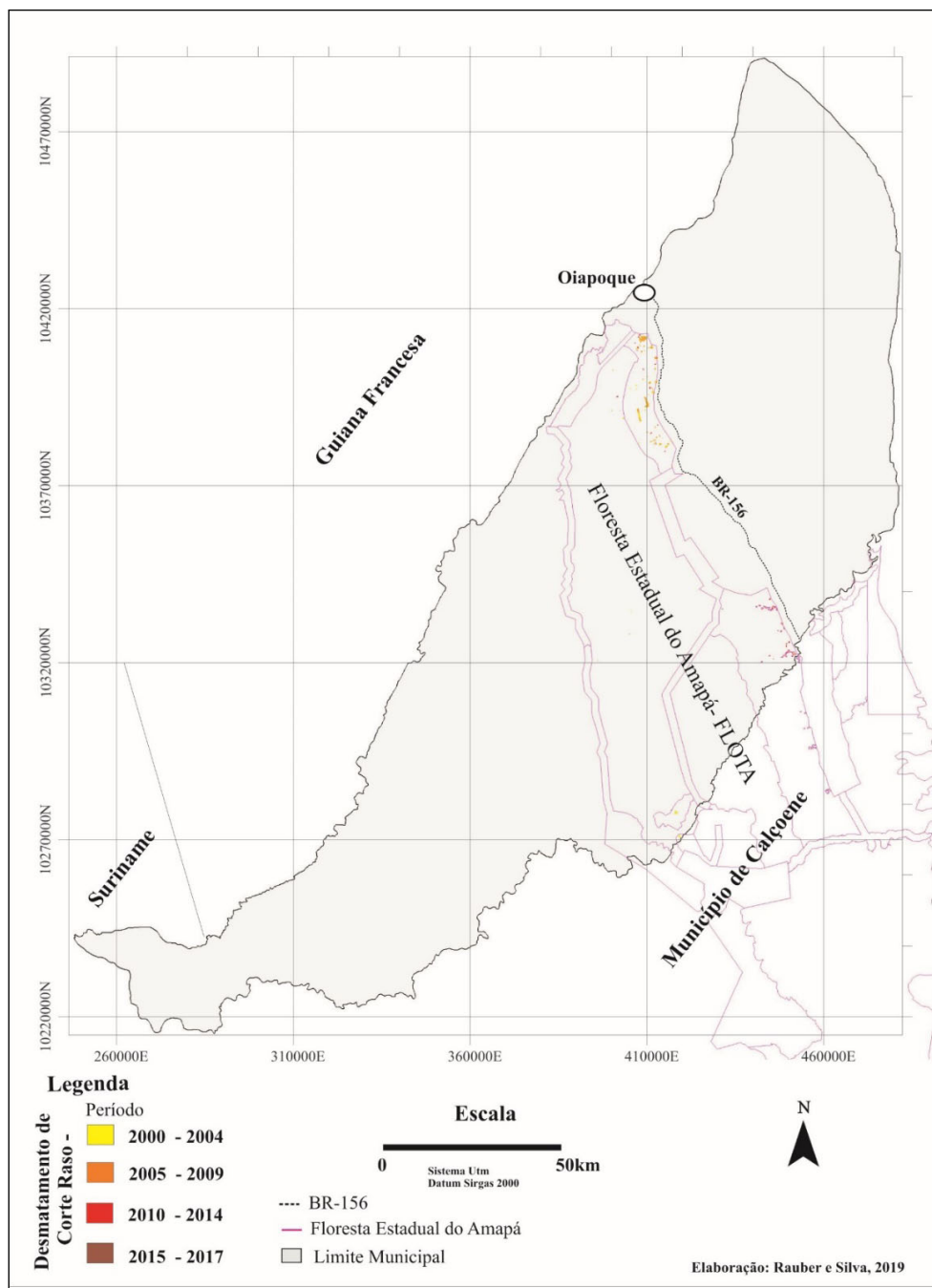
Tabela 6 - Desmatamento de corte raso na Floresta Estadual do Amapá – FLOTA no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.

Período	Desmatamento (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	831,16	166,23
2005 a 2009	876,58	175,31
2010 a 2014	202,83	40,56
2015 a 2017	41,02	13,67
Total	1.951,59	108,39

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017.

As áreas de desmatamento de corte raso nos limites da FLOTA inseridas na poligonal dos limites municipais de Oiapoque, concentram-se principalmente na porção nordeste e sudeste nas proximidades do eixo da rodovia BR-156 – Figura 9.

Figura 9 - Desmatamento de corte raso na Floresta Estadual do Amapá – FLOTA no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

O Desmatamento de corte raso nas demais áreas municipais

As demais áreas municipais constituem as áreas que não estão delimitadas como Terra Indígena, Parque Nacional, Assentamento Rural e FLOTA são áreas constituídas principalmente pela a mancha urbana de Oiapoque e seu entorno e as áreas com atividades agropecuárias junto ao eixo da rodovia BR-156 na porção norte do município. Essa área abrange em torno de 5% do território municipal.

Figura 10 – Área de desmatamento de corte raso para utilização de atividade pecuária junto ao eixo da rodovia BR-156 nas proximidades da cidade de Oiapoque/AP.



Fonte: Rauber, 2017 – Levantamento de campo utilizando Vant.

Verificou-se que ocorreram o desmatamento da modalidade corte raso em 9.096,08 hectares entre os anos de 2000 e 2017, representando 47,19% do total de desmatamento ocorrido no município no período e abrangendo cerca de 8% da área ocupada por esta classe.

A média anual no período 2000/04 foi de 1.120,12 hectares/ano e passou para 5,76 hectares/ano no período 2015/17. Verificou-se que o desmatamento por hectares apresentava índices consideráveis entre 2000 e 2009, e ocorre uma redução drástica entre os anos 2010 e 2017 – Tabela 7.

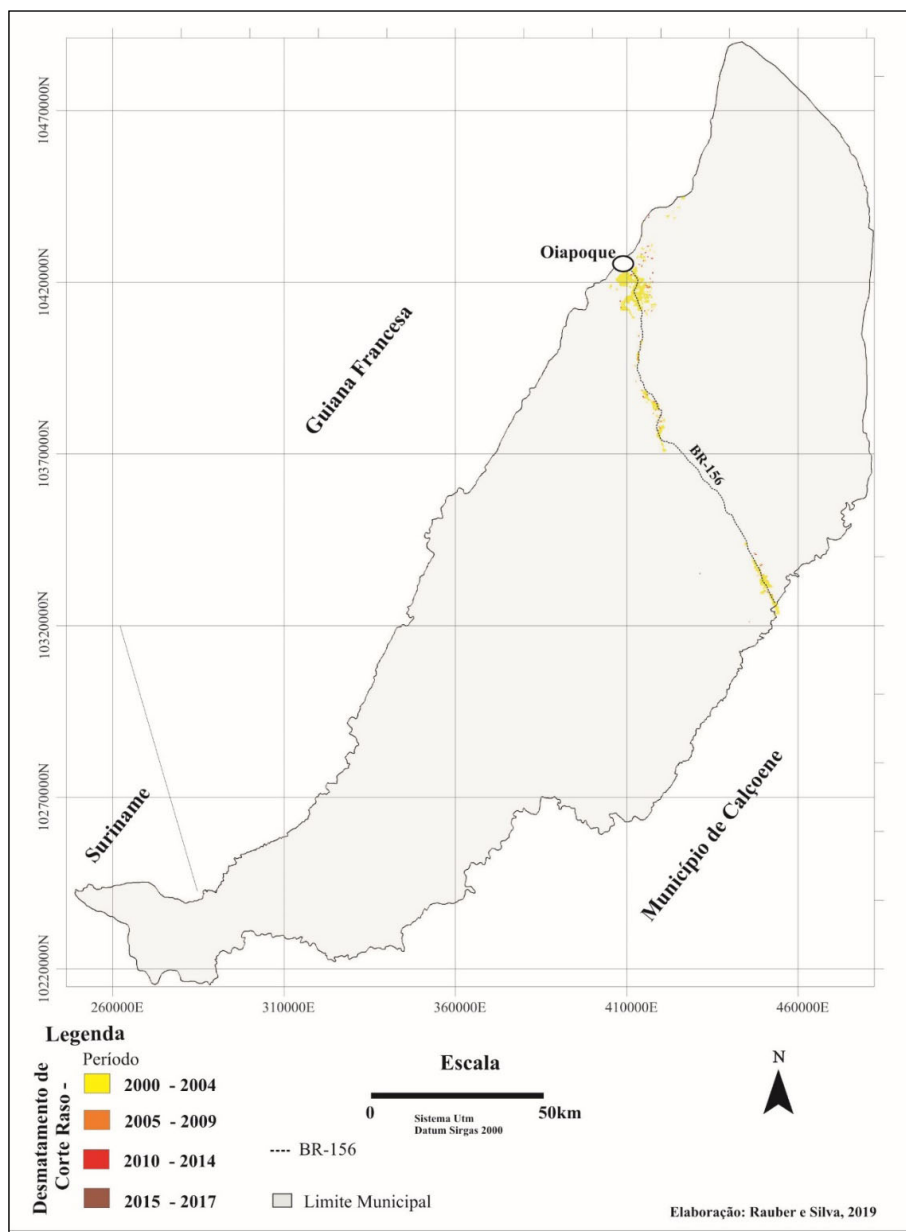
Tabela 7 - Desmatamento de corte raso nas demais áreas no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.

Período	Desmatamento (hectares)	Média Anual – Hectares/Ano
2000 a 2004	5.600,61	1.120,12
2005 a 2009	3.166,89	633,37
2010 a 2014	299,78	59,95
2015 a 2017	28,81	5,76
Total	9.096,08	505,33

Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de PRODES/INPE – Série Histórica 2000/2017.

As áreas de desmatamento na modalidade corte raso na classe das demais áreas municipais concentraram-se principalmente nas proximidades da cidade de Oiapoque e junto ao eixo esquerdo da rodovia BR-156 no sentido Oiapoque/Macapá até o KM-50 – Figura 11.

Figura 11 - Desmatamento de corte raso nas demais áreas no município de Oiapoque – 2000/2004, 2005/2009, 2010/2014 e 2015/2017.



Fonte: Rauber e Silva, 2019. Adaptado de Série Histórica 2000/2017 – PRODES/INPE.

A maior parte dos desmatamentos ocorreram em razão da implantação de áreas de pecuária junto ao eixo da rodovia BR-156 nas proximidades da cidade de Oiapoque principalmente nos meados da década 2000.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados sobre o desmatamento de corte raso no município de Oiapoque e nas áreas de influência dos atores intervenientes na série histórica evidenciam uma sensível diminuição da pressão antrópica de transformação da paisagem na unidade de paisagem floresta, sobretudo a partir de 2010. Conforme Rauber (2019) no estado do Amapá na última década a diminuição das taxas de desmatamento foi

causada por alguns fatores como a consolidação dos desmatamentos para atividades agropecuárias nos lotes ocupados nos assentamentos rurais; a não criação de novos assentamentos rurais na última década; e a criação da FLOTA, que definiu um regramento e maior fiscalização sobre uma área de mais de 2 milhões de hectares com concessões de exploração madeireira, barrando o avanço de projetos agropecuários nessa unidade de Conservação Sustentável.

Verificou-se que as taxas de desmatamento de corte raso no município de Oiapoque estão diminuindo na série histórica; entre os anos de 2000 e 2017 ocorreu a diminuição gradativa das taxas de desmatamento de corte raso, que passou 2.021,57 hectares/ano no período 2000/04 para 115,82 hectares/ano período 2015/17.

A hipótese de que os desmatamentos de corte raso ocorrem com maior intensidade sobre os limites dos Assentamentos Rurais e com menor frequência sobre as Unidades de Conservação e Terras Indígenas no município de Oiapoque se confirma em parte. Dos 19.272,65 hectares de floresta desmatada com corte raso entre os anos de 2000 e 2017, somente 5,10% ocorreram dentro dos limites de Assentamentos Rurais. A maior parte dos desmatamentos no período ocorreram nas Terras Indígenas (36,59%), Demais Áreas do Município – Projetos Agropecuários junto a BR-156 e Entorno da cidade de Oiapoque (47,17%) e dentro dos limites da FLOTA (10,13%). As menores taxas na série histórica ocorreram nos Assentamentos Rurais (5,10%) e nos Parques Nacionais (1,01%).

Em termos gerais, constatou-se que o desmatamento de corte raso entre os anos 2000 e 2017 no município de Oiapoque apresentou drástica redução causada principalmente pela diminuição da pressão antrópica ocasionada pela criação e existência das Unidades de Conservação e Terras Indígenas que barram a criação de novos projetos agropecuários em Assentamentos Rurais e demais áreas municipais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S; RAUBER, A. L. **Oiapoque aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul, RS: revista redes, 2017.
- BATISTA, E. M. O desmatamento em Projetos de Colonização e Reforma Agrária situados no Estado do Amapá. Natal, **INPE: Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, 2009. P. 5633-5639.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Modelagem dos sistemas ambientais**. 1ª edição – São Paulo: Blucher, 1999.
- DOMINGUES, E. (Coord.) et al. **Cobertura e Uso da Terra no Estado do Amapá**. Rio de Janeiro: IBGE, Relatório Técnico: 2004. 137
- DRUMONT, J. A. PEREIRA, M. A. **O Amapá nos tempos do manganês: Um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico – 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- FILOCREÃO, A. S. M. Formação socioeconômica do Estado do Amapá. In: CASTRO, E.; CAMPOS, I. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. p. 97-172.
- FILOCREÃO, A. S. M; SILVA, I. C da. A política de assentamentos rurais no Estado do Amapá. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 3, p. 145-171, dez. 2016
- FITZ, P. R. **Cartografia Básica**. São Paulo: Oficina de Textos, 2018. 143p
- GARCIA, S. P.; BASTOS, C. M. C. B. Representações Sociais na História Recente dos Povos Indígenas do Oiapoque/AP. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Nº 2. Dez. 2009.

GUERRA, A. J. T.; MENDONÇA, J. K. S. Erosão dos Solos e a Questão Ambiental. In: VITTE, A. C.; GUERRA, A. T. **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2010. 282p

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Uso da Terra no Estado do Amapá**: projeto levantamento e classificação do uso da terra. Macapá, 2010.

IEPA – **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá** – Primeira Aproximação do ZEE. Macapá, 2008.

INPE/PRODES - **Série histórica de desmatamento de corte raso 2000/2017** – Disponível: <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php><http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>

INPE – **Manual das funções básicas do TerraView** – Disponível: <http://www.dpi.inpe.br>

MAXIMIANO, L. A. **Considerações sobre o conceito de paisagem**. R. RA'EGA, Curitiba, n. 8, p. 83-91, 2004. Editora UFPR

RAUBER, A. L. **A dinâmica da paisagem no estado do Amapá**: análise socioambiental para o eixo de influência das rodovias BR-156 e BR-210. Tese de Doutorado. IESA/UFG. 2019. 232p.

SOUZA, R. B. **Sensoriamento Remoto**: conceitos fundamentais e plataformas. Divisão de Sensoriamento Remoto. Santa Maria, RS: INPE, 2010.

SILVA, G. de V. **Oiapoque**: potencialidades e caminhos neste século XXI. Macapá. UNIFAP, 2014. 150p.

3

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL DO CERRADO: UM ESTUDO DO INSTRUMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO AMAPÁ

Cassiano Pantoja Gonçalves Neto

Uédio Robds Leite da Silva

INTRODUÇÃO

A proposta de Zoneamento Econômico-Ecológico para o Uso do Cerrado do Estado do Amapá suscitou preocupações por parte da sociedade amapaense quanto à indicação de uso desse importante ecossistema para o circuito produtivo. Assim, o presente estudo buscou a compreensão das implicações da proposta de zoneamento socioambiental do cerrado amapaense para o ordenamento territorial do Estado. Para cumprir o presente objetivo, foi realizada uma análise bibliográfica acerca dos conceitos centrais que sustentam a temática, assim como, consulta a documentos e reportagens de acontecimentos sobre os impactos da proposta junto à sociedade.

Desse modo, um dos documentos analisados foi o relatório técnico do zoneamento socioambiental do cerrado do Estado do Amapá (2016), tendo como suporte o relatório final do zoneamento ecológico-econômico para o cerrado do Amapá, o qual contém um conjunto de indicações de uso e ocupação do ecossistema de cerrado numa perspectiva de ordenamento desses usos. Portanto, as indicações respaldam-se na consulta aos atores sociais usuários do espaço em questão.

As condições intrínsecas a essas práticas são os encaminhamentos, cujos estudos técnicos buscaram compreender as realidades por meio de diversas estratégias com a discussão com os atores envolvidos, os relatórios são apresentados de modo que sejam capazes de ensinar e subsidiar à correta tomada de decisão política.

O Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) se constitui em um instrumento para o ordenamento do uso do solo objetivando desenvolvimento de atividades de acordo com cada área, denominada zona. Para isso, leva-se em conta o uso do solo e ocupação do solo, clima e índice pluviométrico, dentre outras diversas características do ambiente.

O ZEE possui três fases para ser desenvolvido: primeiro precisa de uma visão geral e as articulações dos usos interligados às características físicas e processuais que ocorrem por meio de um diagnóstico onde será verificado como está a situação, o estado das coisas, e depois vem a fase do prognóstico para analisar quais as possibilidades para cada área e as aptidões econômicas; por último, o plano de gestão, que coloca em prática tudo o que foi estudado e definido, de acordo com

Nascimento (2014, p. 84), para o qual:

O Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE) que possibilita uma análise integrada da dinâmica natural e socioeconômica da região, e também uma avaliação do potencial e das limitações dos recursos naturais. Assim, o Decreto 4297/2002 esclarece que: “art. 1.º O Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE, como instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente, obedecerá aos critérios mínimos estabelecidos neste Decreto”. (2014, p. 84).

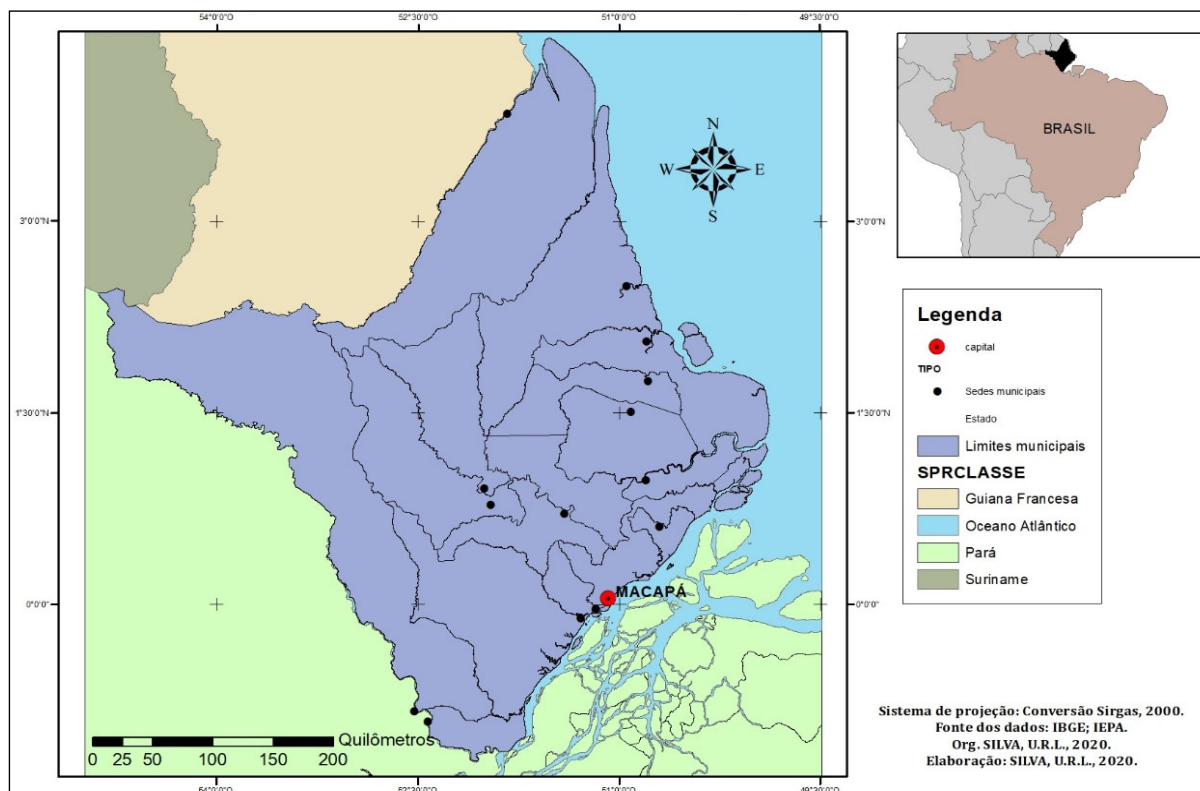
Assim, pode-se perceber o que o ZEE possui uma vertente legal que estabelece procedimentos e diretrizes mínimas que necessitam ser cumpridas, pois o mesmo é considerado parte da Política Nacional de Meio Ambiente.

Outro instrumento legal que trata de questões de ordenamento é o Código florestal brasileiro, 12.651/12 (MILARÉ & MACHADO, 2013) que estabelece normas gerais de proteção para as áreas de preservação da floresta e o controle de incêndios florestais e contém os instrumentos econômicos e financeiros para chegar aos seus objetivos estabelecendo, porém, a necessidade dos Estados, para fazerem o seu ZEE. Dos 26 Estados da Federação, apenas 17 têm o seu ZEE atualizados; alguns desses projetos técnicos já viraram lei, tendo os requisitos necessários para que as atividades econômicas possam ser desenvolvidas de acordo com as orientações técnicas em cada Estado. Alguns Estados estão caminhando de forma variada, uns já estão bem avançados e outros ainda iniciando o seu processo. As federações que já possuem o seu ZEE em constante atualização são: Bahia, Minas Gerais, Amazonas e Pará, já o caso de São Paulo e Rio de Janeiro são alguns dos que estavam em elaboração.

O Estado do Amapá elaborou o Zoneamento Socioambiental do Cerrado amapaense - ZSC, proposta de iniciativa do governo estadual por meio do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá (IEPA), em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA-AMAPÁ). As atividades foram iniciadas com um projeto para propor o ordenamento nas áreas que atualmente são mais acionadas pelo capitalismo agrário, o Cerrado ou as Savanas amapaenses, cujas ações das instituições objetivam identificar as áreas que ainda estavam intactas, fazendo um diagnóstico básico.

Localizado no extremo norte do país, o Estado do Amapá possui sua maior área ao Norte da linha imaginária do equador, tendo uma dimensão de 142.470,762 km² de área, faz limite a leste com o oceano atlântico, ao sul, sudeste e a oeste com o Estado do Pará e a noroeste com a Guiana Francesa e o Suriname, conforme mapa, abaixo (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização do Estado do Amapá, extremo norte da costa brasileira e fronteira com a Guiana Francesa e Suriname.



Fonte: SILVA, 2020.

Concepção acerca de Zoneamento Ecológico-Econômico, bases conceituais e suas interfaces político-institucionais

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a então Secretaria para Assuntos Estratégicos (SAE), da Presidência da República, definiram o ZEE como um “instrumento político e técnico do planejamento, cuja finalidade última é otimizar o uso do espaço e as políticas públicas. Ressalta-se que essa definição é muito apropriada para o instrumento que pretendemos analisar, pois trata-se de um Zoneamento na esfera do Governo, portanto, elaborado a partir dessa base de definição priorizando os aspectos técnicos e políticos.

De acordo com Simões (SIMÕES et al.; 1999), o ZEE é definido como um dos instrumentos para a racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento de atividades e tem a finalidade de dotar o Governo das bases técnicas para espacialização das políticas públicas visando a Ordenação do Território.

Nessa dimensão, segundo Benatti (2004), para que uma ação no ordenamento territorial possa ter sucesso, são necessários quatro elementos fundamentais: a) Elementos jurídicos (normativos): refere-se a base normativa das ações dos diversos atores e setores que fazem uso dos recursos naturais e do território. A regulação dessas ações e das relações entre os envolvidos é crucial para a operacionalização do zoneamento; b) Elementos técnicos (indicativos): constituem-se na construção de alicerces técnicos que darão origem a uma série de ferramentas e de informações que, por sua vez, servirão para a tomada de decisões dos envolvidos no

processo de ordenamento; c) Elementos sociais (participativos): consistem em itens de grande importância, pois sem a participação dos diversos atores sociais responsáveis e diretamente afetados pelo ordenamento no dia-a-dia, este nunca poderá concretizar-se; d) Elementos políticos (institucionais): são importantes para induzir a construção de decisões políticas. Mais ainda, deve-se incorporar ao processo de descentralização uma visão estratégica de definição de competências dentre os atores e setores envolvidos.

O ZEE é ainda considerado como uma poderosa ferramenta de ordenamento territorial, pois conta com as seguintes características (MMA e SAE, 1997): a) é um instrumento técnico de informação sobre o território, necessária para planejar a sua ocupação racional e o uso sustentável dos recursos naturais: provê uma informação integrada em uma base geográfica; classifica o território segundo suas potencialidades e vulnerabilidades; b) é um instrumento político de regulação do uso do território: permite integrar as políticas públicas em uma base geográfica, descartando o convencional tratamento setorializado de modo a aumentar a eficácia das decisões políticas: permite acelerar o tempo de execução e ampliar a escala de abrangência das ações, isto é, aumenta a eficácia da intervenção pública na gestão do território; é um instrumento de negociação entre as várias esferas de governo e entre estas, o setor privado e a sociedade civil, isto é, um instrumento para a construção de parcerias; c) é um instrumento do planejamento e da gestão territorial para o desenvolvimento regional sustentável. Significa que não deve ser entendido como um instrumento apenas corretivo, mas também ativo, e estimulador do desenvolvimento.

BENATTI (2004), classifica o zoneamento de acordo com três concepções distintas: zoneamento “normativista”, que se refere à imposição de restrições e proibições de uso e ocupação dos espaços apoiados na legislação vigente e nas recomendações de ordem técnicas; zoneamento “indicativo” mais apropriado à definição do SAE e MMA, o qual se baseia em um instrumento técnico indicativo para o “planejamento das diferenças” com forte componente dinâmico, e zoneamento “participativo”, cuja denominação garante a participação popular e de todos os setores da sociedade.

Desse modo em à nível federal, para que a base conceitual pudesse ser implementada como política pública, no início dos anos 80, foi instituída a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que se tornou a base filosófica para o gerenciamento do meio ambiente no Brasil e tinha como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, por meio de instrumentos como o zoneamento ambiental. Posteriormente, com a criação da Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE, que contava com a Diretoria de Ordenação Territorial, a qual realizou, entre outros trabalhos, a adequação de conceitos e métodos que orientariam os trabalhos do ZEE e de ordenamento territorial e o plano de ZEE da Amazônia.

Aos estados caberia criar um sistema de administração da qualidade ambiental, proteção e desenvolvimento do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais, com a finalidade de, preservar os ecossistemas essenciais e promover o manejo ecológico de espécies e zelar pelas áreas de preservação dos corpos aquáticos (Art. 313, incisos XI e XII).

A política ambiental no Amapá, a partir de 1995, passa a incorporar o ZEE que passou a ser valorizado como instrumento de planejamento regional. No período entre 1996 e 2003, por meio de recursos financeiros do PPG7 e do Governo do Estado, foi realizado o ZEE da área sul do Estado. Adicionalmente, no âmbito do IEPA, foi criado o Centro de Ordenamento Territorial do Estado, e o Centro de Pesquisas Aquáticas, ambos responsáveis, respectivamente, pelas

ações de ordenamento territorial, em nível regional e, de Ordenamento Costeiro, numa escala sub-regional, haja vista o acelerado processo de uso desse espaço na zona costeira amapaense (Decreto no. 6.320/02).

O Programa de Zoneamento Ecológico Econômico do Estado do Amapá

O Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá (PZEE-AP) tem apresentado grandes avanços no decorrer da sua efetiva existência, desde 1995. De maneira óbvia, seu objetivo principal é subsidiar o planejamento e gestão territorial no sentido do uso sustentável dos recursos naturais e da ocupação ordenada do território e obedece aos princípios e preceitos básicos do respectivo programa nacional. Entretanto, dada à carência de informações socioambientais sistematizadas no Amapá, o PZEE-AP adquiriu outras atribuições do que simplesmente constituir um instrumento de informações técnicas ou mapeamentos que visam contribuir para o planejamento das políticas públicas relevantes ao ordenamento territorial, passando a ser uma fonte invejável de informações para todos os setores da sociedade, sejam órgãos públicos, privados e instituições do terceiro setor ou cidadãos comuns. Isso não só pela carência citada de informações técnicas, mas pelo modo cuidadoso e realista no qual é conduzido, prezando pela capacitação, aprendizado da equipe e formatando parcerias importantes para a sustentação de recursos necessários à execução.

Vários produtos já estão disponíveis ao público para conhecimento e uso; dentre eles o Macrodiagnóstico do Estado do Amapá; Primeira Aproximação do ZEE; Zoneamento Ecológico-Econômico da Área Sul do Estado do Amapá; Detalhamento do ZEE do município de Laranjal do Jari; Detalhamento do ZEE do município de Mazagão.

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro do Estado do Amapá

O Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro - GERCO/AP, constitui um programa de ordenamento territorial que segue diretrizes nacionais, mais especificamente do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e sob a responsabilidade do Departamento de Zoneamento Territorial na Gerência Costeira.

Caracterização do Ordenamento do Cerrado amapaense: implicações para o desenvolvimento do Estado do Amapá

O Zoneamento Socioambiental do Cerrado (ZSC), como instrumento técnico e político, para o ordenamento dos recursos naturais e ecológicos. É uma tentativa de orientar as atividades para o desenvolvimento econômico numa perspectiva de sustentabilidade social e ambiental.

Os estudos do IEPA/EMBRAPA justificam que foi identificado um potencial para a produção de grãos, silvicultura e pecuária, onde as excelentes características do solo, do clima e da localização geográfica permitiriam maior facilidade de escoamento através de uma logística rodo-fluvial (ZEE, 2016). Os estudos afirmam, ainda, que essa área tem o potencial de produção de grãos que apresenta um alto nível de competitividade no mercado internacional.

Segundo Oliveira (2009, p. 25):

Estas condições colocam o Cerrado como uma área extremamente frágil diante das pressões históricas, especialmente as que vêm se desenhando na atualidade, mas também um cenário importante para o desenvolvimento socioambiental que seja integrado à proposta de implementação e gerenciamento do Corredor de Biodiversidade do Amapá. Isto exige, sem dúvida, a formulação de estudos que apóiem o planejamento e gestão territorial comprometidos com a conservação da diversidade biológica, territorial e cultural ali existente. (2009, p. 25).

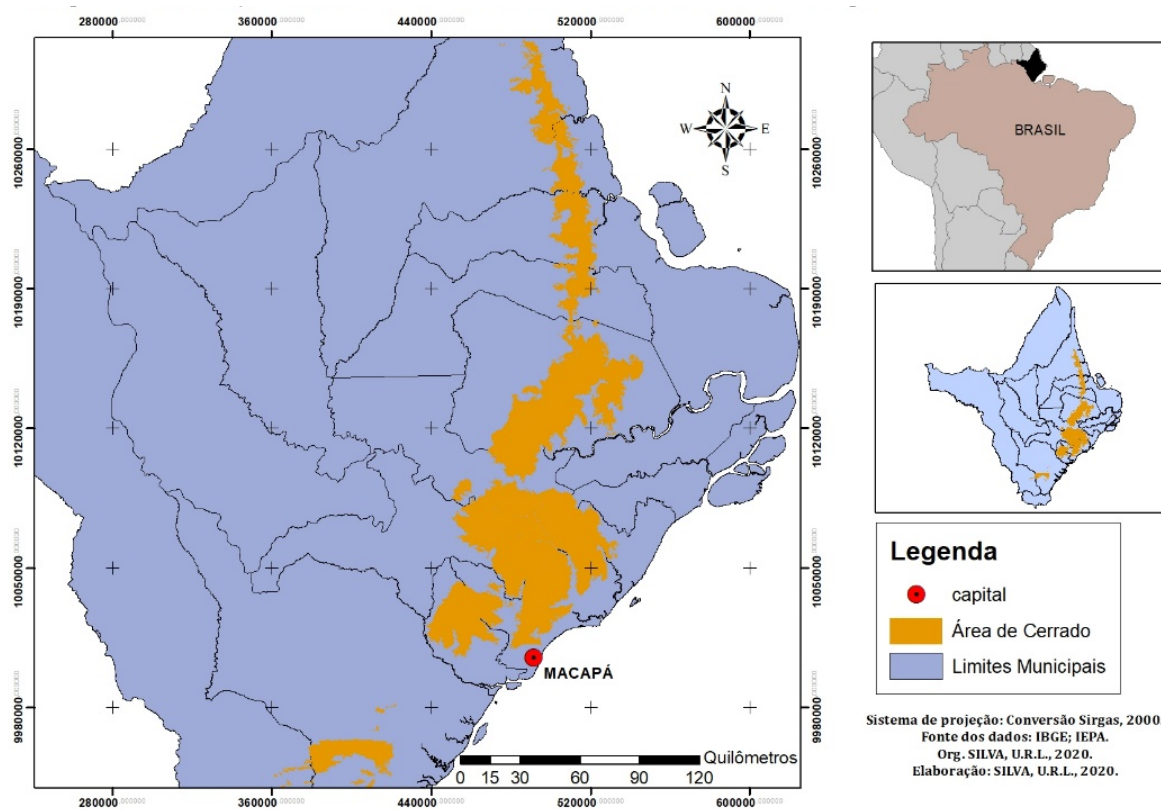
A produção de grãos favorece a economia do Estado, porém existe o risco de fragilizar ainda mais as instituições do governo. Tal fragilidade pode ser manifestada em relação a ocupação do cerrado para a produção de agricultura intensiva de grãos, haja vista a destinação dessas áreas para tal finalidade.

Etapas do ZEE Cerrado

O Amapá possui uma área de aproximadamente 986.189 hectares de cerrado, caracterizando como cerrado arbóreo-arbustivo e cerrado parque (ALVES e CASTRO, 2014).

Quanto à distribuição espacial, está especializado distintamente em dois sentidos geográficos: um mais extenso, norte/sul, compreendendo uma extensa área de largura variável que se estende do município de Calçoene até os arredores da cidade de Macapá, e o outro, o no sentido central ao sul, compreende uma área menor, que se situa nos limites dos municípios de Mazagão e Laranjal do Jari (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de localização do ecossistema do cerrado no Estado do Amapá.



Fonte: SILVA, 2020.

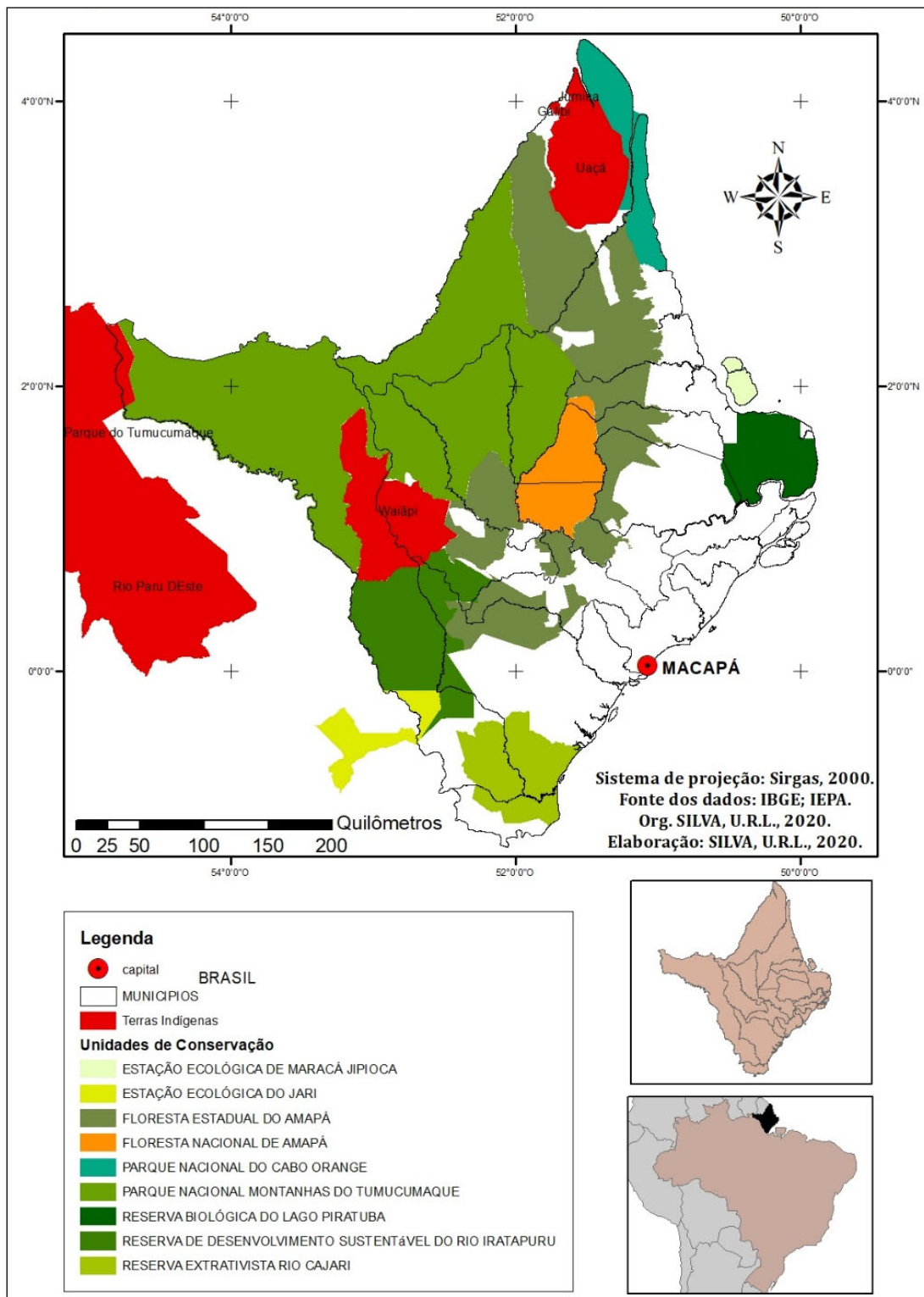
O cerrado amapaense compõe um conjunto indissociado de solo, animais, condições edafoclimáticas, e diferentes composições fitofisiográficas, dentre outros elementos e processos em equilíbrio dinâmico com seu entorno. Tais condições e processos, a partir dos estudos promovidos pelo Governo do Estado do Amapá em parceria com outros órgãos estaduais, resultaram em um relatório técnico do zoneamento socioambiental do cerrado do Amapá (ZSC) em 2016. O relatório visa o ordenamento para a utilização dos recursos naturais do Cerrado (AMAPÁ, 2016).

A proposta do ZSC é demarcar o espaço geográfico para a utilização dos recursos naturais com o apoio de bases sustentáveis como a sustentabilidade ecológica, a sustentabilidade econômica e a sustentabilidade social (ZSC Amapá, 2016). O aproveitamento desse ecossistema é justificado no estudo por possuir um relevo bastante plano para a utilização de máquinas agrícolas. Entretanto, é importante destacar a existência de várias unidades de conservação (UC), Reservas Extrativistas e Terras Indígenas no contexto da ocupação do cerrado como enfatiza (LAMEIRA et al. 2017, p. 20):

O cerrado do Amapá merece destaque, em virtude de grande parte do estado está afetado unidades de conservação e áreas de uso especial, a exemplo de reservas extrativistas, projetos de assentamentos, terras indígenas que totalizam 71% de áreas já destinadas. Com o resguardo dessas áreas o vetor de ocupação territorial acabou sendo direcionado para o cerrado.

Desse modo, o real uso e ocupação do solo deve, impreterivelmente, constar nos estudos para que as indicações para novos usos não gerem conflitos com os direitos do povos em relação à existência de Unidades de Conservação, Reservas Extrativistas, Terras Indígenas e demais Áreas de relevante interesse ecológico-econômico-social, distribuídas em todo o Estado do Amapá (Figura 3).

Figura 3 – Mapa de Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado do Amapá.



Fonte: SILVA, 2020.

Com o baixo valor da terra, o custo de produção comercial torna-se baixo e assim fica mais fácil a produção capitalista de grãos. Essa condição de preços ocasiona a vinda de pessoas com alto poder aquisitivo de outras regiões para investir no desenvolvimento agrícola comercial no cerrado, pois a Amazônia já experimentou essa atividade nas poucas manchas de cerrado.

O Amapá, o último Estado da região Norte a ter experiência com essa atividade “Seguindo exemplos de diversos estados da Amazônia Legal, que já haviam experimentado a monocultura da soja nas manchas de cerrado ou mesmo em áreas de floresta, o estado do Amapá é um dos últimos a estimular esse tipo de agricultura.” (LAMEIRA et al. 2017, p. 21).

A sua distribuição está dividida em dois sentidos: o primeiro de norte a sul abrangendo o município de Calçoene até a capital Macapá, onde a BR-156 foi construída para ter conexão entre os Municípios de Oiapoque e Macapá, abrangendo a maior parte do cerrado e o segundo sentido está nos municípios de Mazagão, numa área de assentamento agroextrativista do Maracá, e do Laranjal do Jarí.

Os processos que são desenvolvidos no cerrado influenciam diretamente as florestas e as áreas alagadas, como as queimadas, que para alguns é resultante de prática para a preparação do solo e, para outros, práticas criminosas praticadas por agentes diversos. De qualquer forma, não sendo controlado, o fogo atinge as florestas ao redor; e, o segundo motivo vem dos produtos químicos lançados nas plantações e atingindo os cursos d'água que ficam ao redor como afirma (OLIVEIRA, 2009. p. 20):

[...] típicos de pressão que causam impactos aos ambientes vizinhos são as queimadas iniciadas no Cerrado que se propagam nas bordas de transição florestal ou as atividades agrícolas, que podem lançar defensivos químicos próximos a cursos d'água drenados para as áreas inundáveis da planície costeira. (OLIVEIRA, 2009. p. 20).

O Amapá teve a construção da rodovia BR 156 por toda a área de cerrado, no sentido do comprimento, além de ter outras rodovias Estaduais, as AP's, com acesso a diversos ramais construídos pelos moradores:

Outra importante característica do Cerrado no Amapá é o fato deste ser um ambiente historicamente muito pressionado pela ação humana. A principal rodovia federal do estado, a BR-156, percorre quase toda a sua extensão, sendo um vetor de atração e fixação populacional e de diversas atividades econômicas, desde o início de sua construção, em 1946. Dos 805 quilômetros desta rodovia, cerca de 500 km cortam o Cerrado. Além disso, este ambiente ainda é recortado por outras duas rodovias estaduais, a AP-070 e AP-340, e por diversos ramais de acesso a comunidades e assentamentos rurais. (OLIVEIRA, 2009. p. 22).

No entanto, foi uma forma de ter acesso às diversas localidades, ou mesmo de certa forma começou o povoamento nas margens da rodovia, como as áreas rurais, além dos atrativos que as duas maiores cidades do Estado proporcionam a capital Macapá e o município de Santana para essas pessoas que moram no cerrado perto da rodovia. Assim, percebe-se em Lima e Porto (2008, p. 03):

Assim, a partir de Macapá, articulou-se aos povoados situados ao logo do traçado destas rodovias. Ademais, este novo modelo de ocupação deu prioridade à ocupação da terra-firme, em detrimento das várzeas e gera um aumento do número e da superfície e de novas propriedades fundiárias. Esta dinâmica forneceu uma fonte crescente de "terras virgens" ao longo do tempo. (LIMA; PORTO, 2008, p. 03)

As características apresentadas pelos autores permitem analisar a conexão da produção de bens que são direcionadas às feiras. Estas, concentradas pelas duas cidades mais dinâmicas do Estado, as quais recebem diferentes pessoas de várias localidades, inclusive do vizinho Estado do Pará, que trazem sua pequena produção como para ser comercializada pelos populares amapaenses e ainda vão distribuindo a todos os municípios através de caminhonetes que transportam mais rápido.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Contextualização da proposta de zoneamento do cerrado do estado do amapá

Ponto 01 - O primeiro ponto a ser identificado foi na Área de Preservação Ambiental do Curiaú, onde foi feita a identificação dos atributos existentes. Em campo, constatou-se que existem bastante criadouros de búfalos nessa área, em períodos de seca pisoteiam toda essa área, fazendo com que aconteça erosão no entorno do Igarapé do Curiaú, além da área ser bastante utilizada para o uso de balneabilidade o ano todo. O lago formado pela enchente do rio Curiaú torna-se a área de uso tradicional pela comunidade para sua atividade de pecuária bubalina, bem como para a pesca de subsistência, de acordo com a figura (FIGURA 4).

Figura 4 – Fotografia da vista do lago Curiaú às proximidades do núcleo comunitário com panorama da várzea utilizada para a balneabilidade e atividade da criação de Búfalos.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

Às adjacências da APA do rio Curiaú, identificamos uma grande extensão de terras com preparo mecanizado, cuja vegetação cedeu lugar a uma feição limpa, destocada e pronta para o cultivo, conforme ilustração (FIGURA-5).

Figura 5 - Fotografia de identificação do ponto de estudo na APA do rio Curiaú, trecho da rodovia AP-070,



Fonte: Fotografado por SILVA, 2019.

De acordo com o relatório (IEPA, 2016), nessa área ocorre a zona de consolidação da estrutura socioprodutiva de populações humanas historicamente estabelecidas e a subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos. Nesta, ocorre a maior atuação produtiva em áreas Quilombolas oficializadas e em processo de oficialização com fraca agregação de moradores temporários, conforme descrito no mapa de apoio. Logo, é zona de manejo específico voltado a resguardar a complexidade ecológica ou elevada fragilidade ambiental, que se enquadra na subzona de manejo específico das áreas que abrangem coleções de águas livres e alagadiços diretamente ligados à dinâmica de usufrutos socioambientais. É uma consolidação justificada pela presença de forte dinamismo social, as áreas envolvidas sustentam relações de convivência comunitária que se fazem presentes no cotidiano da população local e também das práticas de usufruto dos recursos naturais disponíveis.

Ponto 2 – No segundo ponto passamos pela localidade do São Francisco da Casa Grande. Presença de grandes extensões de áreas mecanizadas, totalmente desnudas do ponto de vista vegetacional, salvo estreitas faixas de Áreas de Preservação Permanente-APP (FIGURA 6).

Essa atuação acontece pelas grandes áreas que são utilizadas para a agricultura mecanizada, onde predomina o solo plano, facilitando a expansão da plantação e colheita dos produtos.

Figura 6 – Fotografia de identificação do ponto de estudo na APA do rio Curiaú, trecho da rodovia AP-070,



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

O IEPA (2016) classifica no relatório, como zona de consolidação da estrutura socioproductiva de populações historicamente estabelecidas e as subzonas em Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais com franca agregação de moradores temporários e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva. Na pesquisa feita em campo foi diagnosticado que existem grandes quantidades de áreas dos dois lados da AP 070 destinadas à produção de soja e milho, sendo que já havia sido feita a colheita e estava armazenada em lonas dentro das propriedades.

Ponto 3 - No terceiro ponto foi feita a verificação do local e indicação do mapa, cuja realidade na Ressaca da Pedreira não difere das demais localidades presentes em área de expansão da atividade. Assim, a comunidade está envolta por área mecanizada em grande extensão cuja destinação objetiva o cultivo de grãos, notadamente a soja. A característica marcante no preparo da terra para o cultivo é a ausência de cobertura vegetal em toda a área com destinação para a lavoura, bem como identifica-se com facilidade a utilização de tratores para o arranquio pela raiz de qualquer forma de vegetação, seja lenhosa ou gramíneas, estas recuperando em partes após as chuvas. (Figura 7).

Figura 7 – Fotografia de identificação do ponto de estudo na APA do rio Curiaú, trecho da rodovia AP-070,



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

De acordo com o Estudo do IEPA (2016), predomina a zona de consolidação da estrutura socioprodutiva de populações humanas historicamente estabelecidas e a subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais mais restritos aos moradores comunitários e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva; além disso, predomina a zona de consolidação das estruturas produtivas em silvicultura, agricultura, pecuária e mineração em área de domínio particular e a subzona de consolidação das áreas diretamente utilizadas com o desenvolvimento da agricultura mecanizada, conforme descrito no mapa de apoio.

Figura 8 – Fotografia da vista frontal da placa de Licenciamento Ambiental para regularização da atividade emitida por órgão ambiental responsável pela legislação ambiental do Estado.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

No relatório do IEPA (2016) existe apenas uma classificação zona de consolidação da estrutura socioprodutiva de populações humanas historicamente estabelecidas. Nesta, consta a subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais mais restritos aos moradores comunitários e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva, na observação feita a campo, foi registrado no lado esquerdo a área utilizada para a agricultura mecanizada com soja no ponto de colheita e na frente desse mesmo lado plantação de milho e no lado direito área de cerrado lenhoso onde ainda predomina a vegetação natural.

Ponto 4 – A Zona onde está localizado o conjunto de atividades desta pesquisa, está a comunidade de Abacate da Pedreira, nas proximidades de um Assentamento. Esta comunidade possui muitos descendentes de quilombolas e que está em processo de reconhecimento (Figura 9).

Figura 9 - Fotografia da Comunidade do Abacate da Pedreira, recortada por trecho da rodovia AP-070.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

Na classificação do relatório do IEPA (2016), existe a Zona de consolidação da estrutura socioprodutiva de populações humanas historicamente estabelecidas e as subzonas de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais com franca agregação de moradores temporários e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente à área de uso especial: APA do Rio Curiaú; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencentes à Área Quilombola oficializada; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente à Área Quilombola em processo de oficialização e Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente a PA de Reforma Agrária.

Ponto 5 - O quinto ponto de análise foi em Santo Antônio da Pedreira, cercada pela grande densidade da rede hidrográfica. Às margens da rodovia AP-70 existem vicinais abertas pelos produtores de soja para escoamento da produção. É também possível constatar que a supressão vegetal alcança áreas em declividade, com se pode ver na figura abaixo (Figura 10).

Figura 10 – Fotografia da vista de vicinal aberta para o escoamento da produção em direção à declividade com recurso hídrico superficial.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

O relatório do IEPA (2016) classifica como Zona de consolidação da estrutura socioprodutiva de populações humanas historicamente estabelecidas e as subzonas de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais com franca agregação de moradores temporários e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente à área de uso especial: APA do Rio Curiaú; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencentes à Área Quilombola oficializada; Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente à Área Quilombola em processo de oficialização e Subzona de consolidação dos aglomerados humanos tradicionais e entornos imediatos onde ocorre a maior atuação produtiva pertencente à PA de Reforma Agrária.

Ponto 6 - a subzona de consolidação das áreas diretamente utilizadas com o desenvolvimento da agricultura mecanizada.

Figura 11 - Fotografia da vista de vicinal aberta à direita do observador, perpendicular, cuja dimensão de largura é superior a rodovia Estadual AP-340.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

De acordo com o relatório do IEPA, são classificadas em Zona de consolidação das estruturas produtivas em silvicultura, agricultura, pecuária e mineração em área de domínio particular e Subzona de consolidação das áreas diretamente utilizadas com o desenvolvimento da silvicultura; Subzona das áreas diretamente utilizadas com o desenvolvimento da agricultura mecanizada; Subzona das áreas diretamente utilizadas com o desenvolvimento da pecuária com pastagem formada e Subzona de consolidação das áreas diretamente utilizadas com a exploração de recursos minerais.

Ponto 7 - No sétimo ponto está definido como Paulo, que é uma confluência entre as APs 070 e 340, tendo uma indefinição de vegetação no mapa e é muito utilizado o uso de balneabilidade e no seu entorno há muitas plantações de grãos, porém terá que ser feito um outro planejamento do cronograma de campo para retorno mais detalhado.

Ponto 8 - No oitavo ponto existe uma área de plantação de soja que estava recém colhida de um lado da rodovia, já no outro lado estava uma grande quantidade de eucalipto para a produção de cavacos.

O IEPA (2016) fez a classificação como zona de expansão produtiva em áreas com potencial para atividades agrícolas em diferentes níveis de mecanização e a subzona de expansão produtiva em áreas potenciais para a agricultura mecanizada em partes do cerrado com circunvizinhanças que contêm baixa densidade e diversificação de uso e ocupação do território.

Figura 12 – Fotografia da Vista de área recém-colhida com aspectos do corte realizado pelas colheitadeiras mecanizadas. É possível visualizar o contorno da área de cultivo sobre a mata ciliar, cujo avanço prejudica o recurso hídrico do Cerrado.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

Figura 13 – Fotografia da vista de vicinal aberta para o escoamento da produção em direção à declividade com recurso hídrico superficial.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

No relatório do IEPA, existe a Zona de expansão produtiva em áreas com potencial para atividades agrícolas em diferentes níveis de mecanização e a Subzona de expansão produtiva em áreas potenciais para agricultura mecanizada em partes do cerrado com circunvizinhança que concentra a maior densidade e maior diversificação de uso e ocupação do território e Subzona de expansão produtiva em áreas potenciais para agricultura mecanizada em partes do cerrado com circunvizinhança, que contém menor densidade e menor diversificação de uso e ocupação do território.

Ponto 9 - No ponto último está o cruzamento com a BR-156, tendo destino ao sul Macapá e ao norte Porto Grande.

Figura 14 - Vista do trecho asfaltado da rodovia Estadual AP-340 em direção à sede do Município de Itaubal do Pírim.



Fonte: Fotografado por NETO, 2019.

Análise dos resultados do zoneamento do cerrado do estado do amapá

Os esforços foram enormes para apresentar o produto com qualidades técnicas dos estudos que subsidiaram a elaboração da proposta de ZEE para o Cerrado amapaense. Entretanto, o que chama muito a atenção nos resultados apresentados pelos estudos das temáticas (Solo, Vegetação, Potencial de Uso) é o reconhecimento da importância da biodiversidade, porém sem o correspondente encaminhamento, ou mesmo a não tradução da mesma em proposta efetivas capazes de resguardar seus componentes e os processos:

[...] Nas discussões sobre o uso e conservação do cerrado brasileiro, o valor da biodiversidade é de modo unânime defendido pelos estudiosos que advogam proteção e resguardo da riqueza específica, particularmente a florística, afirmando

tratar-se de base genética privilegiada para a pesquisa especializada principalmente a medicamentosa. Dentre os estudos abalizados sobre a flora do cerrado, afora particularidades em torno de estrutura e composição existe total concordância que a cobertura vegetal do mesmo é demarcada por um contínuo estrato herbáceo formando denso tapete graminoso e um estrato lenhoso que a depender da densidade dos elementos constituintes determina classificações diferenciadas do cerrado, tais como: campo limpo, campo sujo, campo cerrado, cerrado stricto sensu e cerradão.

Ao destacar o estrato herbáceo formando denso tapete graminoso, conforme o texto, percebe-se que esta formação apresenta uma importância ímpar ao sistema de Cerrado.

Ao estudar o Cerrado amapaense numa perspectiva da fitofisionomia e florística de Savanas do Amapá, Costa Neto (2014) destaca que o estrato herbáceo/subarbustivo apresentou 62% das espécies levantadas. O autor destaca ainda que foram identificadas 3,9% de ocorrências endêmicas do Brasil e, uma endêmica das savanas do estuário Amazônico (*Axonopus amapaenses* G.A.Black) nos cerrados amapaenses.

A proposta de Zoneamento socioambiental do cerrado, mesmo contemplando e ressaltando a importância de sua biodiversidade, não fez qualquer levantamento de dados e informações para outros grupos que não o da vegetação, e mesmo esta não se materializa em qualquer proposta para a conservação de áreas com ocorrências sob risco de perda de espécie, conforme destacado por Costa Neto.

Ao tratar dos estudos realizados, o IEPA apresenta a carta de distribuição da flora lenhosa. Esta escolha deixa fora dos estudos sobre a vegetação herbácea, que conforme foi visto em discussões anteriores, são de fundamental importância para o Cerrado. Porém, além da não indicação dessa fisionomia, foi feita a indicação de uso sem de fato haver um estudo para que se possa conhecer sua composição, diversidade, importância ecológica dentre outros fatores.

O cerrado amapaense localiza-se, conforme já informado, em uma longa faixa no sentido norte-sul, portanto, constitui-se em zona de transição entre os macrossistemas inundáveis e o macrodomínio de terra firme da floresta amazônica (TAKIYAMA; SILVA, 2009). Devido a essa localização, tem-se um corredor para a vida silvestre entre esses dois macrodomínios. Entretanto, o zoneamento proposto não apresenta qualquer alternativa para o trânsito de animais.

Outro aspecto relevante para a indicação do uso das savanas amapaense/cerrados indicados pelo zoneamento é a questão envolvendo os recursos hídricos. A maioria dos cursos de água de importantes rios amapaenses, tem sua nascente no cerrado, ou possui dependência para o abastecimento de seus tributários com nascentes nesse cerrado. Entretanto, não há indicações de conservação e/ou limitação de implantação de empreendimentos agrícolas de grande porte, sobretudo para a manutenção das cabeceiras desses rios.

Conflitos entre os resultados do zoneamento, a posse e a ocupação da terra

A temática abordada dessa forma demonstra clara indicação de destinação de determinadas áreas do cerrado amapaense para o agronegócio da produção de grãos pelo zoneamento (IEPA, 2016). Assim, as indicações de uso chegam a citar a destinação áreas para o preparo mecanizado pesado, dependendo do local e da conformação do relevo.

A compatibilidade de interesses do capital produtivo com interesses políticos de estímulo para a produção de grãos no cerrado do Estado do Amapá ocorreu a partir de 2002 (LAMEIRA et. al.; 2017). Assim, o modelo implantado é incompatível com os interesses daqueles que vivem na terra, e precisam dela para produzir, pois:

O modelo de produção agrícola que também vem sendo executado no Amapá, e já é de conhecimento em outras regiões, requer grandes extensões de áreas para manter a viabilidade econômica da atividade; pouco emprega; gera grande concentração de terra, característica principal dessa atividade; expropria famílias de suas áreas, gera em busca de novas áreas para se instalarem. (LAMEIRA et. al.; 2017).

A concentração de terras para a produção de soja no modelo agrícola adotado pelo Estado gera o seu inverso que é o aumento da população rural que perde suas terras para esses grandes empreendimentos. Várias são as formas pelas quais os moradores e pequenos proprietários perdem suas terras, mas em geral isso ocorre por meio de violência física, pressão psicológica e a venda da terra por preços irrisórios, grilagem de terras públicas e de agricultores locais. Essas situações envolvem estratégias onde a associação do grande capital a agentes públicos, é a forma mais comum geradoras dos conflitos fundiários.

Um dos canais pelo qual os agricultores recorrem para denunciar a violência no campo, é a Comissão Pastoral da Terra (CPA/Amapá), que subsidiada pelas informações, denuncia as ações dos representantes do capital. A Comissão Pastoral da Terra diz que ocorreu um aumento de mais de 50% dos conflitos no campo amapaense, só em 2013.

A situação ainda é tensa em diversos locais onde o agronegócio avança, pois:

Há uma forte tendência que no Amapá, o avanço do agronegócio continue de forma progressiva, espalhando cada vez mais o campo de atuação sobre o cerrado, atividade que se iniciou nos municípios de Macapá, Itaubal e hoje avança em direção ao município de Tartarugalzinho, que também se localiza sobre mancha do cerrado. (LAMEIRA et. al.; 2017).

Muitos relatos existentes nas próprias comunidades não chegaram ao conhecimento das autoridades, mas revelam a situação de tensão. Isso indica que a sociedade não confia plenamente que o fato de procurar as autoridades possa resolver o conflito. Para exemplificar, a mídia tem noticiado agressões praticadas por agentes ligados ao agronegócio sobre membros da CPT/Amapá, portanto, alguns padres sofrem ameaças e agressões em suas incursões nas propriedades acusadas de praticarem violência local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou as características da proposição de uso do cerrado do Estado do Amapá, mostrando a forma como está sendo ocupado por produtores rurais que estão transformando em grandes áreas produtoras de soja, milho e arroz, colocando o estado na rota de produtor e exportador numa pequena parcela aos demais.

O ZEE tem importância nas diversas áreas, principalmente em organizar em zonas e a utilização do solo é fator importante para o código florestal brasileiro, que precisa proteger as diversas áreas tanto do perigo de degradação, quanto ao desenvolvimento. Alguns órgãos públicos já definiram a sua grande importância nas esferas federal e estadual.

As análises documentais nos relatórios técnicos do ZEE deram um norteamento na visita a campo, onde foi possível perceber que as atividades ligadas ao agronegócio estão crescendo em um bioma tão riquíssimo como o cerrado do amapaense.

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. **Zoneamento Socioambiental do Cerrado do Estado Amapá**: Relatório técnico sintetizado. Diretrizes para o ordenamento de uso e conservação. Macapá, 2016.
- BENATTI, J.H. 2004. Ordenamento territorial e proteção ambiental: aspectos legais e constitucionais do zoneamento ecológico econômico. **Meio Ambiente** (Grandes eventos), vol. 1. Brasília: ESMPU, 2004, pp. 273-286.
- LAMEIRA, A. M. T.; CANTO, Otávio do.; LIMA, R. A. P. de.; FARIAS, André. Conflito socioambiental no cerrado: a monocultura da soja nos municípios de Itaubal e Macapá, Amapá. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP)**, Belém, v. 04, n. 01, p.19-35, jan/jun. 2017.
- MILARÉ, Édís & MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Novo código florestal**: comentários à lei 12.651, de 25 de maio de 2012, à lei 12.727, de 17 de outubro de 2012 e ao Decreto 7.830, de 17 de outubro de 2012. -2 ed. rev., atual e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA; SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS – SAE. Detalhamento da Metodologia para Execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal. Brasília – DF, Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA, Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – SAE/PR, Responsáveis Técnicos Dra. Bertha K. Becker e Dr. Cláudio A. G. Egler, Laboratório de Gestão do Território da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.
- NASCIMENTO, Cristiane Valéria dos Santos. **Concepções sobre o meio ambiente e desenvolvimento e o seu uso nas políticas ambientais implementadas no amapá (1995-2010)**. Macapá, 2014.
- OLIVEIRA, Cassandra Pereira de. **O método de avaliação por múltiplos critérios como apoio ao planejamento ambiental: aplicação experimental no cerrado central do Amapá, Brasil**. Dissertação (Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical. p. 90. Macapá, 2009.
- SIMÕES, M.; BECKER, B.; EGLER, C.; et. al. **Metodologia para elaboração do Zoneamento Ecológico-Econômico em áreas com grande influência antrópica**. Rio de Janeiro: Embrapa Solos. 1999.
- TAKIYAMA, Luís Roberto; SILVA, Uédio Robds Leite da. Experiências na Utilização de Metodologias Participativas para a Construção de Instrumentos de Gestão Costeira no Estado do Amapá, Brasil. **Revista de Gestão Costeira Integrada**, 2009.

4

A ESPACIALIDADE DOS FLUXOS TRANSFRONTEIRIÇOS EM OIAPOQUE

Audalice dos Santos Feitosa

Eduardo Margarit Alfena do Carmo

INTRODUÇÃO

Oiapoque é um dos dezesseis municípios que compõem o quadro de municípios do Estado do Amapá, fica distante a aproximadamente 600 km da capital Macapá, localizado no extremo Norte do Amapá. Faz limite com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e fronteira com a Guiana Francesa. O Município foi criado em 23 de maio de 1945, possui uma população de 26.627 habitantes e densidade demográfica de 1,20 habitantes/ Km², com extensão territorial de 22.625 km² (estimativas do IBGE, 2017). A cidade sede municipal torna-se a mais importante porque aí estão os órgãos administrativos, as principais instituições de educação, saúde, segurança pública e os centros comerciais. Além de reunir todos estes elementos, a cidade está de frente para o Rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa e com acesso pelo rio e por terra à cidade guianense de Saint George, o que facilita o tráfego cotidiano de franco-brasileiros e franco-guianenses no centro urbano de Oiapoque.

A cidade de Oiapoque está localizada na margem esquerda do Rio – montante a foz do referido rio – a 11 km da cidade de Saint Georges. Este fato acrescido aos fatores citados no final do parágrafo acima, forma o ambiente propício para esse tráfego secular que une os territórios Saint George e Oiapoque, colocando-os no status de significativos polos comerciais e que, portanto, exige um estudo para COMPREENDER esse movimento. Visto que o assunto abarca muitos aspectos, esta pesquisa se deteve em analisar a espacialidade dos fluxos transfronteiriços na cidade de Oiapoque, com ênfase no fluxo turístico, considerando os fatores que influenciam no desenvolvimento socioeconômico, e suas implicações no espaço urbano de Oiapoque na contemporaneidade.

Ao compreender a espacialidade dos fluxos transfronteiriços, como ocorrem e como esses fluxos influenciam a economia e a própria espacialidade onde ocorrem, transformando a moldura econômica e organizacional urbana de Oiapoque, é possível haver a inserção, nos planejamentos urbanístico e econômico, de medidas apropriadas para oferta dos serviços públicos e privados que sustentam a dinâmica socioeconômica e resultam na configuração socioespacial da fronteira franco-brasileira.

Este estudo originou-se a partir de reflexões sobre a espacialidade dos fluxos transfronteiriços e suas influências na economia e na organização urbana de Oiapoque no período contemporâneo. Esses fluxos nasceram e se desenvolveram simultaneamente ao nascimento e desenvolvimento das cidades na fronteira: Oiapoque e Saint Georges. Atualmente são incontestavelmente, cada vez mais importantes, uma vez que se consubstanciam a cada dia e contribuem para a determinação do panorama urbano de Oiapoque, nas mais variadas dimensões. São eles elementos vívidos no cotidiano. Resultam das contínuas idas e vindas de pessoas de

toda região brasileira e franco-guianense no espaço urbano de Oiapoque. A diversidade desses transeuntes é tão quão a diversidade de seus objetivos, mas o palco é Oiapoque

O estudo priorizou, especificamente, a área urbana do Município de Oiapoque, onde a dinâmica transfronteiriça tem elemento tátil, visual, contínuo, mas não linear. Ora, os agentes dessa dinâmica executam várias tarefas – como transposição de cargas, grandes ou pequenas, interação nos ambientes comerciais e com os diversos grupos afins. Essas ações ocorrem todos os dias, a todo momento. São ininterruptas e se materializam com alto grau de notabilidade, onde toda e qualquer pessoa pode ver, daí a afirmação de que a natureza dessa dinâmica também é tátil, visual e contínua. O centro urbano de Oiapoque é o ponto de fluência dessa dinâmica, cujos sujeitos, mesmo se locomovendo por várias áreas ou cidades diferentes, voltam sempre a esse ponto – realizando, assim, um movimento de rotação e a não linearidade se firma nesse fato.

Um caminho para entender a dinâmica espacial transfronteiriça da cidade de Oiapoque pode ser realizado com base em uma análise dos fluxos espaciais transfronteiriços, que para ela convergem e se entrecruzam. Isso é necessário para que se perceba como se estabelecem os fluxos transfronteiriços em Oiapoque relacionando-os com a dinâmica das atividades econômicas local e o circuito da economia urbana em que se enquadram. Essa percepção possibilita interpretar as dinâmicas presentes nos espaços urbanos além de suas transações externas, compreendendo-as em sua conjuntura local, regional, nacional e internacional.

Destarte, de acordo com os objetivos traçados para este estudo, a pesquisa se caracteriza como explicativa, uma vez que esta identifica os fatores que causam a ocorrência de determinados fenômenos, registrando, analisando, classificando e interpretando-os. Dos procedimentos técnicos adotados destacam-se levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com os quais, buscou-se responder as questões como e porquê da ocorrência de determinados fenômenos. Sobre os procedimentos iniciais de uma pesquisa, Lakatos e Marconi (2011, p.153) pontuam que, “o trabalho científico do modo geral, inicia-se com a coleta de dados, sejam eles bibliográficos ou de pesquisa de campo, suspostamente importantes para um referido problema”. Para alcançar os objetivos da presente pesquisa realizou-se levantamentos bibliográficos, como, leituras, fichamentos, resenhas e resumos de livros, teses, monografias, dissertações e artigos científicos, que tratam do tema da pesquisa.

Foram realizadas pesquisas de campo com entrevistas por meio de roteiros de entrevista, com perguntas estruturadas, que foram desenvolvidas na etapa de execução do trabalho de campo, para coletar dados e informações importantes que contribuíssem para o desenvolvimento da pesquisa. Foram entrevistados proprietários de diversos tipos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços vinculados à atividades econômicas local. Realizou-se ainda, registros fotográficos que evidenciam os tipos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços vinculados ao turismo em Oiapoque, que mais se destacam.

Espera-se que este trabalho auxilie estudantes, educadores e pesquisadores no entendimento acerca das implicações dos fluxos transfronteiriços na cidade de Oiapoque resultando-lhe em expressivas transformações econômicas e espacial. Ao mesmo tempo, é inegável o ensejo que este trabalho seja arma na afirmação de que os fluxos transfronteiriços estabelecidos entre as cidades Oiapoque/Saint George são promovedores das dinâmicas das atividades econômicas e da (re)organização do espaço urbano oiapoqueense nas suas mais diversas dimensões.

INTERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS ENTRE OIAPOQUE-AP E A GUIANA FRANCESA

A política de integração e desenvolvimento econômico entre os países desenvolvidos e países emergentes despontou novas perspectivas de desenvolvimento para a fronteira franco-brasileira, sobretudo para a cidade de Oiapoque; ao menos é isso o que almeja a população local. Na década de 1990, o governo brasileiro passou a intensificar as políticas de integração física desta fronteira a fronteira vizinha, que tem como foco principal conectar fisicamente o MERCOSUL e a UE, buscando ainda fortalecer o intercâmbio econômico, cultural e tecnológico entre Brasil e França, como destaca Silva (2013):

[...] desde meados da década de 1990 as ações, as iniciativas e as estratégias entre Brasil e França estão voltadas para laços de aproximação institucional por meio de mecanismos que estimulam a CT entre o Estado do Amapá (BR) e a Guiana Francesa (FR) em diferentes áreas temáticas como transporte, educação, meio ambiente, segurança, entre outras (SILVA, 2013, p. 25).

Sobre a integração da fronteira franco-brasileira aos países sul-americanos Superti (2011, p. 2), afirma que esta, “representa a ponte de ligação entre a regionalização e a globalização das economias sul-americanas”. Estreitando assim os interesses diplomáticos e econômicos das distintas regiões fronteiriças com suas respectivas fronteira vizinha.

Deste modo, com a política de integração direcionada a esta fronteira, em 1994 foi assinado o Acordo Quadro de Cooperação entre os governos brasileiro e francês - Fernando Henrique Cardoso e Jacques Chirac - com o objetivo de estreitar as relações políticas, assim como avigora o desenvolvimento de colaboração socioeconômica e cultural, com olhar voltado à conjuntura das fronteiras envolvidas. Sobre o acordo mencionado, Silva (2008, p. 76,77) pontua que este foi promulgado em 1997, instituindo que Brasil e França iriam “[...] favorecer os contatos políticos em diversos níveis, reforçando o desenvolvimento de cooperação economia, cultural, científico e técnico, voltado ao contexto fronteira”.

Assim sendo, o Governo brasileiro intensificou suas políticas de desenvolvimento para essa região fronteiriça, ampliando e melhorando as instituições já existente em Oiapoque e também implantando outras, como: PRF (2010), UNIFAP (2007), Justiça Federal (2011), IFAP (2016), INSS (2010) e mais recente o Posto de Alfandega brasileira (2017) - com a finalidade de tornar mais expressiva a presença de poder do Estado nessa área fronteiriça e também suprir as demandas da sociedade local. Influenciando na organização do espaço urbano de Oiapoque, na sua dinâmica econômica e suas relações transfronteiriças, em diferentes temporalidades.

A cidade de Oiapoque apresenta na sua espacialidade urbana influências vinculadas diretamente às relações transfronteiriças que implicam na sua dinâmica socioeconômica e cultural. E isto é muito perceptivo no comércio local e na movimentação de franceses e guiano-franceses transitando no espaço urbano oiapoquense, seja para realizar compras ou como turistas. Esse entendimento é reforçado na análise de Moura (2018, p. 52), que sobre as relações transfronteiriças perpetuadas na área urbana de Oiapoque, afirma que “a dinâmica fronteiriça é nitidamente percebida na paisagem urbana, e por meio da observação das marcas impressas no espaço e de processos vinculados à fronteira”.

Ainda sobre as relações constituídas nas regiões de fronteiras, Regina Silva (2011) diz que, as relações fronteiriças são estabelecidas pela sociedade, através das quais se reproduzem práticas econômicas, sociais e culturais entre povos de diferentes esferas territoriais, que, de forma simples, compreendem e vivem a realidade das relações internacionais. É o caso das cidades-gêmeas¹ Oiapoque e Saint George, que possuem relações transfronteiriças históricas que perduram desde os seus surgimentos e que influenciam no desenvolvimento econômico, social e cultural, bem como no aparelhamento urbano de ambas, sobre tudo em Oiapoque. Segundo frisa Silva (2017, p. 11), “o comportamento econômico, social, político e cultural de comunas da Guiana Francesa como Camopi, Saint-George-de- L’Oyapock e Cayenne, influenciam diretamente na fronteira franco-brasileira”, especificamente em Oiapoque, seja na economia ou na espacialidade urbana.

Sobre a organização urbana entre os dois núcleos da fronteira Oiapoque/Saint George, Emmanuel Santos (2012, p. 244), afirma ser “perceptível a diferença existente na organização urbana entre esses dois principais núcleos urbanos dessa área de fronteira”. Essa diferença se dá pelo fato de Saint George fazer parte do território de um país desenvolvido, com condições de infraestrutura melhores, uma realidade contrária à cidade de Oiapoque, localizada em uma região de fronteira periférica de um país com grandes desigualdades sociais.

Nas últimas décadas percebem-se na fronteira franco-brasileira novas dinâmicas econômicas e espaciais, principalmente no espaço urbano oiapoqueense, onde a economia tem como agentes principais, o comércio fronteiriço, o fluxo turístico transfronteiriço, a economia da moeda Euro, o setor pesqueiro e também o funcionalismo público em nível federal, estadual e municipal, entre outros. A respeito da dinâmica contemporânea de Oiapoque, Almeida e Rauber (2017, p. 12), afirmam que “o novo milênio inaugura uma nova dinâmica espacial e econômica regional”. Essa dinâmica contemporânea, influenciada sobre tudo pelos fluxos transfronteiriços (re) organiza a espacialidade urbana e impulsiona a economia local”.

OS FLUXOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Efeitos dos fluxos na fronteira franco-brasileira para o crescimento econômico de Oiapoque

Na fronteira franco-brasileira, os fluxos transfronteiriços são caracterizados pelo fluxo de pessoas (turistas e não turistas), veículos, mercadorias e outros, que com suas especificidades influenciam na dinâmica socioeconômica, cultural e espacial da cidade de Oiapoque. Esses fluxos excedem os limites físicos das áreas fronteiriças e possibilitam maior e melhor interação entre as populações residentes nas fronteiras vizinhas, como é o caso de Oiapoque e Saint George. O fluxo de pessoas entre as cidades-gêmeas, Oiapoque e Saint George, é composta por turistas e não turistas, de forma mais intensa nos finais de semana e no período do pagamento salarial na fronteira vizinha, que ocorre entre os dias 01 a 10 de cada mês.

Considera-se turista a pessoa que viaja de um lugar para outro e lá se estabelece por um ou mais dias; já no caso dos considerados não turistas, são pessoas que viajam para determinado lugar por motivos diversos, mas retornam para o lugar de onde vieram no mesmo dia, ou seja não pernoitam no lugar para onde viajaram. Em Oiapoque o fluxo de turistas vem aumentando a cada ano, expressivamente nos dois últimos anos, como podemos observar no quadro a seguir

(Quadros 1), isso se dá em virtude da distância entre as fronteiras Brasil/França, especificamente, Oiapoque e Saint George; a valorização do euro em relação ao real; o crescimento e diversificação do mercado local; e o grande interesse dos estrangeiros em conhecer e desfrutar da natureza Amazônica brasileira, ao qual faz parte a fronteira franco-brasileira.

Quadro 1 - Registro de entrada de turistas/visitantes no território brasileiro, por via fluvial e terrestre no ano de 2018 e 2019.

Período: 01/01/2018 a 31/12/2018		Período: 01/01/2019 a 31/12/2019	
	Quant.		Quant.
Entrada via fluvial	13.891	Entrada via fluvial	10.382
Entrada via terrestre	10.557	Entrada via terrestre	20.013
Total	24.448	Total	30.395

Fonte: Polícia Federal, Oiapoque-AP. Divisão de Controle de Imigração, Sistema de Tráfego Internacional.

Elaborado por: Audalice dos Santos Feitosa.

Ao observar o quantitativo de turistas/visitantes que entraram no território brasileiro vindos da fronteira vizinha nos dois últimos anos, percebe-se um aumento de mais de 24% no ano de 2019 em relação ao ano anterior. E que também houve o aumento expressivo da entrada de pessoas através da Ponte Binacional, que de acordo com os dados registrados pela Polícia Federal-PF, é de mais de 80% em relação ao ano de 2018. Ocorrendo assim, redução de 25% no quantitativo de entrada de pessoas via fluvial no último ano se comparado a 2018. Em diálogos informais, durante a coleta dos dados na PF, agentes ressaltaram que entrada de turistas/visitantes se intensifica no decorrer dos meses, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro, pois esses meses coincidem com as férias do final de ano, o natal e o carnaval, no Brasil e no país vizinho. E também nos meses de julho e agosto, meses das férias escolares na fronteira vizinha.

Já os fluxos de veículos entre os espaços fronteiriços tratados por este estudo ocorrem de dois modos, fluvial e terrestre. O fluxo fluvial é realizado através de catraias – embarcação do tipo voadeira - utilizada no transporte de pessoas e mercadorias entre Oiapoque e Saint George. As catraias são veículos aquáticos que levam e trazem as pessoas de um porto ao outro, entre as duas cidades fronteiriças desde o início da construção desses dois espaços fronteiriços, sendo este meio de transporte o pioneiro na região; ressalta-se que as primeiras catraias eram canoas grandes de madeira chamadas na região de Oba, que ao longo dos anos passaram por transformações até chegar ao modelo utilizado nos dias atuais na fronteira franco-brasileira.

O preço elevado do imposto de automóveis e a burocracia imposta pelas autoridades francesas para liberação da passagem de brasileiros para o território coletivo francês através da Ponte Binacional tem feito com que as catraias (Fotografia 1) continuem sendo utilizadas como principal meio de transporte, principalmente pelos brasileiros que residem em Oiapoque e precisam se deslocar ao território vizinho, haja visto que, não é necessário pagar o seguro do meio de transporte e também não há fiscalização intensa como no trajeto feito pela ponte binacional, uma área com fluxo muito mais controlado.

Fotografia 1 - Catraia, meio de transporte fluvial de passageiros e mercadorias entre Oiapoque e Saint George.



Fonte: Audalice Feitosa, 10/2019.

Quanto ao fluxo de veículos automotores, este acontece através da ponte que integra as fronteiras Brasil/França, onde diversos automóveis e motocicletas de modelos diversos vêm do país vizinho. Após a abertura da ponte binacional o fluxo de automóveis franceses transitando na cidade de Oiapoque aumentou consideravelmente porque anteriormente à abertura da ponte, para que esses veículos entrassem em Oiapoque, precisavam atravessar o rio homônimo de balsa, o que era mais dificultoso, pois gastava-se mais tempo para atravessar os veículos de balsa e pagava-se mais caro também, uma vez que era necessário pagar pela travessia na balsa e pela regularização de entrada e saída desses veículos no território brasileiro. A abertura da Ponte Binacional mudou esse cenário e facilitou a entrada de pessoas e veículos vindos da fronteira vizinha, em Oiapoque. Agora, só é preciso pagar a regularização de entrada e saída dos veículos em solo brasileiro.

Quanto ao fluxo de mercadorias, este ocorre de maneira mais intensa, de Oiapoque para Saint George e Cayenne, em virtude da valorização do euro em relação à moeda brasileira. A valorização da moeda europeia instiga o câmbio desta pela moeda brasileira, possibilitando aos turistas e visitantes um maior poder de compras. Cotidianamente, essas compras se realizam na cidade de Oiapoque, o que impulsiona a economia local. A economia da moeda Euro continua sendo um fator importante no setor econômico local, pois a moeda euro tem valor maior em relação à moeda brasileira, o Real. No que diz respeito à contribuição da moeda euro na economia local, Feitosa e Moura (2018), enfatizam que:

A valorização do euro e sua fácil comercialização permite que um número considerável de turistas venha para Oiapoque, o que gera renda para os diversos estabelecimentos comerciais, em especial para aqueles vinculados a atividades turísticas. (FEITOSA E MOURA, 2018, p.18).

Os fluxos transfronteiriços dão suporte para que diversas atividades econômicas se desenvolvam em Oiapoque, sejam elas formais (redes hoteleiras, gastronomia, comércio, entre outros) ou informais (vendedores ambulantes, taxistas, mototaxistas, catraieiros, etc.). Pois estes demandam de variadas prestações de serviços que vão desde: estadia, transporte, alimentação, compras, lazer e entretenimento. Instigando assim diversos ramos da economia local, contribuindo para o aumento da quantidade de empreendimentos vinculados as atividades econômicas na espacialidade urbana de Oiapoque. Influenciando na oferta de emprego, melhorias de vida para a população, bem como para o crescimento econômico local.

Diante do exposto, é admissível compreender que os fluxos transfronteiriços na fronteira franco-brasileira são determinantes na dinâmica das atividades econômicas de Oiapoque, direcionando a organização espacial urbana e a redistribuição dos estabelecimentos comerciais e dos vinculados a atividades turísticas, sendo notório que esses fluxos estabelecidos há décadas implicam em transformações para Oiapoque, nos aspectos econômico, social e cultural.

Implicações na economia de Oiapoque após a abertura da Ponte Binacional

A Ponte Binacional (Fotografia 2) sobre o rio Oiapoque, teve seu projeto arquitetônico anunciado em 1997, no mandato dos presidentes Fernando Henrique Cardoso (do Brasil) e Jacques Chirac (da França). Entretanto, foi em 2008, por meio de um acordo entre o presidente francês, Nicolas Sarkozy e o presidente brasileiro, Luís Inácio Lula da Silva, que iniciou-se a construção da Ponte Binacional, com a finalidade de resolver a problemática referente a infraestrutura rodoviária na região, visando também o fortalecimento da relação diplomática entre Brasil e França, especificamente entre, Oiapoque, Saint George e Cayenne e vice-versa, assim como, o desenvolvimento econômico dessas duas cidades fronteiriças.

Fotografia 2 - imagem da Ponte Binacional, sobre o Rio Oiapoque – AP



Fonte: Audalice Feitosa, 05/2019.

Apesar da ponte já ter sido inaugurada, em 2017, e estar em funcionamento, até o momento não alcançou completamente a sua finalidade, o que vem acarretando descontentamento por parte da população da fronteira franco-brasileira, conforme destaca Helfenstein (2019):

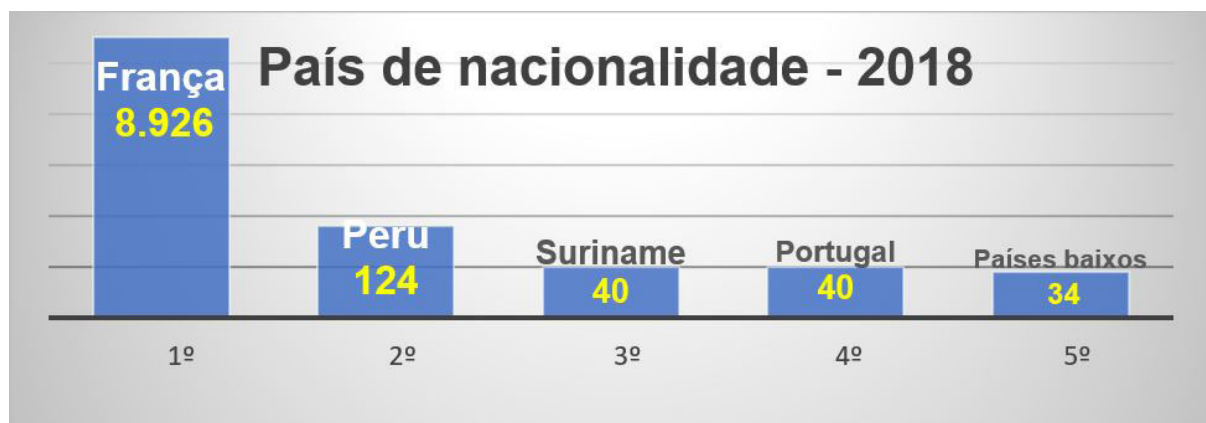
De maneira geral, a Ponte Binacional, pensada como instrumento de modernização e integração regional, acabou por se tornar sinônimo do descaso do Estado brasileiro com o povo de Oiapoque, tem sido frequentemente apontada por parte de seus moradores como símbolo da ineficiência do Estado, ou pelo menos da diferença entre a responsabilidade com o dinheiro público entre Brasil e França (HELFENSTEIN, 2019, p.171).

Mas é importante ressaltar que, apesar dos impasses referentes à efetivação da circulação na Ponte Binacional, que até o momento ainda não atende de forma abrangente a população das cidades-gêmeas, Oiapoque e Saint George, percebe-se na espacialidade urbana oiapoqueense mudanças estimuladas pelos fluxos transfronteiriços, percebíveis com o surgimento de novos estabelecimentos comerciais e de entretenimentos, hotelaria e gastronomia. Estes novos empreendimentos se concentram no bairro do centro, assim como os pontos de comércio e serviços, trazendo, deste modo, um novo panorama para a cidade.

O novo cenário provocado pela implantação e funcionamento da Ponte Binacional desponta diferentes entendimentos entre os diversos agentes envolvidos com a dinâmica provocada por essa ponte, principalmente os fluxos transfronteiriços em nível local. É notório que os novos fluxos estabelecidos a partir da Ponte Binacional implicam em modificações na cidade de Oiapoque, essas mudanças visam em sua maioria atender as demandas provocadas pelas dinâmicas estabelecidas a partir dos fluxos transfronteiriços.

Posterior à abertura, ainda que parcial, da Ponte Binacional, a entrada de turistas/visitantes em Oiapoque através da Ponte aumentou consideravelmente a entrada de turistas franceses, como pode-se observar nos Gráficos 1 e 2. Isso ocorre pelo fato de que, a partir da liberação da ponte, muitos turistas e visitantes podem se deslocar para Oiapoque, e até mesmo para outras cidades do Brasil, em seu próprio veículo, possibilitando que os mesmos possam transitar e conhecer diversos lugares na espacialidade urbana local.

Gráfico 1 - Quantitativo de turistas/visitantes, por nacionalidade, que entraram no Brasil através da Ponte Binacional no ano de 2018.



Fonte: Polícia Federal. Elaborado por Audalice Feitosa, 06/2020.

Gráfico 2 - Quantitativo de turistas/visitantes, por nacionalidade que entraram no Brasil através do Ponte Binacional no ano de 2019.



Fonte: Polícia Federal. Elaborado por Audalice Feitosa, 06/2020.

A circulação desses turistas nos diferentes espaços movimentam o mercado local e beneficia diversos tipos de estabelecimento comerciais formais e informais, assim como os prestadores de serviços vinculados às atividades turísticas, tornando perceptível que o fluxo de pessoas do território coletivo francês e outros países em Oiapoque contribuem muito para a economia local. Ao observarmos os dados dos Gráficos 1 e 2, nota-se que o número maior de estrangeiros que circulam ou passam pela cidade de Oiapoque são de nacionalidade francesa, seguido de peruanos, portugueses e guiano-franceses (os nascidos no território coletivo ultramar francês). De acordo com os dados obtidos percebe-se ainda, que a Guiana Francesa mesmo tendo sua localização mais próxima à fronteira franco-brasileira, esta ocupa a 5ª posição no que se refere a estrangeiros que vêm ao Brasil através dessa fronteira.

Mas é importante salientar que a abertura da Ponte Binacional mudou a dinâmica no setor de trabalho para algumas classes de trabalhadores em Oiapoque. É o caso dos catraieiros – trabalhadores responsáveis pelo transporte fluvial entre Oiapoque e Saint George; os taxistas e mototaxistas – trabalhadores responsáveis pelo transporte terrestre particular de passageiros em Oiapoque. Essa mudança se dá pelo fato de que após a abertura da Ponte Binacional muitos dos turistas e visitantes entram em Oiapoque em seus próprios veículos ou de navete – veículo similar a uma van, utilizado no transporte de passageiros. Dessa forma não utilizam os meios de transporte disponíveis na cidade, o que diminui a procura pelos serviços prestados pelas classes mencionadas anteriormente.

Ressalta-se ainda que a entrada de veículos particulares brasileiros no território coletivo francês, até o presente momento, é baixa, devido à burocracia alfandegária do país vizinho e a taxa de imposto cobrada para entrar com um veículo na fronteira vizinha, que é no valor de £\$ 170 a £\$ 450, euros dependendo do tipo de veículo, custando em média R\$ 952,00 reais para veículos menores e R\$ 2.520,00 reais para os maiores. Esses valores tornam-se caros para os brasileiros, haja visto que, é necessário efetuar a compra do Euro, sendo que um euro atualmente equivale em média R\$ 5,60 (cinco reais e sessenta centavos), inviável para a maioria dos moradores oiapoqueenses que possuem renda salarial baixa. Destaca-se também

que o valor do imposto cobrado que varia de acordo com o tempo que o veículo brasileiro vai permanecer no território vizinho, como enfatiza Marcos Priotto de Oliveira, inspetor chefe da Receita Federal de Oiapoque entrevistado por Helfenstein (2019, p. 167):

[...] quanto ao veículo, além desse veículo ter que satisfazer as condições de trânsito deles lá, ainda cobram um seguro, que é o mesmo seguro da comunidade europeia, que o mais barato é de 170 euros para 30 dias. Então se você for lá com seu carro um dia, você vai pagar 170 euros, aí tem uma outra modalidade pra seis meses e outra pra noventa dias se não me engano, mas com valor maior, mas o mínimo do seguro é 170 euros, e essa é a grande briga em que até hoje não se chegou a um acordo (HELFENSTEIN, 2019, p. 167).

Diante do exposto, percebe-se certa incoerência entre os regulamentos criados para a abertura da ponte pelos governos - brasileiro e francês - que tinha como finalidade principal estimular as relações sociais e econômicas dos dois países, sobretudo, em Oiapoque e Saint George. Esses regulamentos, em alguns casos, transformam-se em entraves a serem superados pela população local das duas fronteiras. No caso da França as leis de acesso de estrangeiros, veículos e mercadorias ao território francês são mais rigorosas que as do Brasil. A rigidez das leis francesas e a valorização do euro fazem com que a entrada de brasileiros à fronteira vizinha seja relativamente baixa, se comparada a outras fronteiras do Brasil com outros países.

Ao contrário da rigidez das leis francesas, a flexibilidade das leis de acesso ao território brasileiro e a valorização da moeda euro permite que um número bem expressivo de estrangeiros entre no espaço fronteiro franco-brasileiro e desfrute do que este espaço tem a oferecer. Vale lembrar que, se para a população da fronteira franco-brasileira a valorização da moeda euro se torna de certa forma um empecilho para a entrada no país vizinho, devido ao alto preço para a compra da referida moeda e a baixa renda de boa parte da população local, já para os turistas/visitantes vindos do território francês essa valorização é um dos fatores responsáveis pela sua vinda ao Oiapoque, pois possibilita a eles maior poder aquisitivo.

O aumento dos fluxos transfronteiriços, em especial o turístico no espaço urbano de Oiapoque, vem despertando na população local um novo olhar para as questões socioeconômicas e culturais. A população tem buscado melhor compreender como estão se estabelecendo a dinâmica econômica, social e cultural em Oiapoque vinculada aos fluxos na fronteira franco-brasileira. Esses fluxos vêm redesenhando o cenário urbano oiapoqueense, instigando a sociedade como um todo a refletir sobre as possibilidades de desenvolvimento socioeconômico, relacionadas a ponte binacional, que serão tratadas no próximo tópico.

As possibilidades de desenvolvimento socioeconômico para Oiapoque relacionadas à Ponte Binacional

Desde a construção da Ponte Binacional que conecta fisicamente as cidades gêmeas, Oiapoque e Saint George, a população local dessas duas cidades vivem grandes perspectivas de desenvolvimento econômico e social, bem como esperanças de melhorias nas políticas de acesso – trânsito de pessoas - entre essas áreas fronteiriças, no caso, ao território francês, já que as pessoas da fronteira vizinha transitam livremente em Oiapoque.

A abertura da Ponte Binacional, de certa maneira, aponta para potencialidades que podem motivar o desenvolvimento econômico e social de Oiapoque. Dentre as possíveis melhorias na economia local, destaca-se, o melhor aproveitamento das potencialidades turísticas existentes, sobretudo o turismo em áreas naturais, a produção e valorização de produtos culturais regionais, e a ampliação e valorização das atividades pesqueiras, já que essa região possui grande potencial para a pesca, conforme destaca Buraslan (2017):

O setor pesqueiro é, sem dúvida, essencial para as duas regiões, em razão do potencial que pode representar para as exportações e pela riqueza hilaética da região das fronteiras marítimas e dos rios, mesmo com o seu baixo peso no valor agregado nas economias das duas regiões (BURASLAN, 2017, p. 119).

A agricultura local, que também é uma das atividades econômicas pioneiras em Oiapoque, ainda que seja agricultura familiar, mas de grande importância para a economia local, requer melhor tratamento por parte do Poder Público, que deve promover políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da agricultura local, beneficiando principalmente os pequenos produtores, que são os mantenedores de boa parte da produção e fornecimento dos produtos agrícolas comercializados na cidade de Oiapoque (Fotografia 3), onde tanto a população local quanto os estrangeiros compram.

Fotografia 3 - fotografias de produtos regionais comercializados no mercado público de Oiapoque.



Fonte: Audalice Feitosa, 02/2020.

Dentre os produtos regionais comercializados na feira do mercado público, estão: abobora, banana, pupunha, cupuaçu, limão, graviola, abacaxi, rabutã, pimenta de cheiro e pimenta ardosa, tucupi, entre outros (Fotografia 3A), assim como, a farinha de mandioca, a

goma e a farinha de tapioca (Fotografia 3B), bastantes consumidas tanto pela população local, quanto pelas pessoas que vem da fronteira vizinha realizar compras em Oiapoque. Todos esses produtos são fornecidos pelos pequenos agricultores do assentamento de Igarapé Grande e Vila Velha do Cassiporé, os localizados ao longo da BR 156 e pelos indígenas.

É importante registrar que, mesmo com as deficiências de infraestrutura urbana, alguns empresários já estão investindo em setores como a pesca, com filetagem e compra de grudes² de pescados para exportação, e também em atividade turística em áreas naturais. Essas atividades vêm se destacando devido ao aumento expressivo dos fluxos transfronteiriços após a abertura da Ponte Binacional e o espaço urbano oiapoqueense é o principal beneficiado por concentrar estabelecimentos (comércio, hotéis, bares e restaurantes, etc..) e demais prestadores de serviços vinculados ao turismo (taxistas, mototaxistas, catraieiros). Neste sentido, o espaço urbano sob a égide econômica se beneficia com a intensificação dos fluxos. Conforme destacam Carmo et al (2019, p. 19) “A ponte passou a permitir o trânsito de pessoas e mercadorias entre os dois países e, com isso, potencializou atividades como o turismo e o comércio exterior, que gradativamente estão se intensificando”.

Esta ponte ainda é vista pela população fronteiriça de Oiapoque com possibilidades de melhorias, por exemplo, na infraestrutura rodoviária da região, haja visto que as políticas adotadas para a implantação da Ponte Binacional também contemplam a finalização da pavimentação asfáltica da BR-156; melhorias para o desenvolvimento do turismo, já que essa região fronteiriça dispõe de potencialidades para atividades turísticas; avanços na flexibilização do acesso ao território do país vizinho, assim como de implementação de políticas públicas condizentes com a realidade local.

Mas para que isso aconteça é necessário implantar estrutura de desenvolvimento voltada ao contexto urbano local, uma vez que, conforme destacam Silva e Superti (2015, p. 65), as políticas de instalação de infraestruturas transfronteiriças (IIRSA e Programa de Aceleração do Crescimento - PAC) não vislumbram a inserção de mecanismo de desenvolvimento urbano em escala local.

Esse mesmo entendimento de que é necessário pensar em desenvolvimento e melhorias que alcancem a sociedade como um todo também é enfatizado por Lomba e Matos (2013), ao afirmarem:

Percebe-se amplo investimento em logística, ao mesmo tempo em que há pouca preocupação com os impactos sociais que tais projetos podem causar. [...] a parceria se estabelece no âmbito político e econômico, mas no que tange às melhorias para a população que diretamente convive na fronteira há pouco investimento (Lomba e Matos, 2013, p. 27).

Tendo em vista as possibilidades de desenvolvimento econômico para Oiapoque relacionadas à Ponte Binacional, ponderamos que investir em políticas públicas que visem melhorias econômicas e sociais desse espaço fronteiriço franco-brasileiro são ações primordiais que promoverão o desenvolvimento socioeconômico local. Considerando sua localização geográfica e as interações constituídas entre Oiapoque e Saint George, palco principal dos fluxos transfronteiriços que dinamizam essas duas cidades fronteiriças, em particular o espaço urbano oiapoqueense, por receber uma quantidade expressiva de turistas e não turistas vindos da fronteira vizinha. Esse entendimento também é expresso por Santos e Porto (2013, p. 1164):

A singularidade que a dinâmica das cidades fronteiriças Oiapoque e Saint George, apresentam, por seus aspectos culturais e geográficos comuns, revelam a importância de se ter políticas públicas voltadas para desenvolver de forma integrada o turismo nessa região [...] o município de Oiapoque se caracteriza com forte potencial de desenvolvimento, mas que precisa de investimentos públicos e privados, principalmente porque com a futura inauguração da ponte binacional, Oiapoque sofrerá incidência direta dessa nova dinâmica que tem concentrado as atenções de ambos os lados e motivou um debate entre diferentes atores (SANTOS E PORTO, 2013, p. 1164).

Diante dos entendimentos expostos neste capítulo sobre as implicações dos fluxos transfronteiriços, em particular o fluxo de turistas/visitantes, no crescimento econômico e espacial de Oiapoque, e as probabilidades de desenvolvimento socioeconômico desse espaço fronteiro, relacionadas à Ponte Binacional, compreende-se que os fluxos constituídos entre os espaços fronteiriços mencionados nesse estudo são determinantes para o intercâmbio na fronteira franco-brasileira, que, por sua vez, moldam e dinamizam as atividades econômicas e a espacialidade urbana oiapoquense, como demonstrado no capítulo a seguir.

A DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DAS ATIVIDADES VINCULADAS AOS FLUXOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Dinâmicas das atividades econômicas no espaço fronteiro de Oiapoque

Na espacialidade fronteira local é possível perceber uma grande diversidade de atividades econômicas, que vão desde comércios/lojas de pequeno e médio porte, hotéis/pousadas, restaurantes/bares, estabelecimentos vinculados ao turismo – chácaras e balneários – assim como indústrias de médio porte - filetagem de peixe e fábrica de gelo. Essa diversidade está intrinsecamente relacionada com as dinâmicas transfronteiriças, alicerçadas na economia de garimpo e nos fluxos transfronteiriços, que se constituíram ao longo dos anos entre os espaços fronteiriços, Oiapoque e Saint George. Essa diversidade das atividades econômicas presente no espaço fronteiro local pode ser melhor entendida se avaliarmos como se estabelece a dinâmica econômica urbana de Oiapoque.

Para tanto, faz-se necessário analisarmos os circuitos Superiores e Inferiores da economia urbana, o que possibilita a distinção a qual destes a economia urbana local se enquadra. Sobre este assunto adotaremos o pensamento de Santos (1978, p. 36, 57), que ao tratar sobre a formação sócio-espacial como categoria de análise, apontou ‘a existência, nas cidades’ dos países emergentes, principalmente nas grandes cidades, ‘de dois subsistemas de fluxo econômico, complementares e interdependentes, cada um compondo um subsistema do sistema global’. Esses dois subsistemas ao qual o autor se refere são os circuitos Superiores e Inferiores da economia urbana.

De acordo com o autor citado no parágrafo anterior, o circuito superior (circuito moderno) é formado principalmente pela indústria de exportação, financeiras e transportadoras. Por sua vez, o circuito inferior (comércio não moderno) é pautado nas atividades de menor porte e pouca modernização, como serviços não modernos, comércio de varejo e produção que não possuem capital intenso. Santos esclarece ainda que os dois circuitos da economia presentes nos espaços urbanos são formas de produzir, disseminar, comercializar e consumir que geram

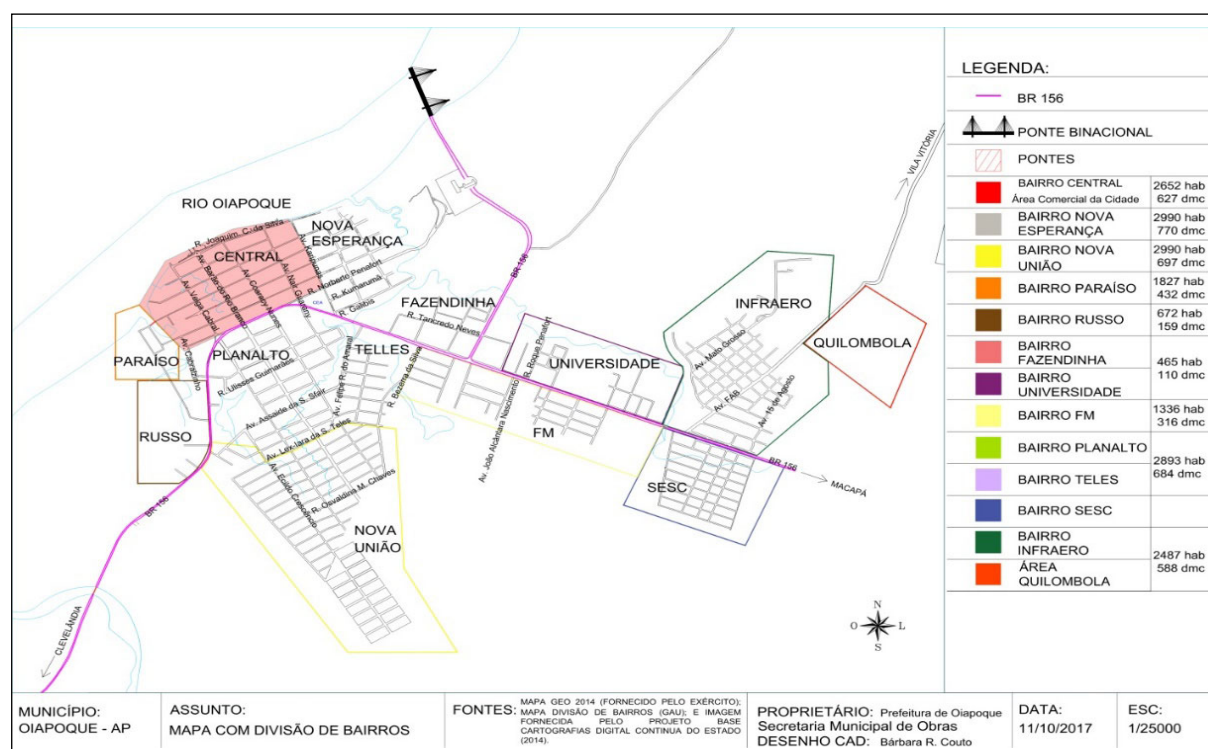
materialidades distintas no cenário urbano. Deste modo, entendemos que esses dois subsistemas econômicos influenciam na (re)organização da espacialidade urbana de Oiapoque.

Ao observarmos os tipos de atividades econômicas desenvolvidas e distribuídas no espaço urbano de Oiapoque, notamos que a maioria está ligada ao setor terciário da economia, caracterizadas por diferentes tipos de comércio e prestadores de serviços vinculados ao turismo, sendo predominantes as atividades pertencentes ao circuito inferior da economia (hotelaria, restaurantes, comércios, balneários e transportes alternativos), o que as torna mais dinâmicas e constantes, sejam elas formais ou informais. Quanto ao circuito Superior, este é caracterizado principalmente pelo setor industrial e financeiro que ainda é bastante tímido – existindo apenas algumas agências bancárias, filetarias e fábricas de gelo.

Diante do exposto, podemos compreender que as atividades econômicas urbanas de Oiapoque enquadram-se tanto no circuito Superior, quanto no Inferior da economia, com ênfase no circuito Inferior; ao apreendermos esses circuitos como potencializadores da economia, é possível entendermos as dinâmicas das atividades econômicas e da espacialidade urbana de Oiapoque, pois de acordo com Britto (2017, p. 168), “através dos circuitos também é possível compreender a dinâmica presente nas cidades além de suas ligações externas, compreendendo-as em seu contexto local, regional, nacional e internacional”.

A maior parte das atividades econômicas no espaço urbano de Oiapoque concentra-se no bairro do Centro (Mapa 1), por este estar localizado em sua maioria, próximo à orla do Rio homônimo, local pioneiro na ocorrência dos fluxos transfronteiriços estabelecidos entre os espaços tratados nesse estudo, pois é na orla (beira – popularmente conhecida) que acontecem os embarques e desembarques de pessoas e mercadorias. Até a abertura da ponte binacional a entrada de turistas, mercadorias e veículos ocorriam somente nos portos fluviais localizados na referida orla.

Mapa 1 - Divisão urbana de Oiapoque com destaque para o Bairro do Centro.

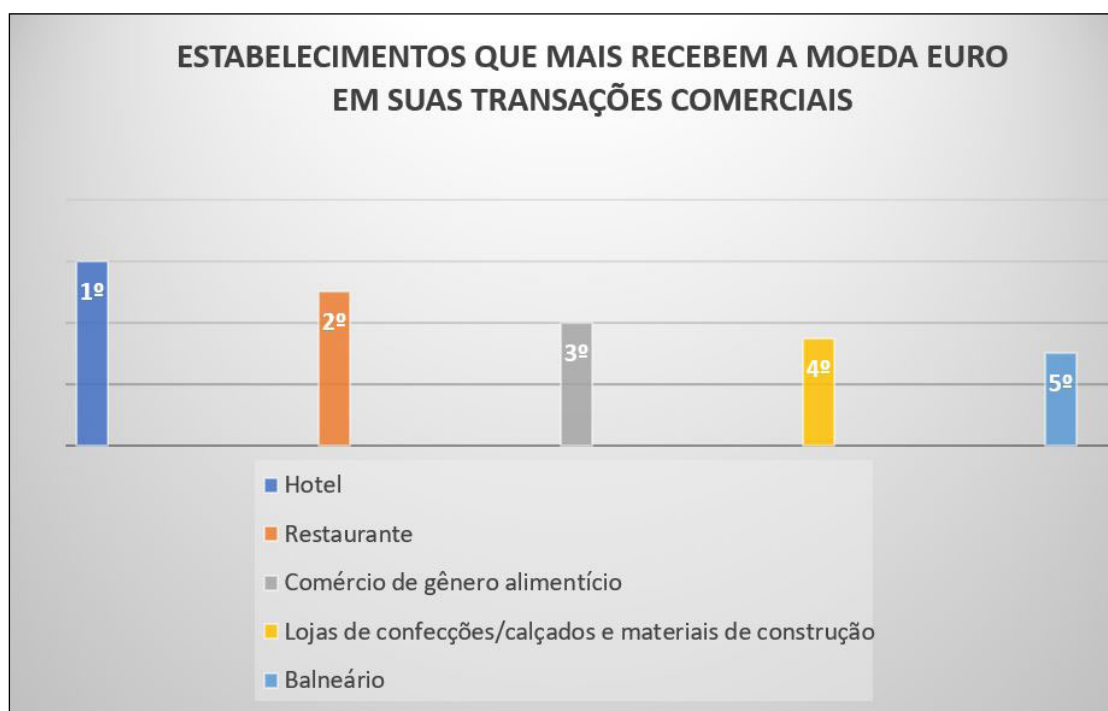


Fonte: COUTO (2000). Adaptado por Audalice Feitosa, 2018.

A dinamização das atividades econômicas na espacialidade urbana de Oiapoque vem crescendo consideravelmente, sendo influenciada pela economia do garimpo, economia da moeda euro, comércio transfronteiriço de mercadorias e o potencial turístico local que vêm transformando o cenário urbano de Oiapoque, com ênfase na economia da moeda Europeia e as potencialidades turísticas que têm motivado o surgimento de novos empreendimentos e a melhoria dos estabelecimentos que já existiam, contribuindo assim expressivamente para o crescimento econômico de Oiapoque. Corroborando para este entendimento, Silva e Granger (2016, p. 37), pontuam que “a força da moeda europeia, o Euro, frente à brasileira, o Real, motiva e potencializa a proliferação de pontos comerciais do lado brasileiro”.

O comércio transfronteiriço de mercadorias e o potencial turístico local, são responsáveis na atualidade pelo aumento das atividades econômicas no espaço urbano de Oiapoque, bem como da quantidade de estabelecimentos ligados à comercialização de gêneros alimentícios, confecções e calçados, e também de hotéis e restaurantes, entre outros. Esses estabelecimentos são os maiores responsáveis pela circulação da moeda europeia em Oiapoque, pois esses frequentemente recebem o euro em suas transações comerciais, conforme indica o Gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3 - Os tipos de estabelecimentos que mais recebem a moeda Euro em suas transações comerciais em Oiapoque.



Fonte: Resultado do trabalho de campo. Elaborado por Audalice Feitosa, 11/2019.

Isso não quer dizer os demais tipos de atividades econômicas e estabelecimentos comerciais não recebem a referida moeda, pelo contrário: o que foi constatado durante este estudo é que todos os estabelecimentos, sejam eles grandes ou pequenos, recebem o euro como pagamento pelos produtos e serviços ofertados. Essa fácil aceitação da moeda europeia nos diversos estabelecimentos se dá em virtude da sua valorização em relação à moeda brasileira, o que resulta em maior poder de compras as pessoas vindas da fronteira vizinha. O que parece

ser bom para as pessoas que vêm realizar compras ou a lazer, bem como aos proprietários dos diversos tipos de estabelecimentos, pois de acordo com os proprietários entrevistado, empresariado local ganha fluidez na comercialização de seus produtos.

Esta dinâmica foi possível comprovar por meio de alguns proprietários de estabelecimentos comerciais e de atividades vinculadas ao turismo, ao ressaltarem em suas falas a importância da comercialização transfronteiriça de mercadorias e dos fluxos turísticos na/para a cidade de Oiapoque, como nas transcrições de entrevistas a seguir:

Com relação à economia daqui, a venda de mercadorias pras pessoas que atravessam pra cá é muito importante porque faz crescer as vendas nos comércios, lojas, açougues. A gente vê bastante turistas nos restaurantes, nos hotéis. Isso é muito bom pra nós que trabalha no ramo do comércio, até mesmo pra esse pessoal que vende as coisas nas calçadas por ai. Tem pessoas que compra as coisas que eles vende (R. F. S. Proprietário de restaurante, que atua nesse ramo a oito anos, em Oiapoque – 08/2019).

O que movimenta o comércio aqui é a vinda das pessoas da Guiana, porque eles vem pra fazer compras, passear. A maioria das pessoas que vem comprar as coisas aqui, faz isso todo mês praticamente. O valor da moeda deles ajuda eles a comprar as mercadorias aqui. Todos os estabelecimentos recebe o euro, os grandes e os pequenos. Tem comércio que recebe o euro e paga mais que os cambistas que ficam lá na beira (orla do Rio Oiapoque). É bem melhor para quem vem comprar ou passear aqui e para os donos dos comércios, hotéis, pousadas, restaurantes, bares, lojas (J. M. S. Proprietária de comércio de gêneros alimentícios, atuante nesse ramo a dez anos, em Oiapoque, 08/2019).

Bom. Antes o garimpo influenciava bastantes no movimento do comércio, mas agora diminuiu um pouco. Hoje em dia, tudo aqui na cidade tem influência do euro e da vinda de turistas que vem passear ou fazer compras. Aumentou bastante a quantidade de estabelecimento na cidade, comércios, lojas, restaurantes, bares, hotéis e outros. Isso tudo para atender as demandas que tem surgido. (M. S. G. Proprietário de hotel, atua nesse ramo a quinze anos, em Oiapoque – M. S. G, 09/2019).

Com a liberação da Ponte Binacional aumentaram os fluxos transfronteiriços de pessoas, veículos e mercadorias entre Oiapoque/Saint George e Saint George/Caienne e vice-versa. Esse fato motiva ainda mais a dinamização e o crescimento das atividades econômicas neste espaço fronteiro, que já registra o surgimento de novos empreendimentos (Fotografia 4) que visam ofertar melhorias e maior diversidade nos serviços e produtos ofertadas à população local, em particular aos turistas e visitantes.

Fotografia 4 - fotografias de alguns dos estabelecimentos que surgiram no espaço urbano de Oiapoque após a Ponte Binacional.



Fonte: Audalice Feitosa, 11/2019.

A Fotografia 4A é de um dos hotéis, localizado na área comercial, próximo aos portos de embarque e desembarque de turistas/visitantes e mercadorias. A Fotografia 4B é de estabelecimento comercial de gêneros alimentícios, de higiene e outros, localizado as margens da BR 156, à alguns metros da área com maior concentração de estabelecimentos. A Fotografia

4C é de estabelecimento que oferta serviços como: restaurante, choperia e jogo de boliche, localizado também as margens da BR 156, nas proximidades do início do perímetro urbano de Oiapoque e também de órgãos como: UNIFAP, INSS e o quartel da Polícia Militar – PM/AP, bem como da rotatória de acesso à Ponte Binacional. Esses empreendimentos citados iniciaram suas atividades após a inauguração da referida ponte.

Diante do exposto sobre a dinâmica das atividades econômicas presentes na cidade de Oiapoque e influenciada pelos fluxos estabelecidos neste território, conclui-se que os fluxos constituídos nesse espaço analisado estão incorporados às dimensões dos circuitos inferiores e superiores da economia urbana. Estes fluxos presentes no cotidiano urbano fronteiriço de Oiapoque estabelecem e estruturam a dinâmica das atividades econômicas.

Estabelecimentos comerciais envolvidos com a dinâmica transfronteiriça

Dentre os vários tipos de estabelecimentos presentes na espacialidade urbana oiapoqueense há estabelecimentos que se destacam por se relacionarem de forma mais intensa com os fluxos transfronteiriços – pessoas e o euro. Entre estes, estão as casas de câmbio, restaurantes, hotéis e chácaras (Fotografia 5). Destaque para os restaurantes e os hotéis que são os estabelecimentos onde ocorrem com maior frequência os intercâmbios transfronteiriços, pois recebem maior quantidade de pessoas que vêm da fronteira vizinha.

Fotografia 5 - fotografias dos tipos de estabelecimentos que se relacionam de forma mais intensa com os fluxos transfronteiriços em Oiapoque.



Fonte: Audalice Feitosa, 11/2019.

Ao observar o espaço urbano de Oiapoque, percebe-se que no intuito de melhor atender seus clientes o empresariado local vêm fazendo expressivas melhorias em seus estabelecimentos comerciais ou de entretenimentos. Os empreendimentos vinculados a atividades econômicas que têm relação direta com a dinâmica dos fluxos transfronteiriços, em particular o turístico, são os que mais se destacam quando em se tratando de ampliação, modernização de seus espaços, ofertas de serviços e produtos. A Fotografia 5A é de um estabelecimento que realiza câmbio de moedas estrangeiras, em especial, o Euro. A Fotografia 5B é de um dos restaurantes localizados na área comercial de Oiapoque. A Fotografia 5C é de um hotel também localizado no área comercial, de frente para o Rio Oiapoque. A Fotografia 5D é de uma chácara localizada em um bairros mais afastado do centro comercial, que oferta serviços com: hospedagem, restaurante e lazer.

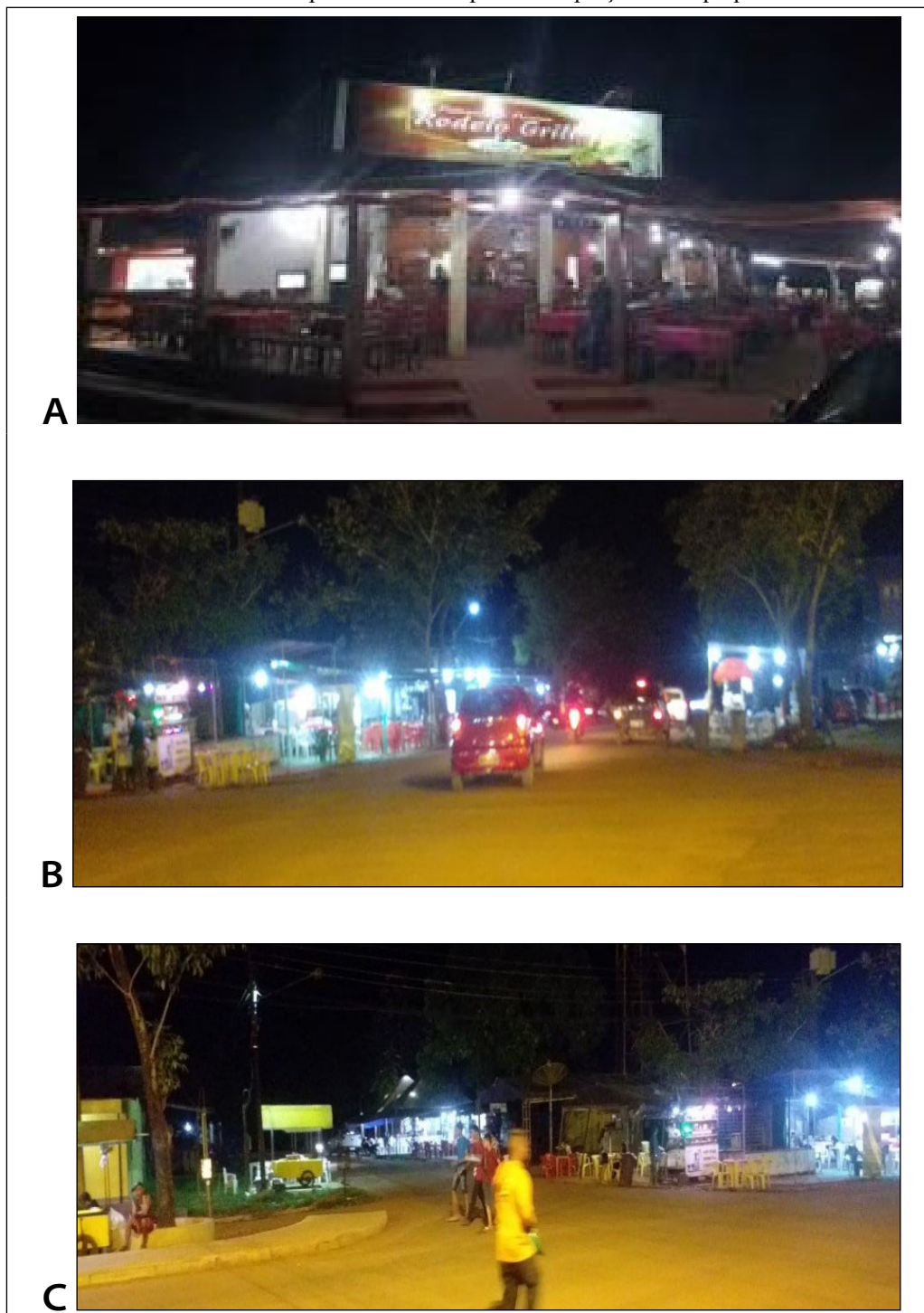
Outros estabelecimentos que também merecem destaque são os ligados a venda de gêneros alimentícios, uma das atividades econômicas pioneiras desenvolvidas nesse espaço analisado. Sobre o fluxo de pessoas e suas implicações na economia local, Palhares e Guerra (2016) pontuam que:

[...] cidade de Oiapoque atualmente recebe um fluxo bastante significativo de pessoas em busca do turismo de negócios, aquele relacionado com compras variadas de mercadorias. São atraídos sobretudo por produtos alimentícios e por preços acessíveis, com base no câmbio das moedas vigentes na fronteira. Essa prática de turismo tem provocado um aquecimento no comércio local, diante desse movimento de pessoas (PALHARES E GUERRA, 2016, p.).

Nos últimos anos, o aumento da procura pela oferta de produtos com preços acessíveis, lazer e entretenimento por parte de turistas, não turistas e até mesmo por uma parcela da população local, impulsionou o aumento da quantidade de estabelecimentos vinculados à atividade turística no espaço urbano de Oiapoque, influenciando também na geração de empregos e renda para a população local. No bairro central há maior concentração desses estabelecimentos, por este estar localizado, em sua maioria, próximo à orla do Rio Oiapoque, local onde se encontram os portos fluviais por onde grande parte dos turistas desembarcam e embarcam.

Durante o dia os fluxos transfronteiriços acontecem com maior intensidade nesse referido bairro, pois é quando turistas e não turistas circulam nas ruas e avenidas da cidade, efetuando compras ou a lazer. Já durante a noite essa dinâmica ocorre nas proximidades da única praça pública da cidade, período em que os empreendimentos formais e informais como restaurantes, bares, lanchonetes e similares se destacam (Fotografia 6).

Fotografia 6 - Fotografias dos tipos de estabelecimentos formais e informais, que desenvolvem suas atividades no período noturno próximo à praça em Oiapoque.

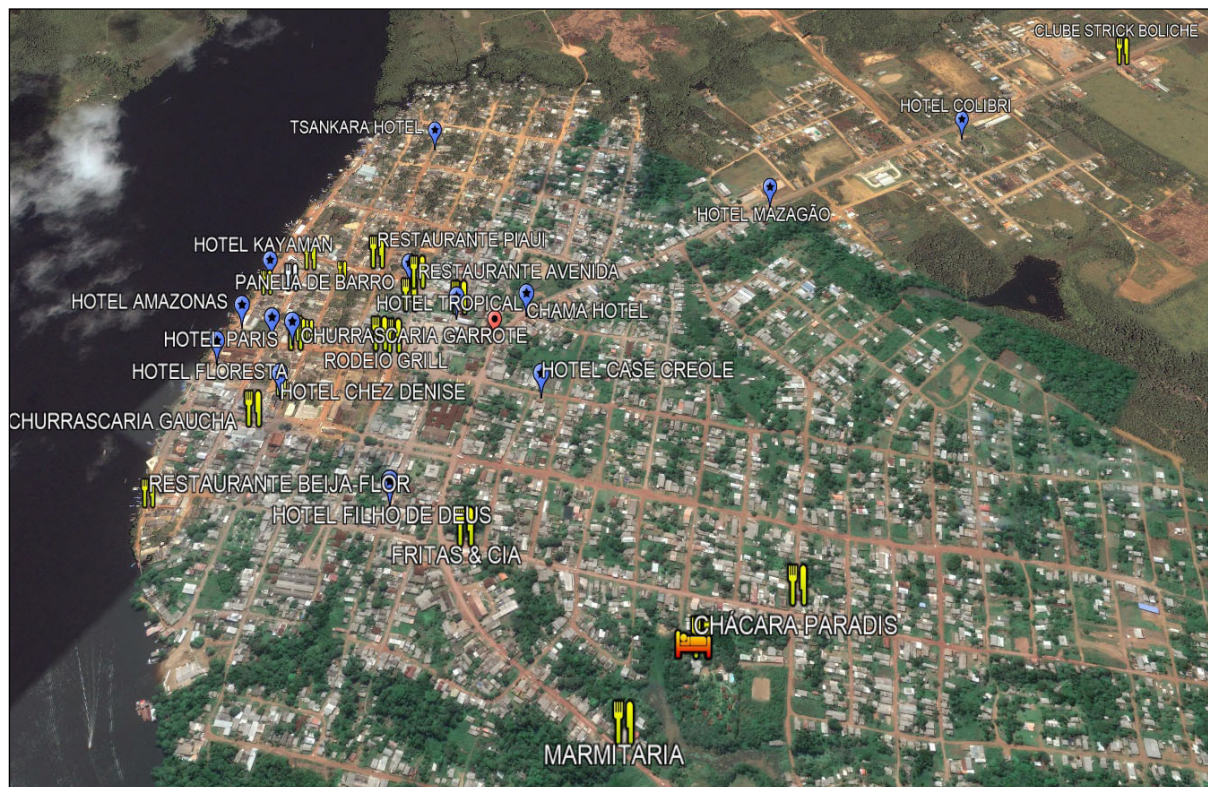


Fonte: Audalice Feitosa,09/20.

As atividades formais apresentadas nas Fotografias 6A (restaurante) e 6B (lanchonete e bares), são as que se destacam no que se refere a quantidades de estabelecimentos que funcionam no período estabelecido para o expediente dessas atividades em torno da praça. A Fotografia 6D mostra alguns vendedores da batata frita, bebidas (água, refrigerante e cerveja),

comida na chapa e vendedores de produtos artesanais (bijuterias). O crescimento do espaço urbano, da população local e a ampliação de instituições públicas e privadas, vêm estimulando a implantação de novos empreendimentos em lugares distintos em Oiapoque, como demonstrado na Figura 1.

Figura 1 - Imagem área de parte da área onde estão localizados os estabelecimentos que têm maior interação com o fluxo turístico, no espaço urbano de Oiapoque.



Fonte: Google Earth.

Ao observarmos a figura acima é possível perceber que as atividades destacadas começam a se expandir no perímetro urbano de Oiapoque, o que resulta também, na expansão dos fluxos transfronteiriços pelos diferentes bairros da cidade. Esta dinâmica espacial possibilita aos turistas e visitantes transitar, conhecer outros bairros e ter maior e melhor interação com a população local, fazendo com que haja, assim, maior circulação do capital oriundo dos fluxos transfronteiriços em Oiapoque. O transitar de turistas nos diferentes bairros da cidade impulsiona economicamente não só o grande empresário, mas também o pequeno comerciante, os taxistas, mototaxistas entre outros, que tem nestas atividades que desenvolvem o sustento de suas famílias.

Como dito anteriormente, no dia-a-dia é comum ver pessoas vindas do país vizinho nos estabelecimentos comerciais no espaço urbano oiapoquense, até mesmo nos bairros mais afastados do centro, frequentando bares, lanchonetes e pequenos restaurantes. A circulação de turistas/visitantes nos diferentes bairros contribui para o surgimento de novos empreendimentos comerciais em lugares diversos, possibilitando aos moradores efetuar suas compras no próprio bairro e ao mesmo tempo desperta o interesse dos turistas e visitantes em transitar por esses espaços à procura de bens de consumo, lazer ou porque estão à procura de conhecer lugares menos movimentados, que oferecessem produtos regionais, como artesanato, comida regional, entre outros.

O anseio por coisas ou por algo diferente das que corriqueiramente os turistas encontram na área com maior concentração de atividades comerciais os leva a lugares distintos no espaço urbano de Oiapoque, até mesmo em lugares afastados do perímetro urbano - áreas rurais – onde estão localizados alguns empreendimentos ligados ao turismo ecológico – balneários e chácaras. Diante disso, percebemos que atualmente a espacialidade do fluxo turístico já não ocorre somente no bairro com maior concentração de estabelecimentos comerciais, como em épocas passadas. Isso está ocorrendo devido ao aumento do fluxo de turistas em Oiapoque e a procura destes por algo que lhes atraíam.

São várias e importantes as mudanças que ocorreram no cenário socioeconômico na cidade de Oiapoque nas últimas décadas impulsionadas pelos fluxos transfronteiriços, que ao longo dos anos influenciam na organização e transformação do espaço urbano oiapoquense, principalmente na atualidade. Pois a partir da abertura da Ponte Binacional, em especial nos dois últimos anos, houve o aumento na quantidade de turistas/visitantes que vêm à Oiapoque, sendo necessária então a readequação nos estabelecimentos, melhorias nos serviços e produtos ofertados, até mesmo a implantação de novos empreendimentos, visando atender a demanda local e as oriundas dos fluxos transfronteiriços. Nesta perspectiva, Silva e Granger (2016), advertiram para possíveis implicações que ocorreriam em Oiapoque após a abertura da Ponte Binacional.

A inauguração da ponte binacional sobre o rio Oiapoque estabelecerá uma nova fase na geografia econômica e política da fronteira, reordenando espaços de compra e venda, ampliando a especulação imobiliária, redefinindo atores envolvidos e criando novos espaços para o capital (SILVA E GRANGER, 2016, p. 45).

Neste sentido, compreende-se que a integração regional da fronteira franco-brasileira ao território coletivo francês - GF, por meio da Ponte Binacional, abre um leque de possibilidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural, que associadas a políticas públicas voltadas ao contexto local fronteiriço e que compreendam todas as classes sociais promoverá o desenvolvimento de Oiapoque, tanto nos aspectos econômicos, como no social e cultural, proporcionando assim melhorias de vida e bem estar de toda a sociedade oiapoquense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou as especificidades e implicações do fluxo turístico transfronteiriço no espaço urbano de Oiapoque, evidenciando a influência deste na dinâmica das atividades econômicas, na diversidade do comércio e na (re)organização e (re)distribuição da espacialidade urbana local na contemporaneidade. No tocante às implicações desse fluxo transfronteiriço percebe-se que eles influenciam expressivamente para o dinamismo das atividades econômicas e da produção do espaço urbano de Oiapoque.

Nota-se ainda que nos últimos anos aumentou o fluxo de turistas na fronteira franco-brasileira. E um dos principais fatores para esse aumento é a integração regional desta fronteira à fronteira vizinha através da Ponte Binacional, que possibilitou a fluidez no trânsito de pessoas, mercadorias e veículos entre as duas fronteiras. Esse fator ocasionou mudanças significativas no cenário econômico de Oiapoque, como o crescimento das atividades econômicas; reestruturação física de vários estabelecimentos comerciais e os vinculados a atividades turísticas; redistribuição dos estabelecimentos; e a expansão da circulação de turistas no espaço urbano oiapoquense.

A Ponte Binacional tem significados distintos para a população das cidades gêmeas, Oiapoque e Saint George. Até agora o maior benefício a nível local para a cidade vizinha é a circulação via terrestre para Oiapoque e demais regiões do Brasil. Já no caso de Oiapoque, mesmo havendo rígidas restrições para o acesso ao território francês, o mercado local é bastante beneficiado pelo fluxo de turistas e visitantes vindos da fronteira vizinha. Esse fluxo se intensificou com a abertura dessa ponte.

Ressalta-se que, mesmo diante das deficiências da infraestrutura urbana, considerada fundamental para o desenvolvimento socioeconômico de Oiapoque, já são perceptíveis no espaço urbano oiapoquense as mudanças no panorama econômico local. Essas transformações podem ser melhor efetivadas se o Poder público, tanto a nível local, estadual e federal, implementarem políticas públicas condizentes com o contexto local. Portanto, em se tratando desse espaço fronteiriço analisado, é importante que se pense em melhorias que beneficiem não somente ao setor econômico, mas também o sociocultural, e que essas melhorias alcancem toda a população local.

NOTAS

1 Segundo Brasil (2016) apud Moura (2018, p. 85) As cidades-gêmeas podem ou não, apresentar uma conurbação ou semi-conurbação com uma localidade do país vizinho, bem como, manifestações condensadas dos problemas característicos das fronteiras internacionais, que nesta espacialidade adquirem maiores densidades, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a cidadania.

2 Segundo Pough (1993) apud Sousa (2008), a grude ou bexiga natatória “é uma vesícula composta por tecido conjuntivo fibroso que pode se encher de ar e tem a função de regular a densidade de flutuação dos peixes, possibilitando que estes flutuem”.

De acordo com Sousa (2008), pode ser inserida na composição de cosméticos, remédios, filmes fotográficos, móveis, instrumentos musicais etc.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carina Santos; RAUBER, Alexandre Luiz. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional**. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas populacionais do ano de 2018**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 15 novembro de 2019.
- BRITTO, Lays. O Espaço Dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. **BARU**, Goiânia, v.3, n.1, p.165 -169, jan./jul, 2017.
- BURASLAN, Marcelus C. da Silva. **A Condição Fronteiriça Brasil-França: dos tratados de limites à fronteira-rede**. Di em Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), 2017.
- CARMO, Eduardo Margarit A. do; MIRANDA, Cleuton Pinto; BARREIRA, Celene Cunha M. Antunes. A Dinâmica Territorial das Grandes Obras de Infraestrutura Desenvolvidas no Amapá no Âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 12, n. 2, p. 07-20, jul./dez. 2019.

- COUTO, B. R. **Mapa divisão de bairros da cidade de Oiapoque (GAU):** e imagem fornecida pelo projeto base cartografias digital continuada do Estado do Amapá. 2017.
- DAMO, Márcia Sartori. A Faixa de Fronteira. In. GTI (Org) **Bases para uma Proposta de Desenvolvimento.** p. 18, 2010.
- FEITOSA, Audalice dos Santos; MOURA, Edenilson Dutra de. Dinâmicas comerciais da cidade de oiapoque – ap - brasil sob o contexto fronteiriço. In. **Revista Neonorte**, v.9, n. 33, p. 43-65, 2018.
- FURTADO, Renata de S. As fronteiras no âmbito do Mercosul: apontamentos sobre a formação de agenda política de integração fronteiriça. **Univ. Rel, Int.**, Brasília. V.9. n.1 p. 371-381, 2011.
- HELFFENSTEIN, Adriano Michel. **A Influência das Redes Geográficas no Atual Estágio de Desenvolvimento do Município de Oiapoque – Amapá** [manuscrito] / Adriano Michel Helffenstein. - 2019. CCVII, 207 f.: il.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica** / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 6. Ed. – São Paulo: Atlas, 2011.
- LOBATO, Mateus Monteiro; SOARES, Daniel Araújo Sombra. **Fronteira na Geografia: preposições para uma reflexão.** 2015.
- LOMBA, Roni Mayer; MATOS Felipe Ribeiro. A Ponte Binacional e os novos arranjos territoriais: perspectivas e dilemas da cooperação franco-brasileira (Amapá)-Guiana francesa. **Bol. geogr.**, Maringá, v. 31, n. 1, p. 19 -29, jan.-abr., 2013.
- MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, Redes. In T.M. STROHAECKER, A, DAMIANI, N. O. SCHAFFER, N. BAUTH, V.S. DUTRA (Org). **Fronteiras e espaço global**, AGB - Porto Alegre, Porto Alegre, 1998.
- MOURA, Edenilson Dutra de. Urbano-Fronteiriço: espacialidades e especificidades urbanas na fronteira franco-brasileira – Oiapoque – Amapá. **Revista Eletrônica Casa de Makunaima - ISSN 2595-5888** Vol. 1 - Nº 1 / Jan./Jun. 2018.
- PALHARES, J. M.; GUERRA, A. J. T. Potencialidades no município Oiapoque, Amapá, para o desenvolvimento do Geoturismo. **Revista Espaço Aberto**, PPGG-UFRJ, V.6, N.2, p. 51-72. 2016.
- SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia setentrional amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas.** 2012. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Presidente Prudente- SP, 2012.
- SANTOS, Paula Gabriele S. dos; PORTO, Jadson Luís Rebelo. Novos Usos da Fronteira Amapá-Guiana Francesa: expectativas de construção e ensaios de cooperação **REVISTA GEONORTE**, Edição Especial 3, V.7, N.1, p.1152-1168, 2013.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane. Desafios Multidimensionais para a Cooperação Transfronteiriça entre França e Brasil 20 anos depois (1996-2016). **GEOgraphia** - Ano. 18 - Nº38 – 2016).
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Usos Contemporâneos da Fronteira Franco Brasileira:** entre os ditames globais e a articulação local. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- _____. **A Cooperação Transfronteiriça entre Brasil e França:** ensaios e expectativas neste século XXI. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2013.

_____. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas, e recursos para Oiapoque-AP. **Revista franco-brasileira de geografia**. 2017.

SILVA, Ana Regina Ferreira. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa de fronteira internacional da Amazônia oriental brasileira**: estado do Pará e do Amapá. 2011. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2011.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; SUPERTI, Eliane. Fronteira internacional do Amapá: processos de interação e estratégias de defesa e segurança. In. PORTO, Jadson Luis Rabelo; CHAVES, Daniel; NORONHA, Andrius. **A fronteira setentrional brasileira**: das histórias pós-coloniais a formação de uma fronteira tardia. Macapá; Rio de Janeiro: Edunifap; Autografia Editora; 2015.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Ed. Francisco Alves, 1978.

SOUSA, M. A. Colágenos de Cynoscion Acoupa (pescada amarella): **Identificação, Produção de Membranas e Estudo da Atividade Biológica**. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Biologia Licenciatura) - Universidade Estadual do Maranhão, 2008.

SUPERTI, E. Políticas públicas e integração sul americana das fronteiras internacionais da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos Naea**, v.2, n. 14, 2011. p. 32 – 48.

5

OS SÍTIOS DA GEODIVERSIDADE COMO SUBSÍDIO PARA A PRÁTICA DO GEOTURISMO NO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, AMAPÁ/BRASIL

Francinete Viana da Silva Corrêa

José Mauro Palhares

INTRODUÇÃO

Atualmente, a procura por espaços naturais tem crescido de forma acelerada e isso tem estimulado o surgimento de novos segmentos de turismo, em especial aqueles voltados a áreas naturais, como: turismo de aventura, de saúde, rural, de lazer, histórico-cultural, ecológico, ecoturismo e o mais recente o geoturismo (MOREIRA, 2014).

O geoturismo é o que mais vem se destacando porque ele faz uso da geodiversidade como atratividade turística e tem como objetivo conservar, divulgar e assegurar a sustentabilidade do ambiente visitado por meio da interpretação e sensibilização das pessoas.

O geoturismo é compreendido como um turismo sustentável, que valoriza a geodiversidade, além da fauna e flora, mas principalmente o patrimônio geológico-geomorfológico, como: formações rochosas, grutas e feições superficiais, proporcionando ao visitante não só a contemplação da paisagem, mas o entendimento dos processos que se sucederam até que ela se formasse e quais os processos que continuam a atuar sobre ela; por isso, também é compreendido como turismo educativo (MANOSSO, 2010).

Os sítios da geodiversidade são considerados subprodutos da geodiversidade. São elementos que não possuem valor científico tão significativo, mas, devido a sua relevante beleza cênica, apresentam valores educativo e turístico que devem ser conservados, pois refletem a história da formação da Terra (BRILHA, 2015; VALE; MOREIRA, 2019; CORRÊA, 2020).

Os sítios da geodiversidade possibilitam a interpretação ambiental ao conhecimento geocientífico e a conceitos ambientais que podem ser transmitidos ao público. Estes locais são relevantes para desenvolver atividades sustentáveis a fim de conservar a geodiversidade, pois eles representam a história de Terra (VALE; MOREIRA, 2019; CORRÊA, 2020).

A área de estudo deste trabalho está localizada no município de Oiapoque, o qual é composto por vários sítios de geodiversidade que podem ser observados a partir de sua geomorfologia que é formada por blocos graníticos presentes no maior trecho do Rio Oiapoque, como também as ilhas, praias fluviais e balneários situados em terrenos com afloramentos rochosos de grande extensão. São formações antigas que apresentam atrativos relevantes para o desenvolvimento das atividades geoturísticas no município.

Desta maneira, este artigo objetivou caracterizar os sítios da geodiversidade localizados no município de Oiapoque-Amapá para a promoção do geoturismo como um turismo sustentável.

Com isso, foram selecionados quatro sítios da geodiversidade, onde sua geomorfologia apresenta algo em comum entre eles: os afloramentos rochosos. Assim, a área de estudo contou com os seguintes sítios: Grande Rocha, Ilha do Sol, Pedra do Abacaxi e Balneário Km 9.

Nesse contexto, é importante contribuir com conhecimento e dados relacionados aos elementos abióticos, visto que é de grande relevância por conta da escassez de trabalhos científicos direcionados às temáticas geodiversidade, geoconservação e geoturismo no município, como também na região Amazônica. Assim este trabalho vem somar e contribuir com a divulgação dessas potencialidades para outras regiões brasileiras.

O município de Oiapoque possui características significativas para desenvolver atividades geoturísticas na região e auxiliar no desenvolvimento sustentável a partir da valorização e divulgação desse potencial, bem como servir de base para futuros estudos. A seguir, uma breve contextualização sobre geodiversidade, geoconservação e geoturismo.

Geodiversidade

A geodiversidade passou a ser discutida na década de 1990 para descrever os elementos abióticos da natureza através de geólogos e geomorfólogos (GRAY, 2004). As principais referências sobre a geodiversidade consideradas clássicas na literatura são encontradas em Stanley (2000) e Gray (2004).

Para Stanley (2000, p.15), “a geodiversidade é compreendida como uma variedade de ambientes geológicos, de processos e fenômenos que dão origem às paisagens incluindo os minerais, fósseis, solos, rochas e outros depósitos superficiais que constituem o suporte da vida no planeta”.

Nascimento *et al.*, (2015), afirmam que essa mesma definição foi utilizada pela revista *Royal Society for Nature Conservation* do Reino Unido.

Para Gray (2004, p. 8), a “geodiversidade é o equivalente ao meio abiótico da natureza composta por uma variedade de feições geológicas (rochas, minerais, fósseis), geomorfológicas (paisagens, processos) e solos”.

Outros pesquisadores também buscavam por uma definição que englobasse tudo aquilo pertencente à natureza, isto é, que abrangesse todos os aspectos da natureza incluindo o homem e a água. Com isso, surgiram várias definições de diferentes pesquisadores.

Kozłowski (2004), definiu a geodiversidade como uma variedade natural da superfície terrestre, referente aos aspectos geológicos, geomorfológicos, solos, hidrologia, assim como outros sistemas gerados por processos naturais (endógenos e exógenos) e pela atividade humana.

Para Araújo (2005), a geodiversidade é, em linhas gerais, um conjunto de elementos geológicos e geomorfológicos da paisagem que envolve os aspectos abióticos da Terra, que demonstram evidências dos processos passados representando os atuais.

A geodiversidade é a representatividade do cenário de conservação da natureza, sendo apontada como um substrato para a sustentação da biodiversidade na Terra (BRILHA, 2005; PEREIRA, 2010).

Assim, Brilha (2005) ressalta que a geodiversidade é o resultado da interação de diversos fatores como as rochas, o clima, os seres vivos, entre outros, possibilitando o aparecimento de paisagens distintas em todo o mundo.

Manosso (2010, p.3) “a heterogeneidade de ambientes físicos, suas características e elementos constituem a geodiversidade do espaço terrestre, podendo alguns locais apresentar particularidades que simbolizam os registros da história da Terra.”

Assim, em todas as definições citadas anteriormente sobre a geodiversidade, ambas apresentam algo em comum: os elementos geológicos, geomorfológicos, solos, processos e a atividade humana.

Geoconservação

A geoconservação é compreendida como uma série de ferramentas que visa a conservação da geodiversidade, que busca proteger as áreas mais relevantes através de diversas atividades, que podem ocorrer desde as ações de levantamento básico até as práticas de gestão (NASCIMENTO *et al.*, 2015; JORGE; GUERRA, 2016; PALHARES; GUERRA, 2016; LIMA; FILHO, 2018).

O principal objetivo da geoconservação é manter o patrimônio geológico (produto da geodiversidade) e os processos naturais a ele associados, sendo que sem os elementos da geodiversidade não existem razões que justifiquem as potencialidades geoturísticas (BRILHA, 2005).

Desta maneira, a temática geoconservação está fundamentada na elaboração e implementação de estratégias de conservação do patrimônio geológico a partir da utilização de metodologias, isto é, trabalhos que visam ações como: inventariação, avaliação, conservação, valorização, divulgação e monitoramento do patrimônio geológico que segundo Brilha (2005) pode ocorrer em uma determinada área, um país, um estado ou uma área protegida ou não.

Deste modo, a geoconservação pode ocorrer de várias formas, mediante a criação de leis ou programas específicos para o patrimônio geológico, principalmente através da sensibilização do público sobre a importância de conservar o patrimônio natural (NASCIMENTO *et al.*, 2008; JORGE; GUERRA, 2016; LIMA; FILHO, 2018).

Geoturismo

O geoturismo é uma nova alternativa de turismo pautado na geodiversidade objetivando na sua conservação e divulgação, pois ele oferece atividades sustentáveis e educativas e ainda contribui com disseminação das Ciências Naturais da Terra (MANOSSO, 2010; MOREIRA, 2014; JORGE; GUERRA, 2016).

O termo geoturismo foi definido pela primeira vez em 1995, pelo pesquisador Thomas Hose, onde este autor o definiu como uma opção de turismo que utiliza as feições geológicas como atrativo turístico e que é um tipo de ferramenta usada para promover a educação e a interpretação da paisagem, dando ênfase à conservação do patrimônio geológico (MOREIRA, 2014; PALHARES; GUERRA, 2016; LIMA; FILHO, 2018).

Segundo Moreira (2014), o geoturismo facilita a compreensão ambiental no sentido de conscientizar os turistas e adquirir de certa forma o conhecimento de um sítio geológico e geomorfológico, ao invés da simples apreciação estética da natureza.

O geoturismo também possibilita aos turistas uma visão mais científica do que contemplativa da paisagem. Promovendo a geoconservação e; esta, por sua vez, é uma ferramenta indispensável na conservação da geodiversidade, seja ela representada por geossítios, geomorfossítios, sítios da geodiversidade ou pelo patrimônio geológico (BENTO; RODRIGUES, 2010; JORGE; GUERRA, 2016).

Segundo Cruz (2003), o geoturismo vem se destacando na atividade turística porque está ligado à sustentabilidade, e seu público alvo são pessoas que têm interesse em conhecer a história desses aspectos abióticos, visto que ele proporciona aos visitantes um turismo didático e permite uma interpretação da herança natural da paisagem por meio da contemplação e de suas características.

Apesar do geoturismo ter uma similaridade com alguns segmentos de turismo realizados em áreas naturais, sua diferença está no conhecimento e na interpretação das ciências da Terra, incentivando o público a conhecer a história da evolução da Terra e a importância de conservar os locais visitados.

Rodrigues (2008), acredita que o geoturismo possui a capacidade em fazer articulações para a geodiversidade. Isso vem contribuindo com o meio ambiente e, ao mesmo tempo, diversificando a oferta para o desenvolvimento local.

Deste modo, Lima e Filho (2018) escrevem que o geoturismo apresenta-se como uma atividade turística importante na conservação e sustentabilidade local.

Reis *et al.*, (2012), reforçam a importância do geoturismo, para promover um turismo sustentável e educativo, além de ajudar a complementar a renda dos moradores locais através da geração de empregos e renda.

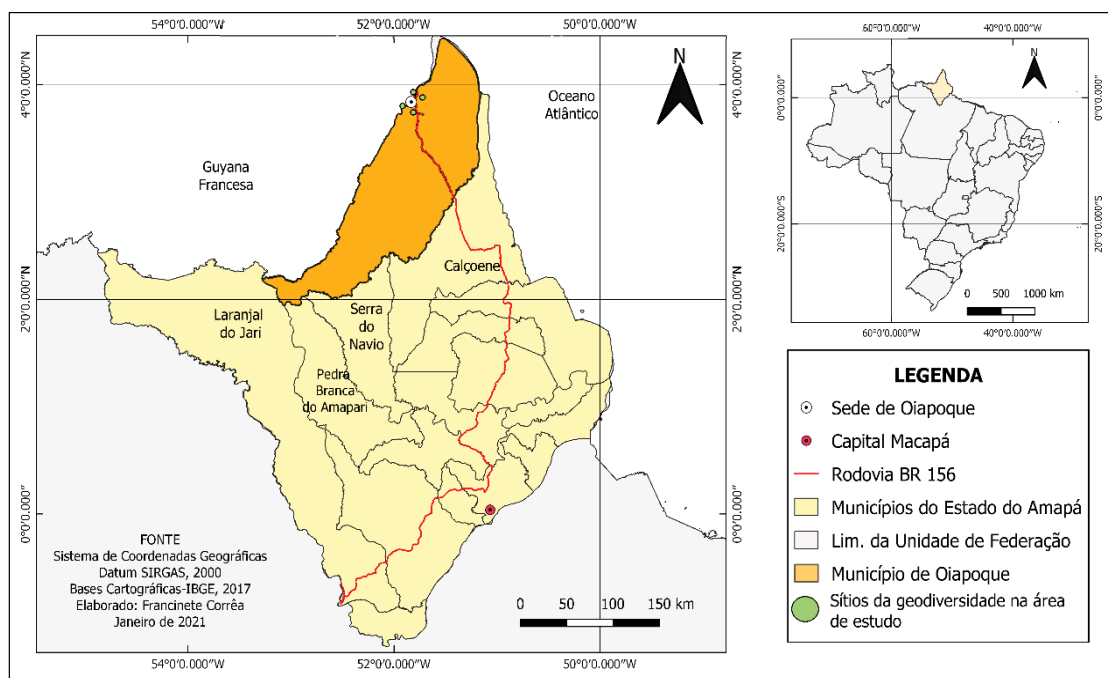
Desta maneira, é importante frisar que o geoturismo estabelece a interação das pessoas com os elementos geológicos, geomorfológicos e culturais dando a importância devida aos patrimônios, além de estimular as pessoas a praticarem a conservação da geodiversidade e contribuindo com o desenvolvimento local a partir de um turismo sustentável.

ÁREA DE ESTUDO

A área de estudo está situada no município de Oiapoque, localizado no extremo norte do estado do Amapá, distante aproximadamente 600 quilômetros da capital Macapá. Possui uma área territorial de 22.625 Km², está inserida na Mesorregião Norte do Amapá e faz limite com os seguintes municípios: Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari (Figura 1) (Instituto de Geografia e Estatística-IBGE, 2010).

O município de Oiapoque se destaca por ser o único a fazer fronteira com um território europeu ultramarino, a Guiana Francesa, e por estar inserido em áreas de parques nacionais como Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange (ALMEIDA; RAUBER, 2017). Segundo o censo 2010, Oiapoque apresenta uma população de 20.509 habitantes (IBGE, 2010).

Figura 1 - Localização do município de Oiapoque-AP,



Fonte: elaborado por Francinete Corrêa (2021).

Os sítios da geodiversidade selecionados na área de estudo estão situados em terrenos antigos, onde sua geomorfologia é composta por rochas graníticas e apresentam valores do ponto de vista educativo, turístico e científico. O geoturismo poderá utilizar esses sítios da geodiversidade para realizar a interpretação desses ambientes e transmitir conhecimento ao público. Vale lembrar que esse patrimônio também é afetado pela degradação humana, em especial decorrente da ignorância sobre sua importância.

O relevo composto por afloramento rochoso aparentemente apresenta características de durabilidade; porém, sabe-se que qualquer produto da geodiversidade torna-se frágil quando se trata de atividades humanas. Nesse sentido, a interpretação de determinadas feições tem desempenhado papel importante na conservação desses ambientes.

Com base nos objetivos do geoturismo, a seleção dos sítios na área de estudo foi baseada primeiramente em seu contexto geológico e geomorfológico e também naqueles previamente conhecidos e utilizados pela comunidade local.

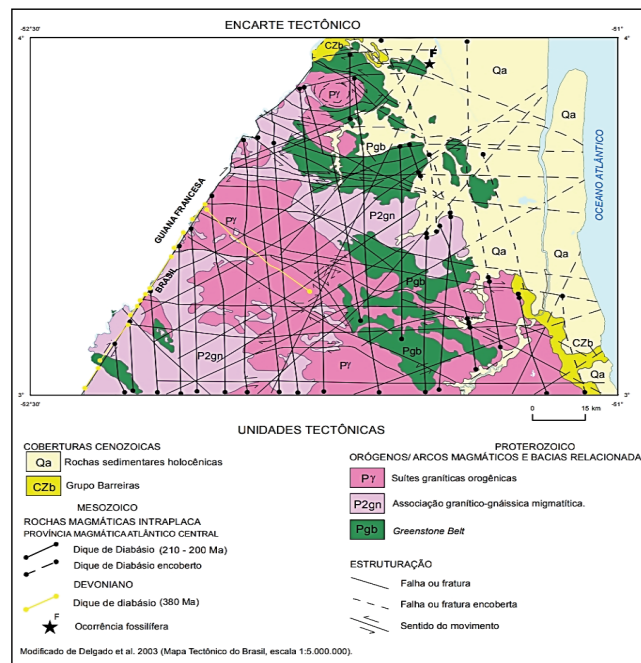
Desta maneira, foram selecionados quatro sítios que apresentam características relevantes ao desenvolvimento das atividades geoturísticas como: Grande Rocha; Pedra do Abacaxi; Ilha do Sol e o Balneário Km 9.

Contexto geológico e geomorfológico do município de Oiapoque

A geologia do município de Oiapoque faz parte do domínio tectônico geocronológico norte do Amapá inserido no Escudo das Guianas, onde a maior parte da área do município é composta de complexos Paleoproterozoicos representando 70 %, com a presença de arcos magmáticos retrabalhados e bacias relacionadas (*greenstone belts*) (Figura 2) (LAFON; TORO, 2008; FARACO, 2011).

Deste modo, a geologia local é caracterizada por ambiente ígneo a metamórfico que são rochas do embasamento do período azoico (Pré-Cambriano) com predominância de granitos e gnaisses; porém, é possível encontrar terrenos mais jovens produzidas no Quaternário, resultando na sua geomorfologia com formação na Era Cenozoica, no Holocênico e no Grupo Barreiras (FARACO, 2011).

Figura 2 - Unidades Tectônicas de Oiapoque.

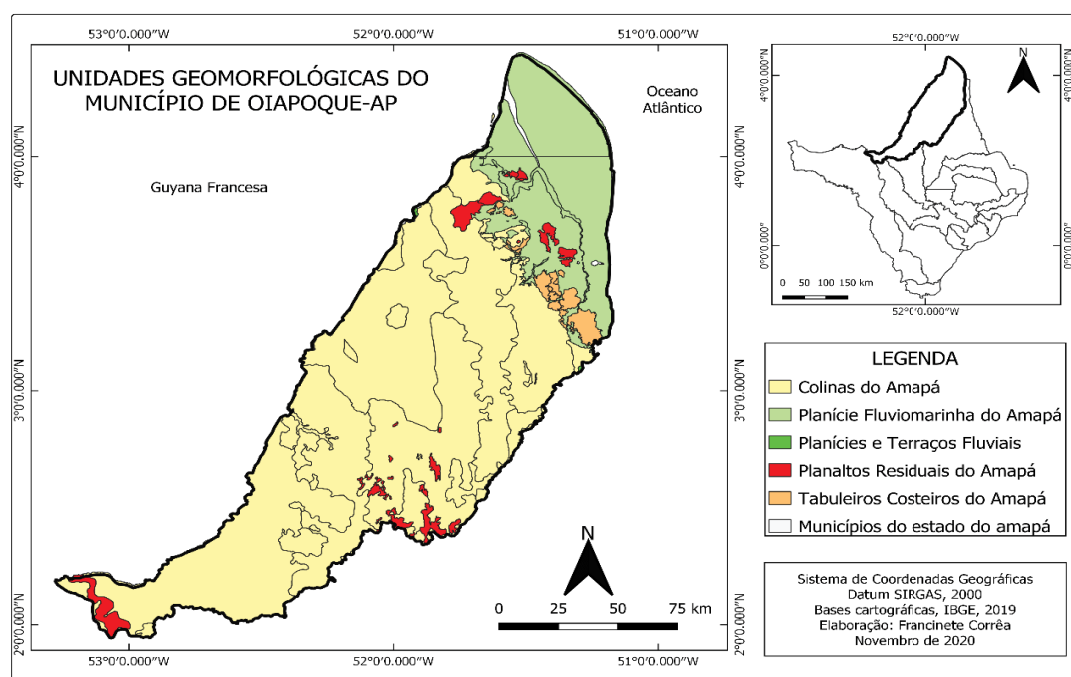


Fonte: Faraco e Théveniaut, 2011.

Em relação à geomorfologia, Boaventura e Narita (1974), identificaram cinco compartimentos morfoestruturais no Estado do Amapá, que vêm sendo retrabalhados por processos erosivos. Essas unidades são formadas por: Planaltos Residuais do Amapá; Planalto Rebaixado da Amazônia; Colinas do Amapá; Depressão Periférica do Norte do Pará e Planície Flúvio Marinha Macapá-Oiapoque.

No município de Oiapoque são encontradas as seguintes unidades: Colinas do Amapá; Planície Fluviomarinha de Oiapoque; Planícies e Terraços Fluviais; Planaltos Residuais do Amapá e Tabuleiros Costeiros do Amapá (Figura 3) (BOAVENTURA; NARITA, 1974). São áreas com características colinosas cobertas por floresta densa e superfície aplainadas, além de planícies inundáveis e mangue.

Figura 3 - Mapa das Unidades Geomorfológicas do município de Oiapoque-AP.



Fonte: elaborado por Francinete Corrêa (2020), com base nos dados de Boaventura e Narita (1974) e (IBGE, 2019).

Benefícios do geoturismo para a comunidade oiapoquense

Atualmente a sociedade e a opinião pública têm mostrado interesse em relação a conservação dos elementos abióticos, devido às ameaças e os agravamentos oriundos das atividades humanas sobre a geodiversidade.

O estímulo ao desenvolvimento do geoturismo é para facilitar na interpretação da paisagem que tende a fomentar o crescimento do número de pessoas sensíveis e interessadas em conhecer e conservar o patrimônio natural, tanto dos lugares pequenos quanto os mais amplos.

Vale salientar que o geoturismo possui inúmeras possibilidades que podem ser desenvolvidas na região de Oiapoque a partir das atividades geoturísticas entre elas: geração de emprego e renda; comercialização de produtos locais; infraestrutura adequada para receber os turistas como hotelaria, meios de transportes, trilhas e placas interpretativas; implantação de cursos de capacitação aos guias; confecção de artesanato como geoprodutos; atividade educativa inserindo

a educação ambiental nas atividades; importância científica e educacional ao público em geral; estratégia de desenvolvimento do turismo local; divulgação da geodiversidade, entre outros.

Brilha (2012) ressalta que o interesse turístico é importante na valorização da geologia junto ao público não especialista porque pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das populações locais, desde que realizado de forma adequada.

O geoturismo proporciona melhoria na condição de vida da população envolvida, cuja implementação aconteça sob condições de esforços e investimentos a partir do investimento dos gestores locais. Além disso, uma política de desenvolvimento no setor do turismo na região é de fundamental importância para que esse modelo de atividade seja desenvolvido (MOREIRA, 2014).

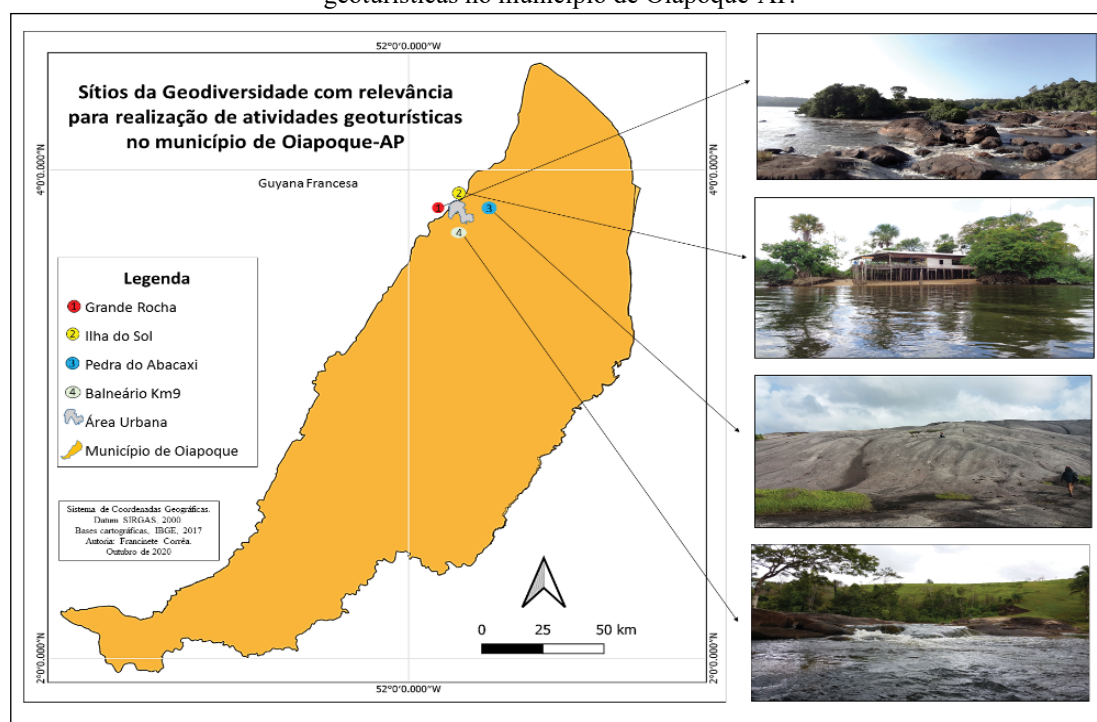
A razão de se implantar o geoturismo sem mencionar os benefícios que ele traz ao setor econômico está no fato de o mesmo promover a geoconservação com ênfase no aspecto da natureza.

É claro que os resultados não serão vistos imediatamente, mas com o tempo o impacto do geoturismo estará presente nas divulgações e na valorização da geodiversidade, tornando os atrativos visíveis e atraentes, os quais despertarão o interesse do turista em frequentar mais o Oiapoque.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A pesquisa bibliográfica, juntamente com o trabalho de campo, possibilitou na identificação e na caracterização dos principais sítios da geodiversidade, como: Grande Rocha, Ilha do Sol, Pedra do Abacaxi e Balneário Km 9 (Figura 4) que possuem relevância para a realização das atividades geoturísticas no município de Oiapoque, sendo que essas potencialidades são utilizadas de forma inadequada resultando assim na transformação natural da paisagem.

Figura 4. Localização dos sítios da geodiversidade com potencialidades geoturísticas no município de Oiapoque-AP.



Fonte: produzido por Francinete Corrêa (2020).

Grande Rocha

O sítio da geodiversidade denominada Grande Rocha é um bloco rochoso constituinte de rochas tectônicas datadas do período Pré-Cambriano, bastante comum na área de estudo (FARACO, 2011).

É a maior expressão no rio Oiapoque que delimita o médio do baixo curso do rio (Fotografia 1) (MORAES, 1964; FARACO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016; CORRÊA, 2020). O bloco está sob as seguintes coordenadas geográficas Latitude: 3°48'.16"N e Longitude: 51°52'.37"W.

Fotografia 1 - Grande Rocha e suas corredeiras



Fonte: Francinete Corrêa (2019).

Este bloco rochoso está localizado a aproximadamente 5 quilômetros da sede do município e o trajeto dura em torno de 15 minutos dependendo do que pode ser observado durante o passeio. O acesso a este sítio ocorre por via fluvial, através de pequenos barcos a motor conhecidos na região como catraias. Durante o percurso, o visitante pode vislumbrar a paisagem natural presente na região começando pelo Rio Oiapoque que apresenta vários afloramentos rochosos na sua maior extensão, os quais são responsáveis pela formação das belas quedas d'água e corredeiras.

Na margem direita do Rio Oiapoque, é possível acompanhar parte da paisagem amazônica composta por açaizeiros, buritizeiros, entre outras espécies de vegetação, é possível também observar a presença de várias ilhas com extensas praias arenosas.

Essa singularidade acaba atraindo vários visitantes com a finalidade de realizar algumas atividades (educativas, turísticas e científicas); porém, a maior parte das atividades desenvolvidas no ambiente são aquelas voltadas ao lazer e recreação.

A Grande Rocha também é utilizada como travessia para dar acesso ao médio e alto curso do Rio Oiapoque, visto que as formações rochosas dificultam a navegabilidade, onde é necessário que as pessoas façam um traslado de seus materiais (Fotografia 2) para dar continuidade à viagem até o outro lado do bloco rochoso para novamente seguir viagem pelo rio até as comunidades de Ilha Bela e Vila Brasil ambas situadas no Parque Montanhas do Tumucumaque no Médio Oiapoque.

Fotografia 2 - A- Afloramentos rochosos que dificultam a navegabilidade; B- Acadêmicos do curso de Geografia passando pela Grande Rocha; C-travessão rochoso.



Fonte: PALHARES, 2016; CORRÊA, 2020.

Com isso, a Grande Rocha é bastante visitada tanto por turistas e estudantes como pelos moradores da cidade de Oiapoque, além de ribeirinhos que precisam passar pela rocha constantemente com destino ao médio curso do rio.

Porém, alguns visitantes fazem o uso do local de forma inadequada, e com isso acabam prejudicando o meio físico e transformando a estética da paisagem. Durante o trabalho de campo, foi observada a falta de consenso por parte de alguns visitantes com descarte de resíduos na área da Grande Rocha (plásticos, papelão, latinhas de cerveja, copo descartáveis), além de restos de carvão usado para assar alimentos (Fotografia 3).

Fotografia 3 - A- Resíduos sólidos descartados na área da Grande Rocha;
B- Restos de carvão utilizados para assar alimentos.



Fonte: Francinete Corrêa (2019).

Esses resíduos foram observados no entorno dos matacões, bem como nas marmitas que se formam devido ao processo intempérico sobre a rocha. Logo, atitudes como estas mostram que as pessoas não possuem conhecimento da ação que suas atividades podem causar ao local, prejudicando assim a conservação deste majestoso bloco rochoso.

Com isso, faz-se necessário pensar no geoturismo como uma atividade sustentável e didática para ser desenvolvida na região com o intuito de sensibilizar as pessoas da importância de conservar esses sítios da geodiversidade.

Além da presença humana, também é possível observar a ação dos processos intempéricos (físico, químico e biológico) que atuam sobre a rocha. A erosão fluvial é bastante forte no local devido às intensas corredeiras, contribuindo com o desgaste das rochas e transportando os sedimentos em direção ao Baixo Oiapoque.

Ilha do Sol

A Ilha do Sol é uma propriedade privada localizada em um trecho do Baixo curso do Rio Oiapoque, sob as seguintes coordenadas Latitude: 3°.52'.13" N e Longitude: 51°.48'.9"W (CORRÊA, 2020).

A ilha pertence ao território brasileiro, pois encontra-se do lado direito do Rio Oiapoque e o talvegue encontra-se junto à margem esquerda (MORAES, 1964; FARACO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016; CORRÊA, 2020).

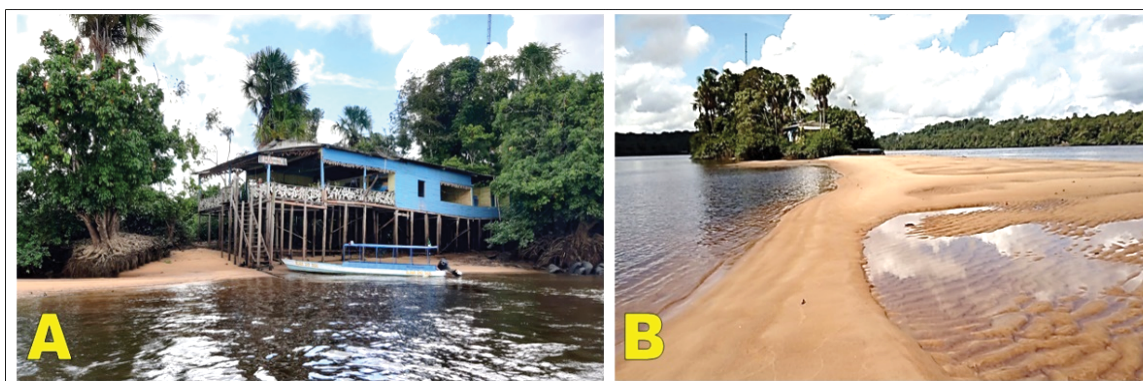
O acesso a este sítio ocorre somente por via fluvial, que pode ser realizado por pequenos barcos a motor a partir da orla de Oiapoque e também pela orla do Distrito de Vila Vitória, que fica a aproximadamente 7 quilômetros da cidade (CORRÊA, 2020).

As características físicas da ilha remontam do período Pré-Cambriano, ou seja, apresenta terrenos antigos, mas também é possível encontrar terrenos mais jovens que podem ser observados na praia arenosa que surge com a maré baixa (CORRÊA, 2020).

Na extremidade à montante da ilha com a maré baixa surgem alguns blocos de granito que permitem entender a história da formação da ilha (terrenos antigos), que é formada por sedimentação oriundos do Alto e Médio Oiapoque (FARACO, 2011). Em direção à jusante são encontradas aningas e gramíneas que aos poucos foram se fixando e formando praia arenosa da ilha (MORAES, 1964).

A vegetação é composta por buritizeiros e açazeiros que são nativos da região amazônica; também é possível encontrar mangue junto à vegetação. A ilha também possui uma pousada para receber os visitantes, além de uma bela praia arenosa utilizada para o lazer e recreação (Fotografia 4) (CORRÊA, 2020).

Fotografia 4 - A- Vista parcial da Ilha com Sol; B- Praia arenosa da Ilha do Sol



Fonte: CORRÊA, F. V. S. (2020).

Com todas as características de elementos abióticos que a ilha apresenta, fica evidente que é possível inserir as atividades geoturísticas nesta área como forma de contar a história de sua formação de forma a contribuir com conhecimento e com o desenvolvimento socioeconômico da área, além de ajudar na criação de outras alternativas para atrair os turistas.

Pedra do Abacaxi

O sítio da geodiversidade denominado Pedra do Abacaxi, nome localmente denominado pelas pessoas da região por apresentar ao seu redor vários pés de abacaxis. É um bloco rochoso resultante de terrenos antigos datado do Pré-Cambriano pertencente ao Planalto das Guianas, está sob as seguintes coordenadas Latitude: $3^{\circ}.51'.24''N$ e Longitude: $51^{\circ}.46'.12''W$ (FARACO, 2011; PALHARES; GUERRA, 2016; CORRÊA, 2020).

Esta formação está localizada a 12 quilômetros da sede do município de Oiapoque. Seu principal acesso se dá primeiramente pela BR156, saindo da sede do município e depois por um ramal que dá acesso a vários assentamentos rurais (CORRÊA, 2020). Em seguida é necessário caminhar uma trilha de aproximadamente de 1,5 km em meio a floresta até o bloco rochoso (Fotografia 5).

Fotografia 5 - A- Vista parcial da Pedra do Abacaxi; B- Trilha de acesso a Pedra do Abacaxi em meio a floresta; C- Visitantes no bloco rochosos; D- Abacaxi sobre a rocha.



Fonte: Francinete Corrêa, 2019.

Este sítio da geodiversidade é um bloco rochoso composto por rochas cristalinas, em especial o granito composto de feldspato que é bastante visível. Segundo Palhares e Guerra (2016, p62), “o bloco possui 1. 200 metros na disposição Leste-Oeste e 700 metros no sentido Norte-Sul. No centro desta formação, encontra-se o ponto mais elevado, que alcança 48 metros de altitude”.

As características do local são literalmente relacionadas aos aspectos geológicos e geomorfológicos que se apresentam sob o ponto de vista dos valores turístico, educativo e científico, visto que já existem trabalhos científicos voltados a esta área; além disso, são realizados vários trabalhos de campo por escolas estaduais como também pela universidade federal no local. A Pedra do Abacaxi também é utilizada para fins religiosos como retiro, pois o lugar transmite sensação de paz e tranquilidade. A trilha de acesso à Pedra do Abacaxi fica localizada em meio à floresta composta por árvores de grande porte e latifoliadas.

A caminhada na trilha dura aproximadamente 20 minutos, visto que durante a caminhada é possível conhecer um pouco da fauna e da flora que se encontram nas margens da trilha. Vale salientar que dentre as várias espécies de vegetação encontrada na Pedra do Abacaxi, seu principal destaque é o abacaxi que faz referência ao nome do bloco rochoso (CORRÊA, 2020).

Em decorrência do intemperismo são encontradas várias espécies de vegetação na Pedra do Abacaxi, como: orquídeas da Amazônia, abacaxi, bromélia e alamanda amarela.

Balneário Km 9

Conhecido como Balneário Km 9, é uma propriedade privada que recebe turistas com a finalidade de lazer e recreação. Está localizado a aproximadamente 9 quilômetros do centro da cidade, sob as seguintes coordenadas Latitude: 3°.47'.48” N e Longitude: 51°.48'.12” W (CORRÊA, 2020).

Este sítio da geodiversidade está situado em terrenos que correspondem ao período Pré-Cambriano composto por afloramentos rochosos de rochas cristalinas de grandes espessuras e o relevo é amplamente suave com características colinosas (CORRÊA, 2020).

O ambiente oferece aos visitantes o contato com a natureza (igarapé, corredeiras, praia), além de restaurante, passeio a bote, tirolesa, quadra de vôlei, estacionamento e chalés para quem prefere permanecer por mais tempo no local (Fotografia 6) (PALHARES; GUERRA, 2016; CORRÊA, 2020).

Fotografia 6 - Paisagens do Balneário Km 9. **A**- Corredeiras no Igarapé; **B**- Afloramentos rochosos; **C**-



Fonte: Francinete Corrêa, 2019.

Os elementos naturais presentes na área estão voltados aos aspectos geológicos e geomorfológicos, onde os afloramentos rochosos são responsáveis pela formação das belas corredeiras (Fotografia 7) que servem de atração turística para quem frequenta o local, sem falar na praia arenosa em sua margem. A mata ciliar é formada por buritis, açazeiros, coqueiros, entre outras de grande porte (PALHARES; GUERRA, 2016; CORRÊA, 2020).

Fotografia 7 - Afloramentos rochosos e corredeiras do Balneário km 9



Fonte: Francinete Corrêa (2019).

Apesar do cenário paisagístico natural fazer toda a diferença em especial aos afloramentos presentes no igarapé, é possível observar uma área desmatada em seu entorno, fato este preocupante. Apesar dessas questões a paisagem natural chama a atenção, pois a área interna da propriedade é composta por alguns matacões (blocos de granitos), praia arenosa e o relevo é levemente ondulado, despertando o interesse de seus visitantes.

Segundo Palhares e Guerra (2016), a paisagem existente neste ponto é bastante relevante para a inserção do geoturismo no local, o qual contribuirá para manter a conservação dos elementos abióticos, bem como no desenvolvimento no local de forma sustentável, atraindo mais visitantes para conhecer a beleza cênica e sua história, bem como seus processos de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sítios da geodiversidade do município de Oiapoque apresentam potencialidades relevantes para o desenvolvimento das atividades geoturísticas na região, pois o geoturismo é uma atividade sustentável. Com isso, é sugerido o aproveitamento deles por meio do geoturismo estrategicamente visando a conservação e divulgação da geodiversidade.

É importante mencionar que durante a pesquisa foi observada a falta de consenso por parte de algumas pessoas em relação a esses patrimônios. Devido a isso, é necessário a implantação

desta atividade para sensibilizar e incentivar as pessoas a usar o meio natural de forma adequada, sem agredi-lo, de modo a conservar esse patrimônio para gerações futuras.

As potencialidades identificadas na área de estudo possuem belezas cênicas relevantes que devem ser divulgadas e conservadas, com o intuito de atrair mais visitantes ao município e contribuir com o desenvolvimento da cidade. A inserção de políticas públicas é de fundamental importância para que as atividades geoturísticas tenham sucesso, uma vez que irá trazer benefícios a população envolvida, melhorando assim a qualidade de vida da comunidade.

Portanto, esta pesquisa buscou mostrar as potencialidades dos sítios da geodiversidade de Oiapoque e incentivar a implantação das atividades geoturísticas no município, para trazer melhorias para a população local e ao mesmo tempo conservar, divulgar a geodiversidade e passar conhecimento aos visitantes através da história do local.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, C. S.; RAUBER, A. L. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. **REDES: Revista do Desenvolvimento Regional**. Vol. 22, Nº. 1, p. 474-493, 2017.
- ARAÚJO, E. L. S. **Geoturismo: conceptualização, implementação e exemplo de aplicação ao Vale do Rio Douro no Setor Porto-Pinhão**. 219 f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente. Escola de Ciências) - Universidade do Minho. Portugal. 2005.
- BENTO, L. C. M.; RODRIGUES, S. C. O geoturismo como instrumento em prol da divulgação, valorização e conservação do patrimônio natural abiótico uma reflexão teórica. **Turismo e paisagens cársticas**, v. 3, n. 2, p. 55-65, 2010.
- BOAVENTURA, F; NARITA, C. Geomorfologia da folha NA/NB.22 - Macapá. In: BRASIL. Departamento Nacional de Produção Mineral. **Projeto Radam: levantamento de recursos naturais**. Rio de Janeiro: DNPM, v.6, 1974. 467p.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília. 2010.96p.
- BRILHA, J. **Inventory and quantitative assessment of geosites and geodiversity sites: a review**. *Geoheritage*, 2015. p. 1-16.
- BRILHA, j. **A rede global de geoparques nacionais: um instrumento para a promoção internacional da geoconservação**. In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. ed. *Geoparques do Brasil: propostas*. CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2012. pg. 29-38.
- _____. **Patrimônio geológico e geoconservação: a Conservação da Natureza na sua vertente geológica**. Palimage Editores, Viseu, 190, pg. 2005.
- CORRÊA, F, V, S. **Geoturismo: uma proposta de possibilidades para o desenvolvimento do município de Oiapoque, Amapá/Brasil**. Trabalho de Conclusão de Curso (pós-graduação)- Especialização em Geografia Relações Socioespaciais fronteira Franco-Brasileira Universidade Federal do Amapá Campus Binacional, Oiapoque, - 2020. 65f.
- CRUZ, R. C. A. **Introdução a geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca. 2003. 125p.
- FARACO, M, T. **Geologia da porção brasileira da folha Oiapoque- NA.22-V-B**. Estado do Amapá, Escala 1:250.00. Belém: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, 2011.112 p.
- GRAY, M. **Geodiversity: Valuing and Conserving Abiotic Nature**. Chichester: John Wiley & Sons. 434p. 2004.

- GUERRA A, J, T. **Novo dicionário geológico-geomorfológico**. Antônio Teixeira Guerra e Antonio José Teixeira Guerra. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018. 652p.
- HOSE, T. **Selling the Story of Britain's Stone**. Environmental Interpretation, 2, 1995. p.16-17.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. 2014. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/oiapoque.html>. Acesso em: 28 de outubro. 2019.
- _____. IBGE. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 28 de março. 2020.
- JORGE, M. do C. O; GUERRA, A. J. T. Geodiversidade, Geoturismo e Geoconservação: Conceitos, Teorias e Métodos. Espaço Aberto, **PPGG - UFRJ**, V. 6, N.1, p. 151-174, 2016.
- KOZLOWSKI, S. **Geodiversity**. The concept and scope of geodiversity. Przeglad Geologiczny, v. 52, n. 8/2, p.833-837, 2004.
- LAFON, J.M; TORO, M.A.G. **Geocronologia Pb-Pb em zircão de granitoides e anfibolito do Projeto Oiapoque**. Fronteira Amapá – Guiana Francesa. Relatório Técnico. Pará. Belém: UFPA. Instituto de Geociências, 2008.
- LIMA. C, V.; FILHO, R, F, P. **Os temas e os conceitos da geodiversidade**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (UEG) - ISSN 2238-3565 V.7, N.4, p.223-239, dez. 2018.
- MANOSSO. F. C. Geodiversidade e Geoturismo: o potencial da Serra do Cadeado-PR. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul Saberes e fazeres no Turismo: ISSN 1806-0447. **Interfaces**. Julho. 2010.
- MORAES, J. M. O Rio Oiapoque. **Revista Brasileira de Geografia**. n.1: p. 3-61, 1964.
- MOREIRA, J. C. **Geoturismo e interpretação ambiental**. 1. ed. rev. atual. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. 157 p.
- NASCIMENTO, M, A, L.; RUCHKYS, U, A.; MANTESSO-Neto. Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: Patrimônio importante para a proteção do patrimônio geológico. São Paulo, **SBGeo** V.3 2008. 84p.
- NASCIMENTO, M. A. L.; MANSUR, K. L.; MOREIRA, J. C. Bases Conceituais para entender Geodiversidade, Patrimônio Geológico, Geoconservação e Geoturismo. **Revista Equador**, v. 4, n. 3, Teresina, 2015.22p.
- PALHARES, J, M; GUERRA, A, J, T. Potencialidades no Município de Oiapoque, Amapá, para o Desenvolvimento do Geoturismo – AP. Revista. Espaço Aberto, **PPGG - UFRJ**, V. 6, N.2, p. 51-72, 2016.
- PEREIRA, R, G, F, de A. **Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina/Bahia - Brasil**. 2010. 318p. Tese (Doutoramento em Ciências Especialidade em Geologia). Universidade do Minho. Portugal. 2010.
- REIS, R, N; COSTA, K; REGO, N, A.C, JUNIOR, M, F, S. Avaliação das potencialidades geoturísticas da Serra Geral, Bahia, Brasil. Revista Nordestina de Ecoturismo, **Aquidabã**, V.5, n2 maio a out. 2012.
- RODRIGUES, J. de C. Geoturismo: uma abordagem emergente. In: CARVALHO, C. N. de; RODRIGUES, J; JACINTO, A. In: **Jornadas sobre a fundação social museu**, XVIII. Portugal. Geoturismo e desenvolvimento local. Portugal: p. 38-61. 2008.
- STANLEY, M. **Geodiversity**. *Earth Heritage*, 14: 15-18. 2000.
- VALE, T. F; MOREIRA, J. C. O uso de geossítios em atividades turísticas em Fernando de Noronha (Pernambuco, Brasil). **Revista Turydes: Turismo y Desarrollo**, n. 26 (junio/junho 2019). En línea: <https://www.eumed.net/rev/turydes/26/geossitios.html>
<http://hdl.handle.net/20.500.11763/turydes26geossitios>

6

O LIXÃO MUNICIPAL DO OIAPOQUE-AMAPÁ E SEUS IMPACTOS AMBIENTAIS

Celia dos Santos Narciso
José Mauro Palhares

INTRODUÇÃO

O Brasil, considerado o país com a maior biodiversidade do planeta, tem sofrido com os impactos ambientais causados pelos resíduos sólidos que geram alterações ambientais físicas e biológicas, que aliados ao tempo transformam a paisagem e geram alterações nos ecossistemas (MUCELIN; BELLINI, 2008. p. 112).

O aumento populacional e o crescimento desordenado das cidades, principalmente nas últimas décadas vêm provocando uma série de problemas ambientais sobretudo nos países subdesenvolvidos; dentre esses problemas, pode-se destacar aqueles relacionados à disposição inadequada dos lixos.

No Brasil em geral e no estado do Amapá em específico, sabe-se que uma das maiores causas de impacto ambiental são os lixões a céu aberto que recebem resíduos de diversas origens.

O lixão pode ser caracterizado segundo Braga et al (2002) como sendo o local em que se deposita o lixo, sem nenhum projeto ou cuidado com a saúde da população e meio ambiente, sem tratamento dos resíduos e sem critérios de engenharia.

Nesse sentido, os lixões a céu aberto, como é o caso da área de estudo, apresentam sérios problemas como a liberação de gases para a atmosfera e contam com a presença de aves, pássaros e animais, além de pessoas que frequentemente realizam queimadas no local, fato este que pode ocasionar riscos de incêndios causados pelos gases gerados pela degeneração dos resíduos, que incide de forma inadequada e ilegal de deposição de resíduos, provocando impactos ao meio ambiente (MUCELIN; BELLINI, 2008).

Os resíduos sólidos da cidade de Oiapoque vêm sendo depositados no lixão a céu aberto, em que não existe um estudo prévio de impacto ambiental e nem da saúde da população mais próxima do local. Esses resíduos estão concentrados em sobras de carcaças de peixes das fileterias, do matadouro, do comércio e de algumas indústrias.

Deve-se também ressaltar que existem os resíduos provenientes da varredura das ruas. Todos eles são destinados e transportados por caminhões para o lixão da cidade. Os resíduos hospitalares são recolhidos semanalmente por uma empresa terceirizada, que atende o hospital estadual do Oiapoque e os postos de saúde e encaminham para a incineração na capital Macapá.

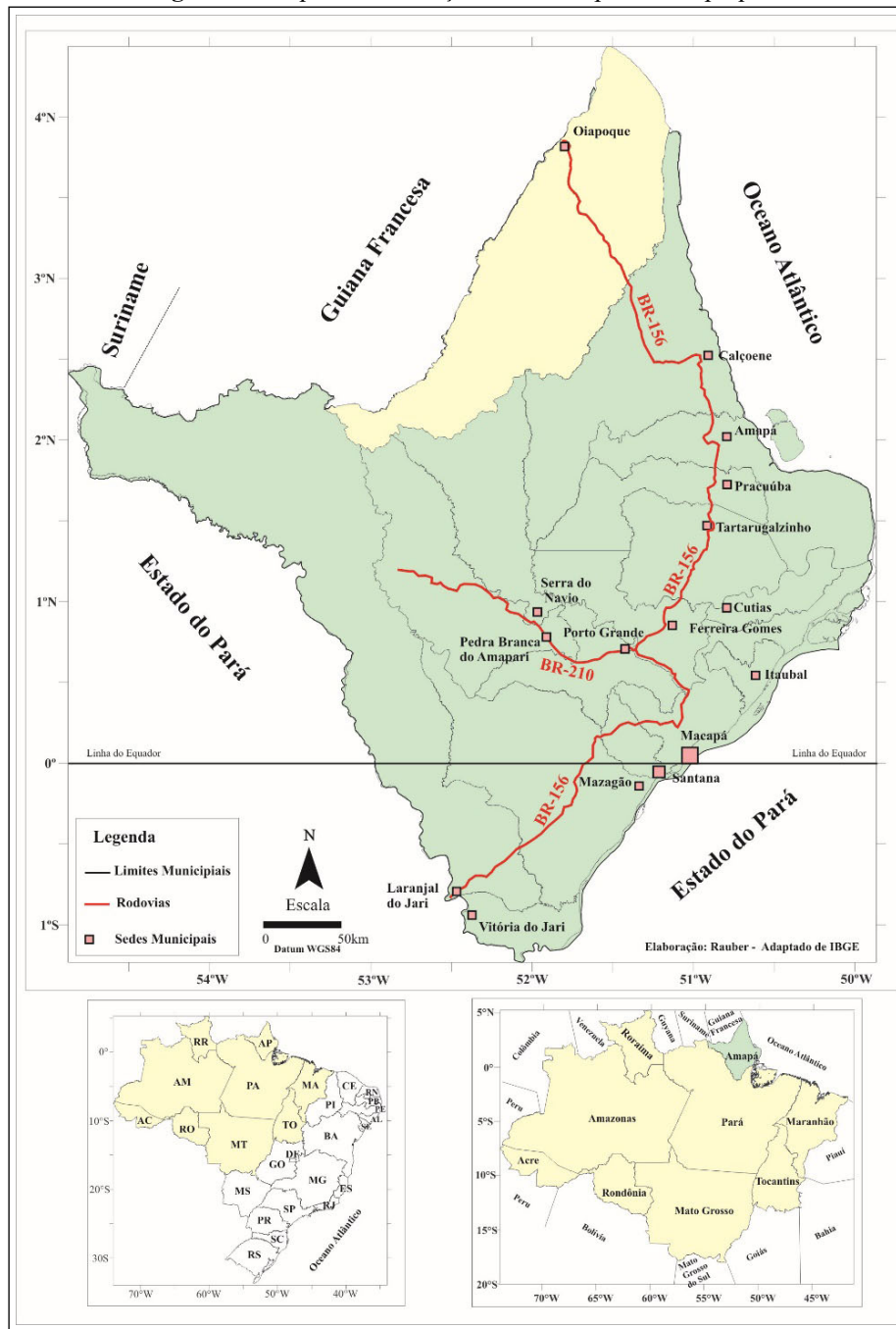
A destinação final dos resíduos sólidos urbanos é de responsabilidade dos municípios e prefeituras, exceto do próprio gerador, que será de sua responsabilidade; porém, a grande maioria dos resíduos do Brasil é desposta em lixões, causando problemas ambientais graves (COSTA ET AL; 2016).

Desta forma, considerando as problemáticas ambientais causadas pelos resíduos sólidos, a presente pesquisa teve por objetivo descrever e apresentar as diversas formas de impactos ambientais provenientes do lixão a céu aberto no município de Oiapoque-AP.

ÁREA DE ESTUDO

A presente pesquisa foi realizada no município do Oioaque, localizado no extremo norte do Amapá, situado a 590 Km da capital Macapá. O estado do Amapá apresenta uma extensão territorial de 142.827.877 km² segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) (Figura 1). Limita-se ao norte com a Guiana Francesa; ao sul com os municípios de Calçoene, Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari; a leste, Calçoene; e a oeste, Laranjal do Jari. Foi elevado à condição de município pelo Decreto nº 7.578 de 23 de maio de 1945.

Figura 1 - Mapa da localização do Município do Oioaque



Fonte: Rauber – 2021.

Além de ser a sede do município, a cidade de Oiapoque também é constituída das seguintes comunidades: Clevelândia do Norte, Vila Velha do Cassiporé, bem como das terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminá; comporta quatro etnias: Karipunas, Galibi do Oiapoque, Galibi do Kumarumã e Palikur (OLIVEIRA; GUERRA, 2007).

De acordo com o mesmo instituto em 2018, a população era de 26.627 habitantes. A cidade é banhada pelo rio homônimo, limita-se com o Departamento Ultramarino Francês, denominado de Guiana Francesa e está encravada em uma área de parques nacionais, como o das Montanhas do Tumucumaque e Cabo Orange.

O lixão municipal está localizado na estrada que liga o município de Oiapoque ao Distrito de Clevelândia do Norte, segundo a Secretaria do Meio Ambiente a área abrange 33 hectares, situado no bairro do Russo, estando a 500 m da área urbana e 3 km do centro da cidade. Na Figura 2 está ilustrada a localização do lixão do município de Oiapoque-AP obtida por satélite.

Figura 2 - Imagem de satélite representando a cidade de Oiapoque e o lixão.



Fonte: Google (2021).

Segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, o local atualmente utilizado para destinação de resíduos sólidos urbanos (RSU), o lixão do Oiapoque, fica próximo a Usina Termelétrica, o rio Pantanari e o Centro de Treinamento Missionário - CTM, tendo uma área total de 33 hectares, porém são utilizados 12 hectares para disposição do despejo dos resíduos sólidos diretamente a céu aberto, atividade que acontece a 15 (quinze) anos no local, que é denominado de Retiro Piçarreira. A cidade possui temperaturas elevadas durante todo o ano, a pluviometria local é descrita de estação definida de chuvas, entre os meses de dezembro e agosto, e de estação seca entre os meses de setembro e novembro com precipitação anual acima de 3.000mm (IBGE, 2010).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Material e Método

Esta pesquisa é um estudo empírico descritivo, tratando basicamente de um trabalho de caso do lixão a céu aberto do município de Oipoque-AP. O trabalho foi realizado em duas etapas simultaneamente.

A primeira constituiu de um levantamento bibliográfico realizado em vários periódicos, livros, dissertações e teses acerca do assunto mencionado. Também foi feita pesquisa em vários sites relacionados à temática abordada; essas leituras foram fundamentais para a construção do embasamento teórico sobre o assunto.

A segunda etapa foi o estudo de campo realizado no lixão do município. Foram realizadas observações, anotações e registros fotográficos. Esse método serviu para identificar e analisar as formas de deposição e destinação final dos resíduos sólidos da cidade de Oipoque. Durante esta etapa também foi aplicado o método Check-list desenvolvido por Sánchez (2006). Este método foi utilizado para a identificação e avaliação de impactos ambientais. (AIA) Quadro 1.

Quadro 1 - Aspectos e parâmetros componentes do check-list.

ASPECTOS	PARÂMETROS DE AGRAVO	CRITÉRIOS
Solo/Subsolo	Apresenta sinais de erosão	Sim
		Não
	Alteração na capacidade de uso da terra	Sim
		Não
	Dano ao relevo	Sim
		Não
Permeabilidade do solo	Sim	
	Não	
Ar	Emissões de odores	Intenso
		Moderado
		Fraco
	Presença de dutos de gases	Sim
		Não
	Proximidade de núcleo habitacional	d < 1.000 m
		d ≥ 1.000 m
	Queima do resíduo	Sim
Não		

continua

continuação

ASPECTOS	PARÂMETROS DE AGRAVO	CRITÉRIOS
Água	Mananciais Superficiais	
	Comprometido	Sim
		Não
	Presença de chorume a céu aberto	Sim
		Não
	Distância	d < 200 m
		d >= 200 m
	Equilíbrio	Sim
		Não
	Reequilíbrio	Natural
		Intervenção Humana
	Utilidades	Consumo humano e/ ou animais e/ou irrigação
Recreação, c/ contato secundário		
Não é utilizado		
Paisagem	Alteração na paisagem (impacto visual)	Sim
		Não
	Alteração na paisagem original	Sim
		Não
	Existe projeto de readequação	Sim
		Não
Outros	Presença de animais	Sim
		Não
	Desvalorização de terrenos vizinhos	Sim
		Não
	Presença de vetores de doenças	Sim
		Não
	Presença de catadores	Sim
		Não
	Danos à saúde de quem transita no local	Sim
		Não
		Talvez

Fonte: Narciso (2020), adaptado de Sánchez (2006).

O método de Check- list consiste na identificação e listagem de consequências (Impactos ambientais) que determinado empreendimento ou atividade conhecida está desencadeando, sendo um método bastante prático e fácil de usar (SÁNCHEZ, 2013).

O quadro 02 destaca os principais impactos decorrentes de áreas que ficam próximas de locais onde são destinados os resíduos sólidos, sobretudo a destinação de forma inadequada

Quadro 2 - Principais impactos ambientais decorrentes de áreas próximas a destinação final de Resíduos Sólidos, mediante o método check-list.

ORD.	Impactos	SIM	NÃO
01	Modificação do relevo		
02	Poluição visual		
03	Aumento dos processos erosivos		
04	Proliferação de vetores		
05	Qualificação da mão-de-obra local		
06	Aumento da oferta de empregos		
07	Dispersão de gases e poeiras		
08	Atividades industriais na área		
09	Resíduos jogados de forma irregular na área		
10	Invasão próxima da área		
11	Aumento dos riscos de acidentes por animais peçonhentos		

Fonte: Narciso (2020) adaptado de Sánchez (2013).

De posse dos dados relacionados à pesquisa foram realizados o tratamento, a análise e a interpretação dos dados, desenvolvendo-se gráficos e figuras.

REVISÃO DE LITERATURA

Lixão e a questão ambiental

Os lixões e aterros controlados no Brasil são os maiores causadores de impactos ambientais por receberem diversas origens de resíduos sólidos, que podem causar grandes problemas ambientais. Assim, a *Resolução do CONAMA n° 001/86* dispõe de um conceito de Impacto Ambiental que envolve:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que direta ou indiretamente afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas, a biota, as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e a qualidade dos recursos ambientais (RESOLUÇÃO DO CONAMA N° 001/86).

Uma das maiores causas de Impacto Ambiental no Brasil são os aterros controlados e lixões (vazadouros a céu aberto), que recebem Resíduos Sólidos de várias origens. Segundo ABNT NBR 10.004:2004 “Resíduos Sólidos são resíduos nos estados sólido e semi-sólido, que resultam

de atividades de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição”. Assim observa-se que, a disposição final inadequada destes resíduos gera problemas sanitário, econômico e principalmente na paisagem das cidades brasileiras (BRASIL, 2006).

Pode-se dizer que o termo lixo foi evoluindo através do tempo, inicialmente surgiu para denominar as cinzas que resultavam do processo pelo qual o fogo era utilizado pelas antigas civilizações, com a finalidade de destruição dos resíduos que sobravam das atividades humanas (VIEIRA; BERRIOS, 2003).

De acordo com Porto, Rocha e Barros (2009):

Os efeitos de deposição de resíduos urbanos tem sido um problema para a vegetação nativa adjacente a esses depósitos, pois os materiais depositados nos lixões têm características de ser potencialmente tóxicos, pois não existe um tratamento adequado no intuito de evitar a contaminação do solo e do lençol freático (PORTO; ROCHA; BARROS, 2009, p. 3).

Lixão é considerada pela simples descarga de resíduos sólidos sobre o solo, sem critérios técnicos e medidas de proteção ao meio ambiente ou a saúde pública, é o mesmo que descarga a “céu aberto”, de forma inadequada e ilegal de acordo com a legislação brasileira. Sendo assim, “a falta de controle dos resíduos que são destinados ao lixão acaba levando ao descarte de qualquer tipo de resíduo, o que aumenta os riscos de contaminação e a poluição dos recursos naturais” em torno da área do lixão (LONDE; BITAR, 2011).

Desta forma, se nota “a ação negativa do lixão devido à falta de manejo adequado, disposição final e políticas públicas voltadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos gerados no município” (AGUIAR; ARAUJO; MARTINS, 2014).

Desta forma, como afirma Oliva Junior e Freire (2013):

As transformações no ambiente natural passaram a ser mais intensas, a partir do momento em que o ser humano deixou de ser nômade e passou a residir em locais fixos, e com o desenvolvimento de novas tecnologias as mudanças passaram a ser muito mais rápidas e radicais. A partir da primeira revolução industrial em que as cidades tornaram-se ambientes degradados, e mais recentemente com a crise no campo, o ser humano começou a buscar melhores condições nos centros urbanos sendo estes mais tarde transformados em grandes aglomerados urbanos (OLIVA JUNIOR; FREIRE, 2013).

Atualmente, umas das maiores preocupações mundiais é com a destinação final dos resíduos sólidos, a intervenção direta do Homem no Meio Ambiente, com a quantidade e o volume gerado desses resíduos é algo imponente (OLIVA JUNIOR; FREIRE, 2013).

Influência do lixão nas grandes cidades

Atualmente, o crescente aumento dos resíduos sólidos nos centros urbanos, e a forma incorreta como vêm sendo coletados e dispostos em áreas impróprias ou depositados em lixões a céu aberto, provocando danos à saúde da população e ao meio ambiente. Para Oliva Junior

e Freire (2013) o maior agravante é que “o meio ambiente não está preparado para decompor tantos resíduos com tantas composições físico-químicas diferentes, havendo assim, a degradação ambiental e a conseqüente perda na qualidade de vida da sociedade”.

Devido ao consumo crescente dos recursos naturais e o excesso de lixo produzido, atualmente, estes tem sido um dos maiores desafios da sociedade moderna, para obter resultados satisfatórios na solução de alguns problemas decorrentes dos impactos ambientais dos lixões.

Para Vieira e Berrios (2003), a questão do resíduo/lixo também está relacionada:

A cultura do consumo que atende às metas e os interesses de crescimento constante do MPCC. Desse modo, modificação técnica e tecnológica, assim como a simples maquiagem dos produtos, são concebidas com vistas a chamar a atenção, proporcionar conforto e praticidade. Mas, ao mesmo tempo, aumenta o consumo, a quantidade de produtos descartáveis e não degradáveis e, por conseguinte, o volume de resíduo/lixo (VIEIRA; BERRIOS, 2003, p. 167).

Quanto à destinação final há uma nítida diferença em relação aos critérios que prevalecem entre os países ricos. Uns priorizam a alternativa do aterro sanitário, (o caso dos EUA) outros a incineração e reaproveitamento de energia (o caso da Europa Ocidental). As percentagens de reciclagem e compostagem, ainda que em níveis diferenciados, também são bastante razoáveis entre eles.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010, aborda a destinação de resíduos que inclui a reutilização e a reciclagem entre outras destinações admitidas pelo órgão competente do Sisnama, sobre a disposição final observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, a segurança e minimizar os danos ambientais adversos. Na maioria das cidades de pequeno porte ainda se mantém a prática do lixão e outras formas precárias como alternativa de destinação. As atividades de reciclagem e compostagem (aproveitamento da matéria orgânica), apesar de apresentarem inúmeras vantagens, ainda são ineficientes; limitam-se a um número muito reduzido de municípios que, na melhor das hipóteses só executam a triagem de alguns materiais inorgânicos.

Para Oliva Junior e Freire (2013), nos municípios brasileiros, as prefeituras são as responsáveis pela implantação da coleta seletiva, de maneira integrada ao Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos (PGIRS). O gerenciamento de resíduos sólidos envolve um conjunto de ações normativas, técnicas/operacionais, de planejamento e monitoramento, baseadas em critérios ambientais, sanitários e econômicos para destinar corretamente o lixo gerado. Esse é o princípio do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos, instituído pela Constituição como competência do poder público, que deve evitar e suspender o envio de resíduos para lixões e aterros controlados, adotando melhores alternativas.

Com a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o tema do trabalho tende a ficar cada vez mais em evidência, onde prefeituras estão tendo que adequar seu sistema de coleta e disposição de resíduos sólidos sem deposições em lixões, mas em aterros sanitários. Entretanto, inúmeros municípios hoje depositam seus resíduos em lixões, necessitando seu fechamento adequado (SALVADOR, 2012, p. 74).

Sendo assim, desde 2 de agosto de 2012, os Municípios que almejem obter acesso aos recursos da União deverão se adequar de acordo com os Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos num período de 20 anos, revisada a cada 4 anos. Os municípios que optarem por soluções consorciadas intermunicipais para gestão dos resíduos sólidos estarão dispensados

da elaboração do PMGIRS. Neste caso, o plano intermunicipal deve observar o conteúdo mínimo previsto no Art. 19 da Lei nº 12.305 (BRASIL, 2010).

O lixão do município do Oiapoque

De acordo com o Plano Municipal de Saneamento Básico - Secretaria Municipal do Meio Ambiente do Oiapoque (no prelo), o lixão municipal fica dentro de um terreno particular, localizado na estrada que liga a cidade de Oiapoque ao distrito de Clevelândia a aproximadamente 5 km de distância, por muito tempo não houve qualquer tipo de tratamento dos resíduos que eram coletados na cidade de Oiapoque e proximidades, a situação era de total abandono com o acúmulo de resíduos formado por lixo doméstico, restos da feira de pescado, carcaças de animais domésticos e/ou abatidos clandestinamente, restos de materiais de construção, entre outros, sendo destinados aproximadamente o total de 30 toneladas/dia. Devido esse acréscimo da geração de lixo em Oiapoque ratifica a necessidade e a urgência de uma solução para essas questões, tendo em vista as possíveis questões ambientais daí decorrentes.

O lixão onde são lançados os resíduos sólidos da cidade de Oiapoque possui uma área de aproximadamente 33 ha, onde, segundo a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, não existia controle quanto ao fluxo de caminhões no local, e atualmente os resíduos sólidos descarregados no lixão são de origem domiciliar, serviço público e comercial. No caso dos Resíduos de Serviço de Saúde (RSS) gerados nas UBS e no Hospital Estadual de Oiapoque são acondicionados separadamente e depois são levados pela empresa TRATALIX para o Município de Macapá para o tratamento adequado.

Em busca de minimizar danos ao meio ambiente, o ministério público vem realizando audiências e discussões para fechamento do lixão a céu aberto do município e a implantação de um aterro sanitário para a região.

O lixão do município do Oiapoque encontra-se em funcionamento inadequado, sem atender as regras de proteção ao meio ambiente, causando assim inúmeros impactos ambientais, como por exemplo: compactação do solo, aumento dos processos erosivos do solo, redução da biota do solo, stress da fauna local, poluição do ar, proliferação de micro e macrovetores, poluição visual, contaminação dos catadores, entre outros. Tornando-se, necessário tomar medidas que minimizem os impactos, através da criação de um aterro sanitário para recebimento do lixo.

Portanto, esses fatores, quando conjugados, além da desigualdade de renda, geram uma potencialização de consequências que podem resultar em degradação ambiental, distúrbios e inseguranças sociais, precárias condições de habitação, insuficiência de oferta de infraestrutura e serviços urbanos adequados e comprometimento da qualidade devida das populações. Segundo PIREs 2000, é preciso estabelecer soluções para os impactos ambientais produzidos através de um planejamento integrado, equilibrado, a dinâmica social, econômica, cultural, política e ambiental no âmbito especial, pela efetiva participação das comunidades que vivenciam estes problemas no seu cotidiano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

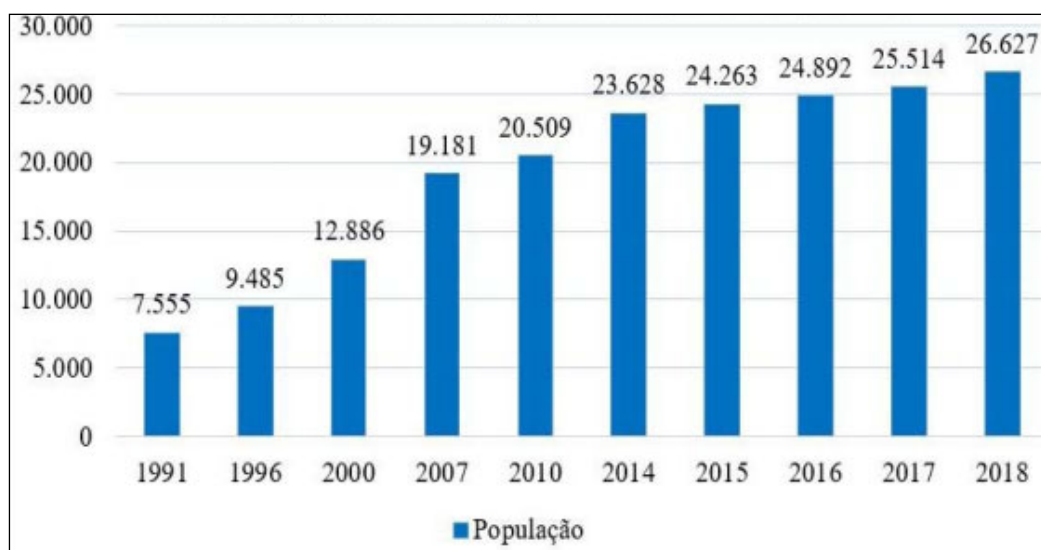
A cidade de Oiapoque não dispõe de coleta seletiva dos seus resíduos sólidos que, aliado a falta de um conjunto de sistemas de tratamento e medidas adequadas para a disposição final de todo o lixo produzido pela população local, promove várias consequências negativas.

Dessa forma submete seus municípios e o meio ambiente a graves e sérios riscos sanitários e a deterioração dos recursos naturais da região.

A zona urbana do município assistiu nas últimas três décadas um crescimento considerável de sua população, resultando naturalmente em maior consumo e um aumento na produção de resíduos sólidos que são descartados no lixão municipal.

A Figura 3 mostra o crescimento populacional ocorrido na cidade do Oipoque entre os anos de 1991 a 2018.

Figura 3 - Evolução da População da cidade de Oipoque no período de 1991 a 2018.



Fonte: Elaborado por Corrêa (2019) através dos dados do IBGE (Contagem populacional de 1991 e 1996, Censo Demográfico 2000 e 2010, Contagem Populacional 2007 e Estimativa Populacional de 2014 a 2018).

Observa-se na Figura 3 que a população Oipoquense em 1991 era de 7.555 habitantes, chegando a 12.886 habitantes no ano 2000.

Em 2010, contava com 20.509 habitantes, alcançando a cifra de 26.627 no ano de 2018, segundo dados do IBGE.

Com esse crescimento rápido verificado no município de Oipoque nesse período Lima 2007, Corrêa et al 2019, afirmam que o problema socioambiental está relacionado com a facilidade que o mundo moderno oferece aos seres humanos, criado para atender uma sociedade consumista e produzindo, assim, muitos resíduos sólidos desnecessários e favorecendo o acúmulo dos mesmos no meio urbano que vem crescendo a cada ano. A carência de políticas públicas voltadas ao crescimento populacional e ao planejamento urbano afetam drasticamente o manejo adequado de resíduos sólidos, transformando-se em fator predominante para o acúmulo de resíduos em locais inadequados.

Durante a pesquisa foram fotografados, descritos e analisados vários fatores que podem estar contribuindo para os problemas enfrentados pelo lixão do Oipoque. Os resultados obtidos pelo check-list utilizado, na avaliação dos impactos do lixão em estudo estão representados no Quadro 3, caracterizando os parâmetros.

É possível observar pelo mesmo quadro a queima dos resíduos sólidos ocasionando poluição atmosférica, alteração na capacidade de uso da terra, a presença de vetores e animais podendo haver disseminação de doenças e também o impacto visual.

Quadro 3 - Avaliação dos Impactos do lixão a céu aberto do Oiapoque.

ASPECTOS	PARÂMETROS DE AGRAVO	CRITÉRIOS
Solo/Subsolo	Apresenta sinais de erosão	Sim
	Alteração na capacidade de uso da terra	Sim
	Dano ao relevo	Sim
	Permeabilidade do solo	Sim
Ar	Emissões de odores	Moderado
	Presença de dutos de gases	Não
	Proximidade de núcleo habitacional	$d \geq 1.000$ m
	Queima do resíduo	Sim
Água	Mananciais Superficiais	
	Foi Comprometido	Não
	Presença de chorume a céu aberto	Sim
	Distância	$d < 200$ m
	Equilíbrio	Sim
	Reequilíbrio	Natural
	Utilidades	Consumo humano e/ ou animais e/ou irrigação Recreação , c/ contato secundário
Paisagem	Alteração na paisagem (impacto visual)	Sim
	Alteração na paisagem original	Sim
	Existe projeto de readequação	Não
Outros	Presença de animais	Sim
	Desvalorização de terrenos vizinhos	Sim
	Presença de vetores de doenças	Sim
	Presença de catadores	Sim
	Danos à saúde de quem transita no local	Talvez

Fonte: Narciso (2020), adaptado de Sánchez (2013).

Durante os anos de 2019 e 2020 foram feitas várias visitas no local do lixão do município, no qual foram efetuados vários registros fotográficos e análises.

ALTERAÇÃO NA QUALIDADE DO SOLO

Observa-se que no meio físico foi possível identificar o aumento de processos erosivos decorrentes da retirada da cobertura vegetal. Com a passagem de máquinas pesadas como os tratores e caminhões para descartar o lixo houve a compactação do solo. Figura 4. Dessa forma, vem ocorrendo alterações no uso da terra mudando a paisagem alterando o relevo.

Figura 4 - Vista parcial da entrada do Lixão de Oipoque.



Fonte: Narciso, 2020.

Foi verificado também que o lixão está localizado na parte mais elevada de uma vertente, podendo provocar sérios problemas ambientais a exemplo do chorume infiltrado no solo ou mesmo sendo escoado pelas águas pluviais alcançando os cursos d'água próximos ou mesmo o lençol freático.

Dessa forma, observou-se que os resíduos sólidos que são depositados nesse lixão são os responsáveis pela degradação sanitária e ambiental de grandes extensões de solo. O lixão do Oipoque recebe resíduos de diversas origens, desde aqueles de baixa periculosidade, como também o lixo domiciliar e comercial até aqueles altamente poluentes como o lixo industrial, liberando, portanto substâncias orgânicas e inorgânicas que são carregadas pelas águas para os horizontes profundos do solo, comprometendo a qualidade e o uso desse recurso.

Alteração na qualidade do ar

Os impactos decorrentes da queima dos resíduos sólidos são os que causam maior degradação a qualidade do ar, isso devido a produção de gases poluentes e material particulado. A poluição do ar se dá principalmente pela queima irregular dos resíduos e pela alta produção do biogás no processo de decomposição anaeróbica.

Verificou-se que no lixão do Oipoque ocorre a queima dos resíduos, podendo ser uma alternativa para a diminuição da enorme quantidade acumulada Figura 05. A queima de resíduos agride o ambiente, pela emissão de gases do efeito estufa na combustão dos resíduos, reduz a biodiversidade, afeta diretamente a vegetação e pode afastar alguns animais do local.

Figura 5 - Acúmulo de resíduo que será queimado posteriormente.



Fonte: Narciso, 2020.

Com a queima dos resíduos sólidos urbanos existe também a emissão de fumaça e cinzas produzidas, além do odor, que se constituem em fontes de poluição do ar, criando incômodo e problemas de saúde para a população local. Este é um dos principais problemas e motivo de reclamações da população oiapoquense, que durante a madrugada e ao amanhecer, sobretudo quando ocorre a mudança de direção do vento, sentido assim um odor muito forte, principalmente aquelas que residem nos bairros próximos ao referido lixão.

Alteração na qualidade dos recursos hídricos

A área de entorno do lixão da cidade do Oiapoque é drenada por alguns pequenos riachos denominados regionalmente de Igarapés e pelo rio Pantanari que se destaca pela sua importância econômica e volume de água.

Durante o trabalho não foi realizado nenhum tipo de pesquisa relacionada à análise e qualidade da água subterrânea e também de superfície com o objetivo de determinar a presença de alguns contaminantes. Mas devido a quantidade de resíduos sólidos acumulados, e o relevo acidentado existe a probabilidade do chorume ter alcançado estes cursos d'água. Sabe-se que esse material lixiviado para os cursos de água superficiais pode alterar o DBO e DQO da água, influenciando negativamente na fauna e na flora macro e microscópica.

Quanto ao lençol freático, provavelmente não tenha sido comprometido devido o solo da área possuir característica argilosa, o que dificulta a infiltração do material lixiviado. Quando o chorume atinge poços ou mesmo os aquíferos pode causar endemias caso contenha organismos patogênicos. Neste caso a contaminação é invisível e pode trazer sérios problemas de saúde para a população local.

Um fato preocupante que deve ser mencionado é que cerca de 30% da água consumida na zona urbana de Oiapoque é captada no rio homônimo, que por sua vez recebe a água do rio Pantanari que é um dos mais importantes tributários da margem direita. A captação de água da cidade está à jusante da foz do rio Pantanari.

Portanto, existe uma preocupação que esta água possa estar contaminada ou poluída.

Alteração na paisagem

A área que constitui o lixão oiapoquense era composta pela vegetação da floresta amazônica. Em seu entorno ainda pode-se observar remanescente desta cobertura florestal. Figura 6. Cada elemento presente em uma paisagem é resultado da dinâmica relação entre os elementos biológicos, sociais e físicos que constituem cada porção do espaço. Logo, apesar de parecer estática, podemos aprender processos de ordem natural e social por meio da análise da paisagem geográfica.

Figura 6 - Observa-se que a vegetação de floresta amazônica foi retirada dando lugar ao lixão.



Fonte: Narciso, 2020.

Pela figura anterior observa-se que houve alteração na paisagem local em detrimento da ocupação da área pelo lixão. Além do desmatamento provocando alterações na paisagem. Foi possível observar e fotografar que a exposição dos resíduos sólidos a céu aberto provoca a dispersão de resíduos leves como papéis e plásticos através do vento, assim modificando a paisagem de áreas vizinhas. Esses resíduos sólidos leves são conduzidos pelo vento por longas distâncias e ocasionam poluição visual de áreas circunvizinhas, como também podem trazer riscos à saúde de animais em pastos e a própria saúde humana.

Em alguns casos os impactos podem ser reversíveis quando aplicados métodos de restauração natural, isolando a área e eliminando os fatores degradantes. Esse é o primeiro passo em qualquer projeto de restauração. Figura 7.

Figura 7 - Área que será aterrada futuramente



Fonte: Narciso, 2020.

Observa-se, na Figura 7, que recentemente vem ocorrendo a remoção e enterramento do lixo. Esse processo tem entre outros objetivos evitar a geração de novas degradações na área.

Outros possíveis problemas decorrentes do lixão a céu aberto

Sabe-se que o lixão é uma forma inadequada de disposição dos resíduos sólidos. Estes são depositados no solo a céu aberto, sem nenhuma proteção com o meio ambiente e a saúde pública. Nesses lugares, os restos de alimentos podem se misturar com descartes de lixos hospitalares, resultando na proliferação de microrganismos causadores de doenças. A decomposição de matéria orgânica gera o caldo chorume, altamente poluente.

Como os terrenos dos lixões não são impermeabilizados, o chorume se infiltra no solo e contamina o lençol freático, com efeitos nocivos à água, a flora, a fauna e o comprometimento da saúde pública. A presença de vetores e doenças são fatores agravantes a saúde e ao bem estar da população que vive nas proximidades dos lixões.

Entre os diversos problemas ambientais existentes e decorrentes dos lixões descritos e analisados anteriormente, merecem destaque também:

- a presença de animais domésticos como gatos e cachorros que podem transmitir doenças;
- a presença de roedores, mosquitos e baratas que transmitem várias doenças ao homem, tais como febre tifoide, malária, dengue, febre amarela, leptospirose entre outras.

Durante a pesquisa notou-se também a presença de inúmeras carcaças de peixes provenientes das fileterias da cidade e também carcaças de bovinos e bubalinos oriundos do matadouro local. Além da presença de alguns catadores no lixão que aponta para condições insalubres de trabalho, com pessoas se misturando diretamente a objetos e resíduos.

Já o Quadro 4 destaca os principais impactos decorrentes de áreas que ficam próximas de locais onde são destinados aos resíduos sólidos, principalmente a destinação de forma inadequada.

Quadro 4 - Principais impactos ambientais decorrentes de áreas próximas a destinação de resíduos sólidos mediante o método check-list.

ORD.	Impactos	SIM	NÃO
01	Modificação do relevo	X	
02	Poluição visual	X	
03	Aumento dos processos erosivos	X	
04	Proliferação de vetores	X	
05	Qualificação da mão-de-obra local		X
06	Aumento da oferta de empregos		X
07	Dispersão de gases e poeiras	X	
08	Atividades industriais na área		X
09	Resíduos jogados de forma irregular na área	X	
10	Invasão próxima da área		X
11	Aumento dos riscos de acidentes por animais peçonhentos	X	

Fonte: Narciso (2020) adaptado de Sánches (2013).

Por meio da observação realizada “in loco” na área de destinação dos resíduos sólidos do município de Oipoque, ficou constatado que o local não atende as principais fases necessárias para a implantação de um aterro sanitário de acordo com a política nacional dos resíduos sólidos. De acordo com o método utilizado com o check-list observou-se e concluiu-se que houve a modificação do relevo ao longo dos últimos anos em decorrência da quantidade de resíduos sólidos dirigidas para o local e a remoção de terras realizadas por tratores e caminhões com o objetivo de reduzir a quantidade dos mesmos.

Quanto ao recobrimento e compactação dos resíduos sólidos não ocorrer com frequência, os mesmos ficam expostos a céu aberto por vários dias, semanas ou meses, contribuindo para a proliferação de doenças e também a poluição visual.

Quando na época da escolha do local do lixão não foram obedecidos critérios geológicos, geomorfológicos, pedológicos e hidrográficos, o que acarretou na implantação do mesmo em uma área inadequada e, conseqüentemente, entre outros problemas, verificou-se o aumento do processo erosivo na área ocupada.

Com a exposição dos resíduos sólidos a céu aberto, aumenta consideravelmente a dispersão de resíduos leves como plástico e papéis transportados pelo vento, provocando e ocasionando a poluição visual de áreas próximas, além da emissão de odores, havendo também a dispersão de gases e poeiras.

Vários problemas são conseqüências do lixão a céu aberto, como o processo erosivo, alteração da capacidade de uso da terra, queima do lixo, redução da biota do solo, alteração da paisagem e desvalorização de terrenos e propriedades na área de entorno.

Não foi verificado nenhum tipo de emprego e qualificação de mão de obra no lixão e nos arredores do mesmo. Também há inexistência de atividades industriais na área, tampouco invasões de moradores no local. Apesar de eventualmente ter sido constatado a presença de pessoas e animais no lixão, fato este, que pode trazer riscos de saúde para ambos, como também riscos de acidentes.

Desta forma, conclui-se que a área apresenta sérios problemas ambientais, mas que em alguns casos por meios de políticas públicas e vontade política os impactos podem ser reversíveis quando aplicados métodos de restauração natural, isolando a área e eliminando os fatores degradantes sendo que este processo é fundamental em qualquer projeto de restauração, evitando a geração de novos problemas ambientais na área ocupada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população Oiapoquense deu um grande salto quantitativo na última década e conseqüentemente aumentou consideravelmente a produção e descarte de resíduos sólidos no lixão municipal. Com o acelerado aumento na geração de resíduos sólidos, o lixão se tornou um dos maiores desafios enfrentados pelo poder público local.

A pesquisa concluiu que os principais resíduos lançados no lixão são constituídos basicamente por papéis, caixas de papelão, madeiras, plásticos, entulhos e carcaças de animais provenientes das fileterias e matadouro entre outros.

A forma, como é conduzida a disposição dos resíduos sólidos do município do Oiapoque representa uma ameaça potencial aos recursos ambientais locais, sobretudo os relacionados com as águas de superfície e subterrânea, o uso e ocupação do solo, a cobertura vegetal e a qualidade do ar.

Portanto, o problema existe e é bastante agravante à saúde pública de seus municípios, além de prejudicar drasticamente o ambiente, trazendo graves conseqüências com o mau cheiro (odor) decorrente da exposição do lixo e a proliferação de moscas e mosquitos por toda a cidade.

Diante dos resultados obtidos por meio da pesquisa, conclui-se que é necessário e com certa urgência que a gestão municipal tome providências e medidas corretas sobre a disposição irregular dos resíduos sólidos, conforme o que preconiza a lei nº 12.305/2010 (Política Nacional dos Resíduos Sólidos) buscando a adoção de medidas que minimizem as possibilidades de degradação ambiental com a criação de um aterro sanitário de preferência em local apropriado e mais distante da zona urbana, como uma forma adequada de disposição final dos resíduos sólidos.

Segundo a gestão municipal, existe um projeto e a intenção da transferência do lixão para outro local mais adequado, mas que até o momento não possui data de início da obra e também o local exato do futuro aterro. A implantação de um aterro sanitário com estudos respeitando os aspectos naturais e socioeconômicos do município seria o ideal e uma maneira de corrigir e se adequar aos problemas que ocorrem atualmente e futuros que poderão surgir.

Como resultado da pesquisa, sugere-se que o município adapte-se à coleta seletiva, pois verificou-se no lixão que uma grande parte dos resíduos sólidos podem ser reciclados, desta forma gerando renda para as pessoas e o mais importante, reduzindo a quantidade dos resíduos que são descartados no lixão e minimizando os impactos ambientais.

Desta forma, todos os municípios sairiam ganhando tanto do ponto de vista econômico, da saúde, do social e sobretudo, priorizando a educação ambiental local e regional.

REFERÊNCIAS

- ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 10004**. Resíduos Sólidos – Classificação. Rio de Janeiro, 2004. 77p
- AGUIAR, Jeffersom Marques. ARAUJO, Maria de Fatima C. MARTINS, Marcela Tarciane C. S. III – **Encontro de meio ambiente UVA/ UVAVIDA**. Desertificações: Implicações socioambientais no semiárido brasileiro. Campinas Grande: III EMA. 2014.p. 1- 7.
- BRASIL. Lei nº 12.305 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providencias. **Diário Oficial da União 2010**; 3 de agosto. Disponível em: <http://www.mncr.org.br>. Acesso em 10/03/2020.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resoluções do Conama**: Resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília: MMA, 2012. 1126 p.
- BRASIL. **Fundação Nacional de Saúde**. Manual de saneamento. 3. ed. rev. - Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. **Cidades**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2018.
- BRASIL. Lei nº.12.305, de 2 de agosto de 2010. **Política nacional de resíduos sólidos**. recurso eletrônico.- 2ª ed.- Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.
- GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Perfil do Estado: clima 2011**. Disponível em: <http://www.ap.gov.br/Portal_Gea/Perfil/dadosestado-perf-clima.htm>. Acesso em 08 mar. 2018.
- JUNKES, M. B. **Procedimentos para aproveitamento de resíduos sólidos urbanos em municípios de pequeno porte**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina; 2002.
- LIRA, J. B. de M. **Gestão de Resíduos Sólidos**. IFPE: D-EaD, 2009. 83p.
- LONDE, P. R.; BITAR, N. A. B. **Importância do uso de vegetação para contenção e combate à erosão em taludes de lixão desativado no município de Patos de Minas (MG)**. Perquirere; UNIPAM. 8(2). Dezembro. 2011. p. 224-249.
- MUCELIN, C. A. BELLINI, M. Lixo e impactos ambientais perceptíveis no ecossistema urbano. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 20 (1). jun.2008. p.111124.
- OLIVA JUNIOR, Elenaldo Fonseca de. FREIRE, Raiane Souza. Os Impactos Ambientais Decorrentes Da Produção De Resíduos Sólidos Urbanos E Seus Riscos A Saúde Humana. **Revista eletrônica da Faculdade Jose Augusto Vieira**. ANO VI- nº 08, setembro 2013- ISSN-1983- 1282.
- OLIVEIRA, B. S.; GUERRA, M. A. A. **Oipoque: relações sociais e modo de vida na fronteira**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) Coordenação do Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2007.
- PIRES, J.M. **Estudos dos principais tipos de vegetação do estuário amazônico**. Piracicaba, 1972, 183p.(Tese-Doutoramento-ESALQ).
- PIRES, Claudia Luisa Zeferino. **Impactos ambientais decorrentes de ocupação irregular nas nascentes da bacia hidrográfica do arroio do Salso: o caso da Lomba do Pinheiro – Porto Alegre/RS** “In SUERTEGERAY,Dirce M.A.; BASSO, Luis Alberto; VERDUM, Roberto (Org.s). **Ambiente e lugar no urbano: A Grande Porto Alegre**, Porto Alegre, 2000.
- PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Três anos após a regulamentação da Política Nacional de Resíduos sólidos (PNRS): seus gargalos e superações**. 2014.

- PORTO, E. O; ROCHA, T. D; BARROS, T. F. C. Aplicação do método ICS (índice de comparação sequencial) para estudo da influência do aterro controlado Jockey Club-DF na composição florística do parque nacional de Brasília. **Revista do Curso de Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Católica de Brasília**. Brasília, Junho. 2009.
- SALVADOR, Fábio Leonardo Ramos. **Elaboração De Um Plano De Recuperação De Área Degradada (Prad) Para Um Antigo Lixão No Município De Garopaba**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental, do Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012, 82p.
- SANCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2006, 201p.
- SANCHEZ, L. E. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos**. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: EDUSP, 2004
- SISINNO, C. L. S. **Destino dos resíduos sólidos urbanos e industriais no estado do Rio de Janeiro: avaliação da toxicidade dos resíduos e suas implicações para o ambiente e para a saúde humana**. Tese –Doutorado em Ciências. Rio de Janeiro:Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.
- SISINNO, C. L. S; MOREIRA, J. C. Avaliação da contaminação e poluição ambiental na área de influência do aterro controlado do Morro do Céu, **Cadernos de Saúde Pública**. Niterói - RJ. 1996, 12. p. 515-523.
- SOUZA, Vinícius Castro; LORENZI, Harri. **Botânica sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Fanerógamas nativas e exóticas no Brasil, baseado em APGIII/ --3. ed. --Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2012.**
- VIEIRA, C. H. S. D.; KOZERA, C.; BIONDI, D. **Preferência visual de paisagens de Parque Municipal do Passaúna**, Curitiba. Paisagem e Ambiente, São Paulo, n. 24, p. 421-430, 2007.
- VIEIRA, Elias Antônio; BERRIOS, Manuel Baldomero Olando Godoy. Lixo: Fato ambiental da modernidade. In: GERARDI, L.H.O. (org.). **Ambientes de estudo de geografia**. São Paulo: Rio Claro: Programa de pós-graduação em geografia- UNESP. 2003, p 37- 51.

7

TURISMO E EXPLORAÇÃO SEXUAL EM OIAPOQUE - AP

Terezinha de Jesus Ramalho
Adriano Michel Helfenstein

INTRODUÇÃO

Oiapoque está localizado no extremo Norte do Estado do Amapá. Segundo Palhares e Guerra (2016, p.57), o município “possui vários atrativos naturais, que poderão ser desenvolvidos e explorados, entre eles estão o rio Oiapoque e suas cachoeiras, com destaque para a Grande Rocha”. Ainda para os referidos autores, em decorrência de um planejamento deficitário, o município apresenta número baixo de atividades turísticas.

Essa situação/condição se dá, sobretudo, pelo baixo investimento do poder público em infraestrutura adequada para atender os anseios da população. Mesmo diante dos desafios existentes, Oiapoque continua recebendo um número significativo de pessoas de diversas partes do Brasil e também do território francês, seja pela busca constante de melhores condições de vida, seja pelo lazer nos vários atrativos naturais presentes no município.

Esse fluxo de pessoas cria um ambiente propício às diversas atividades do setor formal e informal que dinamizam a economia local e muitas das vezes se inserem no que Pimentel (2017) estabelece como rentabilidade sexual, que resulta de uma série de atividades informais articuladas que ajudam a dinamizar alguns setores da economia urbana, como é o caso da cidade de Oiapoque. Diante destas implicações, nessa pesquisa buscou-se compreender as implicações do turismo sexual¹ neste lugar.

No que tange à questão metodológica, neste trabalho utilizou-se do método indutivo, pois como salientam Freitas & Prodanov “nesse método, partimos da observação de fatos ou fenômenos cujas causas desejamos conhecer. A seguir, procuramos compará-los com a finalidade de descobrir as relações existentes entre eles [...]” (2013, p. 29). Optou-se também por realizar uma abordagem de cunho qualitativo², caracterizada pelo contato direto do pesquisador com o ambiente de sua pesquisa, através de trabalho de campo, entrevistas etc.

Esse trabalho foi construído a partir da análise de pesquisas bibliográficas e documentais condizentes à pesquisa, além do levantamento de materiais referentes a temática abordada, tais como informações sobre exploração e abuso sexual de Crianças e Adolescentes nos órgãos, Conselho Tutelar de Oiapoque (CTO), Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS); Associação de Desenvolvimento, Prevenção, Acompanhamento e Cooperação (DEPAC); Centro Integrado de Oiapoque em Segurança Pública (CIOSP); Centro de Referência Especializada em Assistência Social (CREAS) de Oiapoque.

O trabalho também inclui levantamento de campo realizado na cidade de Oiapoque, tendo como público-alvo os indivíduos que compõe a chamada rede de rentabilidade sexual. Quando trata-se dos profissionais do sexo, optou-se por manter o anonimato desses indivíduos, já que muitos poderiam ser expostos pelo motivo de trabalharem em atividade que a sociedade de

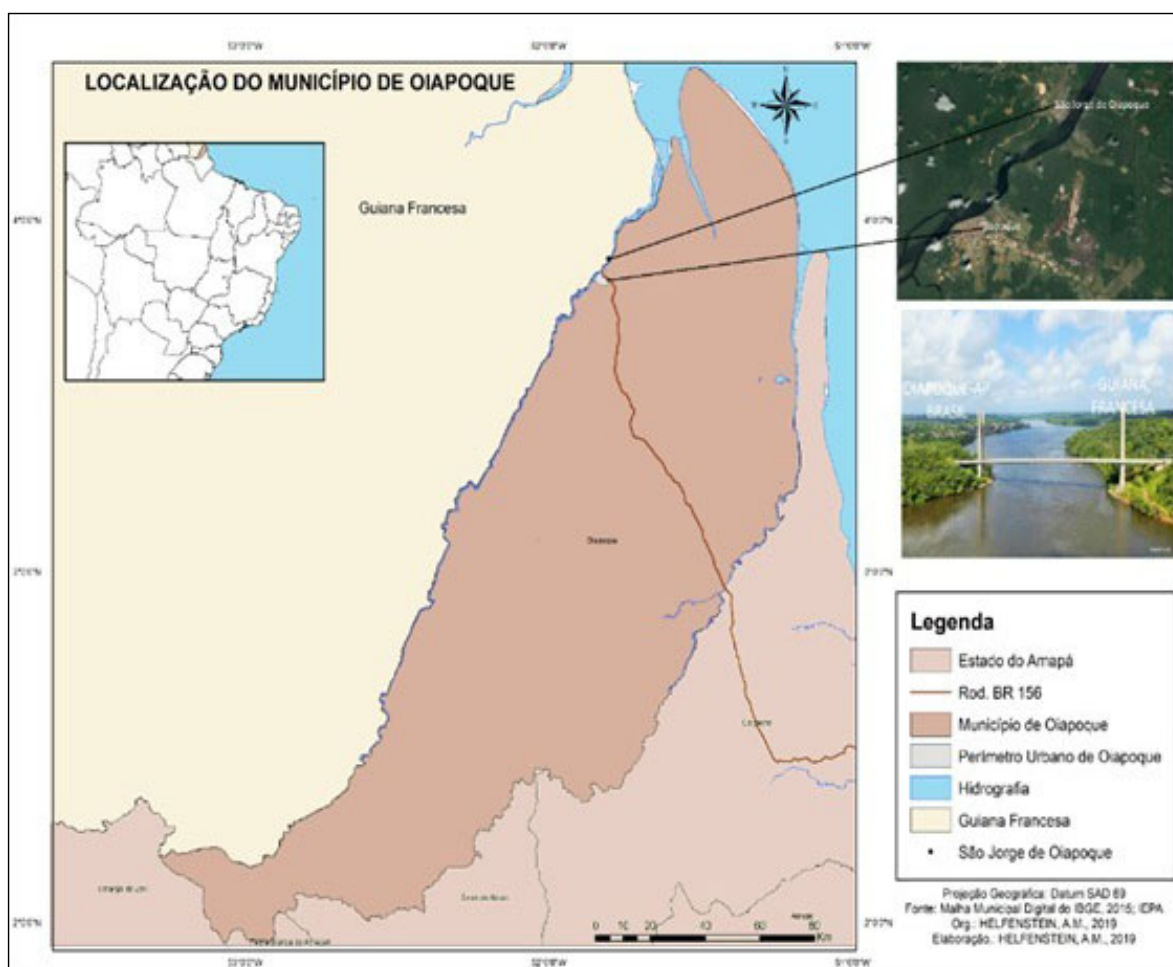
maneira geral admite a existência apenas em funcionamento marginal, e como forma de nos referirmos a eles, lhes atribuímos nome de pedras preciosas.

Questões inerentes ao turismo sexual e a prostituição como abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes aparecem mesmo que de maneira sucinta na pesquisa, uma vez que são temas que surgiram no transcórre do trabalho de campo.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Oiapoque, está localizado no extremo norte do Estado Amapá, a aproximadamente 590 km da capital do estado Macapá. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2020 o município possuía uma população estimada em cerca de 27.906 habitantes³.

Figura 1 - Mapa de localização do Município de Oiapoque.



Fonte: HELFENSTEIN, A. M. 2019.

Por estar localizado em uma fronteira internacional, Oiapoque possui um dinâmico fluxo migratório, e mesmo sendo uma cidade fronteiriça que requer constante controle por parte da polícia federal, esta fiscalização é por vezes inviabilizada por falta de suporte para cobrir toda a área de fronteira brasileira. Como enfatiza Arouck (2000, p. 75):

[...] não há no Brasil qualquer estatística sobre a saída de brasileiros para a Guiana francesa, nem o governo francês sabe informar o número exato de brasileiros que lá residem uma vez que a grande maioria imigrou ilegalmente. Estimativas da imprensa brasileira calculam em 25 000 o número de brasileiros na Guiana. Se considerada esta cifra, os brasileiros constituiriam algo como um terço da população total do departamento da Guiana francesa que segundo o último dado censitário possui 140 000 habitantes. O consulado do Brasil em Caiena possui o registro de 10 000 brasileiros documentados e estima em 8 000 os chamados flutuantes.

Para Helfenstein (2019, p. 34), a complexa relação resultante do constante fluxo migratório transitório existente no município de Oiapoque, “tem se intensificado nos últimos anos, com a presença cada vez mais significativa de funcionários públicos federais, que permanecem na cidade por um período de 3 a 5 anos, o que acaba por intensificar as tensões territoriais em curso nessa porção do território”.

Mesmo sendo considerada uma cidade periférica do ponto de vista do sistema/mundo capitalista, isso não impede a grande demanda de pessoas que chegam a essa localidade, seja por motivos econômicos ou pelas simples relações sociais que esses indivíduos mantêm. É também comum nos discursos populares que a moeda que prevalece é o ouro e o euro, e que esta cidade passa a ser vista também como o lugar em que se enriquece com grande facilidade, o lugar das oportunidades.

No entanto, a forma como esse espaço está sendo utilizado acabou por implicar nas leis do território francês, em que as políticas migratórias tornaram-se cada vez mais rígidas, em especial diante do aumento do fluxo migratório clandestino, que dificultam os acordos de cooperação entre Brasil e França.

A busca por essa fronteira é constante, pois além das cidades como Cayenne e Kourou os garimpos ilegais são os mais procurados, trazendo para esse espaço transfronteiriço um elevado número de migrantes com destino ao território francês, que entram, seja pela legalidade ou clandestinidade. A respeito dos fluxos identificados nessa porção do território, Almeida e Rauber (2017, p. 480) salientam que:

Em boa parte do século XX e, na contemporaneidade, os brasileiros atravessam o rio Oiapoque e seguem à capital da Guiana Francesa, Caiena, em busca de remuneração em “francos/euros” ou destinam-se à interlândia para o garimpo. Por outro lado, os franceses e/ou crioulos e guianenses vêm ao Brasil em busca de “turismo” diverso e de comércio em “reais” frente à moeda brasileira desvalorizada. **Esse turismo está associado ao setor de diversão, como o ecoturismo e o turismo sexual.** Conforme ocorre em outros contextos de fronteira no Brasil, boa parte da população transfronteiriça de Oiapoque constrói vínculos familiares em ambos os lados da fronteira, sendo muitas vezes difícil compreender as complexas redes de relações estabelecidas. (Grifos nossos)

Nos últimos anos a migração feminina vem aumentando. Estas mulheres deslocam-se para além da cidade de Oiapoque com o intuito de trabalhar, mesmo que em algumas ocasiões elas não trabalhem como profissionais do sexo, a imagem de prostitutas construída por discursos machistas perpetua-se até os dias atuais. Contudo, são poucas as pesquisas que contemplam essa temática, como enfatiza Pinto (2008, p. 195):

Na verdade, o número de mulheres que sai do seu país de origem atrás de melhores condições de vida e trabalho vem crescendo de forma significativa em todo o mundo... na Guiana Francesa, por exemplo, não existe um discurso específico sobre gênero e migração, já que a presença de mulheres imigrantes é problematizada dentro de um contexto geral de trabalhadores imigrantes.

Araújo & Ramalho (2018, p. 37), evidenciam uma mudança desse quadro nos últimos anos, “as mulheres têm se destacado nessa mobilidade transfronteiriça, e no mercado de trabalho, uma visão bem diferente da construída ao longo dos anos onde as mulheres que vinham para a fronteira eram vistas como garotas de programa.”

Em consonância com as autoras anteriormente citadas, identificamos que a imigração feminina de décadas atrás para a Guiana Francesa, que era feita em sua maioria por mulheres solteiras que buscavam trabalhar como prostitutas, atualmente vem ganhando outras configurações. Existem aquelas que vão acompanhadas dos maridos, ou solteiras, seja para trabalhar como cozinheiras, garçonetes, entre outros. Porém, o processo para conseguir a carta do *sejour* (documento para permanecer no território francês), exige muita burocracia, o que contribui para o aumento da exploração sexual e da clandestinidade. A esse respeito Pinto (2008, p. 196). Assevera que:

[...] lamentavelmente, é com o lado negativo da migração feminina brasileira para Suriname e a Guiana Francesa que nos confrontamos, principalmente com as histórias de tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A ideia de que todas as mulheres brasileiras que trabalham na Guiana Francesa estão alocadas no “mercado do sexo”, talvez seja o principal estereótipo que caracteriza esse seguimento, tanto no Brasil quanto no Departamento Francês.

A cidade de Oiapoque, além dos migrantes, também recebe um número significativo de turistas estrangeiros, mesmo não possuindo uma boa estrutura para atender essa demanda, é comum vê-los nas ruas, principalmente aos finais de semana fazendo compras entre outras atividades. Silva (2014, p. 31) ao reportar sobre o fluxo de turistas em Oiapoque afirma que:

Os turistas atravessam o rio Oiapoque por meio de catraias, sendo que muitos passam o final de semana na cidade de Oiapoque. A maior concentração deste tipo de turista se dá nos finais de semanas (sexta-feira, sábado e domingo) e de forma mais pontual nos períodos de pagamento dos funcionários do governo francês, que ocorre na primeira semana de cada mês.

Outra estrutura que impulsionou a entrada de turistas foi a abertura de tráfego de carros pela Ponte Binacional. A ponte teve seu projeto anunciado em 1997, sendo inaugurada em 18 de março de 2017. Com a conclusão das obras o tráfego de guianenses para Oiapoque é mais expressivo⁴.

O que se observa é que o governo francês investe em uma forte fiscalização e políticas antimigratórias com a finalidade de barrar qualquer clandestino com destino a Guiana Francesa e seus garimpos ilegais. Helfenstein (2019), utilizando de entrevista realizada com a então

secretária de turismo do município de Oiapoque, Dismin Ribeiro Dias, evidenciou as diferenças enfrentadas por turistas guianenses e brasileiros, como podemos observar a seguir.

A ponte facilitou a vinda dos turistas para Oiapoque, mas daqui para lá há mais empecilhos. Os guianenses vêm para cá já documentados, e os brasileiros têm que colocar na cabeça que precisam se documentar para poder passar, mas a ponte, ela beneficia. As pessoas atravessam o rio, em torno de 5 minutos está em Oiapoque, com muita facilidade. (DISMIN RIBEIRO DIAS citada por HELFENSTEIN (2019, p. 165)

A construção da ponte foi um facilitador para o aumento do número de turistas presentes na cidade de Oiapoque, potenciais clientes da rede de rentabilidade sexual⁵. A localização geográfica da cidade imprime uma dinâmica própria se comparada a outras cidades amapaenses. Além da presença de turistas, a busca pela possibilidade de enriquecer é um atrativo para muitas pessoas, que deixam seus lugares de origem e buscam em Oiapoque a inserção na atividade da garimpagem, principalmente em território francês. Essa condição insere-se no que Almeida e Rauber (2017) definem como “economia de garimpo”.

Há situações de fronteira na região de Oiapoque que são problemáticas e contraditórias, como é o caso da “economia do garimpo”. A exploração e extração de ouro é regulamentada com autorização tanto no Brasil quanto na Guiana Francesa, contudo os casos legais são pontuais. Com isso, o fenômeno problemático são os garimpos ilegais que envolvem migrantes, trânsito comercial diverso e prostituição, fenômenos observáveis e definidos aqui como “economia do garimpo”. (Almeida e Rauber, 2017, p. 481)

Outro fator que potencializa a rede de rentabilidade sexual diz respeito ao baixo índice de alfabetização do município, fazendo com que muitos indivíduos busquem na ilegalidade meios para se manter ou complementar os baixos salários. Em consonância com Helfenstein (2019), entendemos que os problemas sociais existentes em Oiapoque, estão intrinsecamente relacionados aos baixos índices de escolaridade dos moradores deste município. Para o referido autor “A valorização da educação é fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico, uma vez que este é um fator primordial para qualquer país ou região que queira atingir o tão sonhado “desenvolvimento” (HELFENSTEIN, 2019, P. 63).

Potencialidades turísticas no município de Oiapoque

O município de Oiapoque, por estar localizado em uma região com grande extensão de floresta em conservação, e a existência de parques que abrigam o maior patrimônio natural amapaense, apresenta grande potencial turístico, pelos fatores naturais, culturais e econômicos, pois inúmeros turistas estão em busca de lugares com bastante tranquilidade e ambientes naturais.

Palhares e Guerra (2016) destacam os “vários atrativos naturais, tais como, cobertura vegetal, rios, afloramentos rochosos, balneários, que poderão ser desenvolvidos e explorados, como potencial geoturístico de Oiapoque”. Utilizando da reflexão de Silva (2014), os autores demonstram que o município “é possuidor de importantes áreas sob o ponto de vista da

preservação ambiental e cultural, que pode ser valorizado através do geoturismo”. (PALHARES E GUERRA (2016, p. 57).

O município possui potencialidades para o desenvolvimento de vários atrativos naturais, como o passeio pelo rio Oiapoque, com suas belas cachoeiras, destacando a Grande Rocha, além de vários balneários e afloramentos rochosos com uma densa e exuberante vegetação (PALHARES E GUERRA (2016, p. 57).

Oiapoque recebe um número significativo de turistas em busca do turismo de negócios, que ao mesmo tempo usufruem das ramificações que compõem as redes comerciais da cidade, e esses turistas, na sua maioria, permanecem na cidade por mais de um dia, movimentando o setor de compras. Segundo Palhares e Guerra (2016, p. 57):

Além dessa diversidade de ambiente, a cidade de Oiapoque atualmente recebe um fluxo bastante significativo de pessoas em busca do turismo de negócios, aquele relacionado com compras variadas de mercadoria. São atraídos sobretudo por produtos alimentícios e por preços acessíveis, com base no câmbio das moedas vigentes na fronteira. Essa prática de turismo tem provocado um aquecimento no comércio local, diante desse movimento de pessoas.

Como já destacado anteriormente, com a abertura e liberação da ponte binacional que liga as cidades-gêmeas Saint George e Oiapoque, houve um aumento do contingente de pessoas transitando na cidade em busca do setor turístico⁶. Para Moura (2018, p. 97):

A abertura da Ponte de certa forma, sinaliza potencialidades e que pode promover por exemplo o desenvolvimento econômico para Oiapoque [...], possível melhoria econômica é a atividade turística que pode ser melhor aproveitada diante às potencialidades turísticas existentes em Oiapoque, principalmente o turismo em áreas naturais. No entanto, é na cidade que há a concentração da oferta de hotéis, pousada, bares e restaurante e demais prestadores de serviços, que já se apropriam ainda que incipiente da atividade turística oiapoquense.

No que se refere ao trânsito de pessoas na fronteira, a maior parte do fluxo está relacionado aos Guianenses, devido à facilidade que estes têm para entrar no município, diferente do que acontece com os brasileiros que tentam entrar na Guiana Francesa. Isso decorre pelo fato da rígida legislação francesa, que determina a entrada de cidadãos brasileiros somente com o visto ou no caso dos moradores de Oiapoque, possuir a carteira transfronteiriça, além do valor a ser pago por um seguro obrigatório para quem deseja acessar a Guiana com veículo, que deve estar de acordo com o estado de conservação do mesmo. (HELFFENSTEIN, 2019)

Apesar de todos os atrativos destacados pelos autores anteriormente citados, a cidade não conta com boa estrutura e a falta de investimento das esferas governamentais e da iniciativa privada fazem com que o planejamento turístico não ocorra em toda sua potencialidade. Helfenstein (2019) realizou uma análise de fôlego acerca dos problemas existentes na cidade

de Oiapoque, a exemplo da deficiência em saneamento básico, um dos fatores essenciais para o desenvolvimento da atividade turística. Em suas palavras:

É importante lembrar que a questão econômica não está desatrelada de investimentos nessa área, uma vez que se a intenção é impulsionar as atividades turísticas, não possuir saneamento básico é um obstáculo. Soma-se a isso a redução com gastos em saúde, relativo a pessoas que deixam de adoecer por conta do acesso a água potável, esgoto e resíduos sólidos tratados de forma adequada.

Segundo Silva (2014, p. 107), a existência de outros problemas sociais, e o aumento do mesmo em Oiapoque são evidentes, e estão relacionados a diversos fatores como podemos constatar a seguir:

Os índices de problemas sociais em Oiapoque são muito altos, estando relacionados: a) à falta de perspectiva de emprego para habitantes locais; b) alto consumo de entorpecentes, sobretudo crack; c) extrema burocracia na implantação de projetos sociais; d) repasses federais insuficientes e d) migrantes que chegam a toda hora pensando em mudar de vida, mas se deparam com outra realidade, muitas vezes tendo que roubar para sobreviver.

Todos os fatores anteriormente mencionados colocam boa parte da população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Mesmo que o setor turístico ainda não tenha expandido em todo seu potencial, compreende-se a importância e a necessidade de investimentos e organização por parte do poder público local, esta é uma atividade que poderá alavancar a economia do município.

Apesar de todos os problemas existentes, os turistas estão usufruindo dos balneários e passeios aquáticos, casas noturnas restaurantes e pizzarias, barzinhos com músicas ao vivo entre outros. Porém, a presença desses turistas, acaba por dinamizar outro tipo de lazer: o turismo sexual, que faz com que o sujeito passe da condição de turista para a condição de turista sexual. (PIMENTEL, 2015).

O turismo sexual e suas múltiplas facetas

O Turismo⁷ é uma importante atividade socioeconômica para as localidades que as desenvolvem, é tida como fonte de prazer para quem a usufrui e de trabalho para quem dela participa comercialmente, pois é capaz de gerar emprego e renda, desenvolvimento cultural e econômico de algumas localidades.

Entretanto, concordamos com Silva (2007) que o desenvolvimento de uma atividade turística não necessariamente implica na melhora na qualidade de vida das pessoas. É inerente do sistema capitalista a desigualdade, a concentração e a exclusão, portanto, a parcela da população que não consegue se inserir no circuito superior marginal da economia urbana⁸ acaba se sujeitando a atividades informais, dentre as quais, a comercialização de seus corpos através do turismo sexual.

O turismo sexual é considerado um fenômeno complexo e de múltiplas facetas, relacionado a problemas econômicos, sociais, políticos e culturais, resultante da ineficiência

do planejamento no setor turístico e da negação dos direitos sociais como emprego, moradia, educação e saúde (SOBREIRA, *et al.*, 2014).

Por ser uma atividade que implica e reflete nas discussões a respeito das atividades turísticas, o turismo sexual é considerado um problema que envolve questões como exploração sexual infantil e o tráfico de mulheres, crimes muito presentes hoje na sociedade. Para Pimentel (2017, p. 71) “a raiz do turismo sexual vincula-se a diversos fatores como, por exemplo, desemprego, baixos salários, disparidades sociais, desestrutura familiar, que expõem mulheres e menores a situações de risco, questões de gênero, colonialismo, entre outros”⁹.

O turismo sexual, atrelado à prostituição, envolve diversos indivíduos dentre eles crianças e adolescentes, que sofrem exploração e abuso sexual. A exploração de meninos, meninas e adolescentes, na maioria das vezes, origina-se por questões familiares e a instabilidade financeira. O autor José de Souza Martins, cita o exemplo da cidade de Fortaleza, onde muitas crianças e adolescente transformam seus corpos em mercadorias comprometendo sua dignidade e condição de pessoa. (2015, p. 33-34), explica:

As crianças de Fortaleza que se dedicam à prostituição para ganhar a vida, aqui mencionadas, não são excluídas: elas são incluídas como prostitutas, isto é, como pessoas que estão no mercado possível de uma sociedade excludente que é essa. Elas estão vendendo um serviço, recebendo dinheiro para sobreviver. Só que se trata de um serviço que lhe compromete a dignidade e a condição de pessoa.

Segundo Marinho (2008, p. 6), “Juridicamente, Turismo sexual não é crime previsto em lei”. No entanto a prostituição desencadeia diversos problemas, pois envolve crianças e adolescentes a rede de prostituição, oportunizando a alguns agenciadores e aliciadores a lucrarem com essa atividade, descumprindo os direitos garantidos no Estatuto da criança e do Adolescente (ECA). Donos de hotéis, pousadas, restaurantes, guias turísticos, taxistas, entre outros, ao tornar-se facilitadores desse mercado acabam descumprindo os direitos assegurados no art. 244-A introduzido pela Lei nº 9.975/00, que pune a conduta de submeter criança ou adolescente a prostituição ou a exploração sexual infanto-juvenil.

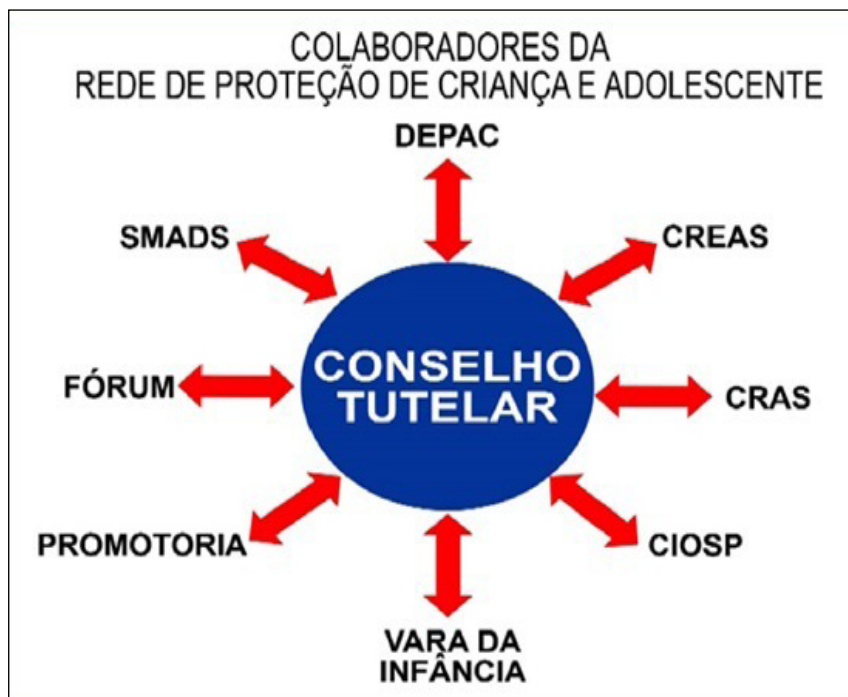
Quando trata-se de Oiapoque, podemos destacar que a exploração sexual infantil é um dos problemas que vem se agravando, pois muitas crianças e adolescentes percorrem o caminho da prostituição, tendo seus direitos violados, mesmo havendo colaboradores atuando junto ao Conselho Tutelar como: Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e os demais citados anteriormente, (SMADS; DEPAC; CIOSP; CREAS). Essas instituições operam para assegurar os direitos das crianças e adolescentes, porém existem muitos casos ocultados que não chegam a esses órgãos¹⁰.

Nos últimos anos, o Conselho Tutelar e o CREAS de Oiapoque¹¹ receberam algumas denúncias informais de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes. A partir das denúncias, foram realizadas campanhas nas escolas e na própria comunidade com intuito de divulgar a importância da não violação dos direitos assegurados na cartilha do Estatuto da Criança e do Adolescente, que empodera e contribui, com ações, capacitações e o aumento da rede de proteção, dando suporte para elaboração de projetos como a rede de atendimento.

Nos últimos três anos, o CIOSP registrou 46 casos de abuso sexual de menores. Já sobre os casos de exploração sexual, não existem registros e nem denúncias, o que em parte revela o receio e/ou a conivência “por uma parte da comunidade”, que veem essas práticas com naturalidade.

Com intuito de reduzir esses casos e dar visibilidade à real situação desses jovens, houve em Oiapoque a 1ª audiência pública, que aconteceu em 2019, na qual se discutiu como pauta principal a vulnerabilidade e direitos violados de crianças e adolescentes, dando ênfase na importância de políticas públicas, projetos municipais, planejamentos sociais e o fortalecimento da rede de proteção, como práticas para combater esses crimes. A figura a seguir demonstra a articulação de diferentes instâncias do Estado no combate à exploração de crianças e adolescentes.

Figura 2 - Organograma dos órgãos que formam a Rede de proteção à criança e adolescente no Município de Oiapoque



Fonte: Ministério Público do Amapá/Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Org.: Adaptado pela autora.

A exploração de crianças e jovens decorre de fatores econômicos, políticos e culturais. Por mais que o ECA divulgue a importância de preservar seus direitos é necessário que a sociedade como um todo faça sua parte, alertando quanto ao perigo dessa atividade, denunciando os casos de negligência ou abuso sexual. O ECA (Lei 8.069/90), em seu art. 4º, e a Constituição Federal de 1988, em seu art. 227, preceituam que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

Diante desses pressupostos, constatamos que, se por um lado o turismo reflete os desejos dos turistas que pretendem conhecer e desfrutar de novos lugares, culturas diferentes, além de descansar longe de suas residências e do trabalho”, e de dinamizar a economia local, traz consigo aspectos negativos, dentre os quais o fato de atrelar a prostituição e o abuso de crianças e adolescentes. Essas questões não devem ser analisadas de formas isoladas do turismo. Vejamos o que afirma Silva (2007, p. 1):

A presença desse turismo pode estar relacionada a problemas econômicos e sociais, ou ser consequência do desenvolvimento da atividade turística sem planejamento. Enfim, outras questões bem mais profundas são reflexos da existência do turismo sexual, por esse motivo, não pode ser analisado de forma isolada da atividade turística.

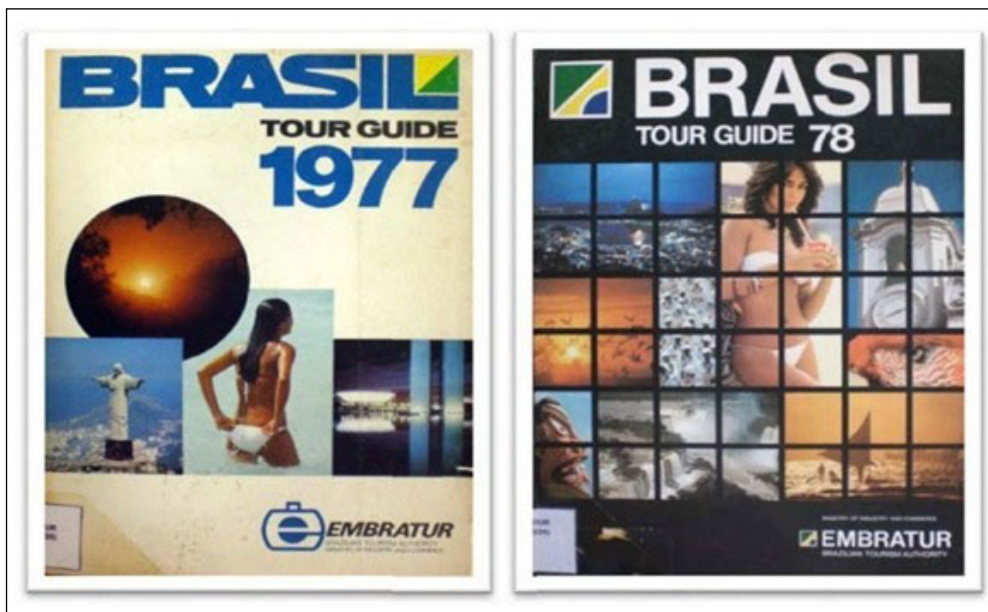
Inúmeros são os fatores que impulsionam o turismo sexual, dentre os quais podemos destacar a ação do Estado brasileiro, expressas nos discursos exibindo mulheres em poses sensuais com corpos definidos e belos para os estrangeiros, principalmente os europeus¹².

Para Bem (2005, p. 20), “as grandes transformações ocorridas no pós-guerra impulsionaram sobremaneira o desenvolvimento do turismo internacional. São diversos os fatores que, da perspectiva dos países emissores, favorecem o desenvolvimento do setor”. Frente a isso, este autor enfatiza os principais elementos impulsionadores da atividade turística, como podemos verificar a seguir:

Aumento do poder aquisitivo nos países industrializados a partir da década de 1950; desenvolvimento tecnológico, com a produção de aeronaves cada vez mais aptas a realizar percursos mais longos e em menos tempo; [...], aumento da necessidade de evasão, tanto das pressões estruturais existentes nas sociedades industrializadas quanto da racionalidade de repouso e fuga do cotidiano em tais sociedades; aumento da demanda por países, culturas e paisagens distantes, estimulada pelo imaginário colonialista, que contribui para construir socialmente a imagem de tais lugares (paisagens e pessoas) como exóticos e “consumíveis”; viagens como símbolos de *status* (BEM, 2005, p. 20-21).

Decorrente do interesse de expansão do setor turístico, e como estratégia o Brasil investiu em publicidade e propagandas para alavancar esse setor. Uma das formas utilizadas para essa publicidade foi a divulgação das belezas naturais associadas as mulheres brasileiras seminuas, com isso surgiu um crescimento de turistas buscando cada vez mais lugares tropicais e com belas praias.

Figura 3 - Folders publicitários da Embratur, evidenciando a sensualidade feminina enquanto atrativo turístico no Brasil.



Fonte: Disponível em: <http://g1.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-já-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html>. Acesso em 26 Jun.2020.

A imagem do Brasil vendida enquanto lugar de praias paradisíacas, relacionadas a beleza da mulher brasileira, e sua sensualidade, foi um grande atrativo para os turistas estrangeiros, sendo a Itália o local de origem com maior expressividade (SOBREIRA, *et al.*, 2014). Mesmo com algumas mudanças, ainda é possível ver tais apelos dessas propagandas nos meios de telecomunicações, por meio da imagem das mulheres seminuas estampadas em comerciais ou em capa de revistas sendo associada aos belos lugares. De acordo com (SOBREIRA; *et al.*, 2014, p. 422-423).

[...] a imagem do Brasil como “paraíso dos trópicos”, conhecido também como País do carnaval e do futebol, foi fortalecido em meados da década de 80 pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) por meio de políticas de propaganda associado a imagem da mulher brasileira a paisagens naturais.

Esse tipo de publicidade acabou por construir a ideia no estrangeiro de que o Brasil é um país onde pode-se obter sexo fácil através do turismo sexual, o que colabora para o crescimento do mercado sexual, pois junto a essa atividade existem facilitadores e agenciadores nacionais e internacionais que visam lucrar com essa atividade, esse “[...] é o segmento de mercado que mais cresce no mundo e também no Brasil. Condições como falta de emprego, educação e saúde fortalecem esse quadro” [...] (SOBREIRA *et al.*, 2014, p. 423).

Os turistas que buscam o mercado do sexo não querem se expor ou se envolver em situações que comprometam ou prejudiquem sua imagem, e assim entram em cena os facilitadores que organizam tais práticas de forma a diminuir os riscos ao redor dessas atividades ilegais. Discorrendo sobre o assunto Silva (2007, p. 5) assevera que:

A nova modalidade de pacote turístico, é muito utilizado hoje, proporciona ao turista, além da passagem aérea e a estadia, o direito a uma ou várias acompanhantes no país de destino. Esses turistas são casados, em sua maioria. Por isso, exigem discrições total, hospedando-se em locais com infraestrutura e garantia de privacidade.

Soma-se a isso o forte investimento dos agenciadores em propagandas, o poder aquisitivo dos estrangeiros impulsionados pela desvalorização do Real nos últimos anos, e conseqüentemente maiores oportunidades para os estrangeiros, em especial os europeus que visam cada vez mais as facilidades da rede que engendra o turismo sexual. Concomitantemente, as pessoas envolvidas nessa prática também buscam esses turistas estrangeiros pela chance de fazer parte de uma outra realidade, o sonho de viver em um país em que a moeda é mais valorizada ou até mesmo casar e constituir família no país de origem de seus clientes. Para Silva (2007, p. 6).

Os serviços sexuais são oferecidos através de intermediários. Há as mulheres que podem ser encontradas nas boates e cabarés, mas também muitas se interessam em participar dessa atividade turística para receber moedas fortes. Dentre elas, estão as empregadas domésticas, e até mesmo estudantes, que estão dispostas a “namorar” turistas estrangeiros. Essas garotas sonham com o príncipe encantado, esperando que esses homens levam-nas para viver no País de “Primeiro Mundo”

A desigualdade social é também um dos fatores para a mobilidade dessas profissionais, ainda com a globalização e a falta de emprego muitas (os) jovens ficam vulneráveis a qualquer demanda de trabalho, “[...] Sem espaço nas atividades tradicionais que se desarticulam com a atividade turística e sem encontrar uma forma de integração às novas dinâmicas socioeconômicas, acabam forçadas a “vender” seus corpos para a crescente demanda” (BEM, 2005, p. 33).

Os circuitos do turismo sexual

O turismo sexual está enraizado em parte da sociedade contemporânea e, traz consigo “o surgimento de um mercado de lazer, principalmente noturno, ligado à música [...], conduzido pelas práticas afetivas e sexuais de seus frequentadores e consumidores” (COSTA; BENARDES, 2013, p. 36).

Esta prática reúne os facilitadores e agenciadores inseridos no “circuito superior marginal da economia urbana¹³ proposto por Pimentel (2017), mas também existe outros exploradores, que estão inseridos no que a referida autora classificou como “circuito inferior da economia urbana¹⁴”. “Os dois circuitos são impulsionados (in)diretamente por turistas e garotas de programa [...] esses sujeitos atuam de modos diferenciados em cada um dos circuitos, dinamizando, dessa forma, a economia local”. (PIMENTEL, 2017, p. 111-112)

Em análise realizada acerca do Turismo Sexual a partir dos contextos da teoria da representação social, Marinho (2008) destaca que o circuito sexual também é composto por profissionais como, “receptionistas, gerentes, camareiras, taxistas e tantos outros que corroboram para disseminação da prostituição e exploração, e assim utilizam dos equipamentos e recursos humanos do turismo” (MARINHO, 2008, p. 8-9)

Observa-se que os sujeitos que compõem o circuito e as redes do turismo sexual na cidade de Oiapoque utilizam das mesmas bases do setor turístico como restaurantes, hotéis,

pousadas, motéis, casas de shows, taxis entre outros. O circuito¹⁵ do turismo sexual é composto por diversos indivíduos, e nesse aspecto a prostituição exercida pelas profissionais do sexo no turismo sexual difere da prostituição tal como conhecemos.

O circuito, além de proporcionar o enriquecimento de uma pequena parcela dos que o compõem, utiliza-se de indivíduos que na sua maioria têm uma renda baixa e não possui qualificação profissional. A esse respeito Marinho, (2008, p. 8) destaca que:

“[...] A baixa renda entre as atividades desenvolvidas no mercado turístico acabam encontrando no turismo sexual, através de seus “sub-fenômenos”, um incremento em sua renda mensal ou até mesmo buscam na economia informal uma complementação salarial. A falta de formação específica em turismo ou hotelaria, corrobora para o desconhecimento por parte dos colaboradores que lidam diretamente com o turista, assim como a não percepção das causas e consequências e impactos negativos que o turismo sexual pode acarretar a uma comunidade.”

A informalidade acaba por aumentar os impactos que o turismo sexual acarreta na vida das profissionais do sexo, e a violência ocultada por esses indivíduos que compõem informalmente esse circuito, pois na sua maioria as agressões são camufladas e acrescidas na ilegalidade da prostituição, e em parte trata-se de indivíduos invisíveis como mulheres negras, homossexuais, transexuais e/ou menores de dezoito anos. A violência física que esses indivíduos sofrem pouquíssimas vezes chegam às autoridades, em meio a esse contexto as agressões sofridas e as ameaças contra suas próprias vidas são silenciadas.

Como pondera Reis (2005, p. 4), isso demonstra o quanto “a discriminação e a exclusão social têm favorecido e possibilitado diversas manifestações de violência. E no caso de mulheres negras, de gênero se soma a violência racial”. A violência moral também se manifesta nesses ambientes, pois muitas são constrangidas pelos clientes ou até mesmo pela sociedade que se tornou cada vez mais excludente. Para Sousa, (2015, p. 114):

“[...] a discriminação contra a mulher é fato presente na sociedade brasileira, consequência desse sentido que os homens têm de serem superiores às mulheres, e por isso podem violentá-las de várias formas. Isto está situado em todas as camadas sociais, porém entre as mulheres mais pobres é agravado pela falta de educação qualificada, de empregos formais e principalmente, pela dependência financeira”.

Observa-se que a violência e a discriminação de gênero se reproduz também entre os componentes do circuito, como forma de mantê-los numa posição de submissão. As discriminações acabam gerando agressões que muitas das vezes terminam em morte. A maiorias dessas pessoas lidam com situações como essa e não se dão conta dos ricos, são agredidas física ou verbalmente por seus aliciadores.

Diante do exposto até o momento, entendemos que a análise ao circuito do turismo sexual, evidencia que para além do agenciamento do corpo, o comércio sexual deve ser compreendido a partir da perspectiva socioeconômica, uma vez que como pondera Pimentel (2017, p.) o comércio sexual é responsável por “criar uma série de postos de trabalho e renda, sobretudo no

“circuito inferior da economia urbana” que por consequência, implementa o “circuito superior marginal da economia urbana”.

A prostituição e suas dinâmicas

A prostituição¹⁶ e o turismo sexual estão atrelados e diversas são as discussões feitas a respeito dessas práticas, pois os sujeitos que permeiam esse contexto fazem com que essas atividades tenham sua própria dinâmica e apresentem-se de forma complexa.

Essas características modificam-se de acordo com os indivíduos e seus espaços, no entanto, diversas são as implicações a respeito da prostituição que refletem diretamente na vida de muitas pessoas principalmente de crianças e adolescentes.

No universo da prostituição, são identificados alguns problemas como os abusos e a exploração sexual do infante-juvenil, tráfico de mulheres e envolvimento com drogas entre outros. Para Florentino (2015, p.141), “A exploração sexual caracteriza-se pela relação mercantil, mediada pelo comércio do corpo/sexo, por meios coercitivos ou não, e se expressa de quatro formas: pornografia, tráfico, turismo sexual e prostituição”.

Em grande parte, as pessoas que optam por essa atividade possuem baixa escolaridade, com condições econômicas não tão favoráveis e com pouca oportunidade no mercado de trabalho formal. Existem ainda aquelas que buscam na prostituição uma maneira de obter dinheiro de forma mais rápida; para Silva (2007, p. 3), “algumas pessoas optam por esta atividade por ser mais rentável que atuar em outra atividade, pois conseguem lucrar em apenas um final de semana, o equivalente a um mês inteiro de trabalho”.

No caso específico das mulheres, acrescenta-se o fato de que a conjuntura patriarcal da sociedade que possui um discurso machista, no qual o gênero feminino está vinculado aos afazeres domésticos e a submissão, as chances de atuarem no mercado de trabalho são menores, as vagas são distribuídas de formas desiguais, as mulheres acabam sendo vistas como incapazes e frágeis, pois como assevera Marinho (2008, p. 9), [...] “A mulher sempre fez parte do grupo de minorias, a Humanidade construiu durante todo seu processo de desenvolvimento a representação do “feminino” subordinado ao “masculino”.

De certa forma, a questão de gênero implica e gera a exclusão e preconceito, pois muitas não conseguem as mesmas oportunidades, se comparado aos homens, dessa maneira a busca pelo mercado da prostituição é uma alternativa mais rápida de inserção nesse mercado, de forma desigual, [...] “tais aspectos apresentados intensificam as desigualdades, tanto social, quanto de gênero, consistindo obstáculos para sua inserção” [...] (MARINHO, 2008, p. 9).

A prostituição apresenta-se como um mercado ilusório e dá a sensação de ganho fácil para algumas mulheres, que acabam se deslocando para outros países com o intuito de obter trabalho. Se criou no imaginário dessas profissionais que viver em alguns países com moedas mais valorizadas pode lhe proporcionar melhores condições de vida, uma vez que “Com a valorização do dólar e conseguinte o euro, morar em país estrangeiro se tornou atrativo” (MARINHO, 2008, p. 4).

Contudo, por mais que o turismo sexual não seja crime para maiores de 18 anos¹⁷, essa atividade acaba atraindo muitos jovens para esse circuito exploratório. Embora o turismo sexual seja considerado um meio de ascender economicamente ele oculta o lado negativo quando atrelado a prostituição, pois muitos desses sujeitos enfrentam problemas como o

tráfico internacional de pessoas, drogas entre outros. Elas também sofrem agressões físicas e morais, “na lógica de mercado elas se incluem”; entretanto, nesse processo “elas se integram economicamente, mas se desintegram moral e socialmente” (MARTINS (2015, p. 34). Essa é a face oculta da inclusão, que omite as péssimas condições de vida de alguns indivíduos.

As redes que compõem a prostituição

Embora a prostituição não necessite da rede de agenciadores, elas podem ser compostas por questões da lucratividade que os sujeitos almejam no decorrer desse processo. As redes no primeiro momento criam a ideia de proteção e cuidado desses indivíduos, pois ela se estende por um determinado espaço geográfico, trazendo também a ideia de segurança e acolhimento.

Pimentel (2017) estabelece que a rede de rentabilidade sexual é formada por uma rede de indicação¹⁸, composta por sujeitos que prestam serviços diretos e indiretos aos turistas e garotas de programa. Para a autora:

Aqueles que nela estão inseridos percebem o quanto o turismo de pesca e/ou sexual se consolida como uma atividade rentável e responsável por gerar uma importante divisão do trabalho. Dessa forma, os prestadores de serviços indicam pessoas de sua confiança que possam fornecer algum tipo de mão-de-obra voltada aos turistas e garotas de programa. Cabe salientar que essa rede é composta por “códigos de condutas” e práticas que exprimem relações sociais produzidas no cotidiano dos prestadores de serviços (PIMENTEL, 2017, P. 30).

O trânsito de pessoas pelos diversos ambientes que compõem essa rede, sejam as casas de prostituição, hotéis, restaurantes, entre outros, criam laços entre diversos indivíduos do circuito interno, que nem sempre permanecem nos mesmos lugares e estão em constante mobilidade. Existem relações de contato com as outras casas em outras localidades que em alguns casos se estendem a outros estados e até mesmo outros países.

Para Bem (2005, p. 90-91) esta situação resulta em parte pela ineficácia das políticas públicas e por conseguinte o enfraquecimento do que esse autor denomina rede de solidariedade familiar.

O “mercado de ilusões”, ao se estabelecer como contrapartida para um mundo pobre de alternativas reais, deve ser, ao lado do Estado, responsabilizado pelo enfraquecimento das poucas redes de seguranças disponíveis para os pobres: a solidariedade familiar. Uma vez destruídas tais redes, esses grupos se brutalizam e passam a ser alvo preferencial de redes criminosas, que ampliam crescentemente seu raio de ação com a expansão das forças globais.

As redes de solidariedade familiar em algumas ocasiões não conseguem acompanhar o ritmo acelerado e as manobras que a rede de prostituição possui. Esses exploradores compõem redes criminosas associadas ao tráfico de seres humanos, exploração comercial, abuso sexual e estupro, como evidencia a figura a seguir.

Figura 4 - Organograma da rede de crime que contribui para o crescimento do turismo sexual



Fonte: Ministério Público do Amapá/Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. Org.: Adaptado pela autora.

Muitos indivíduos que se conectam à rede da prostituição, acabam sendo utilizados para as práticas ilícitas anteriormente descritas. A seguir buscaremos compreender as especificidades dos sujeitos que compõem a rede de rentabilidade sexual no município de Oiapoque, em especial no tocante aos discursos dos indivíduos que se utilizam da atividade do turismo sexual e também dos trabalhadores do circuito informal que se inserem nesta atividade.

Os sujeitos inseridos na rede de rentabilidade sexual no município de Oiapoque-AP

Quando fala-se em turismo sexual e prostituição, a imagem inicial que temos é da mulher hétero (garota de programa), entretanto, ao investigar as implicações do turismo sexual, a pesquisa nos revela outros sujeitos inseridos nessas atividades, como as transexuais e homossexuais que apropriaram-se dessa atividade tornando-se vítimas desse circuito exploratório, pois os mesmos, além de lidar com o preconceito e a exclusão por decorrência de sua orientação sexual, ainda são expostos à violência física e moral.

Na tentativa de compreender as relações que engendram a rede de rentabilidade sexual no município de Oiapoque, realizaram-se algumas entrevistas, a fim de analisar as complexidades em torno das atividades ligadas aos circuitos do turismo sexual.

Exploração sexual de mulheres no mercado da prostituição no município de Oiapoque-AP

O turismo sexual, assim como a prostituição, é visto como uma forma de inserção no mercado de trabalho informal. Diante da necessidade de transformar a realidade de sua família ou de dependentes, “muitas mulheres afirmam que a prostituição é um trabalho, mas percebem que têm que esconder sua atuação profissional, para evitarem os preconceitos e os estigmas historicamente construído em torno do exercício da prostituição” (REIS, 2005, P. 2).

Subsidiada pelo pensamento de Pimentel (2013), elucida a aversão de parte da sociedade por estilos de vida que se diferem de modelos de comportamentos sociais normalizadores, e acrescenta que “[...] além da sociedade possuir resistência em aceitar grupos excluídos, ao se voltar às garotas de programa ainda existe o agravante de adentrarmos ao campo da conduta moral e da sexualidade, pois ainda elas são vistas como pessoas de conduta desviante” [...] (PIMENTEL 2013, p. 78)

As situações de preconceito a que são diariamente submetidas, compõem nas entrevistas realizadas em nosso trabalho de campo como demonstra o relato a seguir:

[...] mais muitas pessoas fala... e diz que nós não temos vergonha ... se a gente quiser pode trabalhar, somos preguiçosas, só queremos vida fácil... o que muitos não sabe é que nada é tão fácil somos maltratadas eles dizem tantas coisas, ofende chama só de puta pra cima... como se nós não valesse nada. (Esmeralda, em entrevista concedida no ano de 2018).

Foi possível perceber na fala de algumas entrevistadas que muitas situações são ocultadas por medo ou vergonha. Apesar de algumas garotas entrevistadas tentarem demonstrar que o trabalho de profissional do sexo é suficiente para suprir seu sustento, torna-se evidente que essa realidade não se aplica a todas. Além da questão financeira, os relatos evidenciam a tentativa de ocultar alguns problemas inerentes ao exercício desta atividade, em especial no tocante ao preconceito a que são submetidas.

[...] olha nem sempre a gente consegue ganhar dinheiro pra pagar por boas roupas, olha a gente esconde que nem todas ganham bem, a gente quer mostrar que ganha bem, quer ver se estivermos em grupo ninguém quer fica por baixo, quando a gente tem cliente que paga bem, agente comi bem e se a ruma melhor, eu janto aqui na lanchonete do lado quase todo dia um suco com hambúrguer ou churrasquinho, isso não é vida, mais é difícil... as vezes como essa cidade é pequena as pessoas das lojas, marmitaria e dos restaurantes olha pra gente diferente, rum eles sabem que trabalho como prostituta eu acho que eu me visto mal, quase nua isso chama atenção por aqui... (Safira, em entrevista concedida no ano 2018).

Percebe-se a cada relato que existem diferentes motivações que levam essas pessoas a optarem por essas atividades; em alguns casos é simplesmente uma questão de escolha, já em outros são questões de necessidade. No caso de Oiapoque a maioria das garotas migraram de outros municípios e até mesmo de outros estados à procura de melhores condições socioeconômicas, e além disso, pelo medo da rejeição e preconceito boa parte delas não revelam para seus familiares as condições por elas vividas que passam a acreditar que os recursos enviados por estas resultam de outras formas de trabalho.

Escolhi essa vida porque não tive opção, consegui mandar dinheiro para minha família várias vezes, essa não é a vida que eu escolheria pra mim, não tem jeito preciso do dinheiro...quando eu tiver bastante dinheiro vou sair dessa vida. As pessoas acreditam que é fácil conseguir emprego e se manter ganhando apenas uns trocados, essa vida de garota de programa ajuda, eles paga por ploc¹⁹[...] A minha família não sabe, mas eu ajudo todo

mês ... digo que trabalho de faxineira em São Jorge e lá os franceses paga bem. [...] Não tenho estudo só acabei o ensino médio e você sabe pra quem não estudou eles paga muito pouco dão só uns trocados... que nem dá pra comer direito, não tenho vergonha do que faço é um trabalho[...]. (Esmeralda, em entrevista concedida no ano de 2018).

É importante salientar que a prostituição não se limita apenas ao município, essa rede vai além da fronteira, como no caso dos garimpos ilegais localizados na Guiana Francesa. Algumas profissionais do sexo viajam para o lado francês com intuito de acessar as *comunhas* e garimpos clandestinos, visando o euro e o ouro, uma vez que as redes de agenciadores facilitam a entrada, mesmo que de forma clandestina, permanecendo as garotas por um curto período nesses locais.

A travessia é a primeira etapa desse desafio, quando chegam do outro lado precisam caminhar na mata durante a noite escondidas para não serem capturadas. Se conseguirem chegar ao seu destino outros desafios as esperam, a hostilidade dos garimpos tornam esses lugares mais desafiadores e perigosos. Vários são os relatos de violência física e psicológica a que essas garotas são submetidas nesses locais.

Já fui várias vezes pro garimpo e a travessia é muito perigosa a gente pode ser presa ou morrer afogada porque é sempre a noite, quer ver quando é noite na mata tudo fica preto uma escuridão total, você não pode deixar a trilha. Os donos das currutelas não se responsabilizam por nada, tu ti vira se tu for presa pela polícia francesa, tu não pode dizer nada do que tu ia fazer, a gente diz que é cozinheira, é por isso que eu não levo meus documentos. [...] A parte ruim é que nem todos são gente fina e se a gente não fizer tudo que eles querem a coisa fica feia já vi muitas meninas apanhar e ser ameaçada de morte, quer ver quando algum engraçadinho quer elas só pra ele, ele ameaça mesmo, e nem sempre o dono da currutela se mete, tem caboclo que paga bem e consome muito ele não perde seus fregueses é muito ouro[...], esse lugar não é pra viver, pense um lugar ruim, bom é só o ouro que a gente traz, se a polícia francesa não te pega ou algum garimpeiro não te rouba vale apenas. (Esmeralda, em entrevista concedida no ano de 2018).

Com o objetivo de acessar os garimpos clandestinos ou na busca por outras atividades do mercado informal, algumas garotas acabam encontrando nas casas de prostituição um meio para sobreviverem. Não identificou-se no trabalho de campo disputas por territórios nas ruas; elas frequentam os mesmos ambientes, casas de shows, bares e locais com música ao vivo, entre outros.

Segundo uma das entrevistadas, existe uma constante mobilidade por parte das profissionais do sexo, muitas dessas garotas permanecem fazendo essas viagens, uma vez que a lucratividade dessa atividade depende das estratégias e de outros públicos-alvo. As pessoas que compõem a rede de prostituição mantêm contato com outras casas em outros lugares, a garantia da rede de rentabilidade sexual depende também da mobilidade dessas garotas. Essa atividade acaba englobando diversos indivíduos, não só aqueles que desenvolvem a atividade, mas todos que trabalham de forma direta ou indireta nesse circuito.

Olha, eu vim para Oiapoque com três amigas e fiquei em casa de programa, eu vim de Belém, eu já rodei por ai, tem lugar que eu passei e ganhei dinheiro, só viajei

pra cidade pequena, tenho medo das cidades grandes, lá tem muita violência e muita concorrência, prefiro lugares como Oiapoque. [...] Olha a gente dá uma porcentagem para a dona da casa mais quando a gente faz o programa fora a gente não dá nada... olha toda casa tem os seguranças tem lugar que dão outro nome no Pará é cafetão aqui eles chamam de segurança pra evitar gracinhas ou os caras sair sem pagar, [...] aqui é bom, eu trabalho e as vezes faço dois ou três programa por noite, mais só nos finais de semana, a gente tem contato com taxistas e até mototaxistas, quando é só pra levar até o cliente. (Levantamento de campo, Safira, 2019).

Constatamos nos relatos a existência de indivíduos que compõem o circuito exploratório do turismo sexual, direta ou indiretamente, dentre os quais: os facilitadores, agenciadores, taxistas, mototaxistas, proprietários de hotéis, pousadas, balneários, bares e restaurantes. Verifica-se uma articulação entre o “circuito inferior da economia urbana” e o “circuito superior marginal da economia urbana”. Os dois circuitos são impulsionados (in)diretamente por turistas e garotas de programa”. (PIMENTEL, 2017, p. 111).

Os facilitadores e agenciadores visam a lucratividade através da exploração sexual, que também se tornou evidente em Oiapoque. Esse segmento de mercado que cresce cada vez mais precisa de mão-de-obra barata que são essas garotas, que por necessidade de uma vida melhor ou simplesmente se sentir pertencente a um determinado grupo, acabam se tornando vítimas desses indivíduos.

Muitas profissionais do sexo ao trabalhar como prostitutas estão sujeitas a acompanhar os padrões de determinados grupos que chefiam esse circuito do turismo sexual. Para aquelas que estão começando ou que ainda não conhecem como funciona a lógica dessa atividade torna-se difícil, pois assim como elas vêm para ganhar o seu sustento, terceiros planejam lucrar com as atividades oferecidas por elas. Observa-se que dentro desse circuito surge uma rede de rentabilidade sexual que não só beneficia o profissional, como também os agentes envolvidos nesse circuito (donos de bares, de boates, casas de programas, proprietários de vilas que alugam quartos para realização do programa, etc).

Olha eu não devo dinheiro para nenhum cafetão mais já devi, olha não é bom, não...se tu não paga tu ti atrapalha, corre juros e eles te ameaça... Quer ver quando eles pega umas bestinhas, eles enche elas de dividas oferece um monte de coisa, depois elas tem que fazer tudo que eles querem, quando eu não tinha as manhas comprava roupas, joias, salão, manicure, tudo isso eles pagava, tua dívida só aumenta depois tu ti lasca. A aqui no Oiapoque é bom pra ganhar dinheiro se a pessoa não usar droga, logo ela se dá bem, aqui tem pouca boate e mais barzinho, tu não disputa espaço e nem esquina, as vezes as meninas só racha o dinheiro do quarto e paga uma porcentagem para a dona do bar. (Diamante em entrevista concedida no ano de 2018).

Diamante demonstra em seu relato a complexidade que permeia a relação entre “as garotas de programa” e seus clientes, para além do agenciamento do corpo a lógica comercial, evidenciada a partir dos anseios do consumo, são elementos dinamizadores da economia de Oiapoque. Através do agenciamento de seu corpo as garotas passam a possuir um poder de compra e consumo que se estivessem inseridas em outros setores da economia, não poderiam

acessar. “Já ganhei muito dinheiro, ouro e muito euro mais gasto muito... se eu chego numa loja e eu gosto de um sapato eu compro... se eu gosto de qualquer roupa não importa o preço eu pago”. (Diamante em entrevista concedida no ano de 2018).

Diamante explicita em seu relato experiências e oportunidades vivenciadas que se fossem empregadas em outra atividade não seria capaz de vivenciar. O agenciamento de seu corpo lhe possibilitou ter acesso a outras realidades. Porém, seu relato evidencia as consequências e o alto preço que pagam para ter acesso a bens, considerados básicos a uma parcela da sociedade. “A parte ruim é quando um macho me bate... tem homem que quer a gente só pra ele e não tem dinheiro, eu quero quem me banque”²⁰.

Se, por um lado, os agenciamentos de seus corpos lhes permitem certa inserção em padrões de consumo que não competem às suas realidades, em muitos casos a violência é um preço a pagar pelo direito a essa inserção. As transexuais e homossexuais são outros dos sujeitos que trabalham como profissionais do sexo utilizando-se das mesmas estratégias do turismo sexual, e da mesma rede de prostituição, mas com especificidades que serão abordadas no subitem a seguir.

Diversidade e exploração sexual no município de Oiapoque-AP

Além das garotas de programa, identificamos em nossa pesquisa de campo outros sujeitos que compõem a rede de rentabilidade sexual: transexuais²¹ e homossexuais²² que passaram a viver da prostituição por falta de oportunidade no mercado de trabalho ou por preconceito e exclusão.

Indivíduos historicamente marginalizados perante a sociedade, que impõe suas próprias regras dificultando a inserção no mercado de trabalho formal. “O fato de o homo e bissexual adotarem estratégias de sobrevivência para lidar com sua orientação sexual no ambiente de trabalho reforça o pressuposto que eles são, de fato, discriminados” (IRIGARAY, FREITAS, 2013, p.88).

Assim como as garotas de programa, algumas transexuais e homossexuais se identificam com esse trabalho e sentem-se à vontade em agenciar seus corpos. Porém, alguns relatos demonstram que a prostituição é consequência da luta pela negociação de sua identidade negada pelo medo do preconceito e da violência física ou moral a que são constantemente submetidas, em grande parte por seus familiares.

Foi família, justamente família, a minha vinda pro Oiapoque, eu não tinha emprego, tive que me ausentar dela, a falta de emprego e a escolaridade que... muito cedo tive que me afastar do colégio pra fazer a transição e a prostituição foi o lado mais fácil pra mim ganhar dinheiro, não era muito uma coisa que eu gostava mais beneficiava financeiramente e eu fiquei por muito tempo... ah, eu nunca tive coragem de falar pra minha mãe que saia com homem por dinheiro, que eu me prostituía, (Jade, em entrevista concedida no ano 2019).

Eu trabalho a bastante tempo, desde quando sair de casa... eu era de menor ainda, não é fácil... eu sou negro e a minha família não aceita, ai já viu o jeito foi trabalhar... (Rubi, em entrevista concedida no ano 2018).

Esses sujeitos vivem à “margem” da sociedade, trabalhando nas noites e nas madrugadas, uma vez que seus clientes (em sua maioria turistas estrangeiros), não querem ser vistos em sua companhia. A vulnerabilidade em que muitos encontram-se faz com que cada vez mais arrisquem suas vidas, como podemos constatar no relato de Jade a seguir:

Aqui é um pouco difícil pra mulher trans... sair com estrangeiro ou os outros demais, é por que a cidade é pequena a realidade é essa porque tem muitos que até querem, como a cidade é pequena é difícil, se fosse na capital tudo certo por que lá tem os pontos certo... ah eu já tive clientes bem imundos no sentido que não quer transar com camisinha por eles tarem pagando, mais já tive maravilhosos, clientes chato[...] eu já avistei coisas bem aterrorizantes bicha que rouba cliente e os clientes vem atrás pra matar, e as vezes não encontram quem roubou eles atiram em que tá ali aleatória... eu quero pegar meu certificado do enseja, tô numa expectativa... pra ver se muda esse contexto. (Jade, em entrevista concedida no ano 2019).

O turismo e a exploração sexual não trazem apenas dinheiro ou melhores condições de vida. Problemas como tráfico de drogas, de pessoas e abuso sexual, endividamento entre outros, foram relatados no transcorrer das entrevistas. Mesmo diante de todos os desafios enfrentados no trabalho de campo, entendeu-se que discutir essa problemática é dar visibilidade às reais situações enfrentadas por esses sujeitos historicamente (in) visibilizados por parte da sociedade.

As transexuais e homossexuais que trabalham no submundo da prostituição também se inserem no circuito do turismo sexual. Esses indivíduos, assim como as garotas de programa, ajudam a dinamizar alguns setores de serviços informais. O consumo é algo que se perpetua nesse contexto, como podemos perceber no relato a seguir:

Meu lance mesmo é sexo... os turistas pagam bem, mais os garimpeiro quando chega eles gasta bastante não tem pena de pagar... só tem um problema, nada é ao vivo, eu sei eles tem vergonha, é tudo escondido, depois eles finge que nem conhece, só sei que francês e garimpeiro paga... eles fecham até bar e boate e bebe horrores. (Rubi, em entrevista concedida no ano 2018).

Apesar da possibilidade de inserção em padrões de consumo que não condizem com a realidade vivenciada antes de ingressarem no mundo da prostituição, os desafios são muitos e alguns ainda têm que conviver com problemas relacionados ao uso de álcool, tráfico e/ou uso de drogas ilícitas, apontadas pelas entrevistadas como uma possibilidade real de irem para prisão.

Gosto do que faço e ganho bastante dinheiro, é assim mesmo topo qualquer parada pra ganhar dinheiro, só não mexo com drogas, gosto muito de bebidas quente como whisky.... Já me ofereceram várias vezes... tento ficar longe, não quero ter problema com a polícia, droga é cadeia na certa. (Rubi, em entrevista concedida no ano 2018).

Outro fator preocupante quando se refere aos profissionais do sexo e do contexto que estão inseridos está relacionado à saúde, pois relatam a insalubridade dos ambientes que frequentam e do uso abusivo de bebidas alcoólicas, além do contato com doenças sexualmente transmissíveis.

Mesmo que esses indivíduos tenham que lidar com problemas como doenças sexualmente transmissíveis, exploração sexual, discriminação e a não aceitação da família, muitos dizem que encontram no turismo sexual o suporte financeiro para suas dificuldades, pois muitos que fugiram da desagregação familiar procuram nas ruas e até mesmo no “comércio do sexo” o seu refúgio.

Outros sujeitos que compõe a rede de rentabilidade sexual

Os sujeitos que compõem o “circuito inferior da economia urbana” desenvolvem diversas atividades do setor informal, gerando renda a outros indivíduos diante de alguns relatos pode-se perceber o quanto a influência do turismo sexual incrementa a economia local. Observe o depoimento a seguir:

No nosso balneário é aberto todo os dias, a todos os públicos, a gente recebe pessoas brasileiras, mais também franceses, entre os dois prefiro os franceses, a gente cobra em euro mesmo. [...] a nossa economia local depende deles, eu não cobro preços abusivos pelos artesanatos, alimentação e bebidas que eles consomem, mais muitos desses turistas sempre dão gorjetas para nossos funcionários, [...] é comum ver eles com brasileiras. (Proprietário de balneário em entrevista para trabalho de Campo em 2019).

Os relatos nos mostram como a rede de rentabilidade sexual tece uma teia ligando diversos setores do mercado formal e informal. Muitas pessoas que atuam indiretamente nesse “circuito inferior da economia urbana” lucram com as atividades oferecidas por profissionais do sexo estabelecendo uma forte rede de rentabilidade, entre os relatos colhidos estão os donos de pousada e lojistas que se beneficiam diretamente desse circuito e ainda reforçam a importância do turista para seus negócios, independentemente dos motivos que os trazem para o município.

Trabalho com duas recepcionistas e duas camareiras, elas trabalham por turno, e os finais de semana eu as ajudo, o movimento de pessoas em busca de quartos é grande tanto de turistas franceses quanto de pessoas vindas de outras cidades, os brasileiros ficam até atravessar a fronteira, mais os turistas o máximo que ficam é três dias em especial nos finais de semana. As diárias saem em torno de cinquenta euros, com tv. Ar-condicionado e banheiro. As vezes eles vêm acompanhados, ou em grupos de quatro ou cinco rapazes, eles trazem garotas a noite quando retornam das festas ou de outros lugares. (Proprietária de pousada em entrevista para Trabalho de Campo em 2019).

Na minha loja eu vendo roupas para todos os gostos, desde as mais simples quanto as mais caras, mesmo a loja sendo pequena eu vendo bem, [...] as meninas de programa quando elas chegam a gente sabe, a cidade é pequena, se elas chegam acompanhadas a gente oferece o que é de melhor e mais caro, se for francês é melhor, a venda é em euro é mais lucrativo. (Proprietária de loja de roupas em entrevista para trabalho de Campo em 2019).

Foi possível detectar nessa rede de rentabilidade montada em torno do turismo sexual, não somente donos de pousadas e lojistas, mas taxistas e mototaxistas que passam a fazer parte dessa rede mesmo que indiretamente e tem boa parte de suas rendas obtidas na locomoção da atividade do turismo sexual, os relatos a seguir nos revelam a complexidade dessa atividade.

Já trabalho há bastante tempo de táxi, as corridas com turistas são as mais bem pagas, eles procuram balneários e chácaras, que fica mais afastados da cidade eles gostam da natureza e dos banhos, muitos quando chegam pedem o contato de catraieiros para subir o rio Oiapoque, se não a gente leva eles para o km 09, lá também é muito procurado pelos franceses, e as corridas recompensa, muitos pagam em euro. (Proprietário de táxi em trabalho de Campo em 2019).

Outra característica identificável em todos os relatos diz respeito à valorização do turista estrangeiro pelo fato do poder aquisitivo, principalmente pela valorização do euro, e por não reclamarem do valor cobrado pelos serviços ofertados. Muitos dos sujeitos que prestam serviços sabem que a busca pelas profissionais do sexo ainda é maior que a busca pelas belezas naturais da região, porém, como se beneficiam desse mercado acabam naturalizando a existência da prostituição e os problemas a ela inerente.

Tanto mototaxi quanto taxista aqui ganha dinheiro, os franceses e guianenses preferem andar de taxi, mas o movimento é muito grande todos os dias eles estão fazendo compras, sem falar nos indígenas, que é outra clientela, quanto aos turistas a noite é mais rentável, eles fazem as vezes várias corridas, vão aos restaurantes e aos bares, as vezes a gente até indica os melhores, mais no sentido das meninas que fazem programa, quando eu trabalhava de taxi a noite via de tudo, a maioria dos francês que se vê a noite, eles tão atrás de diversão, essa histórias do rio e que aqui é bonito é só papo, eles vem é pelas garotas, aqui você tropeça nelas em cada esquina tem uma, em cada bar, a prostituição rola solta por aqui, sem falar nos garimpeiros, que gastam tudo quando chegam, e depois voltam para os garimpos para conseguir mais, eles movimentam a cidade, sem eles a nossa renda era baixa, as vezes quando trabalho direto até os finais de semana faço mais de dois mil por mês. (Mototaxista, em entrevista para trabalho de campo em 2019).

Diante de diferentes tipos de prestação de serviço ligadas ao turismo sexual de forma indireta ou direta, podemos compreender como a rede de rentabilidade sexual engloba diversos sujeitos tecendo uma teia que movimenta de forma (in)visível a economia local. Essas complexas redes formadas por diferentes funções permitem que os profissionais do sexo, assim como os inúmeros sujeitos que prestam serviços auxiliares, quais sejam, taxistas, mototaxistas, catraieiros, recepcionistas, camareiras, manicures, cabeleireiras entre outros que trabalham de maneira formal ou informal, tenham uma renda ou uma renda extra e sobrevivam em um município que não oferta muitas oportunidades de trabalho fora dessas atividades descritas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A bibliografia consultada no interior desta pesquisa sinaliza para as atividades turísticas existentes em Oiapoque, que apesar de não utilizadas em sua potencialidade, são responsáveis por atrair um número significativo de turistas que buscam usufruir dos locais naturais e culturais que este município possui, mesmo que os serviços e a infraestrutura não seja adequada para receber esse significativo número de pessoas.

No intuito de compreendermos a complexa rede que movimenta a economia do município de Oiapoque, buscamos ouvir os diversos sujeitos inseridos em atividades do setor informal denominado por Pimentel (2017) enquanto “circuito inferior da economia urbana”, em especial no tocante as condições propícias para o desenvolvimento do comércio sexual.

Cabe destacar que as mazelas advindas desta atividade fazem com que em muitos casos os sujeitos envolvidos optem por não falar sobre o assunto, o que se coloca como um desafio para pesquisadores que se propõem a olhar para essa parcela da sociedade, e por conseguinte, ressalta ainda mais a importância desta pesquisa.

Mesmo diante dos desafios enfrentados no trabalho de campo, as entrevistas realizadas nos permitem compreender a dinâmica do turismo e exploração sexual em Oiapoque, em especial no que se refere às garotas de programa, transexuais e homossexuais que prestam seus serviços aos turistas, assim como os diversos sujeitos que compõem a rede de rentabilidade sexual. O resultado dessa pesquisa nos revela como o turismo sexual coloca as (os) profissionais do sexo e os turistas como elementos centrais desta rede, ligando-os a outras atividades informais, que ajudam a dinamizar a economia local.

Constatou-se ainda que a dinâmica do turismo sexual em Oiapoque diferencia-se dos demais locais analisados pelos autores que subsidiam essa pesquisa, uma vez que não identificou-se uma guetização no sentido de que não há locais únicos e exclusivos para a prática da prostituição e tão pouco a seletividade desses locais, no sentido de ter territórios definidos para cada um dos grupos de indivíduos que por motivos diversos agenciam seus corpos.

Muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres, homossexuais e transexuais, sujeitos que tiveram seus direitos básicos negados. A falta de emprego, moradia, educação, saúde e a desagregação familiar, são fatores determinantes para impulsionar o crescimento do turismo sexual, assim como da prostituição.

Ao investigarmos as implicações do turismo sexual, a pesquisa nos revela que, guardadas as suas particularidades, os sujeitos inseridos nessas atividades tornam-se vítimas desse circuito exploratório, pois além de lidar com o preconceito e a exclusão por decorrência de sua orientação sexual, ainda são expostos à violência física e moral.

Outra problemática que surge em meio a esse contexto é o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, que são envolvidos nas atividades do turismo sexual ou até mesmo da prostituição, tornando-os vítimas desse processo. Essa situação evidencia que as políticas públicas e planejamento do município são insuficientes para atender as pessoas que estão passando por vulnerabilidade socioeconômica.

Enfim, essa pesquisa nos proporcionou uma significativa experiência, mesmo que prematura, nas discussões acadêmicas em relação ao turismo sexual e a prostituição nesta região de fronteira. Nesse trabalho, foi possível perceber como essa complexa rede de rentabilidade sexual perpetua-se mesmo que de forma oculta, bem como compreender como as profissionais do sexo tecem as relações existentes que englobam inúmeros sujeitos, sendo um dos fatores que ajudam no desenvolvimento da economia de Oiapoque.

NOTAS

1 Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) turismo sexual é: “Ato de organizar viagens dentro ou fora do seio do setor do turismo, mas utilizando de suas estruturas e redes, com o propósito primordial de realizar relações sexuais comerciais entre turistas e o residente do destino”. Ver mais em Exploração Sexual de Mulheres e Crianças no Turismo Sexual, (SOUSA, 2015, p. 124).

2 Ver. GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. p. 57-63, 1995).

3 Disponível em: cidades.ibge.gov.br. Acessado em 31/03/2021.

4 A esse respeito ver (Helfenstein, 2019).

5 Trataremos desse assunto nas páginas seguintes.

6 Atualmente, o trânsito de pessoas tem acontecido em maior número de Guianenses para Oiapoque, isso acontece porque “De acordo com a legislação francesa, o cidadão brasileiro que quiser entrar na Guiana Francesa deve possuir visto, ou no caso dos moradores de Oiapoque, possuir a carteira transfronteiriça. Para quem deseja acessar a Guiana com veículo, deverá, além de se adequar as restrições sanitárias e ao estado de conservação do veículo, pagar um seguro do automóvel, em valor que varia de acordo com o tempo de permanência.

7 O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que implica a movimentação de pessoas para países ou lugares fora de seu ambiente habitual para fins pessoais ou comerciais / profissionais. Essas pessoas são chamadas de visitantes (que podem ser turistas ou excursionistas; residentes ou não residentes) e o turismo tem a ver com suas atividades, algumas das quais envolvem gastos com turismo. Organização Mundial do Turismo - OMT. Disponível em: <https://www.unwto.org/glossary-tourism-terms>. Acesso em: 10/04/2020.

8 Mercantis, lojas do comércio em geral, farmácias, postos de gasolina, bares, lanchonetes, lojas de móveis e eletrodomésticos, pousadas e hotéis, dentre outros.

9 A esse respeito ver: Bem (2005), Dias (2003a; 2003b), Monni (2004) e Silveira (2007).

10 Informações obtidas no trabalho de campo realizado no CREAS no ano de 2019.

11 Segundo dados obtidos no CREAS, dos últimos três anos, eles receberam 178 casos como: demanda indevida, abandono, medida sócio - protetiva, desvio de conduta, agressão psicológica, trabalho infantil, espancamento, depressão, vulnerabilidade, situação de risco, interdição, medida de proteção, violência física, agressão física, alcoolismo, pedofilia, estupro, tentativa de abuso, abuso sexual, entre eles apenas 46 casos foram de abuso sexual para acompanhamento psicológico, encaminhado pelo Centro Integrado de Oiapoque em Segurança Pública (CIOSP), porém, através do ofício 002/2020 as informações fornecidas são apenas de estupro de vulnerável, não possuindo outras fonte de dados contra criança e adolescente. No entanto, o Conselho Tutelar de Oiapoque (CTO), encaminhou 12 casos de tentativa de abuso sexual para acompanhamento no CREAS. Já o CREAS recebeu 9 denúncias de tentativa de abuso sexual, porém, esses casos foram encaminhadas as autoridades competentes, pois o CREAS apenas oferece atendimentos social, psicológico e psicossocial. Observou-se na pesquisa de campo uma inexistência de dados quando trata-se dos órgãos municipais, existem diversas lacunas e conseqüente muitos dos arquivos ao longo dos anos são extraviados. (Trabalho de campo,2019).

12 Há ainda o fetiche entorno das mulheres negras, estilo de preferência que “não se limitaria

aos europeus que chegam ao Brasil, os “exploradores” de meninas para o exterior afirmam que as meninas “mais morenas” conseguem receber melhores salários no “velho continente”. (PISCITELLI, 1996, p. 16-17).

13 É importante esclarecer que assim como no município de Rosana recorte da pesquisa realizada pela autora em questão, Oiapoque “não conta com um comércio especializado, composto “por grandes lojas, supermercados e mesmo hipermercados, englobando um número considerável de produtos e uma massa importante de consumidores [...]” como proposto por (SANTOS, 2008, p. 86), ao formular a teoria dos circuitos. Assim, como já destacado anteriormente nesta pesquisa, consideramos que estão inseridos no circuito superior marginal da economia urbana os mercantis, lojas do comércio em geral, farmácias, postos de gasolina, bares, lanchonetes, lojas de móveis e eletrodomésticos, pousadas e hotéis, dentre outros.

14 Assim como referenciado acima, em consonância com a pesquisa realizada por Pimentel (2017), no caso do município de Oiapoque, “os sujeitos que compõem essa rede e simultaneamente o “circuito inferior marginal da economia urbana” geralmente, são autônomos. Nela estão inseridos: garotas de programa, manicures, cabeleireiras, taxistas, mototaxistas, vendedores de bebidas, faxineiras, lavadeiras, passeadeiras, biscateiros ou mesmo vendedores de drogas ilícitas dentre outros.

15 Circuito, “[...] a teoria dos dois circuitos foi criada por Milton Santos no final da década de 1960, para explicar como as cidades dos países periféricos como Brasil funcionam a partir de dois subsistemas urbanos: o subsistema superior – composto pelas grandes empresas, bancos, atividades ligadas ao ramo da alta tecnologia – e o subsistema inferior – composto pelas atividades de pequena dimensão, com o uso de mão de obra intensiva, que se cria e se recria com pouco capital. A população da cidade, independentemente de sua classe de renda, possui necessidades permanentes. Em função da existência de trabalho perene e bem pago de um lado, surge o circuito superior; por outro, a existência de trabalho com baixa remuneração e intermitente, demanda a criação de formas de sobrevivência por grande parte da população. Então, surge o circuito inferior. Ver mais em Silva, 2012, Circuito Superior e Inferior: Sinônimos para a Economia Formal e Informal?

16 Prostituição é a comercialização do sexo que se revela quando uma pessoa presta serviços sexuais a outrem, de modo habitual, em troca de uma contraprestação de valor pecuniário ou de outro tipo de vantagem. Figura-se pois, numa relação negociada onerosa entre duas ou mais pessoas cujo objeto é a atividade sexual realizada por uma delas. A essência da prostituição reside na negociação de um serviço sexual, que pode ser a conjunção carnal ou outro tipo de ato sexual. Sua natureza é econômica e comercial, razão pela qual, nos dias de hoje, também relaciona-se à prostituição a uma ocupação, estando quase sempre atrelado a fatores financeiros. Para caracterizá-la, faz-se necessário que haja uma troca entre uma atividade de cunho sexual e algum tipo de vantagem para quem a exerce, observada a habitualidade de quem a pratica. Ver mais em JUCÁ, 2015. Exploração Sexual de Mulheres e Crianças no Turismo Sexual. (Org.). SOUSA, Débora Tomé de; LOPES, Ana Maria; ANDRADE, Denise Almeida de.

17 Juridicamente, Turismo sexual não é crime previsto em lei. Contudo referente à criança e ao adolescente existe em seu Estatuto (ECA), lei N°. 8069, art. 224-A que trata da pena para quem propiciar a prostituição infantil e a exploração sexual infanto-juvenil, bem como a punição prevista para locais, proprietários ou gerentes que se verifique subordinação destas. Ver mais em Turismo Sexual: Análise dos contextos acerca da teoria da Representação Social, (MARINHO, 2008, p. 6).

18 A rede de rentabilidade sexual, por sua vez, é desenvolvida e fomentada por meio do agenciamento do corpo e constitui-se em um dos elementos primordiais ocultos na dinâmica que engendra o turismo sexual. Sua realização ocorre por intermédio da rede de indicação. (PIMENTEL, 2017, p. 28)

19 Segundo dicionário informal, Ploc é uma gíria comumente usada em Breves e em outras regiões do estado do Pará, para designar mulher que têm muitos parceiros, mas não chega a ser uma prostituta. PLOC é uma analogia ao chiclete (plic ploc). Ou seja, você mastiga, tira o melhor que pode e depois joga fora. A marca do chiclete não existe mais, em compensação o termo PLOC pegou. Já no município de Oiapoque a palavra é utilizada para designar o programa sexual comercializado pelas profissionais do sexo. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/> acesso em 02/10/20.

20 Diamante em entrevista concedida no ano de 2018.

21 Transexuais – Homem trans – nasceu do sexo feminino; mas na sua identidade de gênero se percebe como homem e faz ou objetiva fazer a cirurgia de transgenitalização (retirada do útero, ovário e das mamas). Na sua orientação sexual pode sentir atração por mulheres ou ser um homem trans gay, que sente atração por homens. Mulher trans – nasceu masculino, mas na sua identidade de gênero se percebe como mulher e fez ou objetiva realizar a cirurgia de transgenitalização (retirada do pênis). Na sua orientação sexual pode sentir atração por mulheres e, será uma mulher translésbica, ou por homem, nesse caso será uma mulher trans heterossexual.

22 Homossexuais – Quando se sente atração por pessoas do mesmo sexo. Disponível em: <http://revista.algomas.com/noticias/sabe-diferenca-entre-transsexual-travesti-e-homossexual>. Acesso em 26 jun. 2020.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Carina Santos de; RAUBER, Alexandre Luiz. Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do desenvolvimento regional. **Redes - Santa Cruz do Sul**: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

AROUCK, Ronaldo. (2000), “Brasileiros na Guiana francesa. Novas migrações internacionais ou exportação de tensões sociais na amazônia?”. *Lusotopie* (2000): 67-78.

ARAÚJO, Lílciane Ferreira Ribeiro; RAMALHO, Terezinha de Jesus. **O lugar da desilusão e dos excluídos**. Macapá, UNIFAP, 2018.

BEM, Arim Soares. **A dialética do turismo sexual**. 1ª ed. Campinas- São Paulo: Papyrus, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 09 dez. 2019.

COSTA, Benhur Pinós da; BERNARDES, Antonio. Microterritorializações homoafetivas na cidade de Presidente Prudente - SP: o lazer noturno e as relações de interface. In: **Cidades**, volume 10, número 17, p. 30-60, (2013).

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do Turismo**. São Paulo: Atlas, 2003a.

_____. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**, atualizado

- com o Plano Nacional de Turismo (2003-2007) de 29-4-2003. São Paulo: Atlas, 2003b.
- FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2.ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.
- FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérghamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p.139-144, maio-ago.2015.
- GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, Mar/Abr, 1995.
- HELFFENSTEIN, Adriano Michel. **A influência das redes geográficas no atual estágio de desenvolvimento do município de Oiapoque – Amapá**. Goiânia-GO. 2019. 206 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Estudos Socioambientais/Universidade Federal de Goiás.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) 2020, **Censo brasileiro**. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm, acesso em 18/01/2020.
- IRIGARAY, Helio Arthur; FREITAS, Maria Ester. Estratégia de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. **Psicologia Política**. Vol. 13. Nº 26. pp. 75-92. Jan.-abr.2013.
- MARINHO, Marcela Ferreira. Turismo sexual: análise dos contextos acerca da teoria da Representação Social. In: V Seminário de pesquisa em Turismo do-MERCOSUL, 2008, Caxias do Sul. **Anais eletrônicos**, p. 1-16. Disponível em: https://www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt05-07.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.
- MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 6º ed. São Paulo: Paulus, 2015.
- MONNI, Piero. **El archipiélago de la vergüenza**. Turismo sexual e pedofilia. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 2004.
- MOURA, Edenilson Dutra. Território-rede e fronteira: um vislumbre para o começo do Brasil – Oiapoque – Amapá. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 4, n. 3, p. 85 – 105, 2018.
- PALHARES, José Mauro; GUERRA, Antônio José Teixeira. Potencialidades no município de Oiapoque, Amapá, para o desenvolvimento do geoturismo. **Espaço Aberto**, PPGG- UFRJ, v. 6, n. 2, p. 51-72, 2016.
- PIMENTEL, Juliana M. **Territórios e territorialidades da prostituição em Rosana**. Dourados, 2013. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Grande Dourados.
- _____. **A rede de rentabilidade sexual e seus desdobramento em Rosana (SP)**. Dourados-MS. 2017, 247 f. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal da Grande Dourados.
- PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do emprego: um estudo sobre as relações de trabalhos de brasileiros na guiana francesa**. Belém-PA. 2008. 273 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) Instituto de Estudos Socioambientais/ Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.
- PISCITELLI, Adriana. “Sexo tropical”: comentário sobre gênero e “raça” em alguns textos da mídia brasileira. **Cadernos Pagu**, Unicamp, v.6 nº.7, p.9-33,1996.
- REIS, Tatiana. **Prostituição feminina: interação entre sexualidade, corpo, cor e desejo**. Gênero, Corpo e Diversidade Sexual (sexualidade) – ST 51. (CEAO/ UFBA). Bahia, 2005. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/57484205/trabalho-sobre-prostituicao>. Acesso em: 10 julho. 2019

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução Myrna T. Rego Viana. 2ª ed., 1ª reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Oiapoque**: potencialidades e caminhos nesse século XXI. Macapá: UNIFAP, 2014.

SILVA, José da. A cidade de Oiapoque e as relações transnacionais na fronteira Amapá-Guiana Francesa. **Revista História**. V. 10 n.2, p. 273-278, dez, 2005.

SILVA, Joseli M. da. **A verticalização de Guarapuava (PR) e suas representações sociais**. 2002. 322f. Tese (Doutorado em Geografia) – PPGG/ UFRJ.

SILVA, Silvana Cristina da. **Circuito superior e inferior**: sinônimos para a economia formal e informal? Coluna Territorium. Disponível em: [Blogspot.com/2012/08/ circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html](http://Blogspot.com/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html). Acesso em: 09 out. 2019.

SILVA, Tatiana Amaral. **Turismo sexual, prostituição e gênero**: uma discussão teórica. In: Anais do XII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Mulher e Literatura do GT Mulher e Literatura da ANPOLL. Santa Cruz, 2007. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/sexoes.html>. Acesso em: 09 set. 2019.

SILVEIRA, Emerson S. da. **Por uma sociologia do turismo**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

SOBREIRA, Michelle do Carmo; MACHADO, Cyjara Orsano; REBOUÇAS, Cláudia Queiroz; FORTE, Sérgio Henrique Arruda Cavalcante. Cenários prospectivos no combate ao turismo sexual internacional em Fortaleza. **Revista Turismo - Visão e Ação- Eletrônica**, Vol. 16- n. 2- Mai.- Ago. 2014.

SOUSA, Débora Tomé de. A discriminação de gênero como fator impulsionador da violência contra a mulher no turismo sexual. In: LOPES, Ana Maria D' Ávila; ANDRADE, Denise Almeida de; SALES, Andreia da Silva C. C. Branco. (Org.). **Exploração sexual de mulheres e crianças no turismo sexual**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

Sites consultados

[www.blogspot.com/2012/08/ circuito-superior-e- inferior-sinonimos_10.html](http://www.blogspot.com/2012/08/circuito-superior-e-inferior-sinonimos_10.html). Acesso em: 09 out. 2019.

www.dicionarioinformal.com.br/ploc/

www.g1.com/turismo-e-viagem/noticia/2014/02/no-passado-brasil-já-teve-material-oficial-de-turismo-com-apelo-sexual.html. Acesso em 26 jun.2020.

www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266>. Acesso em: 09 dez. 2019.

www.revista.algomais.com/noticias/sabe-diferenca-entre-transsexual-travesti-e-homossexual. Acesso em 26 jun. 2020.

www.ucs.br/ucs/tpIVSeminTur%20eventos/seminarios_semintur/semin_tur_5/trabalhos/arquivos/gt05-07.pdf. Acesso em: 09 set. 2019.

SOBRE OS AUTORES

Adriano Michel Helfenstein

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2008); Mestre em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD (2010); Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás IESA/UFG (2019). Atualmente é professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque – UNIFAP. Endereço postal: Rua Emiliano Ribeiro Serrão, nº 550, bairro: Planalto – Oiapoque – Amapá. Eletrônico: adriano_amh@hotmail.com ou 00helfenstein@gmail.com

Alexandre Luiz Rauber

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2000 e 2012), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC (2004) e Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás IESA/UFG (2019). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado ao a Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGeo/UNIFAP. Eletrônico: rauber@unifap.br

Audalice dos Santos Feitosa

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP/ Campus Binacional Oiapoque (2018). Pós-graduada em Geografia – UNIFAP/ Campus Binacional Oiapoque (2020). Atualmente é pós-graduanda do Curso de Especialização em Estudos Culturais e Políticas Públicas, UNIFAP/ Campus Binacional Oiapoque. Endereço postal: Rua: Piauí, S/N, Bairro: Nova União, Oiapoque/AP. Eletrônico: audalicefeitosa@gmail.com

Carlos Alberto Farias Borges

Bacharel em Direito (2020) e pós graduação em Geografia (2019) pela Universidade Federal do Amapá. Atualmente é mestrando em Estudos de Fronteira pela Universidade Federal do Amapá. Endereço postal: Rodovia BR-156, n. 6.005, Oiapoque/AP. Eletrônico: carlosafb@bol.com.br

Cassiano Pantoja Gonçalves Neto

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque (2018), com especialização em Geografia: Relações Socioespaciais na Fronteira Franco-Brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque. Eletrônico: cassianopantoja@gmail.com

Celia dos Santos Narciso

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2018), com especialização em Geografia: Relações Socioespaciais na Fronteira Franco-Brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque. Eletrônico: celiasantos8202@gmail.com

Eduardo Margarit Alfena do Carmo

Graduado em Geografia pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2010), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2012) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás - UFG (2019). É Professor do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus Binacional de Oiapoque, da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP, desde 2013. Atua principalmente nas áreas de Geografia Agrária e Análise Regional, ministrando disciplinas na graduação e pós-graduação e realizando pesquisas e publicações sobre a dinâmica socioespacial da Amazônia. Endereço postal: Rua João Alcântara do Nascimento, 331, bairro FM, Cep: 68980-000, Oiapoque-AP. Eletrônico: eduardo.margarit@unifap.br

Francinete Viana da Silva Corrêa

Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2018), Especialista em Gestão do Ensino Superior pela Faculdade de Teologia e Ciências Humanas Centro de Pesquisa Pós-Graduação e Extensão Prof. Paulo Roberto Moraes de Mendonça- FATECH (2019). Especialista em Relações Socioespaciais Fronteira Franco Brasileira: ensino e desenvolvimento local pela Universidade Federal do Amapá- UNIFAP (2020). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) na área de Produção, Análise e Gestão do Território na Amazônia, na linha de pesquisa Paisagem e dinâmicas ambientais da Universidade Federal do Amapá. Eletrônico: francyvianacorrea@gmail.com

José Mauro Palhares

Licenciado em Geografia e História pela Universidade do Oeste Paulista (1994), Especialista em Geografia e Planejamento Ambiental pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC (1998), Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS (2005), Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (2011) e Estágio Pós-Doutoral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2018). Atualmente é Professor Adjunto do Colegiado de Geografia do Campus Oiapoque da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP. Professor vinculado a Pós-graduação Lato Sensu em Geografia Oiapoque e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (mestrado) PPGEO/UNIFAP. Eletrônico: jmpalhares@gmail.com

Tatiane Costa da Silva

Licenciada e Bacharela em Geografia pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (2015), Especialista em Geografia, Relações Socioespaciais na Fronteira Franco Brasileira: Ensino e Desenvolvimento Local pela Universidade Federal do Amapá – UNIFAP (2020) e Especialista em Educação Ambiental e Sustentabilidade pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER (2021). Possui experiência em análise de desmatamento de corte raso e pedagogia de projetos em educação ambiental. Endereço postal: BR 156, 290 bairro: Russo, Oiapoque – AMAPÁ CEP: 68.980-000. Eletrônico: tatiane_geografa@hotmail.com

Terezinha de Jesus Ramalho

Licenciada em História pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2018), Especialista pelo curso de Geografia em Relações Socioespaciais da Fronteira Franco-brasileira - UNIFAP (2020). Atualmente especializando em Estudos Culturais e Políticas Públicas - UNIFAP (2021).

Uédio Robds Leite da Silva

Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2001), e Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP (2010). Professor de Geografia Humana da Universidade Federal do Amapá/Campus Binacional Oiapoque – UNIFAP/BIN. Atualmente é Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará/UFGPA. Endereço postal: Rodovia BR-156, Bairro universidade, n 1501. CEP: 68980-000. Eletrônico: uediorobds@unifap.br

RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS

UM OLHAR GEOGRÁFICO SOBRE O AMAPÁ



JOSÉ MAURO PALHARES
UÉDIO ROBDS LEITE DA SILVA
(ORGANIZADORES)

